

instituto
sc

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SÍNTESSE ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA 1988-89**



INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

INSTITUTO CEPA-SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRICOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SÍNTSESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1988-89

FLORIANÓPOLIS
1989

SECRETARIA DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto
Enga Agro Cesar Augusto F. Silva
Econ. Francisco Assis de Brito
Enga Agro Geraldo Budigo
Enga Agro Guido Boeing
Enga Agro José Carlos Madruga da Silva
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha
Méd. Vet. Olices Osmar Santini
Enga Agro Osmar Alcides da Conceição
Enga Agro Simão Brugnago Neto
Enga Agro Tabajara Marcondes

- Mel de Abelha
- Produção Florestal
- Banana/Cana-de-açúcar/Tomate
- Políticas Agrícola/Alho/Mandioca
- Batata/Cebola/Maçã
- Uva
- Aves/Bovinos de Corte/Suínos
- Pescado
- Aves - Segmento Postura
- Arroz
- Feijão/Milho/Soja
- Bovinos de Leite/Fumo/Trigo

PARTICIPAÇÃO: (Bolsistas - Convênio Intituto CEPA/SC-UFSC)

Antônio Carlos Melo Vieira
Luiz Carlos Bruno Júnior
Marize Lúcia Clemente

COLABORAÇÃO:

EMATER-SC/ACARESC	OCEESC
ACARPESC	FAESC
EMPASC	CEASA/SC
FETAESC	CIDASC
FECOAGRO	IASC
DFA/SC	GPP
Banco do Brasil	IBGE/GCEA-SC
Banco Central do Brasil	IBDF
Sa. Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC	COOPERBELO
SEPLAN-SC	

ARTE E PRODUÇÃO:

Joares A. Segalin - Copidesque
Jocenir Miriam C. de Sousa - Edição
Edila Gonçalves Botelho - Digitação
Jocenan M. Cardoso - Digitação
Neusa Maria dos Santos - Digitação
Ilmar Borchardt - Processamento de Dados
José Luiz Netto Menezes - Desenho
Alcemir Luiz Lessa - Montagem
Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina.
v.1- 1976- Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1976-

Anual em dois volumes.

Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense, 1976-1981.

A partir de 1983/84 passou a ser publicada em dois volumes.

I. Agropecuária - Santa Catarina - Periódico.
I. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

1 Síntese anual da agricultura de Santa Catarina - 1980-89 | Florianópolis | v. 1 | 1989 |

REPRODUÇÃO PERMITIDA DESDE QUE CITADA A FONTE

APRESENTAÇÃO

É COM SÁTISFAÇÃO QUE CUMPRIMOS A AGRADÁVEL TAREFA DE APRESENTAR A 13^A EDIÇÃO DA SÍNTSESA ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, ELABORADA PELO INSTITUTO CEPA/SC.

APÓS ATRAVESSAREM 1987 COM AS RELAÇÕES DE TROCA DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS EXTREMAMENTE DEFASADAS, OS AGRICULTORES CATARINENSES, MESMO COM A ESCALADA INFLACIONÁRIA E COM ADVERSIDADES CLIMÁTICAS QUE INTERFERIRAM SIGNIFICATIVAMENTE NO DESEMPENHO DE ALGUMAS CULTURAS, OBSERVARAM, EM 1988 - UM ANO POLÍTICO MARCANTE EM FUNÇÃO, PRINCIPALMENTE, DA PROMULGAÇÃO DA NOVA CONSTITUIÇÃO - UMA BOA RECUPERAÇÃO NO PREÇO DE VÁRIOS PRODUTOS, ALGUNS SUPERANDO MÉDIAS HISTÓRICAS E OUTROS APENAS VOLTANDO A PATAMAIS JÁ ATINGIDOS EM ANOS ANTERIORES.

AO LADO DA ANÁLISE QUE É FEITA SOBRE O DESEMPENHO E AS PERSPECTIVAS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, ESTE VOLUME É COMPLEMENTADO COM OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS AOS INTERESSADOS NO SETOR PRIMÁRIO ESTADUAL, APRESENTANDO EVENTUAIS MUDANÇAS QUE VISAM ATENDER AOS INTERESSES DO PÚBLICO-META.

POR FIM, AGRADECemos A TODOS OS QUE COLABORARAM PARA TORNAR POSSÍVEL MAIS ESTA EDIÇÃO.

IVO VANDERLINDE
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,
DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

SUMARIO

	P.
1. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1988	7
2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	25
2.1. Alho	27
2.2. Arroz	40
2.3. Banana	56
2.4. Batata	65
2.5. Cana-de-açúcar	77
2.6. Cebola	83
2.7. Feijão	100
2.8. Fumo	113
2.9. Maçã	125
2.10. Mandioca	138
2.11. Milho	151
2.12. Soja	167
2.13. Tomate	181
2.14. Trigo	190
2.15. Uva	200
2.16. Produção Florestal	209
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	221
3.1. Aves	223
3.2. Aves - Segmento Postura	233
3.3. Bovinos de Corte	250
3.4. Bovinos de Leite	259
3.5. Mel de Abelha	272
3.6. Pescado	289
3.7. Suínos	313
4. LISTA DE GRÁFICOS	325
5. LISTA DE MAPAS	331
6. LISTA DE TABELAS	333
7. BIBLIOGRAFIA	350

I. POLITICA AGRICOLA EM 1988

1.1. INTRODUÇÃO

Após atravessarem 1987 com as relações de troca dos produtos primários extremamente defasadas - nesse ano o preço real de muitos produtos foi o pior dos últimos anos - os agricultores iniciaram 1988 tendo visto muitos de seus antigos problemas resistirem a mais um ano e sem vislumbrar um horizonte muito promissor. Durante o ano, entretanto, observou-se uma boa recuperação no preço de vários produtos, alguns superando médias históricas e outros apenas voltando a patamares já atingidos em anos anteriores.

Por falta de um planejamento adequado para o setor primário, o governo precisou, durante o ano, implementar medidas que, visando corrigir rumos, procurassem ir diminuindo sua participação em várias etapas do processo e, em contrapartida, intensificando a participação da iniciativa privada, principalmente na questão da comercialização. Nesta área, o governo, tendo participado de forma intensa em algumas safras, acabou gerando distorção no processo e insatisfação entre alguns segmentos envolvidos.

Por isso, merecem referência as medidas, implementadas em fevereiro, que procuraram disciplinar as interferências oficiais na comercialização do arroz, do feijão e do milho. Elas estabeleceram o seguinte:

1. Os preços de intervenção teriam dois componentes:

- a) média de preços reais do período de julho/82 a julho/87 no atacado da principal praça de comercialização formadora dos preços de cada produto;
- b) margem adicional, a ser acrescida na média acima, de 12% para o arroz e o milho e de 17% para o feijão.

2. Os preços, levantados pela CFP no seu boletim semanal "Informativo CFP", seriam atualizados pelo IPCA até agosto/87 e convertidos de cruzados para OTN pelo valor de agosto/87.
3. Os estoques oficiais começariam a ser vendidos quando os preços de mercado superassem o preço de intervenção por duas semanas consecutivas. A intervenção poderia ser direcionada, se o problema fosse localizado. A venda cessaria quando, por duas semanas consecutivas, os preços fossem iguais ou inferiores aos preços de intervenção.
4. Em nenhuma hipótese o preço de venda dos estoques oficiais poderia ser inferior a 105% do preço mínimo da safra 1987/88 da Região Centro-Sul, em OTN/kg de julho/88, consideradas as equivalências de tipo, classe e rendimento industrial.
5. As importações - que seriam feitas preferencialmente pelo setor privado - seriam liberadas quando a venda dos estoques oficiais fosse insuficiente para estabilizar os preços de mercado a níveis compatíveis com os preços de intervenção. Elas deveriam ser internalizadas no país num prazo máximo de 90 dias, a contar da liberação.
6. Estas normas seriam implementadas sem prejuízo dos acordos internacionais.
7. Validade dos preços de intervenção:
 - feijão - até 30/11/88
 - arroz - de 19/03/88 a 28/02/89
 - milho - de 19/04/88 a 31/03/89
8. O preço de intervenção em cruzados seria atualizado mensalmente, podendo a variação total da OTN ser distribuída dentro do mês, de forma a diminuir o impacto da variação de um mês para o outro (a partir do Pacto Social, a correção dos preços, que era diária pela OTN fiscal, passou a ser semanal e respeitando os limites estabelecidos).

O estabelecimento antecipado das condições sob as quais ao governo interviria no mercado foi considerado positivo,

pois, ao eliminar um fator considerado imponderável em safras anteriores - o governo, muitas vezes, agia sem critérios pré-estabelecidos - facilitou a decisão de produtores e de consumidores.

Fruto da falta de um planejamento globalizado de médio e longo prazo, as autoridades federais continuaram, durante o ano, com a política de implementar medidas que visavam ir sanando os problemas mais imediatos. Assim, efetuaram intervenções localizadas nas questões relativas a crédito rural, importação e exportação de produtos primários, segurança do trabalhador rural, etc, sem que, no entanto, alguns problemas essenciais e graves fossem enfrentados em seu cerne:

Permaneceu, durante o ano, um sentimento generalizado entre a população brasileira (em boa parte extravasado nas eleições de novembro) de que a classe política estava alheia a seus problemas. Assim, enquanto eram procurados culpados, os problemas decorrentes da falta de uma política econômica consistente continuaram agravando-se, gerando insatisfação e, principalmente, insegurança.

Em grande parte devido a essa incerteza, os investimentos, tanto na área privada como na política, foram diminuindo e, em consequência, criando ou aumentando os problemas dos vários setores produtivos. Isto é, as indefinições vividas afetaram sobremaneira o desempenho de toda a sociedade pela falta de orientações claras sobre o rumo a seguir.

1.2. APESAR DAS FALHAS, A CONSTITUIÇÃO TROUXE ESPERANÇA

Um acontecimento político com repercussões significativas no futuro do país foi, sem dúvida, a promulgação da nova Constituição. Apesar das inúmeras críticas que recebeu, ela esta lece, segundo vários analistas, um mínimo de condições para que o Brasil venha a se tornar uma grande Nação e deve representar o ponto de partida de um novo ciclo na vida da sociedade brasileira. "... a Constituição foi extremamente feliz nos dispositivos que tratam dos direitos e garantias fundamentais; foi boa, embora

ra com equívocos utópicos, no tocante aos direitos sociais; não fez boa opção em matéria de regime de poder; foi perigosamente inconveniente nas excessivas facilidades concedidas para a aposentadoria; lamentavelmente obsoleta na defesa do interesse nacional na ordem econômica; gravemente equivocada no tabelamento dos juros e indevidamente concessiva na outorgação de privilégios a favor de determinados grupos, como os mini e microempresários ... Abrigou, entretanto, a ilusão de que o progresso pode ser gerado pela norma, quando esta apenas pode facilitá-lo; enquanto sua efetivação só pode ser produzida pela ação do homem".⁽¹⁾

Com maior ou menor clareza; "avançando" ou não, o novo texto constitucional aborda questões que interessam diretamente ao setor primário. Pode-se citar, entre outras, a questão da política agrícola em geral, da reforma agrária, da previdência social, da anistia e do meio ambiente.

O artigo 187 da Constituição recém-promulgada reza o seguinte:

"A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I - os instrumentos creditícios e fiscais; II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural; V - o seguro agrícola; VI - o cooperativismo; VII - a eletrificação rural e irrigação; VIII - a habitação para o trabalhador rural.

Parágrafo 1 - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

(1) MATTOS, H.J. Para uma avaliação da Constituição. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 set. 1988. p. A-3.

Parágrafo 2 - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária".

Pelo que ficou estabelecido, a política agrícola, até agora atribuição do Poder Executivo, passará à ser definida, em linhas gerais, pelo Legislativo, com participação dos segmentos que compõem o setor primário (produtores e trabalhadores rurais), cabendo ao executivo o cumprimento dos objetivos e metas que forem traçados.

Por conta da nova sistemática de encaminhamento das questões agrícolas, a Frente Amplia da Agropecuária Brasileira já está buscando sugestões para encaminhá-las ao Congresso Nacional, que terá até o final de outubro de 1989 para votar a primeira "lei agrícola" do país, a qual, uma vez aprovada, estabelecerá, as competências de cada segmento envolvido na elaboração e execução da política agrícola brasileira.

É certo que muitos entraves ainda precisarão ser superados e as divergências entre os vários segmentos do setor primário sobre várias questões continuarão sendo grandes e precisarão ser politicamente compatibilizadas, até porque os segmentos dominantes e com maior facilidade de acesso ao poder continuarão sendo os mesmos e as mudanças no equilíbrio de forças não acontecerão simplesmente pelo que está disposto na Constituição.

De qualquer modo, foi aberta uma nova possibilidade, ou seja, a de os produtores e trabalhadores rurais poderem influir de maneira mais efetiva na implementação da política agrícola e, assim, deixarem de ser meros executores do que era estabelecido pelo Poder Central, longe, portanto, de suas esferas de influência.

Em relação à reforma agrária, o texto aprovado não foi suficientemente claro em muitos pontos tidos como fundamentais por vários segmentos sociais ligados à questão da terra. Assim, por exemplo, não definiu com exatidão o que é uma "propriedade produtiva" (que não pode ser desapropriada para fins de reforma agrária) e o que significa "aproveitamento racional e adequado" (um dos critérios que poderá ser observado para que uma proprie-

dade possa ser classificada como cumpridora da função social). A disputa entre os diferentes interesses foi, sem dúvida, transferido para quando a reforma agrária for tratada na legislação ordinária. De qualquer modo, considerando a evolução dos acontecimentos nos últimos anos, acredita-se que os "avanços" nesta questão serão demorados.

No Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, e no Título VIII - Da Ordem Social, a nova Constituição estabeleceu que os trabalhadores rurais, por exemplo, passarão a ter os mesmos direitos sociais" dos urbanos, isto é, educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Além disso, entre outros aspectos, a aposentadoria do trabalhador rural ocorrerá aos 60 anos para o homem e aos 55 para a mulher. São, sem dúvida, aspectos positivos, mas que ainda precisarão ser regulamentados; a sua implementação ainda depende de muitas ações dos segmentos envolvidos.

A nova Constituição anistiu mini, pequenos e médios produtores rurais da correção monetária decorrente de empréstimos relativos a crédito rural tomados no período de 28-02-86 a 31-12-87. Tal situação se deveu à ilusão da inflação zero que se seguiu à decretação do Plano Cruzado, fazendo com que produtores rurais e empresários urbanos procurassem incrementar suas atividades já existentes, mesmo implementar novas, tomando empréstimos. O posterior descontrole da situação e os consequentes problemas gerados obrigaram as autoridades federais a utilizarem medidas na área financeira com o objetivo de adequar o mercado às novas condições da economia. Essas medidas resolveram ou amenizaram a situação de muitos, mas não de todos.

Não resta dúvida de que muitos agricultores (e empresários urbanos) enfrentaram dificuldades adicionais decorrentes do Plano Cruzado. Entretanto, a anistia aprovada certamente foi injusta para com aqueles que procuraram ser corretos, cumprindo compromissos assumidos, mesmo com sacrifícios, como foi o caso de muitos produtores rurais que se desfizeram de bens para poder saldá-los.

Na questão do meio ambiente, a nova Constituição refletiu a consciência que gradativamente vem se apossando de parcerias cada vez mais expressivas da sociedade e que já tem resultado em ações que procuram alterar a postura atual. O ponto alto do que ficou estabelecido na nova Carta talvez seja o que estabelece a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Certamente não é o caminho mais rápido, mas, sem dúvida, é o que produzirá efeitos mais duradouros.

1.3. PACTO - A TENTATIVA DE UNIR FORÇAS EM TORNO DE UM PROBLEMA COMUM

Um dos indicadores mais presentes e que espelhou bem toda a situação de incertezas vivida pelo país foi a inflação que, durante o ano, aumentou constantemente, fugindo ao controle das autoridades econômicas, gerando consequências indesejáveis e inquietando os setores produtivos. No setor primário, particularmente, isso foi relativamente constante e, com isso, os produtores que tomaram empréstimos com correção monetária plena em períodos onde os índices inflacionários eram menores sentiam-se, no momento de liquidá-los, prejudicados.

Nesse contexto, no qual a grande maioria de brasileiros estava a querer que alguma atitude mais efetiva fosse tomada para revertê-lo, representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo assinaram, em novembro, o "Compromisso Social - pacto contra a inflação" ou Pacto Social.

Apesar de não prever mudanças substanciais, o Pacto foi considerado por muitos um "primeiro passo" e pretendeu, antes de mais nada, apenas evitar que a situação geral do país fizesse ainda pior e não resolver problemas como muitos gostariam. Muitos segmentos ficaram céticos em relação à sua eficiência; outros foram acusados de não estarem cumprindo o estabelecido. Entende-se, ainda, que as negociações entre os diversos segmentos funcionaram como um exercício de disciplinamento das forças dos mesmos, já que a medida que o processo democrático vai se consolidando esse tipo de atitude será cada vez mais necessário, ou seja, as decisões precisarão ser mais e mais negociadas. O pe-

Período de vigência desta primeira versão do Pacto foi, também, encarado como uma trégua durante a qual poderiam ser efetuadas novas correções de rumo na condução da política econômica brasileira, apesar da falta de credibilidade do governo. Por fim, apesar de todos os problemas e da perspectiva negativa para 1989, o Pacto pode ser considerado positivo, pela simples razão de ser a primeira vez que se busca um entendimento dessa envergadura no país.

Em relação, particularmente, à agricultura, a primeira mudança foi relacionada com a variação dos preços dos produtos dos estoques oficiais que, a partir do Pacto, passaram a ser corrigidos semanalmente e não mais diariamente pela variação da OTN fiscal. Resultaria como positivo, segundo várias análises, o fato de diminuir, ao menos durante sua duração, a preocupação em relação à hiperinflação, numa visão otimista. De outro lado, porém, havia segmentos que, não vendo um arrefecimento da pressão inflacionária, entendiam que haveria necessidade de um novo "choque econômico".

1.4. SAFRA 1988/89

1.4.1. Preços Mínimos e VBC

Ao divulgar, em agosto, os preços mínimos e os valores básicos de custeio para a safra 1988/89, as autoridades federais deixaram claro que precisaram compatibilizar a escassez de recursos com as necessidades do setor. Os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos receberam tratamento diferenciado. Assim, enquanto produtos como o milho, o feijão, a mandioca e o arroz irrigado foram "estimulados" com um aumento real em relação ao de julho, outros, como o arroz de sequeiro e a soja, não o foram. Os valores básicos de custeio sofreram elevação, significando o reconhecimento do aumento dos custos de produção. Além disso, os limites de financiamento foram diminuídos, obrigando os produtores rurais - principalmente os médios e grandes - a empregarem mais recursos próprios (tabelas 1, 2 e 3).

Os preços mínimos foram os mesmos da safra anterior,

atualizados pela OTN de julho, com um adicional para o milho, o arroz irrigado e o feijão (tabela 1). Eles serão corrigidos pela variação da OTN até julho de 1989. No caso da mandioca, o governo já havia adotado, em junho, algumas medidas: aprovação do VBC para operação já a partir de junho, fixação do preço mínimo em 0,004063 OTN/kg a ser corrigido no período jan-dez/89, prorrogação da correção dos preços mínimos da safra 1987/88 até dez/88 e redução dos juros dos EGF de 12% para 7% para farinha, fécula e raspas.

TABELA 1

PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA SAFRA 1988/89 DO SUL, SUDESTE E CENTRO OESTE
(Cz\$/unidade)

PRODUTO	UNIDADE	CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DA OTN ATÉ	PREÇO BASE PROPOSTO (*)	INÍCIO DE VIGÊNCIA
Algodão	15 kg	Jul/89	1.285,95	Fev/89
Amendoim	25 kg	Mar/89	1.102,75	Dez/88
Arroz Irrigado	50 kg	Jul/89	2.359,50	Fev/89
Arroz de Sequeiro	60 kg	Jul/89	2.178,00	Fev/89
Batata-Semente	30 kg	Mar/89	2.728,80	Dez/88
Castanha de Caju	1 kg	Mar/89	117,83	Set/88
Casulo de Seda	1 kg	(1)	458,94	Set/88
Cera de Carnaúba	15 kg	(1)	3.981,60	Ago/88
Feijão	60 kg	Mar/89	6.319,80 (2)	Nov/88
Girassol	40 kg	Mar/89	1.518,40	Dez/88
Juta e Malva	1 kg	Set/89 (4)	97,11	Fev/89
Mamona	60 kg	Jul/89	3.280,20	Abr/89
Milho	60 kg	Jul/89	1.698,00 (3)	Fev/89
Rami	1 kg	(1)	104,98	Set/88
Semente de Juta	1 kg	Set/89	272,95	Jul/89
Semente de Malva	1 kg	Set/89	272,95	Jul/89
Sisal	1 kg	(1)	48,00	Ago/88
Soja	60 kg	Jul/89	1.968,00	Fev/89
Sorgo	60 kg	Jul/89	1.188,60	Fev/89
Trigo Mourisco	1 kg	Mar/89	12,40	Dez/88

FONTE: CFP.

(1) Correção mensal pela variação das OTN durante todo o ano-safra.

(2) Inclui um prêmio de 5%, exclusivamente para a safra das águas 88/89, para estímulo adicional ao plantio.

(3) Inclui um prêmio de 15%, exclusivamente para a safra 88/89, para estímulo adicional ao plantio.

(4) A correção do preço-base até setembro fica válida também para a corrente safra (87/88).

(*) os preços-base propostos são em cruzados de agosto de 1988.

TABELA 2
VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, POR FAIXA DE PRODUTIVIDADE, DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1987/88 E 1988/89

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO	
	(Kg/ha)		(OTN/ha)	
	De	Até	1987/88	1988/89
Arroz Irrigado (Irrigação Mecânica)	-	3.000	28,19	35,91
	3.001	3.600	30,91	42,85
	3.601	4.200	38,53	48,89
	4.201	5.000	44,50	55,58
	Acima de	5.000	50,29	61,43
	-	3.000	25,08	30,65
Arroz Irrigado (Irrigação Natural)	3.001	3.600	26,49	35,40
	3.601	4.200	33,45	40,40
	4.201	5.000	38,60	45,57
	Acima de	5.000	44,48	51,42
	-	1.000	9,99	11,11
	1.001	1.300	13,07	14,37
Arroz Sequeiro	1.301	1.600	16,70	18,65
	Acima de	1.600	19,40	21,91
	-	400	7,39	7,30
	401	600	15,55	16,15
Feijão	601	800	18,17	19,54
	801	1.000	22,78	24,48
	Acima de	1.000	28,08	30,93
	-	10.000	12,63	13,81
	10.001	15.000	17,49	19,75
Mandioca (1 ciclo)	15.001	20.000	26,03	32,20
	20.001	25.000	28,62	38,14
	Acima de	25.000	38,58	43,64
	-	12.000	15,83	17,70
	12.001	18.000	22,70	24,69
Mandioca (2 ciclos)	18.001	24.000	31,24	37,65
	24.001	30.000	33,48	43,88
	Acima de	30.000	45,43	51,12
	-	900	5,87	5,87
	901	1.300	8,16	8,52
Milho	1.301	1.700	10,42	12,15
	1.701	2.100	12,52	14,76
	2.101	2.500	14,49	16,95
	2.501	3.000	17,41	20,04
	3.001	3.500	19,02	21,79
	3.501	4.000	21,04	25,87
	4.001	5.000	23,03	29,56
	5.001	6.000	27,42	33,96
	6.001	7.000	-	40,13
	Acima de	7.000	-	46,31
	-	1.250	14,30	17,55
Soja	1.251	1.500	15,25	18,66
	1.501	1.750	18,31	22,56
	1.751	2.000	19,65	24,21
	2.001	2.400	22,62	27,95
	Acima de	2.400	23,52	29,11

FONTE: CFP.

TABELA 3

LIMITES DE FINANCIAMENTO, SAFRAS 1987/88 E 1988/89

CULTURA	(%)					
	PEQUENO PRODUTOR		MÉDIO PRODUTOR		GRANDE PRODUTOR	
	87/88	88/89	87/88	88/89	87/88	88/89
Arroz Irrigado	100	100	100	70	80	60
Arroz Sequeiro	100	100	100	60	80	50
Feijão	100	100	100	100	100	100
Mandioca	100	100	100	100	100	100
Milho	100	100	100	100	90	100
Soja	100	70	70	40	50	30
Sorgo	100	100	100	100	100	100

FONTE: CFP.

1.4.2. Custos de Produção e Preços Mínimos em Santa Catarina

Offerem-se, a seguir, para a análise, dados referentes a algumas culturas (arroz, feijão, mandioca, milho e soja) de Santa Catarina (tabela 4). Vale destacar, entretanto, que os que se referem a custos e preços recebidos provieram dos custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA/SC, os quais, seguindo determinada metodologia, não contemplam todas as situações existentes no estado. Além disso, são comparados com os preços mínimos e VBCs estabelecidos para o Centro-Sul do país, que também não necessariamente espelham a realidade catarinense. Por último, é interessante lembrar que são dados tomados em apenas dois momentos (os da fixação dos preços-base das safras 1987/88 e 1988/89).

O arroz irrigado, que recebeu um estímulo extra de 11,6%, teve seu preço mínimo fixado em nível superior ao do recebido pelos agricultores no momento da fixação. Contudo, ao estabelecer um VBC 27% superior ao da última safra, o governo admitia um crescimento substancial dos custos de produção, que não chegava a cobrir os custos variáveis do sistema utilizado.

TABELA 4
CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS DAS PRINCIPAIS CULTURAS EM SANTA CATARINA - SAFRAS 87/88 E 88/89

CULTURA	DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 1987/88				SAFRA 1988/89			
		Rendimento Médio (sc/ha)	VBC (OTN/sc)	CUSTO UNIT. (OTN/sc)		Preços Mínimo (OTN/sc)	Preços Máximo (OTN/sc)	CUSTO UNIT. (OTN/sc)	Preços Mínimo (OTN/sc)
				Custo Total	Custo Variável			Custo Total	Custo Variável
Arroz Irrigado (Sul) (1)		80	0,43	0,83	0,73	0,71	1,07	0,61	1,24
Arroz Irrigado (Vale) (1)		100	0,45	0,89	0,73	0,71	1,07	0,55	1,17
Arroz Sequeiro		33	0,59	0,89	0,71	0,54	1,10	0,66	1,13
Feijão - (sem adubação)		13	1,40	2,22	1,42	-	2,78	1,50	2,44
Feijão - (tração animal)		22	1,28	2,35	1,66	2,51	2,78	1,41	2,56
Feijão - (tração mecânica)		25	1,12	2,03	1,55	-	2,78	1,24	1,42
Mandioca - (1 ciclo-sul) (2)		13	1,35	3,97	3,12	3,22	2,86	1,52	2,72
Mandioca - (2 ciclos-vale) (2)		25	1,34	2,85	2,22	2,41	2,86	1,75	3,18
Mandioca - (2 ciclos-sul) (2)		18	1,26	3,18	2,38	3,22	2,86	1,37	3,99
Milho - Colonial		50	0,37	0,65	0,45	-	0,70	0,40	0,75
Milho - (tração animal)		80	0,32	0,60	0,46	0,52	0,70	0,37	0,71
Milho - (tração mecânica)		80	0,32	0,61	0,50	-	0,70	0,37	0,89
Soja - (tração animal)		27	0,68	1,45	1,11	1,19	0,99	0,83	1,63
Soja - (tração mecânica)		30	0,66	1,23	0,98	-	0,99	0,81	1,85

FONTE: Instituto CEPAG/SC.

(1) Saco de 50 kg.

(2) Rendimento em t/ha e custos e preço em OTN/t.

Outra cultura estimulada pelo preço foi o feijão. Além de haver recebido um aumento real de 6% sobre o preço mínimo da safrinha, ainda teria um prêmio de 5%, e, numa comparação entre os preços-base das safras consideradas, um aumento de 15%. Os preços recebidos pelos produtores já se apresentavam superiores aos custos totais de produção. Com a fixação dos preços mínimos em patamares superiores aos recebidos, o governo aumentou ainda mais a lucratividade e, em consequência, estimulou a cultura. O reconhecimento oficial do aumento do custo de produção aconteceu através da elevação dos VBCs.

A mandioca foi a cultura que recebeu o maior incentivo em termos de preço mínimo (42%). Além da prorrogação da correção dos preços da safra 1987/88 até dezembro/88, os preços mínimos referentes à safra 1988/89 sofrerão correção desde janeiro até dezembro de 1989. Os VBCs, que já haviam sido divulgados em junho, tiveram aumentos. O maior estímulo é representado, portanto, pelo preço mínimo.

No caso do milho, enquanto os custos representados pelos VBCs apresentaram um aumento de 8%, o preço mínimo cresceu 23%, estando aí embutido o estímulo de 15%, introduzido nesta safra, que, a exemplo do estipulado para o arroz irrigado e para o feijão, poderá ou não ser repetido nas próximas. Apesar de o preço mínimo para a safra 1988/89 ser levemente inferior aos preços recebidos, ele pode ser considerado remunerador, uma vez que, com qualquer um destes, a atividade apresenta lucratividade. Além disto, foi aumentado o limite de financiamento de 90% para 100% do VBC para o "grande produtor", com o objetivo de evitar que a lucratividade da soja fizesse com que esta cultura ocupasse áreas hoje plantadas com milho.

Mesmo admitindo, através do VBC, um aumento de custos da ordem de 22%, os preços mínimos da soja foram fixados nos mesmos patamares da safra anterior (aproximadamente 50% do preço recebido). Ressalte-se, entretanto, que os preços do mercado interno são estabelecidos a nível internacional e que, mesmo no caso da necessidade de acionar a PGPM, o preço mínimo (0,99 OTN) cobriria os custos variáveis representados pelo VBC (0,83 OTN).

Portanto, baseado na constatação dos VBCs, o governo reconheceu o efetivo aumento dos custos de produção em relação à safra anterior, e, mais notadamente, nos sistemas de produção que utilizam tração mecânica. Por outro lado, ficou nítida sua preocupação com os produtos básicos - arroz, feijão, mandioca e milho - os quais tiveram aumentos reais para seus preços-base para a PGPM da próxima safra, que variaram de 11% no arroz, a 42% na mandioca.

Analisando-se, por fim, as estimativas oficiais mais recentes das áreas plantadas (tabela 5), pode-se concluir que a variável que mais "pesou" na decisão de plantio da safra 1988/89 foram os preços recebidos pelos produtores. Ou seja, apesar da escalada inflacionária ocorrida em 1988, houve uma recuperação apreciável dos preços de vários produtos agrícolas, fazendo com que houvesse, para os produtores rurais catarinenses, um ganho nas relações de troca (gráfico 1).

TABELA 5
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89

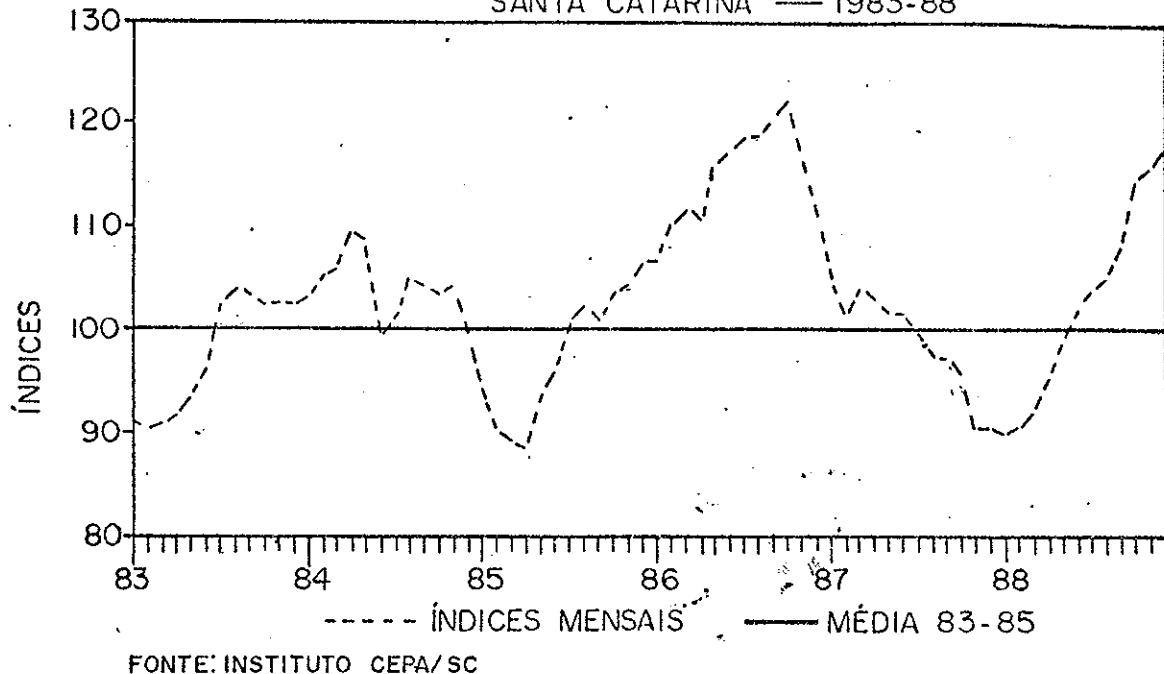
CULTURA	ÁREA (mil ha)			PRODUÇÃO (mil t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89
	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)			
Alho	3,52	4,41	3,41	19,2	24,31	13,50	5.454	5.512	3.959
Arroz	162,27	158,89	157,00	505,2	553,73	590,60	3.113	3.489	3.762
Batata 1a.safra	14,66	14,29	13,50	136,3	134,43	128,30	9.297	9.407	9.304
Batata 2a.safra	5,83	4,36	-	45,0	35,62	-	7.719	8.170	-
Cebola	24,37	21,86	24,45	261,4	211,70	207,60	10.726	9.684	8.491
Feijão 1a.safra	271,00	270,00	273,00	189,7	216,00	200,00	700	800	733
Feijão 2a.safra	115,92	123,80	-	34,7	49,52	-	299	400	-
Fumo	98,31	96,00	107,00	156,7	158,40	165,49	1.594	1.650	1.547
Maçã	11,95	12,52	13,00	104,2	200,00	220,00	8.720	15.974	16.923
Mandioca	75,70	77,00	75,00	1.221,0	1.291,00	1.261,50	16.129	16.766	16.820
Milho	1.008,00	988,00	990,00	2.491,2	2.371,20	2.376,00	2.400	2.400	2.400
Soja	369,86	415,00	439,00	455,3	520,00	614,60	1.231	1.253	1.400
Tocoate	1,50	1,65	1,62	52,5	63,20	62,10	35.000	38.303	38.333
Trigo	134,15	128,89	112,24	152,0	160,00	89,30	1.133	1.241	798

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC (nov/88).

* Previsão.

GRÁFICO 1

RELAÇÕES DE TROCA - ÍNDICE E MÉDIA MENSAIS DO SETOR AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA — 1983-88



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC

1.4.3. Imponderabilidade do Clima e Seguro Agrícola

Em termos de modificações introduzidas nos instrumentos de política agrícola, vale ressaltar, ainda, as referentes ao seguro agrícola.

Pela nova sistemática, aprovada pela Resolução nº 1.507, de 04/08/88, do Banco Central, houve alterações significativas em aspectos como a taxa de participação ou adicional (que passou a ser fixa, conforme a cultura), com a possibilidade de um mesmo produtor beneficiar-se integral e frequentemente do PROAGRO (ele terá o benefício reduzido) e em relação aos recursos que podem ser assegurados (todos os recursos podem ser aplicados, desde que haja manifestação inequívoca). De qualquer modo, os produtores, para beneficiar-se do PROAGRO, continuam obrigados a financiar parte, pelo menos, das lavouras.

Além das políticas governamentais para o setor e das condições do mercado de cada produto (variáveis normalmente analisadas pelos produtores quando planejam seus plantios), a área cultivada e, principalmente, a produção são condicionadas pelos

fatores climáticos. Nesse particular, merecem referência duas ocorrências: as estiagens e os granizos. O período de estiagem ocorrido entre julho e setembro, que provocou perdas nas lavouras de inverno (vide comentários específicos em cada produto) e atraso no plantio de algumas lavouras de verão, especialmente o feijão, o milho e a mandioca. Apesar disso, pelas próprias estimativas mais recentes da produção, verifica-se que as suas consequências foram menos graves que o inicialmente previsto. Já a estiagem de final de novembro e início de dezembro, embora de ocorrência localizada, contribuiu para agravar problemas iniciados no período anterior.

Os granizos ocorridos ao final de outubro, paralelamente aos danos causados em residências e instalações rurais, causaram prejuízos em diversas culturas. Merecem referência o milho, a soja, o feijão, o trigo e o fumo, com destaque para o caso do feijão que, devido à época da ocorrência do fenômeno, não pode ser replantado. Com isso, o potencial de produção desta leguminosa foi sensivelmente diminuído.

1.5. O AJUSTE FISCAL E O ORÇAMENTO

Respondendo às pressões para reduzir o déficit público, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso, em dezembro, medidas para viabilizar o ajuste fiscal embutido no Orçamento Geral da União. Algumas atingiam de forma direta o setor primário.

A concessão e gozo de incentivos fiscais ficarão suspensos por um ano e durante este período eles serão reavaliados. Não serão alterados, entretanto, os incentivos assegurados pela nova Constituição.

Em relação ao imposto de renda para o produtor rural, as alterações previam terminar com os estímulos, introduzidos anos atrás, de benefícios de natureza tributária que, com o passar do tempo, mostraram-se ineficazes para resolver problemas crônicos do setor primário.

Os recursos oficiais destinados a operações de crédito também serão revistos no sentido de se aplicarem exclusivamente em operações com mini e pequenos produtores rurais nos financiamentos agrícolas e pecuários e com produtores, e respectivas cooperativas, nos casos de EGF.

Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho Superministerial para, em 60 dias, estudar alterações nas aplicações compulsórias do crédito rural, na extensão da caderneta de poupança rural aos bancos privados, na Política de Garantia de Preços Mínimos e nas regras de intervenção do governo no mercado de produtos agrícolas.

DESEMPENHO DA EXPLORACAO VEGETAL

2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

2.1 ALHO

1. INTRODUÇÃO

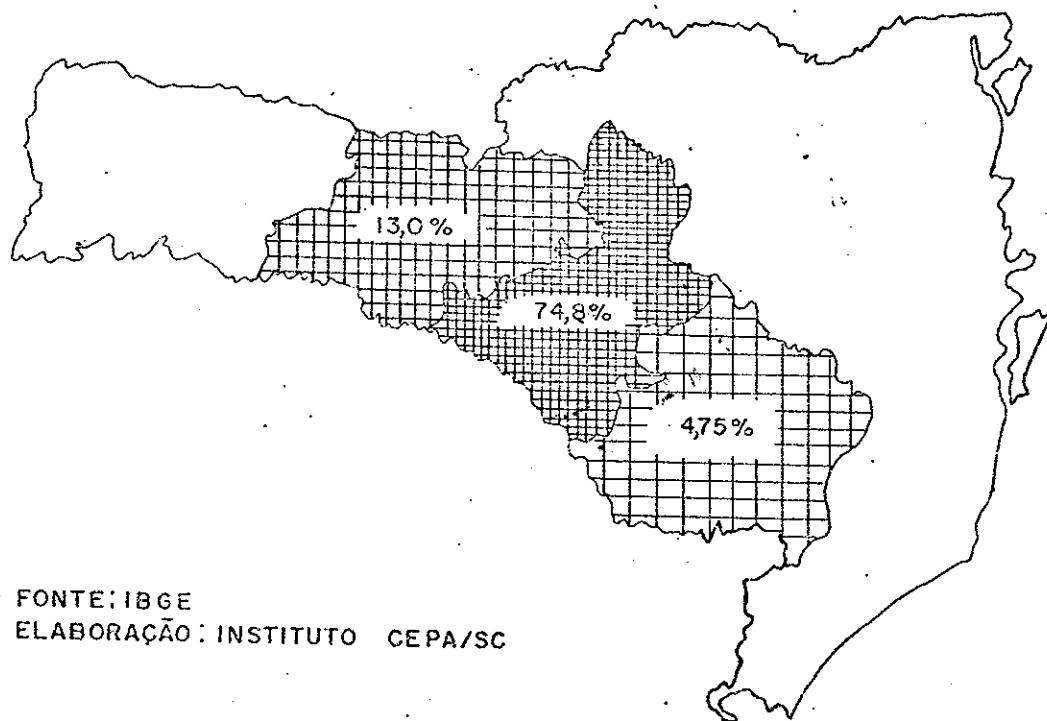
× Até o início da década de 80, o Brasil convivia com importações crônicas de alho, que giravam em torno de 30.000 t anuais. Entretanto, a partir da adoção do primeiro Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, a produção nacional foi se intensificando e passou a atender a um percentual cada vez maior da demanda interna.

× Nesse período, a cultura foi se solidificando em Santa Catarina - que, já há alguns anos, se destaca dos demais estados produtores tanto no volume de produção (atualmente é o maior produtor nacional), como na qualidade dos alhos aqui produzidos. Com isso, os alhos nobres ou tardios catarinenses concorrem em qualidade com os importadores.

× Estima-se que aproximadamente 2.000 famílias estejam envolvidas diretamente com esse cultivo em Santa Catarina e, indiretamente, centenas de outras são absorvidas com sua mão-de-obra, principalmente na época de plantio (junho e julho) e de colheita (novembro e dezembro).

× O plantio se concentra na microrregião Campos de Curitibanos, que respondeu por 68% da área cultivada na safra 1987/88 e por cerca de 75% da produção estadual. O município de Curitibanos (maior produtor), na mesma safra, foi responsável por 45% da área plantada e por 49% da produção catarinense (mapa 1).

MAPA 1 -- PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA — 1987-88



2. PRODUÇÃO

A. MUNDIAL

Em 1986, o Brasil, de acordo com o Anuário FAO de Produção, ocupou o 10º lugar a nível mundial, com uma produção de 61 mil toneladas. Os principais produtores foram: China, Coréia, Espanha, Índia, Tailândia, Egito e Turquia. Juntos, produziram 1.816.000 t, volume que representou aproximadamente 67% da produção mundial, que se situou em 2.696.000 t (Tabela 1).

TABELA 1
ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL, 1980-86.

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1980	386	2.412	6.252
1981	379	2.174	5.734
1982	489	2.633	5.383
1983	541	2.860	5.289
1984	427	2.633	6.171
1985	435	2.677	6.162
1986	428	2.696	6.297

FONTE: Anuario FAO de Producción, 1986.

B. NACIONAL

× A partir da safra 1985/86, Santa Catarina passou a ser o maior produtor nacional, ocupando a posição até então em poder de Minas Gerais (Tabela 2).

× A posição de Santa Catarina, a nível nacional, na cultura do alho, foi conquistada principalmente pela dedicação dos produtores no processo de seleção de sementes, preparo do solo e plantio, bem como na condução das lavouras, o que tem resultado na melhora significativa da produtividade das lavouras de alhos tardios.

Na safra 1987/88, a produção brasileira apresentou um crescimento significativo (20%) em relação à anterior (Tabela 2). Os maiores crescimentos relativos ocorreram no Espírito Santo (49%), Paraná (43%), Rio Grande do Sul (28%) e Santa Catarina (22%). Já na safra 1988/89, cujos números ainda não são definitivos, a área e a produção caíram, principalmente em função dos baixos preços recebidos e dos problemas enfrentados na comercialização da safra 1987/88.

TABELA 2
ALHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1980/81 A 1988/89

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO (tonelada)					
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
Santa Catarina	6.726	7.965	8.589	9.724	9.793	13.021
Minas Gerais	16.519	15.777	22.122	19.284	11.939	10.788
R. Grande do Sul	5.165	5.592	5.797	5.889	5.689	5.768
Goiás	4.273	7.283	7.319	7.812	4.439	4.989
São Paulo	3.60	8.95	3.475	5.176	4.135	3.515
Pará	2.686	2.730	4.160	3.580	2.558	2.400
Bahia	1.519	3.675	4.619	2.526	2.008	2.905
Espírito Santo	1.034	1.197	2.256	1.000	1.198	1.905
Ceará	259	329	524	522	743	560
Piauí	333	558	739	299	761	343
Outros	1.254	2.862	4.321	1.939	1.540	635
TOTAL	40.303	48.134	63.941	58.551	43.626	45.784

FONTE: Fundação IBESE.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.
(*) Estimativa.

C. ESTADUAL

Na safra 1987/88, a área cultivada em Santa Catarina cresceu 25,2% em relação à anterior e a produção, 22% (Tabela 3). Esses aumentos decorreram principalmente dos resultados obtidos na safra 1986/87, tanto no aspecto produtivo como no aspecto financeiro, não obstante os preços reais do produto tenham sofrido queda em relação aos da safra anterior.

X

TABELA 3
ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA
EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (Kg/ha)	ÍNDICE
1979/80	1.299	100	4.724	100	3.637	100
1980/81	3.544	273	6.720	142	1.896	52
1981/82	2.490	192	7.905	167	3.175	87
1982/83	2.588	199	8.589	182	3.319	91
1983/84	2.568	198	9.724	206	3.803	105
1984/85	2.140	165	8.993	190	4.184	115
1985/86	2.536	195	13.021	276	5.134	141
1986/87	3.519	270	19.928	421	5.663	155
1987/88	4.406	339	24.314	514	5.518	151
1988/89*	3.419	262	13.520	296	3.965	109

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(* Estimativa: IBGE/GCEA-SC (nov/88).

Em termos de condições climáticas, pode-se dizer que o período de estiagem iniciado em julho e só encerrado em setembro criou sérios problemas à cultura na safra 1988/89. Interferiu nas operações de plantio, na germinação que ocorreu de forma irregular e atrasada (algumas lavouras só conseguiram germinar após o reinício das chuvas), no "stand" de muitas lavouras e no tamanho dos bulbos.

Para as operações de colheita, entretanto, as condições climáticas foram favoráveis. As lavouras que dispuseram de irrigação artificial produziram alho de excelente qualidade. Já nas não irrigadas, a situação foi diferente: o alho colhido, mesmo apresentando boa qualidade, foi de menor tamanho que o de safras anteriores, o que afetou a produtividade.

As lavouras de alhos comuns - quo, atualmente, representam ao redor de 8% da área estadual - foram implantadas em março e abril nas regiões litorâneas, sob condições climáticas, de modo geral, favoráveis e ocuparam uma área

semelhante à de safras anteriores. A estiagem ocorrida contribuiu para acelerar a maturação, com o que as primeiras lavouras foram colhidas já em agosto.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

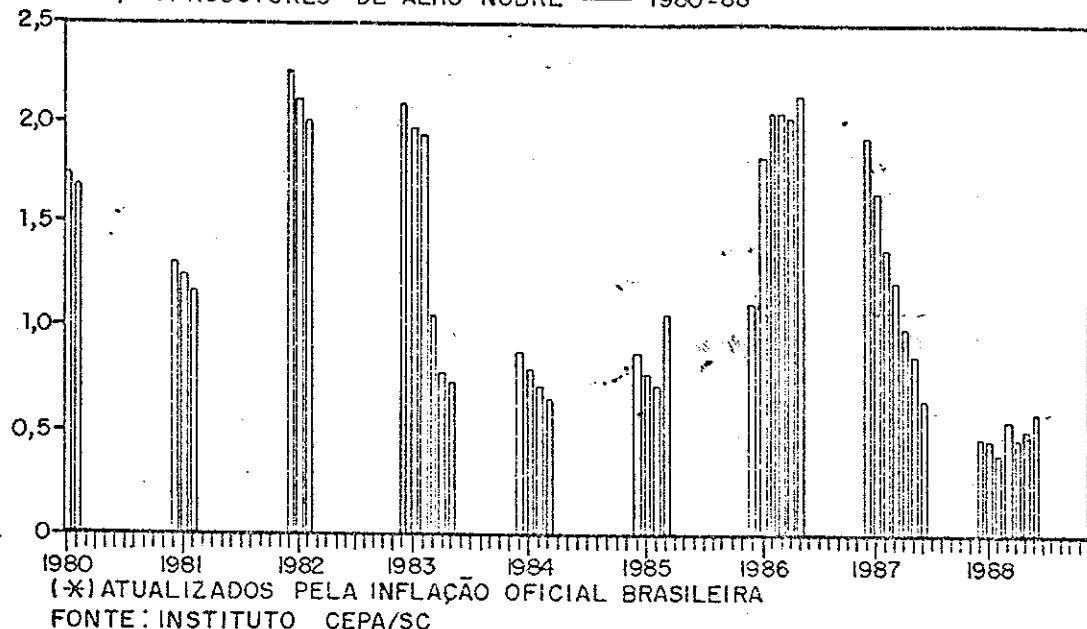
Como já se esperava, exceto para São Paulo - que conseguiu vender sua produção por preços considerados razoáveis - a comercialização processou-se por valores muito baixos e de modo extremamente lento. Os fatores apontados como responsáveis pela situação foram o grande aumento da produção, a importação (legal e ilegal) de alho "in natura" e em pó, o consumo em baixa e o não-cumprimento do "Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Alho". Em função dessas dificuldades, o governo prorrogou o inicio oficial da importação do alho argentino de 15 de março para 1º de maio, prorrogou o vencimento dos empréstimos dos produtores (custeio e EGF) e adquiriu, em abril, através da CFP, 120 t do produto catarinense.

Os produtores catarinenses de alhos nobres receberam pelo produto da safra 1987/88 preços que variaram de Cr\$ 45,00/Kg (dez/87) a Cr\$ 150,00/Kg (jun/88). Esses, em termos reais, são os mais baixos dos últimos anos (Gráfico 1). As primeiras vendas do alho nobre da safra 1988/89 ocorreram ainda em dezembro/88 por preços situados na faixa de Cr\$ 1.100,00/Kg, bem melhores, em termos reais, que os de 1988, mas inferiores aos de 1987 e 1986.

Acompanhando o desempenho observado a nível de produtor, a média dos preços do alho nacional no mercado atacadista de Florianópolis em 1987, de acordo com o CJMAG (Centro de Informações do Mercado Agrícola), foi, em termos reais, a mais baixa dos últimos anos. Esse comportamento, segundo a mesma fonte, foi observado nos atacados do Rio de Janeiro e São Paulo, e pode ser creditado basicamente à grande produção brasileira na safra 1987/88. A sensível elevação de preços observada em certos momentos do segundo semestre só atingiu o

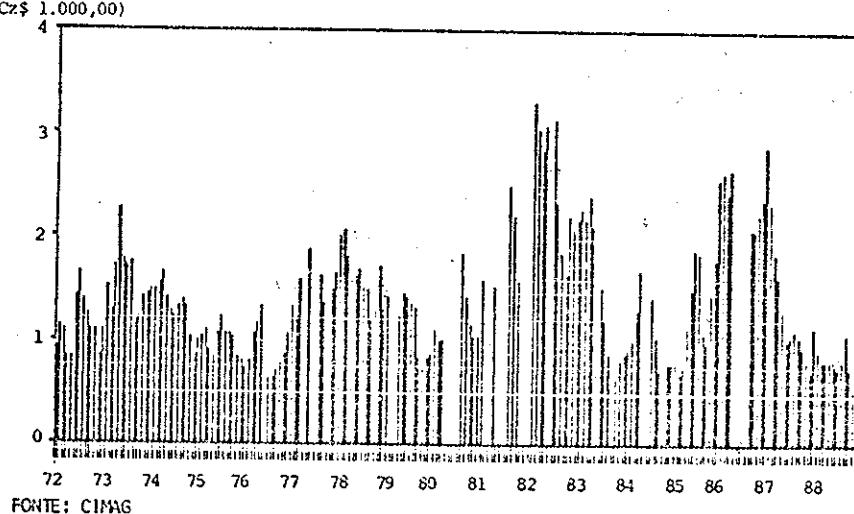
produto nacional de maior tamanho (não chegou a beneficiar os produtores do sul do país) e o importado (argentino) e foi considerada meramente especulativa.

GRÁFICO 1
ALHO—PREÇOS REAIS MENSais DE DEZ/88(*) RECEBIDOS PELOS
(Cz\$ 1.000,00) PRODUTORES DE ALHO NOBRE — 1980-88



(*) ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA
FONTE: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 2
ALHO — PREÇOS REAIS MENSais DE DEZ/86(*) OBSERVADOS NO MERCADO ATACADISTA DE FLORIANÓPOLIS, 1972-88
(Cz\$ 1.000,00)



FONTE: CIMAG
(*) ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo aparente de alhos no país, segundo a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB/MA), é estimada por volta de 3.250 toneladas/mês de alhos "in natura". A partir deste número, deduz-se que o mercado nacional seria auto-abastecido nos meses de setembro a março, ficando dependente de importações no período de abril a agosto.

A produção de alhos do Sudeste e Centro-Oeste abasteceria o mercado de setembro a dezembro, enquanto a produção do Sul o faria de janeiro a março.

X TABELA 4
ALHO - QUANTIDADE IMPORTADA - ALADI, TERCEIROS PAÍSES E TOTAL -
1980-88

ANO	ALADI	TERCEIROS PAÍSES	(tonelada) TOTAL
1980	23.346	7.360	30.706
1981	17.156	3.907	21.063
1982	13.106	8.369	21.475
1983	10.769	5.549	16.318
1984	10.063	10.538	10.601
1985	10.443	6.900	17.343
1986	9.364	8.000	17.364
1987	8.400	2.600	11.000
1988	7.702	-	7.702

FONTE: CIEF/MF e SNAB/MA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O comportamento acima descrito retrata o comportamento normal do abastecimento até 1986. A partir de então, sofreu modificações, principalmente em função da queda do poder aquisitivo em 1987 e, em 1988, também do grande aumento da produção catarinense e nacional. Estes fatores, aliados à importação de alho argentino e boliviano, contribuiram para que a produção catarinense (e do sul do país) fosse comercializada por um período mais extenso que o tradicional.

O envio dos alhos nobres da safra catarinense 1987/88, destinados ao mercado nacional, foi iniciado ainda em dezembro de 1987 e, em função dos problemas anteriormente citados,

prolongou-se até meados do ano, quando o produto já havia perdido muito em termos de qualidade e precisou concorrer com o importado legal (8.000 t da Argentina e 500 t da Bolívia) e ilegalmente.

Em função dos problemas já enfrentados em anos anteriores com a entrada clandestina de alhos no país, os produtores passaram a reclamar das autoridades competentes medidas para eliminar o problema. Várias delas chegaram a ser implementadas. Entretanto, não foram suficientes para coibir de uma vez por todas esta prática.

O alho espanhol deveria começar a entrar no país em julho. Isso não ocorreu, já que, em virtude da difícil comercialização do produto nacional do sul do país e para não concorrer com o alho colhido no Sudeste e Centro-Oeste, o Ministério da Agricultura publicou a Portaria nº 144, de 30.06.88, que estabeleceu o seguinte:

"Art. 1º - Condicionar a importação de alho, no caso de comprovada carência para a suplementação do pleno abastecimento interno, em caráter excepcional, à consulta prévia e pareceres do M.A.; 2º - Ficam os acordos bilaterais, firmados entre o Brasil e os países da ALADI, mantidos em vigor. 3º - Os técnicos do Ministério da Agricultura não liberarão as importações de quaisquer partidas de alho que estejam em desacordo com estas exigências".

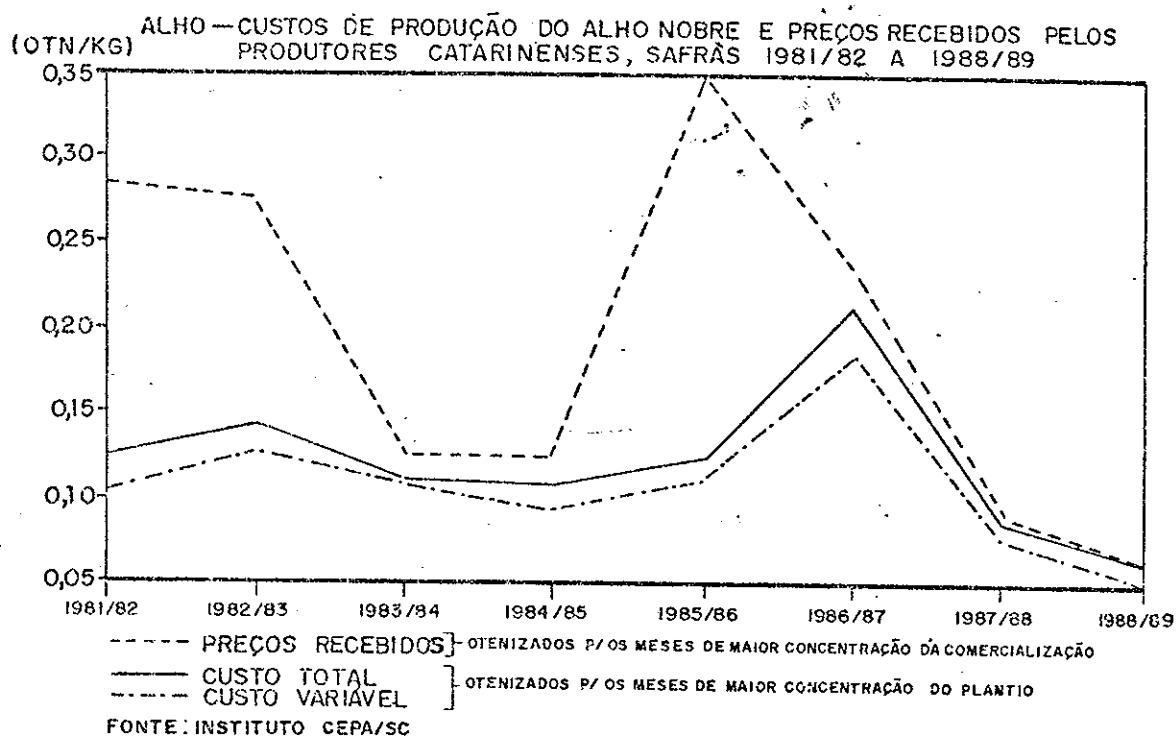
Enquanto boa parte do alho nobre é destinada ao atendimento do mercado nacional, um percentual significativo do alho "in natura" consumido no estado é produzido em pequenas áreas cultivadas com alhos comuns, sendo comercializado na própria região produtora e na CEASA-SC (Tabela 7).

Das 120 t adquiridas pelo governo em abril, 100 t (houve uma quebra de 20 t) foram leiloadas na Bolsa de Cereais de São Paulo, em julho, a Cr\$ 80,00/Kg.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A cultura do alho, de acordo com os dados analisados - provenientes do custo de produção calculado pelo Instituto CEPA/SC - tem-se mostrado rentável ao longo dos últimos anos, apesar das grandes variações dos preços reais recebidos pelos agricultores. Mesmo em 1988, que foi o pior ano em termos de preços reais, estiveram um pouco acima dos custos. Os primeiros preços praticados em dezembro de 1988 mostraram-se, em termos reais, mais elevados que os da safra passada, porém ainda inferiores aos praticados em safras anteriores.

GRÁFICO 3



6. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1988/89

As dificuldades enfrentadas na comercialização da safra 1987/88 fizeram com que os produtores de alho nobre repensassem a cultura. O resultado foi uma diminuição significativa da área plantada.

As estimativas oficiais mais recentes (IBGE/GCEA-SC, nov/88) indicam uma área plantada, na safra 1988/89, de 3.410 ha e uma produção de 13.520 t (Tabela 5), com uma distribuição, a nível de microrregião, semelhante à observada em safras

anteriores. Esses números representam redução de 23% e 45%, respectivamente, sobre a área e a produção da safra anterior.

TABELA 5
ALHO - ÁREA E PRODUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA - SAFRAS 1987/88 e 1988/89(1)

MICRORREGIÃO HOMOGENEIA	ÁREA DE CULTIVO (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)	
	1987/88	1988/89(2)	1987/88	1988/89
Campos de Curitibanos	3.013	2.699	18.187	9.691
Col. do Rio do Peixe	628	631	3.169	1.702
Campos de Lages	215	162	1.154	644
Planalto de Canoinhas	170	151	546	407
Col. Serrana Catarinense	122	127	419	380
Col. Oeste Catarinense	65	65	216	168
Col. Alto Itajaí	169	95	342	297
Carbonífera	32	24	109	76
Litoral Sul Catarinense	13	8	39	20
Colonial de Blumenau	22	21	63	63
Florianópolis	13	13	23	24
Outras	13	14	47	48
TOTAL	4.406	3.410	24.314	13.520

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Previsão em novembro de 1988.

(2) Área plantada, não descontada a perda com a seca.

A estimativa do balanço da oferta e demanda do alho da safra 1988/89 é a seguinte: produção de alhos curados, 13.520 t; reserva de sementes, 3.430 t; alho destinado ao mercado atacadista e aos supermercados, 7.200 t; alho destinado ao consumo estadual, 1.620 t e alho destinado à industrialização, 1.270 t. Estes números poderão sofrer modificações sensíveis, dependendo do comportamento do mercado em 1989 (Tabela 6).

TABELA 6
ALHO - QUANTIDADE DO PRODUTO CATARINENSE COMERCIALIZADO NO MERCADO NACIONAL - SAFRAS DE 1978/79 A 1988/89

SAFRA	ANO COMERCIAL	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t) (1)
1978/79	1979	8
1979/80	1980	153
1980/81	1981	2.780
1981/82	1982	3.200
1982/83	1983	3.500
1983/84	1984	4.200
1984/85	1985	5.820
1985/86	1986	6.770
1986/87	1987	10.050
1987/88	1988	13.400
1988/89(2)	1989	7.200

FONTE: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Inclui os alhos destinados ao comércio "in natura" e os destinados à industrialização.

(1) A partir da safra 1984/85, somente alhos destinados ao atacadista.

(2) Estimativa.

A comercialização do produto catarinense (safra 1988/89), que deverá ser intensificada a partir de janeiro, deverá acontecer num clima mais favorável, já que é bem menor a produção total e menor, também, a disponibilidade de alhos maiores (tipos 4, 5 e 6). Com isso, a previsão atual é de que alhos destes tipos venham a atingir preços remuneradores. Um indicativo são os primeiros preços praticados para o alho nobre curado em dezembro (Cz\$ 1.100,00/Kg) que, em termos reais, é maior que os da safra passada.

TABELA 7
ALHO - QUANTIDADE OFERTADA E PREÇOS MÉDIOS CORRENTES MENSais PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1988

MÊS	QUANTIDADE OFERTADA (Kg)		PREÇOS MÉDIOS CORRENTES (Cz\$/Kg)		
	Do Estado	Importado (1)	Total	Atacado	Varejo
Jan	4.380	-	4.380	98,90	129,65
Fev	5.865	-	5.865	106,94	123,85
Mar	4.722	-	4.722	117,07	120,74
Abr	3.226	-	3.226	130,09	127,10
Mai	5.875	100	5.975	159,33	165,00
Jun	5.330	-	5.330	220,15	225,00
Jul	2.750	200	2.950	266,01	226,92
Ago	1.625	-	1.625	391,37	308,40
Set	6.320	400	6.720	422,06	457,20
Out	10.065	-	10.065	382,86	391,40
Nov	3.387	-	3.387	444,74	480,32
Dez	3.963	110	4.073	1.081,47	1.125,00

FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Refere-se aos alhos importados de outros estados.

(2) Média.

Em relação aos instrumentos de Política Agrícola de interesse para os alhicultores, pode-se dizer o seguinte: os Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1988/89, fixados pelo Conselho Monetário Nacional em 27-01-88, em termos reais foram menores que os da safra anterior.

Na reunião do dia 27 de julho, o Conselho Monetário Nacional aprovou os preços mínimos para a safra 1988/89. São eles: a - alho nobre curado (tipo 4) - Cz\$ 94,58/Kg ou 0,05918 OTN - em julho de 1988; será corrigido até fevereiro de 1989; b - alho comum curado (tipo 4) - Cz\$ 65,16/Kg ou 0,04077 OTN em julho de 1988; foi corrigido até dezembro.

TABELA 8
ALHO - VALOR BÁSICO DE CUSTEIO POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADE E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES NA REGIÃO CENTRO SUL - SAFRA
1988/89

PRODUTO	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (Kg/ha)	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (Czs 1,00/ha)	LIBERAÇÕES					
			De	Até	1987/88 (*)	1988/89 2 DE CREDITO	A PARTIR DE CREDITO	20 Z DE CREDITO
Alho Gossum-Curado	3.500	3.500	47.248,00	47.334,00	90.662,50	108.410,40	128.487,60	147.722,60
	3.501 - 4.500	4.500						
	4.501 - 5.500	5.500						
	acima de 5.500							
Alho Nobre-Curado	4.500	4.500	82.517,00	88.387,00	129.957,96	147.727,11	163.937,94	186.747,58
	5.500	5.500						
	6.500	6.500						
	acima de 6.500							

FONTE: CFP.

(*) Valores aprovados pela Resolução nº 1.319, de 13.05.87, do BCB.

2.2 ARROZ

1. IMPORTÂNCIA

Dentre os grãos produzidos no estado, o arroz destacou-se na safra 1987/88 como o segundo cereal em volume produzido, sendo suplantado apenas pelo milho. Com relação ao valor bruto da produção - VBP, em que pese a queda dos preços reais do arroz, principalmente nas duas últimas safras, esse produto contribuiu, em 1987, com cerca de 6,5% do valor de toda produção das lavouras temporárias do estado, situando-se em sexto lugar.

A análise da evolução dessa cultura nas últimas cinco safras demonstra um crescimento na área cultivada, pelo sistema irrigado, da ordem de 16,7%, enquanto o cultivo no sistema de sequeiro aumentou 5,8%. Desta forma, o arroz irrigado foi a cultura que teve a maior expansão em área nos últimos cinco anos.

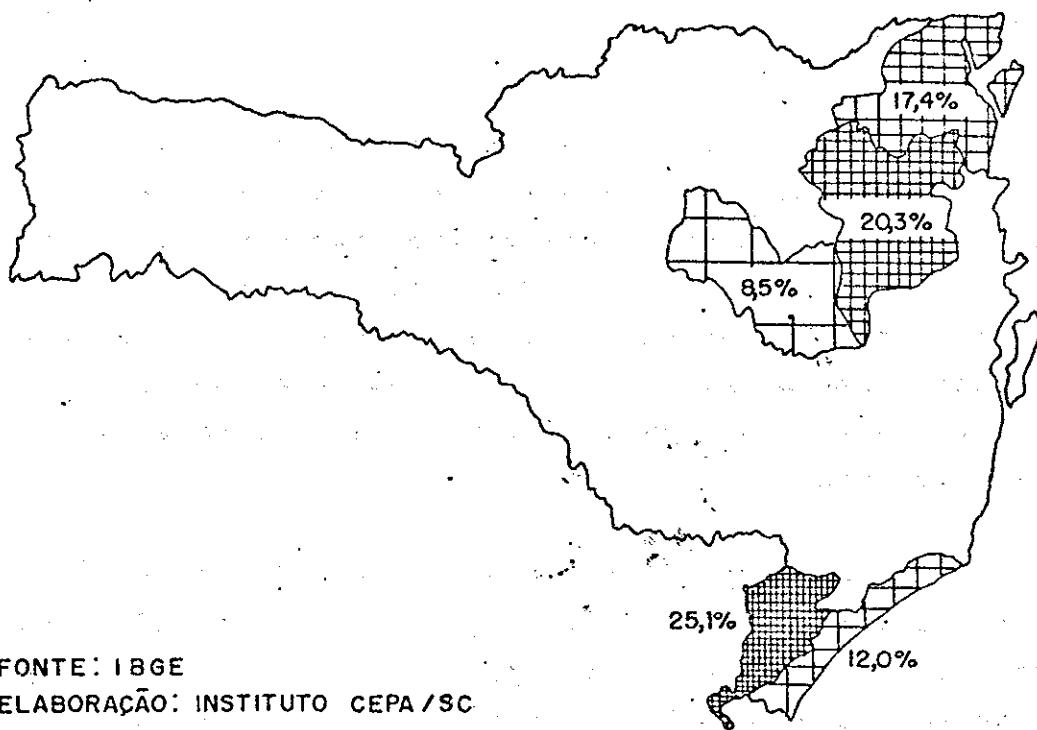
A região produtora que mais contribuiu para isso foi a do sul do estado, a qual cultiva cerca de 35% da lavoura em Santa Catarina. Além desse crescimento, a região sul apresentou um considerável ganho na produtividade média, nivelandose às principais regiões produtoras do estado, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 1
ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE
SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88

MICRORREGIÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (Kg/ha)	
	Sequeiro	Irrigado	Sequeiro	Irrigado	Sequeiro	Irrigado
Col. de Joinville	544	17.325	819	75.142	1.586	4.337
Lit. de Itajaí	218	4.639	495	21.212	2.357	4.543
Col. de Blumenau	963	16.019	1.558	89.105	1.722	5.562
Col. Itajaí Norte	670	297	982	1.269	1.436	6.130
Col. Alto Itajaí	2.470	7.903	3.017	36.794	1.545	5.294
Florianópolis	245	3.421	570	12.668	2.326	3.703
Col. Serrana Cat.	970	147	1.069	822	1.927	5.592
Lit. de Laguna	21	3.749	58	12.785	2.782	3.418
Carbonifera	2.213	9.413	3.758	32.153	1.398	3.495
Lit. Sul Cat.	570	15.710	618	60.359	1.034	3.860
Col. Sul Cat.	1.210	25.830	2.595	121.766	2.145	4.706
Caçapós Lages	495	-	678	-	1.370	-
Campos Curitibanos	4.715	-	7.837	-	1.497	-
Col. Pio do Peixe	3.965	-	14.569	-	3.657	-
Col. Oeste Cat.	26.086	-	35.677	-	1.733	-
Plan. Canoinhas	10.283	12	13.434	32	1.309	2.667
TOTAL	55.114	103.576	88.565	464.727	1.697	4.487

FONTE: Fundação ISG/CCEFA - Setembro-88 (dados preliminares).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

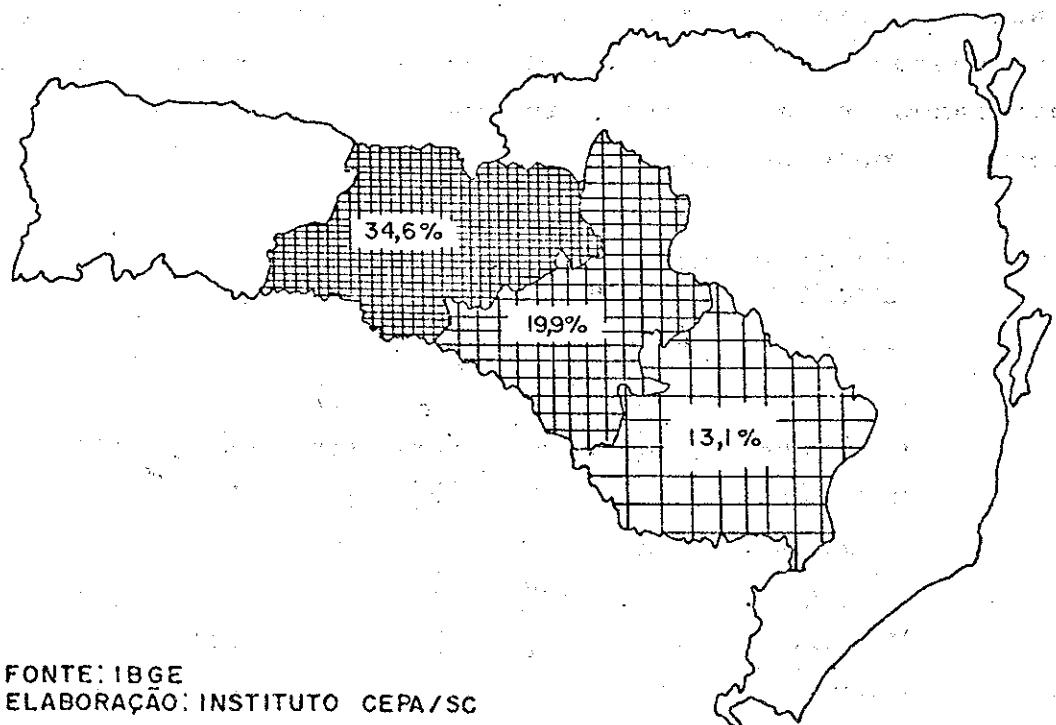
MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA — SAFRA 1987-88



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC

MAPA 2 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA — 1987-88



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC

2. PRODUÇÃO

Segundo fontes do USDA (outubro/88), foram produzidos no mundo, na safra 1987/88, cerca de 453,1 milhões de toneladas de arroz. Embora houvesse especulações sobre redução da oferta mundial face aos problemas climáticos ocorridos no continente asiático, a produção aumentou em quase 3%. O aumento verificado em outros países, principalmente na China, neutralizou as perdas daqueles afetados por intempéries.

A China deteve 38,5% de toda produção mundial, seguida da Índia, com 17,5% e da Indonésia, com 8,5%. Esses três produtores responderam por 64,5%, conforme tabela 2 a seguir.

TABELA 2
ARROZ - PRODUÇÃO MUNDIAL EM CASCA E BENEFICIADO, SAFRAS 1986/87, 1987/88
E PREVISÃO PARA 1988/89

PAÍS	EM CASCA			BENEFICIADO		
	86/87	87/88	88/89	86/87	87/88	88/89
Birmânia	14,0	12,2	12,5	8,7	7,6	7,8
Paquistão	5,0	4,8	5,2	3,3	3,2	3,5
Tailândia	20,5	17,3	18,9	13,5	11,4	12,5
C.E.E. (12)	1,9	1,9	1,9	1,3	1,3	1,3
Indonésia	38,7	38,7	39,9	26,3	26,3	26,5
Nigéria	0,9	0,8	0,9	0,6	0,6	0,6
Coréia/Sul	7,8	7,6	7,9	5,6	5,5	5,6
Outros Import. (*)	2,3	2,1	2,1	1,5	1,4	1,4
Austrália	0,8	0,8	0,5	0,6	0,6	0,4
Bangladesh	21,9	23,0	23,1	14,6	15,3	15,4
Brasil	10,1	11,0	10,4	6,9	7,5	7,1
China	171,0	174,4	172,2	119,7	122,1	120,6
Índia	94,5	79,5	90,6	63,0	53,0	60,4
Japão	12,5	13,9	14,6	9,1	9,7	10,6
Filipinas	9,1	8,6	9,0	5,9	5,6	5,8
URSS	2,7	2,7	2,6	1,8	1,7	1,7
Vietnã	15,4	15,3	16,0	10,0	9,9	10,4
EUA	7,1	5,8	5,8	5,0	4,1	4,1
Outros	33,9	33,4	34,2	22,4	22,1	22,6
TOTAL	470,0	453,1	440,4	319,8	308,7	304,1

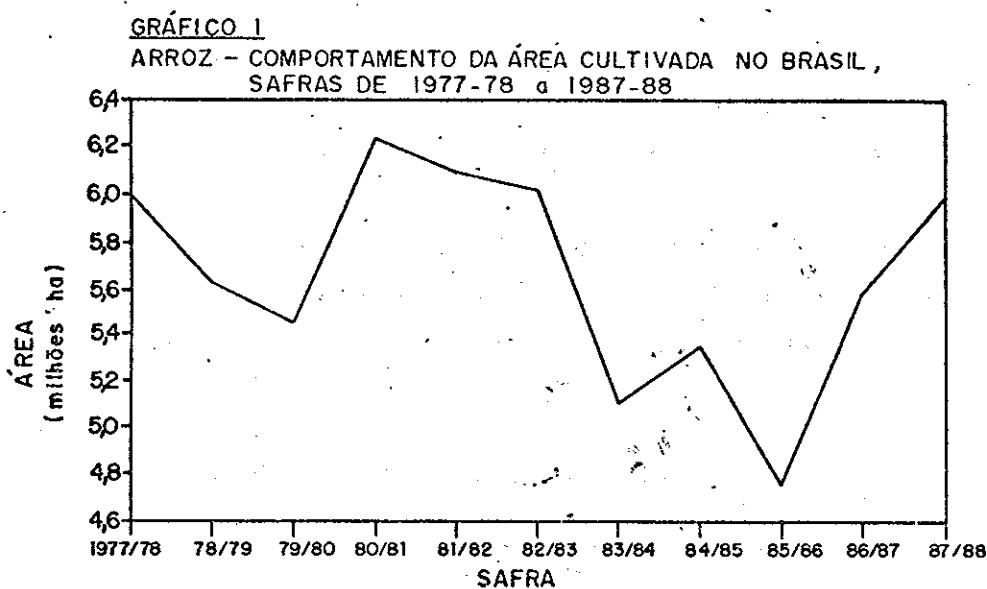
FONTE: USDA, outubro 1988.

(*) Inclui Hong Kong, Irã, Iraque, Costa do Marfim e C.E.E.

O Brasil ocupou, no ano agrícola 1987/88, a nona posição na produção mundial, participando com 2,4% do volume global de arroz em casca.

Tomando como base o ano agrícola 1977/78, verifica-se que o Brasil, ao longo do último decênio, não apresentou crescimento na área cultivada. Houve expansão pouco expressiva na safra 1980/81 (4% sobre a safra tomada como base), mas a

área cultivada não se manteve naquele nível, voltando a cair em seguida. Conforme gráfico sobre o comportamento da cultura, a maioria das safras apresentou, no período comparado, áreas cultivadas inferiores à de 1977/78 (gráfico 1).

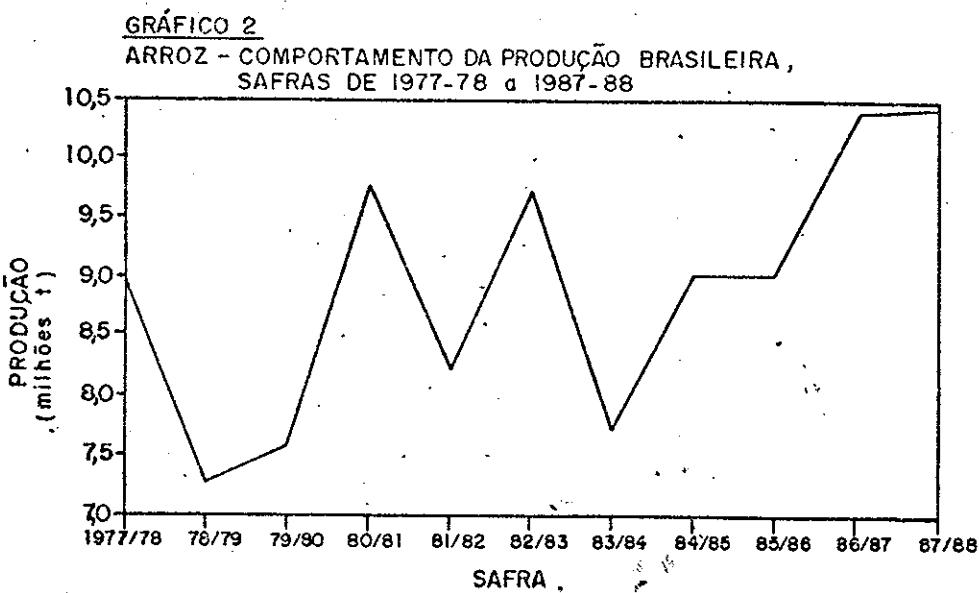


Fonte: IBGE

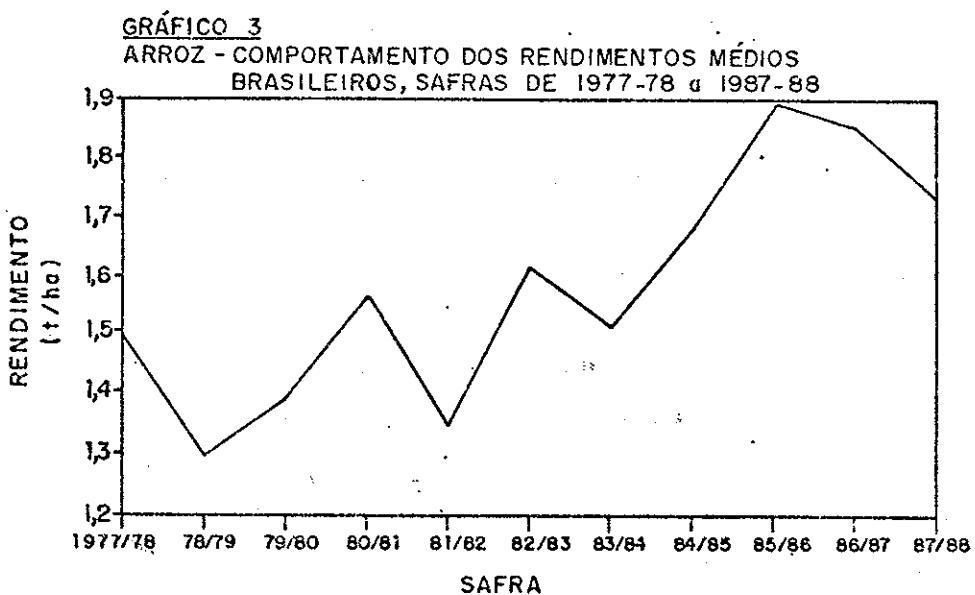
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

No tocante à produção durante o decênio em análise, somente nas safras 1986/87 e na estimativa para 1987/88 foram observados aumentos expressivos de oferta. Nas demais, verificaram-se oscilações alternadas de produção, tendo sido atingida a menor oferta na safra 1978/79, quase 19% abaixo da safra tomada como base (gráfico 2).

Embora se tenham verificado crescimento inexpressivo da área cultivada e aumento efetivo da produção de arroz, somente nas safras 1986/87 e 1987/88 os rendimentos médios têm sido crescentes, registrando-se aumentos de 12%, 26% e 24% nas safras 84/85, 85/86 e 86/87, respectivamente. O menor rendimento médio do período (1.297 Kg/ha) foi constatado na safra 1978/79 (gráfico 3).



Fonte: IBGE
 Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC



Fonte: IBGE
 Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Esse comportamento da cultura do arroz no país deve-se a muitos fatores, destacando-se, entre eles, a política de estímulo voltada principalmente aos produtos exportáveis (café, soja, cana-de-açúcar, etc.) - com a finalidade de gerar superávit na balança de pagamento) - e problemas de ordem climática (periodos cíclicos de seca registrados sobretudo no Nordeste do país), os quais afetam sensivelmente as lavouras conduzidas no sistema de sequeiro.

A safra 1987/88 não apresentou variação significativa sobre a anterior; os resultados foram, respectivamente, 10.374.030 e 10.425.100 toneladas.

Os estados produtores de arroz, na safra 1987/88, tiveram a seguinte participação:

TABELA 3
ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/88

ESTADO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (ton)	RENDIMENTO (Kg/ha)	PARTIC. NA PROD. (%)
Rio Grande do Sul	803.098	3.561.498	4.435	34,16
Goiás	1.182.084	1.501.040	1.270	14,40
Mato Grosso	678.243	922.384	1.360	8,85
Minas Gerais	624.561	909.359	1.456	8,72
Maranhão	930.237	595.829	641	5,71
Santa Catarina	158.580	553.730	3.492	5,31
São Paulo	303.193	552.160	1.821	5,30
Mato Grosso do Sul	325.998	465.987	1.429	4,47
Paraná	202.923	342.844	1.690	3,29
Rondônia	136.913	213.322	1.558	2,05
Piauí	222.273	162.496	731	1,56
Pará	118.885	148.915	1.253	1,43
Espírito Santo	39.587	120.430	3.042	1,16
Ceará	51.422	113.967	2.216	1,09
Rio de Janeiro	29.686	95.139	3.205	0,91
Bahia	165.402	52.174	495	0,50
Acre	29.194	44.009	1.405	0,42
Pernambuco	7.964	30.148	3.786	0,29
Outros	49.773	39.669	797	0,38
TOTAL	6.000.016	10.425.100	1.738	100,00

FONTE: Fundação IBE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Catarinense/88.

Com referência à participação de Santa Catarina na produção nacional, sua posição melhorou, passando para sexto produtor, responsável por mais de 5% da produção global do país.

O desempenho da safra catarinense 1987/88, em relação à anterior, apresentou um crescimento na produção de arroz irrigado da ordem de 7% em face da melhoria do rendimento médio

das lavouras. Quanto ao arroz de sequeiro, também o rendimento médio foi responsável pelo aumento de cerca de 24% da produção neste sistema de cultivo. No global, a produção estadual cresceu quase 10% sobre a do ano anterior e cerca de 23% nos últimos cinco anos, conforme está demonstrado na tabela 4.

TABELA 4
ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA (SEQUERO E IRRIGADO) EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1983/84 A 1988/89

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (ton)	ÍNDICE	RENDIMENTO (Kg/ha)	ÍNDICE
1983/84						
Irrigado	88.742	100,00	358.034	100,00	4.035	100,00
Sequeiro	51.969	100,00	92.533	100,00	1.780	100,00
1984/85						
Irrigado	92.633	104,38	378.766	105,79	4.088	101,31
Sequeiro	52.009	100,06	67.600	73,06	1.300	73,03
1985/86						
Irrigado	96.233	108,44	394.751	110,26	4.102	101,66
Sequeiro	52.508	101,04	56.148	60,07	1.069	60,00
1986/87						
Irrigado	103.711	116,87	433.148	120,98	4.176	103,49
Sequeiro	58.555	112,67	71.608	77,38	1.223	68,71
1987/88						
Irrigado	103.580	116,72	464.730	129,80	4.487	111,20
Sequeiro	55.000	105,83	89.000	96,18	1.607	90,28
1988/89(*)						
Irrigado	106.000	119,45	487.600	136,19	4.600	114,00
Sequeiro	51.000	98,13	92.000	99,42	1.800	101,12

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG-SC.

(*) Previsão em dez/88.

Esse desempenho favorável dos últimos anos deveu-se fundamentalmente às lavouras desenvolvidas no sistema irrigado, ao aumento da área cultivada e ao crescimento do rendimento físico gerado pela apropriação de tecnologia.

No caso do arroz de sequeiro, as variações na produção se devem, quase que exclusivamente, às alternâncias do clima.

3. CONSUMO E ABASTECIMENTO

Considerando as produções obtidas durante dez anos e comparando-as com a população do país, verifica-se o seguinte quadro de disponibilidade de produto para atendimento da demanda interna.

TABELA 5
DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA POR HABITANTE/ANO
NO BRASIL - 1978/87

ANO	PRODUÇÃO DISPONÍVEL (t)	DISPONIBILIDADE (*) (Kg/per capita/ano)
1978	8.993.696	77,27
1979	7.296.142	69,97
1980	7.595.214	63,83
1981	9.775.720	78,79
1982	8.228.326	64,84
1983	9.734.553	75,02
1984	7.741.753	58,36
1985	9.027.363	66,56
1986	9.024.555	65,12
1987	10.374.030	73,56

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Com base na população projetada pelo IBGE, Anuário Estatístico, excetuado o de 1980, cujo dado foi extraído do Censo Demográfico.

Como se pode constatar na tabela 5, a disponibilidade de arroz proporcionada pela produção interna, com exceção do 1981, decresceu no último decênio, chegando a se registrar uma queda, em 1984, de quase 25%.

O consumo de arroz no Brasil, até 1985, era estimado entre 9,0 e 9,5 milhões de t, variando de acordo com a disponibilidade e com os preços de outros alimentos básicos (efeito substituição ou complementação alimentar), tais como o feijão, a farinha de mandioca, as massas alimentícias e o fubá de milho.

No ano de 1986, em face do Plano de Estabilização Econômica, o consumo brasileiro aumentou devido à melhoria do poder aquisitivo, situando-se na faixa de 10,3 milhões de t. Nos últimos dois anos (1987 e 88), segundo a CFP, o consumo caiu para 9,6 e 9,8 milhões de toneladas, respectivamente.

O fato de a produção interna haver-se mantido estacionária nos últimos anos provocou uma dependência das importações, quer seja para complementar a demanda, quer para a formação de estoques estratégicos. Estas importações são, em sua maioria, oriundas dos países asiáticos, com destaque para a Tailândia, maior exportador mundial de arroz. Segundo a CIEF/MF, a partir de 1980 as importações brasileiras se comportaram conforme a tabela a seguir.

TABELA 6
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARROZ - 1980-88

OPERAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Importação	238.896	142.523	147.708	322.417	227	339.517	1.547.586	235.000	235.000 (*)
Exportação	1.526	49.807	12.359	8.020	1.364	3.905	4.233	3.861	50.000 (*)

FONTE: CIEF/MF - CACEX.

(*) Previsão ago/88.

Apesar de o Brasil ser tradicional importador e não exportador, a partir de 1987, em face do volume excedente provocado pela boa produção obtida na safra anterior, acrescido de elevado volume de importações durante o ano de 1986, as agroindústrias do Rio Grande do Sul pressionaram o governo para liberar as exportações. Contudo, a necessidade de subsídios por parte do governo brasileiro afastou temporariamente a decisão. Mesmo assim, sem a tradição dos grandes exportadores, o Brasil tem participado do mercado internacional, embora timidamente, com algumas exportações. Durante o ano, voltaram as pressões sobre a necessidade de exportar excedentes. As vendas ao exterior eram indicadas como a grande alternativa para enxugamento dos estoques. Entretanto, os sérios problemas devidos às diferenças de preços do arroz no mercado nacional em relação às cotações praticadas no comércio internacional dificultaram as transações. Embora o governo tenha concordado em liberar cotas e em participar com subsídios, abrindo concorrência pública para venda de arroz destinado à exportação (60 mil toneladas de arroz em casca e 36 mil beneficiadas), as negociações não surtiram efeito. Nos leilões realizados, os exportadores brasileiros consideravam os preços exigidos pelo produto do governo muito elevados, não havendo interesse de compra. As exportações ocorridas posteriormente foram de pequenos volumes através da iniciativa privada. Seu objetivo parece ter sido o de abrir espaço no mercado internacional visando ao futuro. A oferta e demanda a nível do país, nos últimos três anos, bem como a estimativa para 1988/89, conforme divulgação da CFP, estão demonstradas na tabela a seguir:

TABELA 7
ARROZ EM CASCA - BRÁSIL - OFERTA E DEMANDA

DISCRIMINAÇÃO	88/89(*) (1)	(em mil t)		
		87/88	86/87	85/86
Estoque inicial	3.495	2.287	646	1.051
Produção	11.709	10.578	9.813	8.760
Importação	235	235	2.074	500
-Oferta total	15.439	13.100	12.533	10.311
Consumo	10.000	9.600	10.240	9.660
Exportação	50	5	6	5
-Demanda total	10.050	9.605	10.246	9.665
Estoque final	5.389	3.495	2.287	646

FONTE: CFP.

OBS: (1) Estimativa.

(*) Dados de nov/88.

Para Santa Catarina, considerando-se a produção obtida na safra 1987/88 no total de quase 554 mil toneladas do grão em casca, foi registrado um superávit de aproximadamente 312 mil toneladas - descontados o consumo doméstico, as perdas normais e as reservas para semente.

Há que se considerar, entretanto, que apesar de a população catarinense ser tranquilamente abastecida pela produção do estado, o superávit gerado é insuficiente para manter suprido o parque agroindustrial existente. São necessárias importações de outros estados - do RS, principalmente - para manter os engenhos ocupados no transcorrer do ano. A capacidade operacional do parque de beneficiamento oscila em torno de 650 mil toneladas/ano; portanto, cerca de 100 mil toneladas ingressam anualmente no estado para serem transformadas em arroz macerado e parboilizado, visando ao atendimento de outros estados consumidores, tais como: Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e outros.

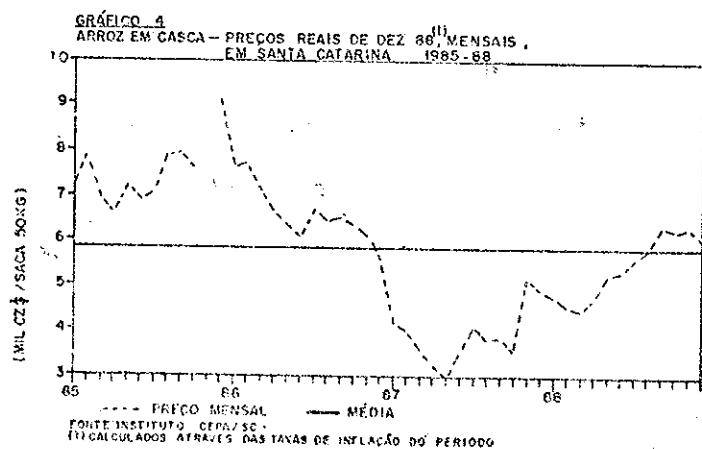
4. COMERCIALIZAÇÃO

No tocante ao comércio interno, diante da grande produção brasileira na safra 1987/88 - perto de 10,5 milhões de toneladas - os excedentes de safra foram calculados, para o ano seguinte, em mais de 5 milhões de toneladas. Tamanho estoque abria perspectivas negativas para a comercialização da safra, o

que acabou não ocorrendo. Os preços, tanto do arroz em casca como do beneficiado, após um início desanimador, recompuseram-se com o decorrer da comercialização. O arroz do sul, sobretudo, impôs-se no mercado, aproximando-se muito o nível dos preços pagos ao produtor ao dos preços oficiais no mês de maio. Já a comercialização da safra catarinense teve um desempenho superior ao da expectativa do inicio do ano. O temor de que os preços, devido ao superabastecimento do mercado, se mantivessem distante dos preços mínimos oficiais, acabou não se confirmando, mantendo-se mais próximos do que se esperava. Na segunda semana do mês de junho, os preços recebidos no sul do estado já superavam o mínimo oficial, fixado em R. 427,00/sc de 50 Kg.

Embora os preços recebidos pelos produtores catarinenses, durante o ano de 1988, não tivessem alcançado os mesmos níveis dos preços reais praticados em 1985, registravam recuperação, permitindo uma equiparação aos do segundo semestre de 1986.

Comparações com os preços recebidos em 1987 são pouco válidas, considerando que naquele ano foram observados os mais baixos níveis de preços dos últimos anos pagos aos produtores. Como exemplo, os preços reais do arroz em casca praticados em setembro de 1987 equivaleram a apenas 58,6% dos preços recebidos em 1985, a 71,3% dos de 1986 e a 60,8% dos de 1988, conforme demonstrado no gráfico 4 a seguir:



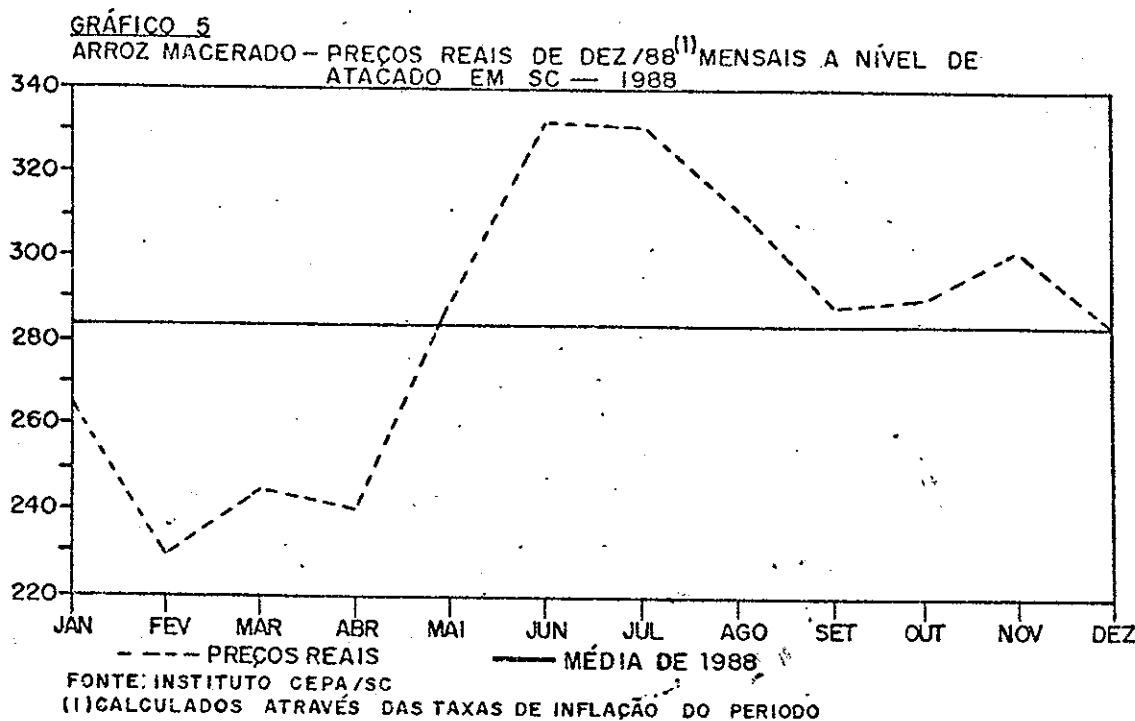
O arroz beneficiado, por sua vez, iniciou sua escala evolutiva a partir de abril, chegando no mês de maio a ultrapassar o preço de intervenção (1), fixado em CZ\$ 2.229/fardo de 30 Kg.

Frente a um quadro de pesados excedentes de safra, as elevações de preços não deveriam ocorrer com tanta intensidade, já que o mercado encontrava-se superofertado. Entretanto, este comportamento foi justificado pela preferência do consumidor nos principais centros do país pelo arroz do tipo agulhinha produzido no Sul. Essa preferência (que se manteve há alguns anos) deveu-se à melhor qualidade do produto e ao seu preço, considerado barato em comparação com o de outros produtos básicos, o que lhe garantiu o nível de consumo. Outra razão para essa preferência foi o fato de a maior parte do arroz de sequeiro estar imobilizada nos estoques do governo. Dessa forma, o arroz agulhinha viabilizou-se no mercado tanto nos preços como no volume de vendas. Esta situação manteve-se até fins de julho, quando os preços estabilizaram-se, apenas acompanhando as correções da inflação. Quando o mercado apresentava tendências de aquecimento, o advento do "Pacto Social" influiu sobre o mercado, revertendo o quadro e mantendo o nível de consumo mais tranquilo.

O comportamento dos preços reais para o arroz no segmento atacadista no decorrer de 1988 pode ser analisado no gráfico 5.

Pelo fato de os preços praticados se terem situado acima dos limites de intervenção governamental, a CFP sentiu-se à vontade para colocar à venda seus estoques de arroz agulhinha, o qual, ao contrário do de sequeiro (de qualidade inferior), foi avidamente disputado e praticamente todo adquirido nos leilões.

(1) Preço limite estabelecido para o governo intervir no mercado.



Em Santa Catarina, ao final do ano, os estoques remanescentes eram suficientes para atender às necessidades das cooperativas até o inicio da próxima colheita (fev/89). Já as agroindústrias privadas precisaram adquirir do RS a maior parte da matéria-prima necessária. Outra parte da demanda foi suprida através de leilões realizados pela CFP.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

O arroz, produto da safra 1987/88, como já foi dito, apresentou um desempenho comercial melhor que o do ano passado, embora não atingindo os níveis dos anos anteriores. A atividade conseguiu essa pequena melhora, segundo análise de vários setores que acompanham a produção agrícola, em face da política de controle de estoque adotada pelo governo. Uma análise da Fundação Getúlio Vargas (2) conclui que nos últimos dois anos os preços dos produtos ficaram aquém dos índices inflacionários e, desta forma, atuaram como deflatores. Esse efeito foi

(2) AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, v.12, n.8, ago.1988.

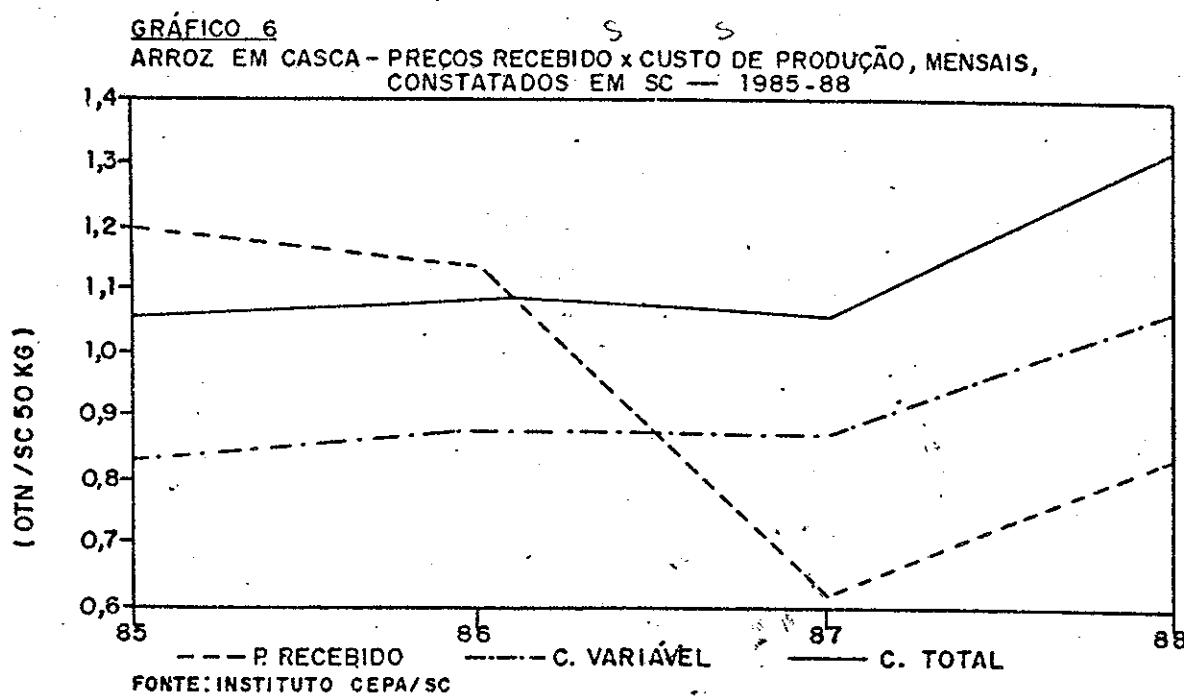
igualmente constatado com o arroz em Santa Catarina, segundo análise do Instituto CEPA/SC. Assim, a recuperação em 1988 nada mais foi do que uma tendência à composição da defasagem em relação ao nível histórico das cotações e foi, principalmente, resultado do posicionamento do próprio governo, permitindo condições de mercado menos controladas, com base nas atuais normas de comercialização, refletindo-se, ao contrário das expectativas anteriores, em melhor desempenho do mercado. De acordo com a CFP, o governo manteve 90% dos elevados estoques de passagem retidos durante o primeiro semestre, afastando, temporariamente, o produto do mercado. Esse fato, somado ao fluxo adequado de recursos oficiais para AGF e EGF, permitiu um mercado solto e promoveu a sustentação dos preços.

Assim, quando comparados os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC nos meses de maior intensidade de plantio com os preços recebidos pelos produtores de arroz nos períodos de pique de venda do produto em casca, constata-se uma recuperação em relação ao ano comercial de 1987, porém, bem abaixo de 1985 e 1986.

Os valores foram "otenizados" para efeito comparativo mais real e para evitar possíveis distorções quanto ao tratamento dos dados. Optou-se pela série dos últimos quatro anos por permitir a visualização dos efeitos advindos das medidas econômicas de maior impacto sobre os preços, como o "Plano Cruzado" e o "Plano Bresser".

O sistema de produção adotado foi o de várzeas sistematizadas com semeadura de grãos pré-germinados, por ser o de tecnologia mais avançada, com níveis de produtividade média de 100 sacos de 50 Kg/ha.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, os preços recebidos pelos produtores catarinenses, transformados em OTN, decresceram, enquanto os custos de produção evoluíram. Nos últimos dois anos, 1987 e 1988, até mesmo os custos variáveis de produção ficaram acima dos preços recebidos, tornando visíveis os prejuízos da atividade.



6. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

A atual safra arrozeira (88/89), que em dezembro se encontrava em fase final de implantação, enfrentou sérios revéses no tocante à ação do clima. No inicio, os trabalhos de preparo do solo e as primeiras semeaduras foram bastante prejudicadas pela estiagem, que se prolongou até meados de setembro. Daí em diante, as chuvas regularizaram-se, porém as baixas temperaturas dificultaram o desenvolvimento inicial das plantas. A partir de outubro, a situação climática melhorou - bom regime de chuvas e elevação da temperatura. Quando tudo parecia bem, mais uma vez faltou água para as lavouras e até meados de dezembro a situação não estava normalizada, apesar das chuvas ocorridas neste período. No sul, a precipitação registrada foi suficiente para elevar o nível dos rios e reanimar os produtores; já no litoral norte e outras regiões, as chuvas foram insuficientes e pouco contribuiram para reverter o quadro na maioria das lavouras. Falava-se em quebras em torno de 20% sobre a produção esperada naquela região, em função da perspectiva de queda de produtividade, principalmente nas arrozeiras plantadas mais cedo.

No tocante às políticas para o setor, o mecanismo que exerce real influência sobre a decisão de plantio é a Política de Garantia de Preços Mínimos. Neste sentido, o arroz do tipo agulhinha foi o produto agrícola mais beneficiado, recebendo um reajuste real, em relação à safra anterior, de 11,6%, tendo sido fixado, com base no mês de julho, em 2.539,00/sc de 50 Kg. Já o arroz de sequeiro não apresentou variação significativa.

Dessa forma, em novembro, o IBGE/GCEA divulgou uma área cultivada de 106 mil ha de arroz irrigado e de 51 mil de sequeiro, com produção estimada em 498 mil toneladas para o primeiro sistema e 89 mil para o segundo, o que, no global, representará cerca de 6% sobre a produção da safra anterior.

2.3 BANANA

1. CARACTERIZAÇÃO

A banana é fruto de origem tropical, exigente, portanto, em calor. Apesar da possibilidade de adaptação a vários tipos de clima, do tropical úmido ao subtropical seco, é extremamente exigente em umidade.

A exploração da cultura em Santa Catarina é feita em 26.000 estabelecimentos agropecuários, concentrados principalmente nas MRH Colonial de Joinville, Colonial Sul Catarinense, Carbonifera e Colonial de Blumenau. O estado respondeu por 7,5% da produção brasileira, destacando-se como o terceiro maior produtor de bananas.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial, em 1986, foi de 40,2 milhões de t, 3% superior à de 1985. Estes dados são da última estimativa da FAO (vide tabela 1).

O Brasil e a Índia, responsáveis por 30% da produção mundial, têm suas produções voltadas para o consumo internos ao passo que os demais países que se destacam na atividade a têm voltada para o mercado externo (vide tabelas 2 e 7).

A produção brasileira de bananas no ano de 1988, conforme estimativas da fundação IBGE, foi de 514 milhões de cachos, idêntica, portanto, à safra do ano anterior.

Como maior produtor mundial (18%), o Brasil tem a cultura espalhada por todo seu território, sendo que as Regiões Nordeste e Sudeste respondem por 2/3 do volume total.

A Região Nordeste é a que mais se destaca na atividade, pois tem o melhor clima, a maior área, e uma das melhores produtividades, sendo o estado da Bahia o maior produtor brasileiro, com 16% da produção nacional.

TABELA 1
BAUNA - QUANTIDADES MUNDIAIS A NÍVEL DE REGIÃO E PARTICIPAÇÃO
PERCENTUAL - 1983-86

REGIÃO	1983		1984		1985		1986	
	Qtidade (1000 t)	Partic. (%)						
América Latina	18.345	45,7	19.504	49,4	19.661	50,4	20.426	50,8
Ásia	15.206	37,9	13.848	34,9	13.081	33,5	13.427	33,4
Africa	5.022	12,5	4.624	11,7	4.722	12,1	4.834	12,0
Oceania	1.094	2,7	1.112	2,8	1.120	2,9	1.113	2,8
Europa	499	1,2	490	1,2	436	1,1	430	1,0
TOTAL	40.166	100	39.658	100	39.020	100	40.230	100

FONTE: FAO - Anuario FAO de Comercio - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
BAUNA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE
PARTICIPAÇÃO - 1983-1986

PAÍS	1983		1984		1985		1986	
	Qtidade (1000 t)	Partic. (%)						
Brasil	6.566	16,0	7.062	17,4	7.506	18,7	7.563	18,3
India	4.648	12,0	4.626	11,4	4.500	11,2	4.748	11,5
Filipinas	3.668	9,0	2.299	5,6	2.229	5,6	2.303	5,6
Indonésia	2.320	6,0	2.759	6,8	1.700	4,3	1.900	4,6
Equador	1.542	4,0	1.678	4,1	1.970	4,9	1.930	4,7
Tailândia	1.530	4,0	1.545	3,8	1.580	3,9	1.596	3,9
Outros países	19.693	49,0	20.698	50,9	20.578	51,4	21.259	51,4
TOTAL	40.166	100	40.667	100	40.063	100	41.299	100

FONTE: FAO - Anuario FAO de Producción - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
BANANA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO POR REGIÃO E ESTADO DO BRASIL - 1986-88

REGIÃO/ ESTADO	1986			1987			1988 (1)		
	Área Colhida (ha)	Produção Obtida (1000 cachos)	Rendimen- to cachos/ha	Área Colhida (ha)	Produção Obtida (1000 cachos)	Rendimen- to cachos/ha	Área Colhida (ha)	Produção Obtida (1000 cachos)	Rendimen- to cachos/ha
NORTE	45.314	19.649	1.096	39.242	42.224	1.076	51.298	54.583	1.064
Acre	3.779	4.906	1.298	4.037	5.186	1.285	4.400	5.586	1.270
Amazonas	695	467	772	365	256	694	646	463	723
Pará	4.967	3.327	813	5.627	4.392	300	2.004	1.574	835
Rondônia	14.987	21.622	1.443	15.794	21.373	1.353	19.636	27.330	1.392
Roraima	19.457	17.412	895	14.915	12.194	812	20.862	16.525	792
CENTRO-OESTE	60.063	51.616	859	57.977	49.895	861	57.450	50.221	874
Distr. Federal	397	397	1.000	273	273	1.000	298	342	1.148
Goiás	35.119	31.250	890	34.023	39.120	30.160	30.650	26.700	889
Mato Grosso	21.122	15.143	717	21.698	16.896	779	24.628	20.664	815
Mato Grosso Sul	3.434	4.826	1.405	1.986	2.606	1.312	2.474	3.115	1.259
NORDESTE	147.082	188.459	1.281	163.694	201.581	1.231	164.252	204.248	1.244
Alagoas	4.204	6.522	1.951	5.749	5.909	1.028	5.749	5.909	1.028
Bahia	57.500	79.235	1.370	65.074	76.731	1.179	66.000	81.840	1.240
Ceará	33.252	39.600	920	35.626	36.409	1.022	34.330	34.493	1.005
Maranhão	8.453	11.156	1.320	9.116	11.734	1.399	7.270	11.293	1.553
Paraíba	11.163	18.245	1.682	14.774	21.570	1.468	15.685	22.153	1.469
Pernambuco	22.151	32.677	1.475	23.762	35.452	1.492	25.462	34.181	1.342
Piauí	3.946	4.428	1.454	3.664	5.485	1.497	4.043	6.545	1.619
Rio Grande Norte	2.846	4.752	1.670	3.383	5.070	1.535	3.633	4.940	1.340
Sergipe	2.522	2.335	1.124	2.626	2.941	1.120	2.680	2.894	1.089
SUDESTE	138.386	160.791	1.162	146.226	165.071	1.129	143.101	148.796	1.040
Espírito Santo	23.503	21.542	756	27.794	22.481	816	27.598	22.325	812
Minas Gerais	36.766	37.718	1.026	35.297	37.262	1.056	36.191	37.828	1.045
Rio de Janeiro	33.555	35.266	1.050	33.548	36.232	1.074	33.115	35.433	1.070
São Paulo	37.547	66.266	1.676	49.587	69.106	1.394	46.287	53.210	1.150
SUL	38.993	53.720	1.378	40.522	55.769	1.376	41.077	56.081	1.365
Paraná	5.630	8.205	1.457	5.973	7.207	1.541	6.800	9.000	1.509
Rio Grande Sul	7.641	7.057	924	7.633	7.606	996	7.913	7.779	983
Santa Catarina	25.722	38.459	1.495	26.916	36.956	1.447	27.164	39.302	1.447
BRASIL	429.038	504.213	1.173	447.661	514.460	1.149	457.178	513.929	1.124

FONTE: Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção - Nov/98.

O estado de São Paulo, com 13%, fica em segundo lugar. O nível tecnológico e de manuseio empregado no estado é o melhor que existe, até mesmo por exigência do mercado. A área de maior concentração está no Vale do Ribeira, onde predomina a exploração de cultivares do tipo Caturra.

Santa Catarina, terceiro maior produtor nacional, responde por 8% do volume total. Apesar do clima não-favorável da Região Sul, a extensa faixa litorânea que antecede as escarpas da Serra Geral e do Mar delimita microclimas que, mesmo não sendo ideais para produtividade, permitem ao estado produzir um tal volume a ponto de lhe garantir um lugar de destaque no cenário nacional nessa atividade.

TABELA 4
BANANA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E
RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - 1980-88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		RENDIMENTO Cachos/ha
		Mil cachos		
1980	20.514	29.192		1.423
1981	19.441	30.179		1.552
1982	21.535	30.453		1.414
1983	19.993	28.977		1.449
1984	23.747	34.724		1.462
1985	25.044	37.065		1.481
1986	25.722	38.458		1.495
1987	26.916	38.956		1.447
1988(1)	27.164	39.302		1.447

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa da Fundação IBGE - Nov/88.

A cultura, no estado, embora distribuída ao longo de todo o litoral, concentra-se na MRH Colonial de Joinville, destacando-se o município de Corupá, com 22% da produção estadual. Na segunda posição está a MRH Colonial Sul Catarinense, liderada pelo município de Jacinto Machado. Seguem-se a MRH Colonial de Blumenau, tendo Massaranduba um lugar de destaque e a MRH Carbonifera, na qual o município de Siderópolis aparece como o maior produtor da região.

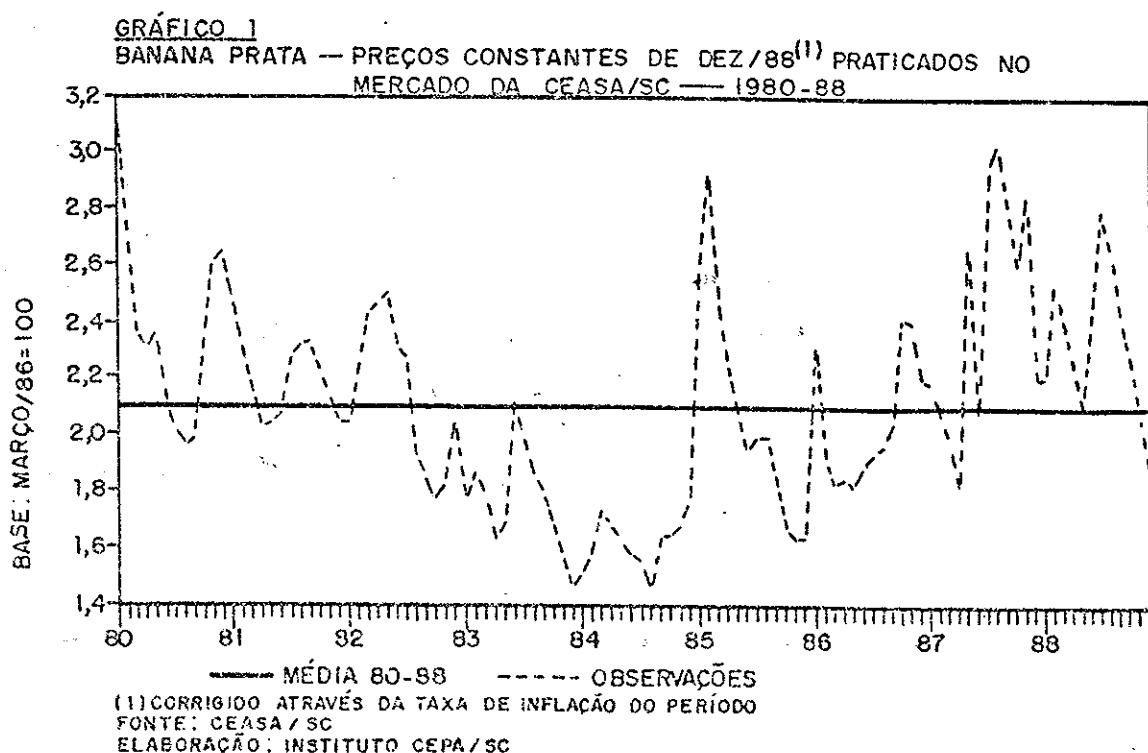
TABELA 5
BANANA - ÁREA PLANTADA - PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO
HOHÓGENEA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

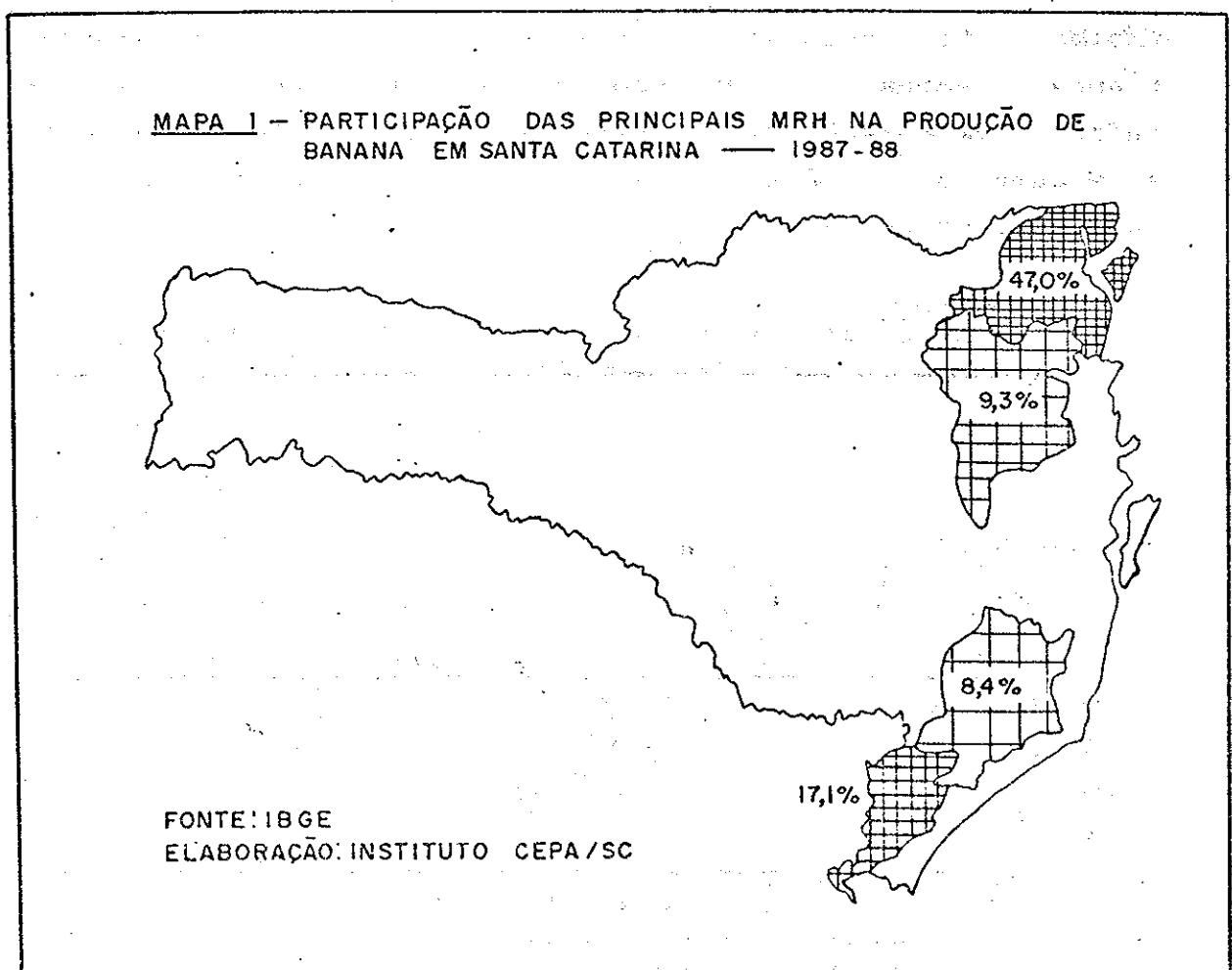
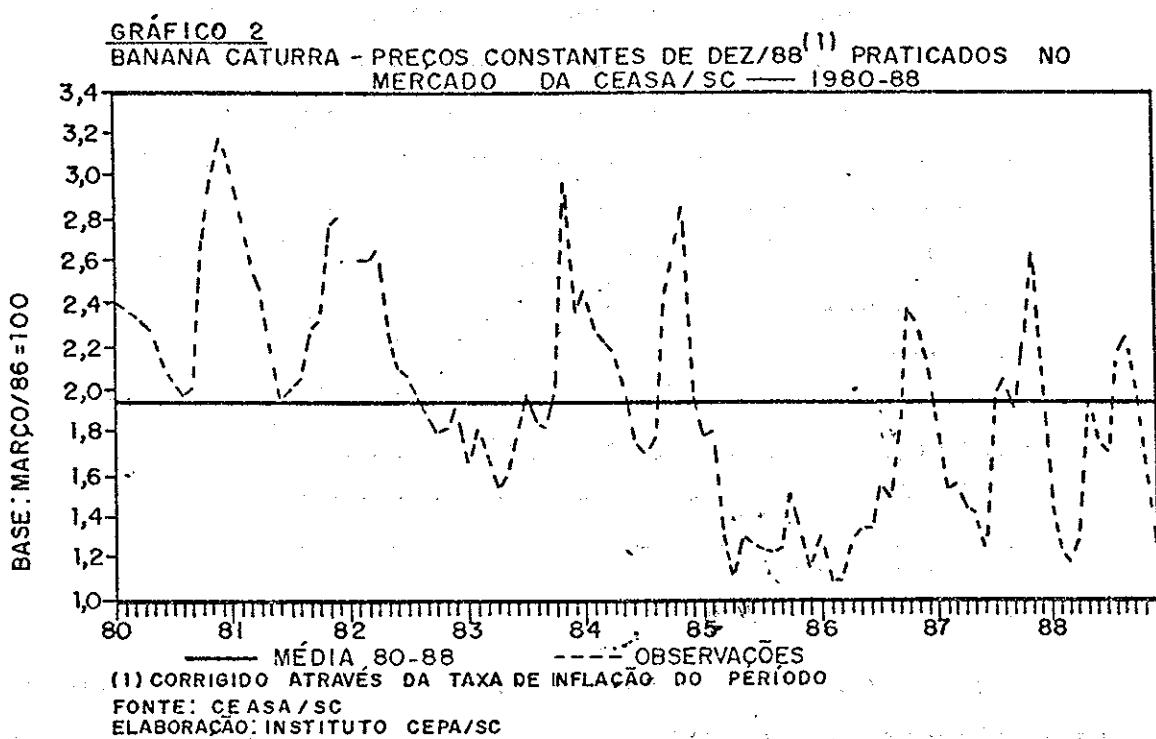
MICRORREGIÃO HOHÓGENA	1987/88			1986/87		
	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimen- to Médio (Kg/ha)	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimen- to Médio (Kg/ha)
Col.de Joinville	11.920	18.618	1.562	11.693	18.332	1.568
Lit.de Itajaí	977	1.832	1.875	977	1.832	1.875
Col.de Blumenau	2.380	3.696	1.553	2.025	3.341	1.650
Col.do Alto Itajaí	18	36	2.000	18	36	2.000
Florianópolis	1.059	1.967	1.857	1.049	1.949	1.858
Col.Serrana Cat.	669	1.008	1.626	669	1.088	1.626
Lit.de Laguna	248	466	1.879	296	513	1.733
Carbonífera	2.444	3.344	1.368	2.476	3.426	1.384
Lit.Sul Cat.	1.420	1.326	934	1.395	1.188	852
Col.Sul Cat.	6.128	6.777	1.106	6.113	6.759	1.106
Plan.Canoinhas	200	480	2.400	205	492	2.400
ESTADO	27.463	39.630	1.443	26.916	38.956	1.447

FONTE: Fundação IOGE - GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAC/SC.

Na Colonial de Joinville, a bananicultura caracteriza-se pela exploração das cultivares do subgrupo Cavendish (conhecidas como Caturra), quais sejam: Nanicão e Nanica. Na região sul, as mais cultivadas são a Enxerto e a Branca, ambas do subgrupo Prata, cujo preço, nas últimas safras, em relação às do grupo Caturra, tem levado esta região a um aumento de área. A Nanicão também é cultivada; porém, com menor expressão.





3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Da produção mundial, somente 10% é destinada ao comércio internacional, sendo a região do Caribe a que concentra o maior volume transacionado. Somente a América Latina é responsável por mais de 80% desse total (vide tabela 6).

Essa concentração decorre da exploração sob a forma de "Plantation" por empresas multinacionais. Estas, por sua vez, ganham em competitividade por terem a produção localizada nas imediações do maior importador - EUA (42%), e disporem, ainda, de condições edafoclimáticas adequadas. Tais condições propiciaram a geração de tecnologias de produção e comercialização.

A exportação da banana é uma das principais fontes de receita cambial para o Equador, Honduras, Costa Rica e Filipinas (vide tabela 7).

Além destes países, é também muito representativa para a balança comercial do Panamá, da Guatemala e da Jamaica a receita com a exportação de bananas frescas, secas e farinha de banana.

TABELA 6
BANANA - EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1984-86.

REGIÃO	EXPORTAÇÃO MUNDIAL					
	1984		1985		1986	
	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)
América Latina	5.548.793	81,4	5.375.082	81,3	6.045.266	82,3
Ásia	998.601	14,6	986.429	14,9	1.010.295	13,7
Africa	215.841	3,2	214.149	3,2	204.366	2,7
Europa	46.716	0,7	35.033	0,5	76.262	1,0
Oceania	4.275	0,1	4.640	0,1	3.486	0,4
TOTAL	6.814.226	100	6.615.333	100	7.339.675	100

FONTE: FAO - Anuario FAO de Comercio - 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.

TABELA 7
BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL
DE PARTICIPAÇÃO - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Qtdade (1000 t)	Partic. (%)	Qtdade (1000 t)	Partic. (%)	Qtdade (1000 t)	Partic. (%)
Equador	907.161	12,9	1.075.027	15,8	1.399.581	18,6
Honduras	848.323	12,1	847.375	12,4	931.500	12,4
Costa Rica	1.029.817	14,7	856.501	12,6	885.232	11,8
Filipinas	800.271	11,4	789.994	11,6	855.743	11,4
Colômbia	1.029.823	14,7	783.039	11,5	989.393	13,2
Panamá	655.355	9,3	686.220	10,0	660.000	8,8
Guatemala	320.934	4,6	380.000	5,6	329.600	4,4
China	127.125	1,8	135.343	2,0	93.246	1,2
Brasil	103.151	1,5	105.335	1,5	110.000	1,5
Jamaica	10.979	0,1	12.998	0,2	22.100	0,3
Outros	1.183.736	16,9	1.140.742	16,8	1.225.944	16,4
TOTAL	7.016.675	100	6.812.574	100	7.502.339	100

FONTE: FAO - Anuario FAO de Comercio - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

As exportações de banana e farinha do Brasil, apesar de maior produtor, são irrisórias, tanto em termos absolutos, quanto relativos.

Se as receitas cambiais com bananas representam 34% ou 23% do total do valor exportado para países como Honduras e Costa Rica, respectivamente, no caso brasileiro, em 1986, representaram menos que 0,1%.

Contudo, é bem possível que o crescimento das exportações de frutas em geral leve o país à superar a 9a. colocação entre os exportadores de bananas.

O crescimento dos equipamentos necessários ao tratamento e acondicionamento de frutas poderá reduzir os custos de exportação de produtos com boa qualidade, além de possibilitar a criação de "marcas" que assim os identifiquem.

Dentre os principais problemas apontados para a efetivação do Brasil como um país também exportador de frutas, apontam-se:

- aumento da produção de frutas de maior preço unitário e com qualidade;

- aprimoramento dos transportes marítimos e dos tratamentos de pós-colheita, e
- ampliação e melhoramento dos armazéns a frio.

TABELA 8
BANANA - QUANTIDADES MUNDIAIS IMPORTADAS, POR PAÍS - 1983-86

PAÍS	IMPORTAÇÃO (t)			
	1983	1984	1985	1986
Estados Unidos	2.458.468	2.664.522	3.066.920	3.049.161
Japão	575.895	682.355	680.035	764.564
Alemanha Ocíd.	459.474	549.058	589.073	660.636
França	440.899	442.906	425.637	453.561
Itália	321.190	314.500	357.586	327.448
Grã-Bretanha	307.169	309.327	323.561	342.993
Canadá	249.965	277.647	284.987	300.839
Holanda	92.877	95.013	113.689	116.127
Argentina	72.924	89.971	89.210	128.600
Suécia	67.026	77.832	86.812	95.889
Arábia Saudita	147.626	126.244	85.158	58.091
Austrália	69.598	77.676	83.646	91.430
Outros Países	803.786	904.808	946.361	969.277
TOTAL	6.066.897	6.611.859	7.132.675	7.298.416

FONTE: FAO - Anuario FAO de Comercio - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A banana, por ser perecível e por ter a produção distribuída por todo o território brasileiro, tem seus preços estabelecidos nos mercados regionais, salvo no caso da banana Caturra aclimatada de São Paulo, que interfere um pouco nos mercados da Região Sul e Sudeste, principalmente porque parte desta produção está voltada à exportação.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Na região norte (MRH Colonial de Joinville e Colonial de Blumenau), a persistirem os altos custos dos insumos e a defasagem dos preços pagos aos bananicultores, a tendência é de manutenção dos atuais níveis, podendo até diminuir a produtividade em função da redução de tecnificação das lavouras.

Apesar das limitações apresentadas à expansão, há possibilidade de manutenção e até de ampliação da cultura, mesmo que pequena, na região sul do estado, tendo em vista a possibilidade de bons preços para as bananas de variedades do subgrupo Prata, que têm seus preços menos influenciados pelo mercado de outras praças.

2.4 BATATA

1. INTRODUÇÃO

Dentre os diversos cultivos hortícolas, a bataticultura se distingue, a nível mundial, como o mais importante em termos de volume produzido.

Os principais produtores são os países asiáticos e europeus, que respondem por mais de 85% da produção mundial.

Na América Latina destacam-se as produções da Colômbia, Argentina e Brasil. Neste país, a cultura é praticada em todos os estados, mas de forma mais expressiva nos da Região Sul e Sudeste, os quais, juntos, têm respondido por mais de 95% da área implantada e da produção bruta obtida nos últimos anos.

O estado catarinense vem ocupando, sistematicamente, a quinta colocação entre os maiores produtores nacionais, com colheitas que têm respondido por 7% a 8% da produção brasileira.

A atividade, desenvolvida em praticamente todas as regiões do estado, tem duas safras bem distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas, e envolve, segundo o Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE, cerca de 37.000 pequenos agricultores catarinenses.

As principais microrregiões produtoras são: Carbonifera, Campos de Lages, Colonial do Alto Vale do Itajaí, Colonial Serrana Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas e Colonial do Rio do Peixe.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de batatas, segundo dados da FAO, tem oscilado, nos últimos anos, entre 300 e 312 milhões de t,

correspondendo a uma área de plantio em torno de 20 milhões de ha e a um rendimento médio da ordem de 15.000 kg/ha.

Na safra 1985/86, última informação disponível, a produção mundial era avaliada em 308,55 milhões de t, relativos a uma área de cultivo de 20,05 milhões de hectares.

Os maiores produtores mundiais do tubérculo, naquela safra, foram a União Soviética, a China, a Polônia, os Estados Unidos e a Índia, conforme pode ser visualizado na tabela 1, a seguir.

TABELA 1
BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS E BRASIL - 1984-86.
(em 1.000 t)

PAÍS	1984	1985	1986
União Soviética	85.515	73.009	87.200
China	48.036	45.528	45.028
Polônia	37.437	36.546	39.000
Estados Unidos	16.448	18.466	16.078
Índia	12.152	12.570	10.696
Alemanha Oriental	11.908	12.350	9.859
Alemanha Ocidental	8.050	7.905	8.700
Romênia	6.391	7.294	8.513
Brasil	2.171	1.947	1.836
TOTAL MUNDIAL	312.079	300.274	308.548

FONTE: Anuario FAO de Producción, vol 40, 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível nacional, a bataticultura não tem apresentado ganhos muito significativos nos últimos anos, a não ser pela melhoria da tecnologia empregada e que tem resultado, em anos de clima normal, em progressivos aumentos da produtividade média.

Conforme pode ser observado na tabela 2, a cultura tem mostrado grandes variações em suas áreas de cultivo, alternâncias essas decorrentes de entraves que afetam a produção e a comercialização do produto e que redundam, em última análise, em desestímulo à classe produtora.

TABELA 2
BATATA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO,
SAFRAS DE 1974/75 A 1987/88

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974/75	191.216	1.654.767	9.654
1975/76	199.641	1.697.518	9.505
1976/77	195.767	1.896.311	9.687
1977/78	211.315	1.013.882	9.530
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	169.070	1.826.579	10.804
1983/84	172.633	2.171.133	12.577
1984/85	155.235	1.946.659	12.540
1985/86	160.677	1.835.975	11.426
1986/87	176.977	2.342.586	13.237
1987/88(*)	172.942	2.303.869	13.322

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados não-conclusivos.

Resultante dos plantios das safras das águas, das secas e do inverno, a produção nacional tem oscilado, nos últimos dois anos, ao redor de 2,3 milhões de t do tubérculo.

Em que pese o volume significativo da produção, a retrospectiva da bataticultura nacional nos últimos cinco anos revela uma substancial oscilação da oferta, com consequente elevação dos preços e expressiva redução do consumo por parte da população brasileira, cenário este resultante da má distribuição das várias safras de batata no país: 58,0% da produção provém da safra das águas, 30,0% da safra das secas e apenas 12,0% da safra de inverno.

Este quadro, aliás, tem sido o grande responsável pelas crises sazonais de oferta, que redundam em sensíveis flutuações de preços, e razão principal da reativação, pelo Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional de Produção Vegetal, da SNAB, do Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Batatas, que tem por metas principais assegurar a produção e o abastecimento regular do produto mediante a recuperação e a expansão das áreas de cultivo, redução dos custos de produção, incremento do consumo de cultivares rústicas e organização definitiva da produção nacional de batata-semente.

Para o período 1986-90, o Programa Nacional estabelece uma expansão de 40.000 ha da área cultivada, elevando-a dos

atuais 170.000 para os desejáveis 200.000 ha. Isto possibilitaria um adicional de oferta de 500.000 t de batatas.

As metas de crescimento visam, sobretudo, aos plantios das secas e de inverno, os quais deverão atingir, ao término da vigência do Programa, 33,3% e 25,0%, respectivamente, da área cultivada com batatas no país.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola da Fundação IBGE, referente aos mês de outubro/88, a safra brasileira de batatas do ano agrícola 1987/88, apresentava uma expectativa de área de plantio de 172.942 ha, produção bruta de 2.303.869 t e rendimento médio de 13.322 kg/ha. Estes valores são praticamente idênticos aos alcançados na safra recorde do ano pretérito, quando o país obteve uma colheita de 2.342.586 t.

Na primeira safra, ou das águas, a produção obtida ficou em 1.408.894 t, correspondendo a um plantio de 105.922 ha. Em relação à safra precedente, estes valores mostram-se evoluídos em 6,76% e 4,39%, respectivamente, devendo-se sobretudo ao aumento verificado na área de plantio do Rio Grande do Sul (+ 19,34%) e do Paraná (+ 11,31%). O estado de São Paulo, por outro lado, registrou uma diminuição de cerca de 18,40%, tanto na área de cultivo quanto na produção colhida.

Já na segunda safra, ou das secas mais a do inverno, todos os grandes estados produtores mostraram reduções em suas áreas de cultivo, decréscimos estes atribuídos à baixa remuneração recebida pelos produtores na comercialização da primeira safra. Os dados trabalhados pela Fundação IBGE, em outubro/88, mostravam uma expectativa de plantio de 67.020 ha e produção bruta de 894.975 t, ou seja, menos 13,82% e 9,86%, respectivamente, que os valores da safra 1986/87.

As safras das águas e das secas já foram concluidas, sendo que a de inverno acha-se em fase final de colheita.

A análise do comportamento da produção nacional de batatas revela uma clara tendência de deslocamento de regiões grandes produtoras para outras. O estado do Paraná,

tradicional produtor, voltou, em 1987, a ocupar o primeiro lugar no cenário nacional, uma vez que desde 1979 havia perdido essa posição para os estados de Minas Gerais e São Paulo. Estes, por sua vez, têm aumentado sua participação principalmente via incremento de produtividade e expansão de área, notadamente nas safras das secas e do inverno, períodos em que o estado do Paraná apresenta limitações em seus plantios, haja vista a possibilidade de ocorrência de geadas no inverno.

Considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, os últimos levantamentos oficiais mostram, para o ano agrícola 1987/88, os seguintes valores para os principais estados produtores.

TABELA 3
BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS ESTADOS E O BRASIL - SAFRA 1987/88 (1).

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Paraná	49.280	660.500	13.403
Minas Gerais	33.439	604.255	18.070
São Paulo	25.361	500.632	19.740
Rio Grande do Sul	42.356	315.244	7.443
Santa Catarina	18.447	170.049	9.218
Outros	4.059	53.189	13.104
TOTAL DO BRASIL	172.942	2.303.869	13.322

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a confirmação.

Em Santa Catarina, os números finais da atividade nesse último ano agrícola mostraram um plantio de 18.447 ha e uma produção bruta de 170.049 t de batatas. O rendimento médio ficou em 9.218 kg/ha.

Com a oficialização desses valores, o desempenho global da bataticultura catarinense registrou no ano agrícola 1987/88, não obstante o ganho na produtividade média apresentado em comparação com a safra precedente, redução da ordem de 9,0% na área cultivada e na produção colhida.

Confirmaram-se, assim, as suposições levantadas quando do inicio do último ano agrícola pelo Instituto CEPA/SC, que apontavam para um provável recuo da área a ser cultivada, tendo

em vista situações de mercado que nem sempre resultaram em preços satisfatórios para a classe produtora.

TABELA 4
BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA
SAFRAS DE 1975/76 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.141	160.692	9.320
1984/85	17.314	161.900	9.251
1985/86	17.583	132.828	7.554
1986/87	20.491	181.292	8.847
1987/88	18.447	170.049	9.218

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A primeira safra, ou das águas, apresentou como dados conclusivos uma área plantada de 14.289 ha e produção de 134.428 t, menos, portanto, 1,60% e 1,38%, respectivamente, que os números da safra 1986/87.

Já na segunda safra, a área de plantio ficou em 4.158 ha e a produção em 35.621 t, ou seja, área e produção 28,68% e 20,8% menores que as do ano precedente.

A distribuição da área implantada e da produção obtida por microrregião produtora, em Santa Catarina, considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno nos dois últimos anos agrícolas, é mostrada na tabela 5, a seguir:

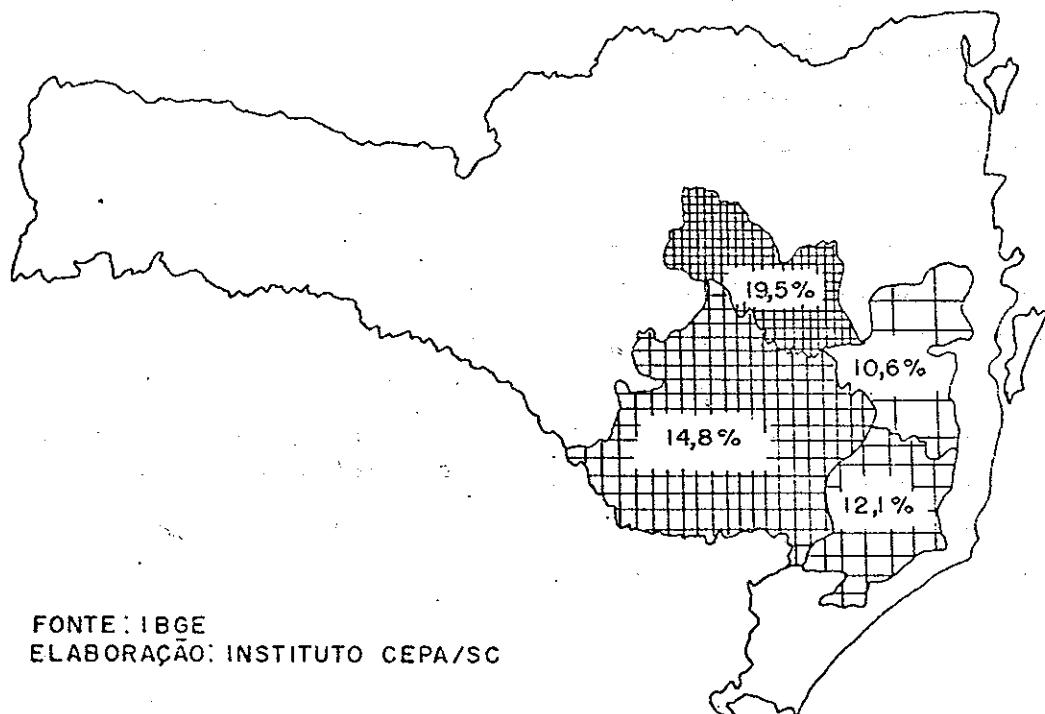
TABELA 5
BATATA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO
HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Col. de Joinville	243	408	2.118	3.492
Col. de Blumenau	295	471	1.730	2.874
Col. Itajaí do Norte	270	300	2.287	2.515
Col. Alto Itajaí	3.120	3.630	20.250	33.202
Florianópolis	623	553	7.069	6.137
Col. Serrana Catarinense	2.318	2.075	21.522	18.095
Litoral de Laguna	10	12	79	96
Carbonífera	4.257	2.320	44.307	20.630
Lit. Sul Catarinense	34	40	460	510
Col. Sul Catarinense	180	75	1.600	488
Campos de Lages	2.700	2.510	20.768	25.235
Campos de Curitibanos	715	990	6.675	11.550
Col. Rio do Peixe	2.026	1.633	18.234	15.537
Col. Oeste Catarinense	1.855	1.615	17.023	13.615
Planalto de Canoinhas	1.845	1.815	17.170	16.073
TOTAL DO ESTADO	20.491	18.447	181.292	170.049

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
BATATA INGLESA EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A comercialização do tubérculo, à nível mundial, registra valores insignificantes em relação ao volume produzido, girando, segundo dados da FAO, entre 4,7 e 5,5 milhões de t, ou seja, apenas 1,0% a 2,0% da oferta global.

Os maiores importadores têm sido os países do continente europeu, com destaque para a Alemanha Ocidental (com um volume de compras equivalente a 18,0% da comercialização internacional), os Países Baixos, a Bélgica, a Itália e a França.

As compras brasileiras restringem-se, normalmente, à batata-semente, principalmente da Alemanha Ocidental, Holanda e Suécia.

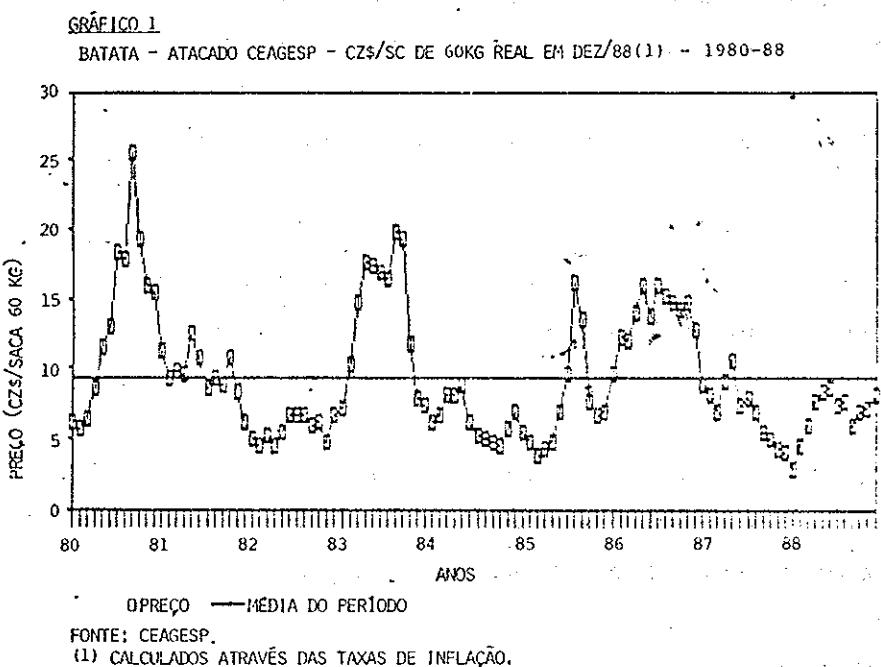
No tocante às exportações, destacaram-se como maiores ofertantes os Países Baixos (32,92% da comercialização em 1986), a Alemanha Ocidental, a França, a Bélgica, a Itália e o Reino Unido, os quais, em conjunto, representaram mais de 70,0% das exportações daquele ano.

Em razão da excelente produção brasileira e da perda crescente do poder de compra, a comercialização do tubérculo durante o ano de 1988 esteve, via de regra, muito aquém das expectativas dos produtores.

A sazonalidade da oferta nacional gera, normalmente, grandes variações nos preços do produto. Estas, aliadas às elevações reais ocorridas nos custos de produção, quer pelo aumento dos custos financeiros, quer pela elevação dos preços dos insumos, têm afetado negativamente a renda do produtor, que, descapitalizado, em geral reduz a sua área de cultivo.

No corrente ano, por exemplo, dado o volume de oferta oriundo dos principais estados produtores, os preços reais da batata, em todos os segmentos da comercialização, situaram-se em níveis muito inferiores aos praticados nos dois últimos anos. Apenas no período de transição da safra das águas para a das secas, e desta para a de inverno, as cotações apresentaram um

crescimento acentuado, o que levou alguns segmentos varejistas a solicitarem guias de importação para aquisição de batata argentina, fato prontamente negado pelo Ministério da Agricultura.



A demanda nacional de 100.000 t/mês foi plenamente atendida, registrando-se apenas um pequeno déficit de oferta no período de outubro a novembro/88.

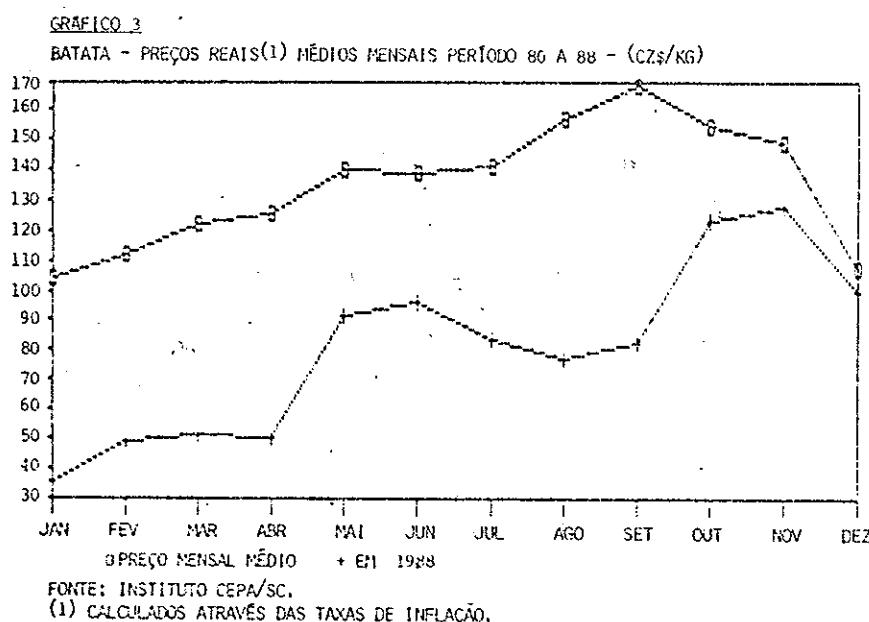
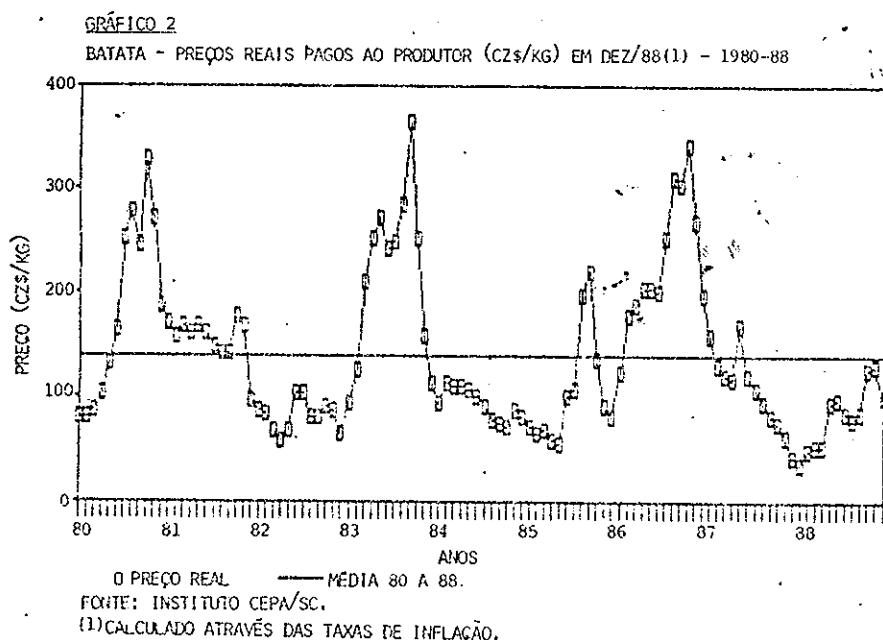
Em Santa Catarina, a boa produção obtida na última safra, aliada à redução do consumo, permitiu que a demanda interna, avaliada em 120.000 t/ano, fosse atendida sem maiores problemas de abastecimento.

Os preços médios recebidos pelos produtores, todavia, comportaram-se de forma semelhante à registrada nas demais unidades da Federação, ou seja, mostraram-se normalmente em baixa e muitas vezes em níveis inferiores aos custos de implantação da cultura.

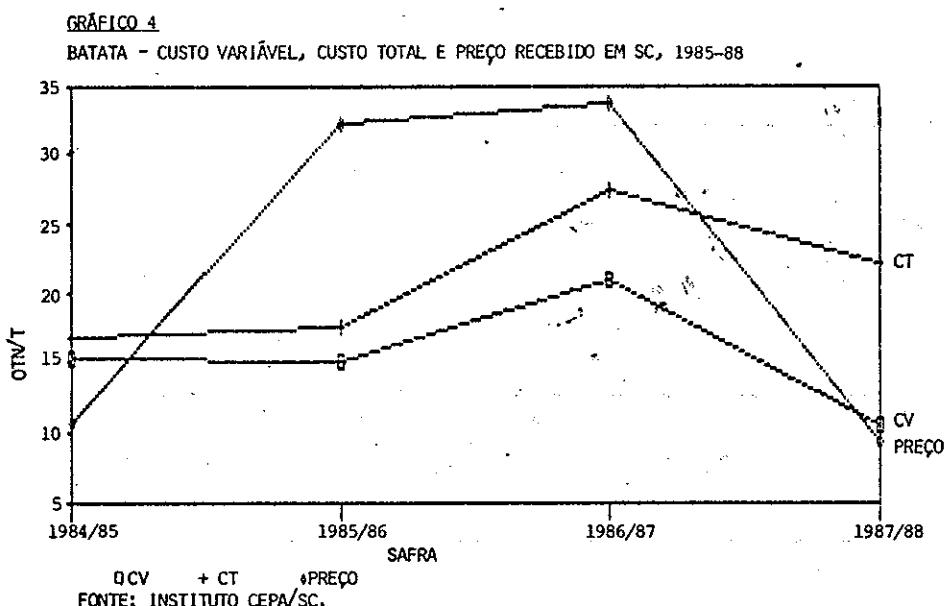
Apesar de as cotações mensalmente apresentarem pequenos

incrementos, estes, contudo, sempre estiveram em níveis inferiores aos índices inflacionários.

Em termos reais, os preços praticados durante o ano de 1988 situaram-se bastante abaixo da média histórica e, dentro de cada mês, abaixo dos praticados em anos precedentes, conforme mostram os gráficos a seguir.



Os custos de produção (calculados pelo Instituto CEPA/SC), comparados com os preços recebidos pelos produtores mostram, nos períodos de pique de oferta, que estes últimos se apresentaram involvidos em cerca de 58,0% respectivamente aos custos totais, situando-se, inclusive, abaixo dos custos variáveis, os quais foram 11,9% superiores.



Conclui-se, por conseguinte, numa análise geral da comercialização da última safra, que, não obstante a cultura em Santa Catarina apresente um custo de implantação menor que o dispendido por agricultores de outros estados, e a produção, com raras exceções, seja voltada mais ao consumo das próprias microrregiões produtoras, o bataticultor local, no corrente ano, acumulou sérios prejuízos com a cultura e, em decorrência, encontra-se desmotivado para investir na atividade.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Em razão dos bons resultados da bataticultura brasileira nas duas últimas safras, o mercado do produto, conforme já

amplamente abordado, operou, com raras exceções, em baixa e praticou preços não-remuneradores para a classe produtora.

Esta situação, que já na safra 1987/88 resultou em diminuição da área plantada e, por extensão, em menor produção colhida, poderá repetir-se na safra que ora se inicia. Ao lado da descapitalização da classe produtora existem outros cultivos que, além de riscos e custos de implantação menores, acenam com possibilidades de melhores resultados financeiros.

Com efeito, os primeiros prognósticos da Fundação IBGE/CEPAGRO para a Região Centro Sul, relativos à próxima safra, mostram uma tendência de redução da ordem de 13,4% sobre o total cultivado na safra pretérita, ou seja, apresentam uma expectativa de cultivo de 91.500 ha e produção prevista ao redor de 1.220.000 t de batatas.

O plantio desta safra achava-se, em fins de dezembro, praticamente concluído, com a colheita já tendo sido iniciada na maioria dos estados produtores.

O quadro acima exposto também deverá repetir-se em Santa Catarina.

As primeiras avaliações oficiais do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE revelam, para o estado catarinense, um plantio de 13.500 ha e produção bruta de 128.250 t de batatas. Em relação aos valores da safra anterior, estes números mostram-se involvidos em 5,52% e 4,41%, respectivamente, na área a ser cultivada e na produção prevista.

O plantio já foi concluído, sendo que a colheita, iniciada no final de outubro próximo passado, deverá ter continuidade até o início de maio próximo.

Os preços praticados a nível de produtor catarinense, neste início de colheita, giram por volta de CZ\$ 6.000,00/sc de 60 kg.

2.5 CANA-DE-AÇÚCAR

1. CARACTERIZAÇÃO

A exploração da cana-de-açúcar no mundo está associada à produção do açúcar, ainda que, em volume inferior, a Europa e os países do leste Europeu o extraíam da beterraba.

No cenário mundial, o Brasil - que tem a produção concentrada na região Nordeste e Sudeste - participa com 26%, ocupando a primeira posição, principalmente a partir do choque do petróleo na década de setenta, quando a atividade passou a servir como fonte energética, através do álcool carburante.

Em Santa Catarina, a exploração da cana está igualmente voltada para a produção do álcool carburante e do açúcar.

2. PRODUÇÃO

As estimativas da FAO indicam que a produção mundial em 1986 foi da ordem de 932 milhões de toneladas. Desse volume, o Brasil, a Índia e Cuba responderam por mais de 52% (vide tabela 1), sendo que o primeiro transforma-a em álcool carburante e açúcar, enquanto os demais a destinam exclusivamente à produção de açúcar.

A produção nacional para o ano de 1988 está sendo estimada pela Fundação IBGE em 259 milhões de t (vide tabela 2), das quais o estado de São Paulo, maior produtor, responde por mais da metade, seguido dos estados de Pernambuco, com 22,5 milhões de t, e Alagoas e Minas Gerais, com 18,3 milhões.

Santa Catarina, décimo sétimo produtor, com apenas 0,47%, tem sua produção concentrada no Vale do Itajaí, notadamente devido à existência de usinas e alambiques nas microrregiões do Litoral do Itajaí, Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense e Colonial de Blumenau (vide tabela 3).

A hipótese de mudanças abruptas nos dados referentes à exploração da cana-de-açúcar em Santa Catarina é difícil, tendo em vista as limitações impostas pelo clima. Além disso, as usinas estão também na atividade do refino do açúcar demerara, tornando-o matéria-prima e não produto final.

Apesar do relativo desestímulo aos fornecedores, a colheita de cana-de-açúcar continua acima de um milhão de t, uma vez que as usinas estão constantemente investindo em ganhos de produtividade, mesmo com as restrições climáticas, que reduzem os ganhos que se poderiam alcançar com o aumento do nível tecnológico das plantações.

TABELA I
CANA-DE-AÇÚCAR - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL, QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-86

PAÍS	1983		1984		1985		1986	
	Quantidade (1000 t)	Part. %						
Brasil	216.037	24,14	222.318	24,20	246.542	26,42	249.277	26,74
Índia	189.506	21,17	174.076	18,95	170.319	18,25	171.681	18,41
Cuba	69.700	7,79	77.400	8,43	67.300	7,21	67.000	7,18
China	38.624	4,32	46.470	5,06	58.372	6,26	57.103	6,12
México	34.109	3,81	34.910	3,80	38.100	4,08	38.900	4,18
Paquistão	32.534	3,63	34.287	3,74	32.140	3,44	26.912	2,89
Austrália	24.191	2,71	25.450	2,77	22.409	2,40	25.410	2,72
Tailândia	24.407	2,73	23.869	2,59	25.690	2,75	24.093	2,59
Colômbia	24.200	2,70	23.500	2,55	25.500	2,73	25.000	2,68
Indonésia	24.470	2,73	22.957	2,49	24.922	2,68	25.500	2,74
Outros países	217.272	24,27	233.461	25,42	221.781	23,78	221.302	23,75
TOTAL MUNDIAL	895.050	100,00	918.498	100,00	933.075	100,00	932.178	100,00

FONTE: Anuario Fao de Producción - 1986 (vol. 40).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
CANA-DE-ACUCAR - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO -
SAFRAS 1986/87 E 1987/1988

ESTADO	SAFRA 1986/87			SAFRA 1987/88			Rendimento (Kg/ha)		
	Área colhida		Produção obtida	Rendimento	Área a colher				
	ha	%	tomedada	(Kg/ha)	ha	%	tonelada	%	
São Paulo	1.727.000	40,06	130.420.000	48,55	75.518	1,785.355	43,24	135.399.355	
Pernambuco	431.282	10,01	22.786.522	8,49	52.834	10,78	22.557.277	8,72	
Alagoas	687.870	15,96	34.523.052	12,85	50.187	442.526	10,23	18.354.280	7,10
Minas Gerais	315.243	7,31	17.569.625	6,55	55.734	309.497	7,49	18.308.465	7,08
Paraíba	162.466	3,80	9.527.787	3,35	58.645	160.453	3,88	8.798.629	3,41
Paraná	180.420	3,72	11.011.431	4,43	74.252	165.000	3,99	12.710.000	4,72
Rio de Janeiro	221.253	5,13	8.921.230	3,32	40.303	226.747	5,50	10.482.817	4,05
Goiás	105.150	2,44	7.243.100	2,70	68.883	96.620	2,35	6.556.070	2,54
Mato Grosso Sul	66.828	1,55	4.309.118	1,60	64.481	69.727	1,69	4.136.414	1,61
Bahia	76.227	1,77	3.352.282	1,24	43.978	77.200	1,88	3.474.000	1,34
Rio Grande Norte	60.308	1,40	2.992.482	1,12	49.620	61.447	1,49	2.878.355	1,11
Espírito Santo	51.930	1,20	2.921.434	1,09	56.257	50.061	1,22	2.755.701	1,06
Ceará	60.929	1,41	2.468.782	0,92	60.519	65.096	1,57	2.686.539	1,04
Mato Grosso	41.557	0,96	2.549.359	0,95	61.346	47.167	1,14	2.577.601	1,03
Sergipe	35.702	0,83	2.277.716	0,84	63.798	33.648	0,81	2.066.862	0,80
Maranhão	29.499	0,68	1.485.936	0,55	50.372	31.470	0,76	1.632.337	0,63
Santa Catarina	19.727	0,46	1.175.418	0,43	59.584	20.463	0,50	1.206.254	0,47
Rio Grande Sul	34.895	0,81	1.047.494	0,39	30.018	34.526	0,83	1.018.530	0,38
Piauí	12.151	0,28	593.551	0,23	48.848	13.676	0,34	711.465	0,27
Pará	7.370	0,17	391.973	0,15	53.185	3.206	0,20	450.564	0,17
Amazonas	748	0,01	35.445	0,01	47.346	1.225	0,03	43.962	0,02
Outros estados	1.726	0,04	81.429	0,03	47.004	3.303	0,08	155.136	0,06
BRASIL	4.310.401	100,00	268.584.826	109,00	62.311	4.428.865	100,00	258.560.233	100,00

FONTE: Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - dez/88.
ELABORACAO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICROREGIÃO HOMOGENEIA - SANTA CATARINA
SÁFRAS 1986/87 E 1987/88

MICROREGIÃO HOMOGENEIA	1987/1988			1986/1987		
	Área plantada (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Col. de Joinville	765	41.400	54.118	750	40.650	54.200
Lit. de Itajaí	5.393	374.750	69.488	5.393	374.750	69.488
Col. de Blumenau	1.695	80.850	47.699	1.705	73.975	43.387
Florianópolis	3.748	284.750	75.974	4.443	310.835	69.361
Col.Serrana Cat.	2.162	137.865	63.183	2.442	161.126	65.979
Lit. de Laguna	51	1.785	35.000	90	2.800	31.111
Carbólfera	1.028	47.275	45.987	1.067	47.405	44.428
Lit.Sul Cat.	65	1.925	29.615	100	2.975	29.750
Col.Sul Cat.	175	5.150	29.429	135	3.750	27.778
Campos Curitibanos	-	-	-	8	400	50.000
Col.Rio do Peixe	1.136	33.904	29.845	1.114	33.674	30.223
Col.Oeste Cat.	4.225	196.600	46.532	2.480	123.084	49.631
ESTADO	20.463	1.206.254	58.948	19.727	1.175.418	59.584

FONTE: IBGE - GCEA - SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO

Dos subprodutos da cana-de-açúcar, os principais são o açúcar e o álcool etílico. O primeiro é expressivo no mercado mundial, enquanto que o álcool tem um mercado com características de monopsonio, sendo seus compradores as empresas do grupo Petrobrás.

No transcorrer deste ano não houve problemas na comercialização da safra, uma vez que o governo federal manteve, para a cana e seus derivados, durante a colheita, uma política de correção de preços adequada à elevação de custos provocada pela inflação.

TABELA 4
CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL E SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88

SAFRA	BRASIL			SANTA CATARINA		
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)
1979/80	2.607.628	148.640.563	57.002	22.632	1.170.361	51.713
1980/81	2.825.879	155.924.109	55.177	18.159	1.002.330	55.197
1981/82	3.073.033	184.219.067	59.947	19.666	1.100.000	55.934
1982/83	3.447.390	216.703.375	62.860	18.499	831.402	44.943
1983/84	3.862.259	241.516.012	62.533	20.449	976.437	47.750
1984/85	3.899.558	246.542.216	63.223	22.833	1.183.467	51.831
1985/86	3.945.898	239.493.386	60.441	23.111	1.138.726	49.272
1986/87	4.310.401	269.584.836	62.311	19.727	1.175.418	59.584
1987/88(1)	4.128.865	258.560.233	62.623	20.463	1.206.254	58.948

FONTE: Fundação IBGE - Produção Agrícola Municipal.

IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - dez/88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa de dezembro/88.

TABELA 5
CANA-DE-AÇÚCAR - EQUIVALENTE BRUTO - VOLUME TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR PAÍS - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Quantidade (1000 t)	Part. %	Quantidade (1000 t)	Part. %	Quantidade (1000 t)	Part. %
Cuba	674.645	23,47	694.030	24,53	670.262	23,79
Brasil	316.502	11,01	265.174	9,37	243.213	8,63
Austrália	235.797	8,20	252.510	8,94	275.062	9,76
Frância	285.087	9,92	240.716	8,51	224.721	7,98
Tailândia	124.757	4,34	186.974	6,61	198.932	7,06
Alemanha OC.	101.863	3,54	87.861	3,11	115.059	4,08
Bélgica	85.538	2,97	69.660	2,46	82.799	2,95
Filipinas	16.867	0,59	8.681	0,31	-	-
China	18.941	0,66	88.994	3,15	45.269	1,61
Grã-Bretanha	28.017	0,97	37.220	1,31	18.832	0,67
Turquia	30.816	1,07	47	0,00	12.336	0,44
Argentina	41.580	1,45	15.044	0,53	11.880	0,42
Outros países	914.380	31,81	891.746	31,17	918.735	32,61
TOTAL MUNDIAL	2.874.790	100,00	2.828.657	100,00	2.817.100	100,00

FONTE: Anuário FAO de Comércio - 1986 - pg. 176 a 178.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. PERSPECTIVAS

Mesmo tendo havido uma evolução nos preços internacionais do açúcar no último semestre, eles ainda não foram suficientes para chegar à média atingida no inicio da década. O mercado interno manteve uma demanda praticamente inalterada nos últimos anos. No mercado externo as perspectivas são de um crescimento na demanda, embora não significativo, até mesmo pela utilização de outros adoçantes.

Quanto ao álcool, notadamente o hidratado, as metas de produção estabelecidas não vêm sendo atingidas, o que deverá fazer com que sejam utilizados expedientes capazes de reduzir o aumento da demanda de álcool carburante, seja através da redução da paridade de preços entre este e a gasolina automotiva, seja através da redução da parcela deste "como ingrediente da gasolina".

Tais indicativos induzem a concluir que a produção de cana-de-açúcar deve continuar no ritmo de crescimento verificado nos últimos cinco anos, mesmo tendo declinado na safra 87/88, haja vista a ainda crescente demanda de álcool carburante e os baixos níveis do estoque de açúcar, associados ao crescimento da demanda.

As metas do Instituto do Álcool e do Açúcar para a safra 1988/89 são de uma produção brasileira de 8,37 milhões de t de açúcar e 12,75 milhões de metros cúbicos de álcool. A participação catarinense deverá ser de 42 mil t e 11 mil metros cúbicos, respectivamente.

2.6 CEBOLA

1. INTRODUÇÃO

Considerada a segunda cultura hortícola de importância econômica do país, a cebolicultura constitui-se em uma atividade sócio-econômica de significativa relevância, principalmente para o estado de São Paulo e Região Sul - com destaque para as safras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul - onde predomina a produção nacional.

E igualmente relevante para a economia da Região Nordeste, onde contribui para a geração de empregos e a fixação do homem ao meio rural. É importante, principalmente, pelo número de produtores que se dedicam à atividade. Segundo o Censo Agropecuário de 1980, somente em Pernambuco e na Bahia - os dois grandes concentradores da produção nordestina - os pequenos agricultores são mais de dez mil.

Em Santa Catarina, a cebolicultura destaca-se como a principal ocupação hortícola do estado, quer em termos de área de plantio, quer em volume obtido ou em valor bruto da produção. É uma atividade de pequenos produtores rurais, absorvendo, hoje, ao redor de 20.000 agricultores. Destes, cerca de 85% são proprietários; o restante trabalha em regime de parceria ou arrendamento.

A cultura é trabalhada em praticamente todos os municípios do estado, mas particularmente nas das microrregiões Colonial do Alto Vale do Itajaí e Colonial Serrana Catarinense, os quais, juntos, têm respondido por mais de 80% da área de plantio e da produção em cada ano agrícola.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de cebolas tem oscilado, nos últimos anos, entre 24 e 25 milhões de t, intervalo este intimamente

ligado à área de cultivo, a qual, segundo dados da FAO, tem-se situado entre 1,6 e 1,7 milhões de ha.

Os maiores produtores mundiais, conforme pode ser visto na tabela a seguir, têm sido os países do continente asiático, ou, mais precisamente, China, Índia, e União Soviética, que responderam por mais de 30,0% da oferta mundial. Estes países, entretanto, têm suas produções elevadas mais sob o ponto de vista da grande área plantada do que propriamente pela eficiência técnica obtida em suas lavouras. Sob esse aspecto, destacam-se os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Áustria, a Bélgica, os Países Baixos e o Reino Unido, todos com produtividades médias superiores a 35.000 kg/ha, enquanto a média mundial fica em torno de 14.500 kg/ha.

Nos últimos anos, o maior produtor tem sido a China, que participou com 13,25% da oferta mundial em 1986. Vieram, a seguir, naquele ano, a Índia (11,52%), a União Soviética (8,39%), os Estados Unidos (7,72%), o Japão (5,31%), a Turquia (5,19%), a Espanha (4,59%) e o Egito (3,50%), ficando o Brasil com a nona colocação, com 2,54% da produção mundial de cebolas.

TABELA 1
CEBOLA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1984-86

(em 1.000 t)

PAÍS	1984	1985	1986 (*)
China	3.038	3.240	3.317
Índia	3.100	2.870	2.934
União Soviética	2.200	1.960	2.100
Estados Unidos	1.980	2.044	1.946
Japão	1.099	1.326	1.330
Turquia	1.100	1.270	1.300
Espanha	1.155	1.249	1.149
Egito	800	850	877
Brasil	717	639	635
TOTAL MUNDIAL	23.947	24.662	25.036

FONTE: Anuario FAO de Producción, Vol. 40, 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados Estimativos.

Na América do Sul, cuja produção tem contribuído com cerca de 6,5% da oferta mundial, destacam-se as colheitas do Brasil, Colômbia e Argentina, as quais, no seu conjunto, representam 76,5% da produção sul-americana.

No âmbito nacional, a cultura da cebola ampliou-se de forma significativa nos últimos anos, seja pelas condições climáticas favoráveis à cultura, seja pelas diversas safras colhidas.

Entretanto, devido a fatores de ordem climática e a situações de mercado nem sempre propícias, a produção interna, como se observa na tabela 2, tem mostrado frequentes e profundas oscilações, alternando excessos de oferta com períodos de escassez do produto.

TABELA 2
CEBOLA - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88

ESTADO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 (*)
Rio G.do Sul	192.665	168.555	167.483	155.983	172.876	107.645	167.272	124.274
Santa Catarina	151.809	113.745	125.756	111.116	148.130	148.426	261.415	211.697
São Paulo	282.600	255.730	253.900	265.421	236.877	264.283	282.500	266.696
Bahia	40.790	46.023	52.890	71.905	20.361	47.124	54.435	86.199
Pernambuco	70.728	54.091	92.714	81.787	22.721	42.032	48.141	28.416
BRASIL	778.403	670.624	725.269	717.230	639.569	639.182	853.968	755.099

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados de novembro - não-definitivos.

Estas situações, além de criar dificuldades na área do abastecimento, interferem na tomada de decisão do produtor quanto à implantação da cultura, trazendo, via de regra, prejuízos à atividade.

A última safra brasileira, por exemplo, relativa ao ano agrícola 1987/88, não obstante mostrar-se inferior à colheita precedente, demonstra uma produção excepcionalmente elevada para um produto sem uniformidade de oferta e que normalmente sofre elevadas perdas, haja vista tratar-se de produto altamente perecível.

De acordo com as últimas avaliações da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, relativas ao mês de novembro/88, a produção brasileira de cebolas desta safra deverá situar-se próximo a 755.000 t do bulbo. A área cultivada, segundo a mesma fonte, é avaliada em 69.650 ha e o rendimento médio esperado é de 10.840 kg/ha.

Em relação à safra anterior, que, como se recorda, foi excepcional e se constituiu em recorde nacional, os números ora trabalhados mostram-se inferiores em 11,6%, 7,2% e 4,8%, na produção prevista, na área de cultivo e no rendimento médio esperado, respectivamente.

A redução dos valores esperados para este cultivo resultou, especificamente, das condições climáticas adversas ocorridas nos estados sulinos, as quais, além de provocarem uma diminuição da área de plantio, interferiram drasticamente na produtividade média das lavouras.

Com respeito à redução, há que se registrar também a interferência do lago de Itaparica, no rio São Francisco, cujo preenchimento prejudicou a produção do Pernambuco, mas, em compensação, beneficiou a da Bahia, por lhe haver propiciado significativo aumento na área de cultivo.

Na maioria dos estados produtores, a colheita desta safra já foi concluída, prosseguindo, contudo, em fase final, nos estados de Pernambuco e da Bahia e em áreas remanescentes da região de Piedade, em São Paulo.

A distribuição das áreas plantadas e das produções obtidas/esperadas, por estado produtor, na safra 1987/88, e, ainda, as suas participações relativas nos montantes previstos e os rendimentos médios alcançados/obtidos são mostrados na tabela 3, a seguir.

TABELA 3
CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO,
POR ESTADO - SAFRA 1987/88

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO/ PREVISTO (kg/ha)
São Paulo	15.692	266.696	35,32	16.996
Santa Catarina	21.856	211.697	28,04	9.686
Rio Grande do Sul	16.045	124.274	16,46	7.745
Bahia	7.305	86.199	11,41	11.800
Pernambuco	2.346	28.416	3,76	12.113
Paraná	4.800	27.240	3,61	5.675
Outros	1.611	10.577	1,40	6.562
TOTAL DO BRASIL	69.655	755.099	100,00	10.840

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Prevista inicialmente em 24.700 ha de área a cultivar e em 271.700 t de produção, a safra catarinense de cebolas do ano agrícola 1987/88 apresentou como dados finais levantados pela Fundação IBGE/SC, posteriormente ratificados pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias daquele órgão, uma oferta bruta de apenas 211.697 t. A área cultivada, segundo a mesma fonte, ficou em 21.856 ha e o rendimento médio obtido, em 9.686 kg/ha.

O menor desempenho em relação às estimativas iniciais e mesmo à safra precedente (10,32% e 19,02%, na área de plantio e na produção colhida, respectivamente) decorreu de condições adversas de clima, observadas sobretudo nas fases de semeadura e transplante de mudas, quando se verificou, nas principais regiões produtoras, grande instabilidade de clima, ou seja, formação de fortes geadas, seguidas de intenso calor, alta umidade relativa do ar e frequente ocorrência de chuvas, propiciando, dessa forma, condições ideais para o aparecimento de diversas doenças da cultura.

Constatou-se, assim, em praticamente todos os municípios produtores de cebola, alta incidência de doenças fúngicas, as quais, além de induzirem a uma elevação dos custos de produção, tendo em vista o maior número de tratamentos fitossanitários, provocaram sensíveis perdas de

mudas em sementeiras, assim como em áreas já implantadas em definitivo.

Além disso, os principais municípios produtores do Alto Vale do Itajaí foram atingidos por fortes ventos e chuvas de granizo, ocorrendo perdas quase que totais nas sementeiras das áreas afetadas pelo fenômeno. Acresce-se o fato de que as mudas já transplantadas em definitivo também não apresentavam um desenvolvimento satisfatório, tendo em vista a persistência de condições não-propícias, ou seja, de alta umidade relativa num primeiro momento e de estiagem por ocasião do crescimento e maturação dos bulbos.

Apesar de todos os problemas da última safra, que redundaram em involução dos valores previstos, a produção catarinense do ano agrícola 1987/88 contribuiu com cerca de 27,64% da oferta bruta nacional e qualificou o estado como o segundo maior produtor de cebolas do Brasil.

Do volume total colhido na última safra, 20.000 t destinaram-se ao atendimento das necessidades internas do estado, bem como para reserva de bulbos visando à obtenção de sementes; 48.097 t foram perdidas nas fases de colheita e armazenamento do bulbo e 143.600 representaram a disponibilidade líquida ofertada em outros estados.

A exportação total catarinense, conforme já frisado, somou 143.600 t, ou seja, foi cerca de 24,87% superior à movimentação da safra anterior, estimada em 115.000 t de cebolas.

Registre-se, também, o menor volume de perdas (menos 65,57%), decorrente do clima seco por ocasião da colheita e da maior atenção dispensada pelos cebolicultores na fase pós-colheita do produto.

A evolução apresentada pela cultura, em Santa Catarina, nos últimos anos, é mostrada na tabela 4 a seguir.

TABELA 4
**CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM
 SANTA CATARINA - SAFRAS 1978/79 A 1988/89 (1)**

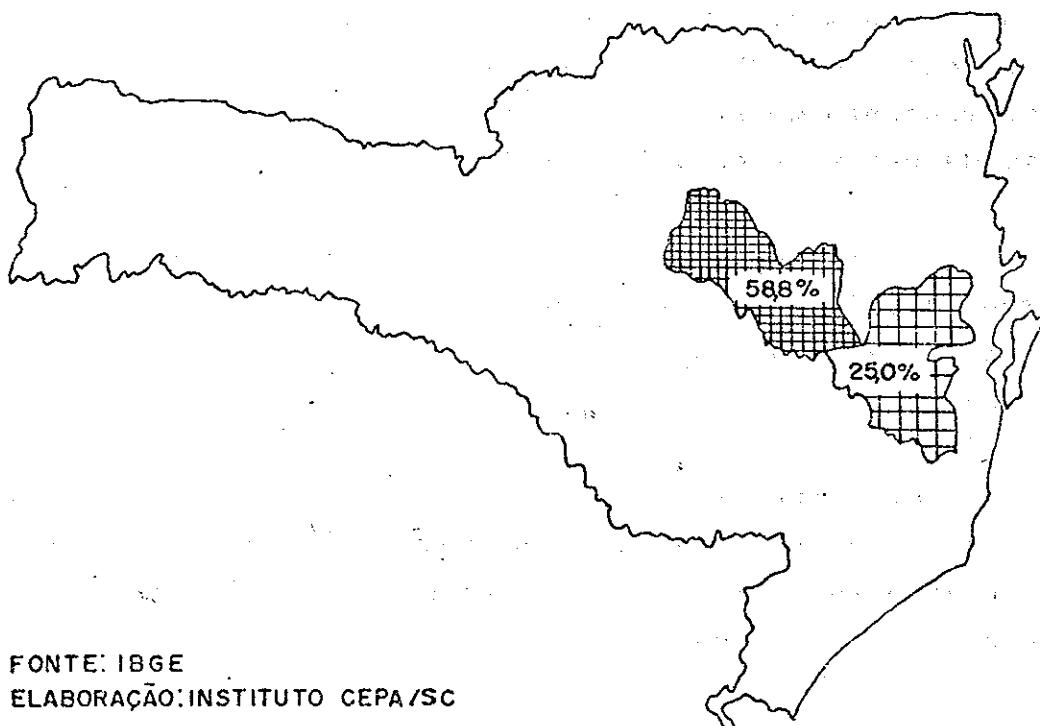
SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1978/79	10.736	100	94.017	100	8.757	100
1979/80	12.307	115	103.605	110	8.428	96
1980/81	16.920	158	151.581	161	9.959	102
1981/82	11.380	105	113.602	121	9.983	114
1982/83	12.338	115	125.710	134	10.189	116
1983/84	12.157	113	111.116	118	9.140	104
1984/85	14.409	134	148.130	157	10.280	117
1985/86	16.678	155	148.426	158	8.899	102
1986/87	24.370	227	261.415	278	10.727	122
1987/88	21.856	204	211.697	225	9.686	111
1988/89	24.450	228	207.600	221	8.491	97

FONTE: FUNDACÃO IBGE/CCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.

(1) Previsão em novembro/88.

**MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
 CEBOLA EM SANTA CATARINA — 1987/88**



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPAG/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

No mercado internacional, a comercialização do bulbo registra volumes relativamente pequenos em comparação ao total produzido, tendo girado, nos últimos anos, ao redor de 7,5% da produção mundial.

De acordo com os últimos dados disponíveis da FAO, referentes a 1986, o volume importado naquele ano ficou em 1.912.000 t, com movimento da ordem de 430,5 milhões de dólares, enquanto as exportações alcançaram 1.951.000 t e despenderam recursos de 350,0 milhões de dólares.

Os cinco países maiores importadores do produto, naquele ano, foram a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, a França, os Estados Unidos e a Malásia. Nas exportações destacaram-se como principais, por ordem decrescente de importância: Países Baixos, Espanha, Índia, Turquia e Portugal.

A contribuição brasileira no mercado internacional tem sido insignificante, limitando-se a eventuais excedentes produzidos.

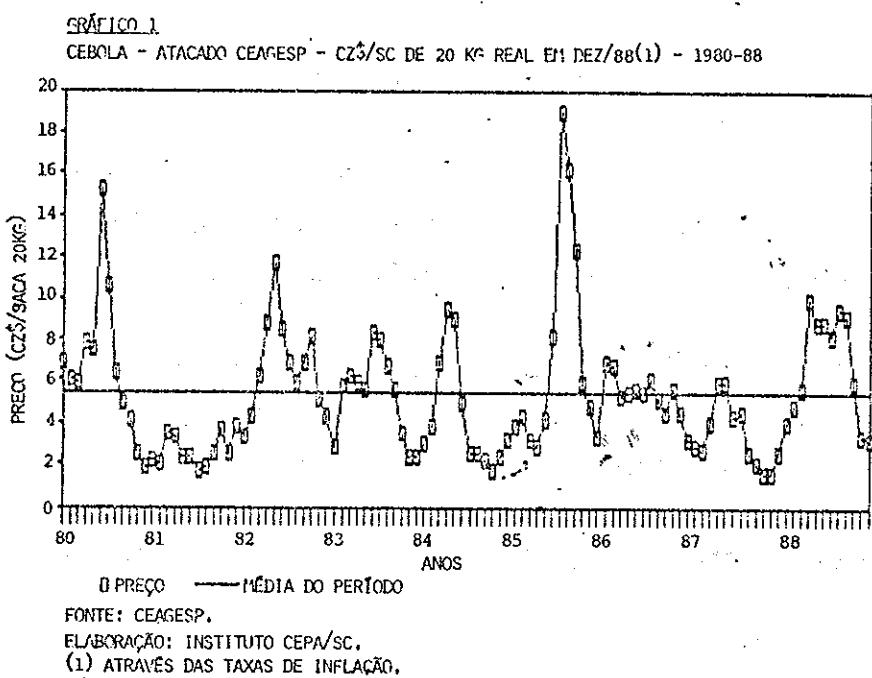
A identificação de oportunidades de exportação parece, no entanto, ser de grande importância para equilibrar a política de produção e abastecimento internos do bulbo.

No Brasil, o mercado da cebola, via de regra, alterna períodos de excessos e déficits do produto, cenários estes normalmente relacionados a situações de clima, disponibilidade de sementes e preços recebidos pelos produtores.

De uma maneira geral, entretanto, planta-se demais e perde-se muito, seja por deficiência de armazenagem a nível da propriedade, seja por condições adversas de clima, situações essas que acabam por onerar o estado através de financiamentos improdutivos, e os produtores, por elevadas perdas sofridas.

No corrente ano, todavia, não obstante a perda crescente do poder de compra da população brasileira, o mercado

do bulbo, com raras exceções, operou em alta e com preços bastante remuneradores.



O comportamento altista da comercialização da cebola nesta safra decorreu, especificamente, da menor oferta do bulbo (menos 19,02% que a produção da safra 1986/87), uma vez que a demanda de 55.000 t/mês somente pode ser suprida com eficiência por ocasião do pique de colheita da safra sulina.

Em termos de Santa Catarina, apesar de a produção deste ano também ter sido significativamente inferior à da safra 1986/87, o volume de produto ofertado nas diversas praças de comercialização do país foi expressivamente maior que o verificado durante o ano de 1987, conforme pode ser verificado na tabela 5.

TABELA 5

CEBOLA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA E VARIAÇÃO PERCENTUAL
SAFRAS 1986/87 E 1987/88

OFERTA E DEMANDA	1986/87	1987/88	VARIAÇÃO %
Produção Bruta	261.415	211.697	(-) 23,49
Perdas Diversas (1)	130.708	48.097	(-) 63,20
Consumo Estadual (2)	18.000	20.000	11,11
Oferta Líquida (3)	112.707	143.600	27,41

FONTE:

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Incluídas perdas por descartes, cura e armazenagem.

(2) Considerou-se um aumento teórico de demanda.

(3) Compreende o volume escoado para outros estados.

Os picos de oferta ocorreram nos meses de fevereiro e março, quando mais de 50,0% da disponibilidade do estado foi comercializada.

De acordo com informações disponíveis nas zonas produtoras, o escalonamento de remessas mensais para o mercado nacional durante o ano de 1988 foi estimado pelo Instituto CEPA conforme os dados apresentados na tabela 6.

TABELA 6

CEBOLA - SANTA CATARINA - FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA SAFRAS
1987/88

MÊS	QTIDADE (t)	DISTRIBUIÇÃO (%)
Novembro/87	1.460	1,00
Dezembro/87	8.600	6,00
Janeiro/88	28.720	20,00
Fevereiro/88	35.900	25,00
Março	35.900	25,00
Abril	28.720	20,00
Maio	4.300	3,00
TOTAL	143.600	100,00

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No tocante aos preços do produto, cabe salientar que, contrariando todas as perspectivas, que apontavam para sérios problemas de comercialização, quer pelo expressivo volume de produto a ser colhido no sul do país, quer pela descapitalização da população, o mercado da cebola comportou-se normalmente em alta, praticando preços sobremaneira atrativos.

Embora nos dois primeiros meses de colheita as cotações se situassem em níveis inferiores aos custos de produção, a análise geral da comercialização mostrou-se extremamente satisfatória e remuneradora para os cebolicultores catarinenses.

Os preços médios, que em fins do mês de novembro/87 alcançavam valores máximos de CZ\$ 4,00/kg, para um custo de produção em torno de CZ\$ 6,00/kg, evoluíram de forma significativa e, já no final de dezembro, a cotação situava-se em CZ\$ 14,50/kg.

A partir do mês de janeiro, por fatores como a antecipação do término da colheita da safra de Piedade, uma menor oferta do Rio Grande do Sul e a excelente qualidade do bulbo catarinense, os preços mostraram-se vertiginosamente ascendentes, culminando com cotações da ordem de CZ\$ 100,00/kg em meados do mês de junho/88.

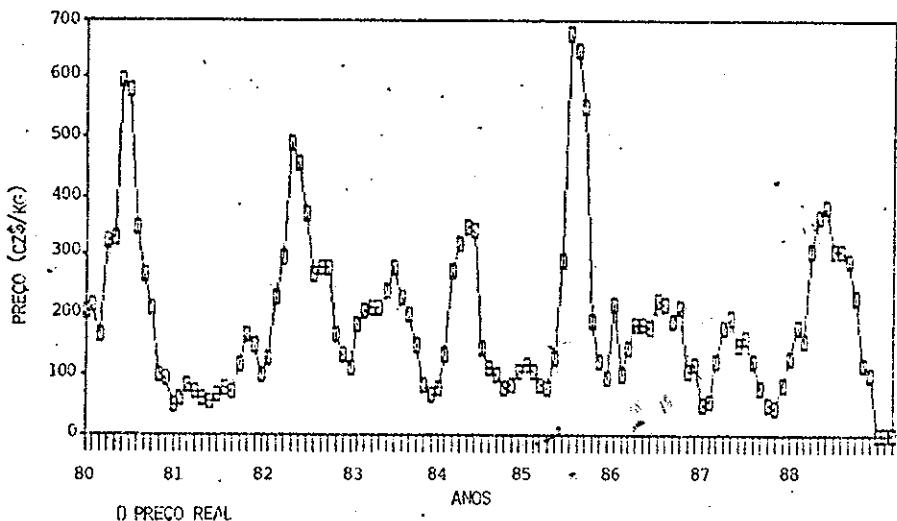
A avaliação final dessa safra, de acordo com dados fornecidos pela Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí - CRAVIL - mostrou um preço médio ponderado de CZ\$ 27,84/kg, ou seja, um crescimento de 424,29% sobre a cotação média da safra 1986/87.

Os preços praticados nesta última safra, além de possibilitarem a capitalização da atividade, geraram recursos superiores a quatro bilhões de cruzados.

A evolução dos preços da cebola, nos últimos anos, em Santa Catarina, pode ser mais bem visualizada nos gráficos 2 e 3, a seguir.

GRÁFICO 2

CEBOLA - PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSais PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-88

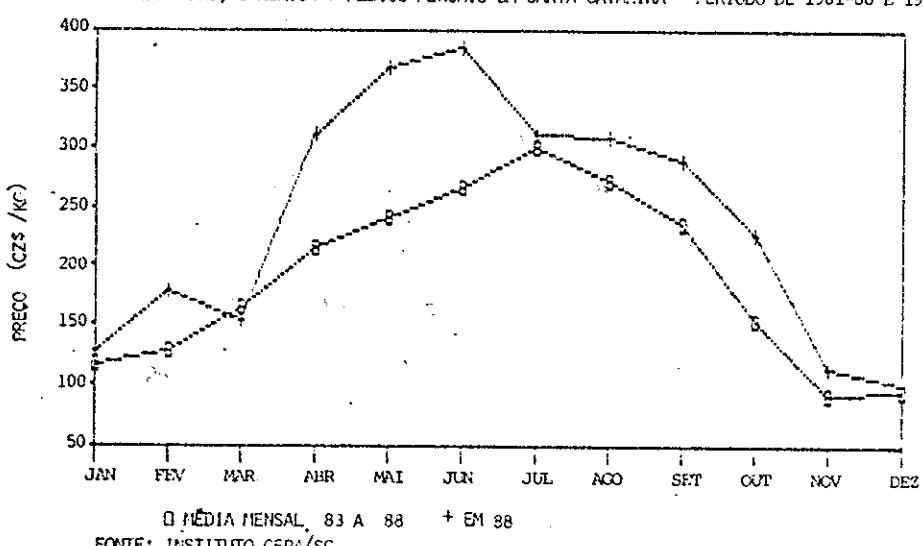


FONTE: INSTITUTO CEPA/SC,

(1) CALCULADOS ATRAVÉS DAS TAXAS DE INFLAÇÃO DE DEZ/88.

GRÁFICO 3

CEBOLA - PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSais EM SANTA CATARINA - PERÍODO DE 1981-88 E 1988

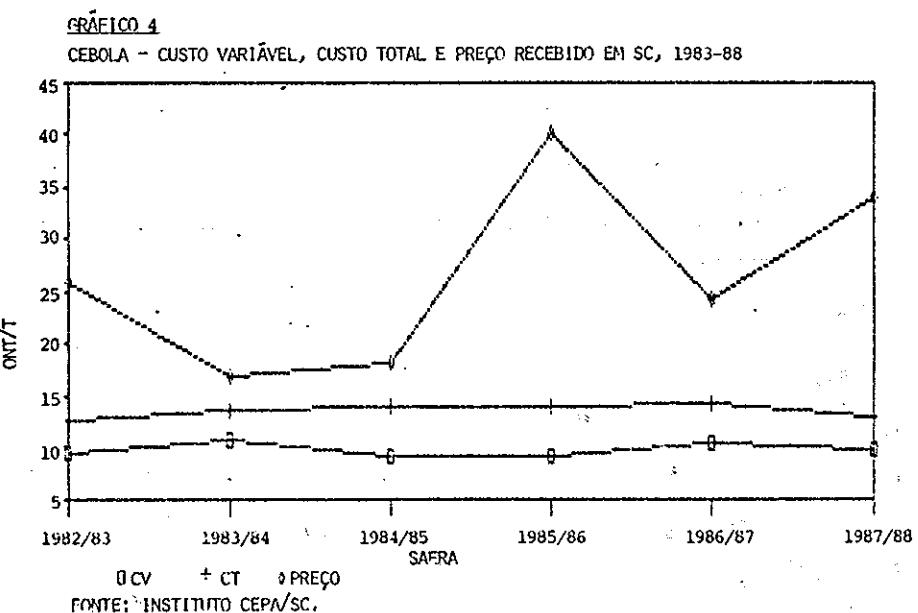


FONTE: INSTITUTO CEPA/SC,

(1) CALCULADOS ATRAVÉS DAS TAXAS DE INFLAÇÃO DE DEZ/88.

A exemplo de anos anteriores, a última safra catarinense de cebolas também apresentou uma ótima rentabilidade, creditada aos elevados preços de mercado e sobretudo, a partir do mês de fevereiro, à excepcional qualidade do bulbo local e ao menor custo de implantação da cultura frente aos demais grandes produtores.

O comparativo dos custos de produção, calculados pelo Instituto CEPA/SC em setembro, com os preços recebidos em fevereiro do ano seguinte, períodos de concentração de plantio e colheita, respectivamente, em OTN (gráfico 4), mostra que os valores praticados em 1988 foram 39,7% superiores à cotação da safra precedente e 159,5% maiores que o custo total da cultura, justificando, dessa forma, o expressivo crescimento apresentado pela atividade nos últimos anos.



4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Simultaneamente à comercialização da safra catarinense, os cebolicultores locais, por volta de março/abril, dão início aos preparativos visando à safra seguinte.

Os fatores que normalmente pesam para que o cebolicultor se defina em relação à nova safra são o desempenho da atividade no ano precedente - produtividade e qualidade dos bulbos - e, sobretudo, os preços recebidos. Na safra anterior, conforme já abordado, embora a produtividade média se tenha situado aquém da expectativa inicial, face à ocorrência de uma série de fatores climáticos adversos, a qualidade do bulbo colhido foi excepcional e contribuiu significativamente para a formação dos preços recebidos pelos produtores. Estes, por sua vez, embora no inicio da colheita se tenham situado em valores bastante baixos, com o decorrer da comercialização evoluíram para níveis extremamente elevados. Já em abril mostrava-se uma pré-disposição dos produtores locais, em razão da quantidade de sementes comercializadas, a um sensível aumento da área de plantio sobre a da safra anterior.

Os preços relativamente baixos das sementes vendidas na região produtora, a constatação de um mercado operando firme e a expectativa de manutenção desse quadro até o inicio da colheita da nova safra local foram outros itens que certamente influiram sobre a tomada de decisão do produtor catarinense quanto à área a ser cultivada neste ano agrícola.

Em assim sendo, as primeiras avaliações indicavam um expressivo crescimento da área de plantio da cultura nesta safra, a qual, segundo fontes das regiões produtoras, poderia ultrapassar os 30.000 ha plantados. A produção esperada, por outro lado, era avaliada em valores superiores a 270.000 t de cebolas.

Entretanto, a estiagem prolongada que castigou o estado no período de junho a meados de setembro deste ano, e que provocou sensíveis danos à agropecuária catarinense, fez com que também o quadro da cultura fosse sensivelmente alterado.

A falta de chuvas, além de ter provocado prejuízos às sementeiras de praticamente todos os municípios produtores, não permitiu o preparo adequado dos solos dos campos definitivos em tempo hábil.

As perdas decorrentes de situações climáticas não-propícias por ocasião da implantação das sementeiras e às verificadas na fase de crescimento das mudas juntava-se mais esta crise.

Em fins de agosto, em razão da falta de umidade do solo, as mudas já transplantadas não apresentavam um desenvolvimento satisfatório, sendo que grande número - ainda em sementeiras - já ultrapassava o ponto ideal de transplante e começava a bulbificar.

Crescia em toda a região ceboleira a preocupação com a continuidade da estiagem, uma vez que a época recomendada como mais apropriada para a implantação definitiva dos campos expirava no final do mês de setembro.

A partir de meados daquele mês, entretanto, com a relativa melhora do regime hídrico em praticamente todo o estado, as atividades pertinentes à cultura puderam ser reiniciadas.

Os prejuízos advindos da falta de chuvas, todavia, foram de elevada monta e praticamente irreversíveis.

Em decorrência desse quadro, os valores atribuídos à cultura foram sensivelmente alterados. Os levantamentos do mês de novembro/88 da Fundação IBGE/GCEA/SC indicavam um quadro bastante modificado em relação às avaliações iniciais, ou seja, de uma área a ser cultivada de 24.450 ha e produção bruta de 207.600 t do bulbo.

Esses valores, contudo, são passíveis de modificações para menor, o que pode realmente vir a ocorrer, haja vista a constatação de novo período de estiagem em alguns municípios do Alto Vale do Itajai.

A se confirmarem, no entanto, esses dados, a produção desta safra terá sido menor que a precedente em cerca de 1,94%, apesar do aumento de 11,87% verificado na área de plantio.

Mesmo diante do quadro exposto, a oferta do produto catarinense a ser remetida a outros estados da Federação deverá ser ainda bastante significativa.

Considerando-se uma retenção de 20.000 t de cebolas destinadas ao consumo interno do estado e as reservas de bulbos para semente, acrescida de mais 47.600 t, que possivelmente serão descartadas, decorrentes de prováveis perdas durante a fase de cura e armazenamento do produto, o estado catarinense ainda disporá do expressivo volume de 140.000 t para comercializar em outras praças.

A colheita desta safra já foi iniciada na região do litoral do estado, sendo que no Alto Vale do Itajaí, em razão do atraso decorrente da estiagem, essa operação somente deverá ser principiada a partir da segunda quinzena de dezembro. O término dessa atividade deverá ocorrer durante o mês de janeiro/89..

Os primeiros bulbos colhidos foram comercializados na faixa de CZ\$ 80,00 a CZ\$ 100,00/kg.

A distribuição da cultura, por microrregião homogênea do estado, mostrava o seguinte quadro em novembro/88.

TABELA 7
CEBOLA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DA CULTURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 e 1988/89

MICRORREGIÃO HOMOGENEA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	1987/88	1988/89(*)	1987/88	1988/89(*)
Lit. de Itajaí	-	-	-	-
Col. de Blumenau	1.502	1.502	10.516	12.466
Col. Itajaí Norte	180	270	1.620	2.185
Col. Alto Itajaí	12.087	13.473	124.516	117.000
Florianópolis	200	134	2.250	1.140
Col. Serrana Catar.	5.136	5.716	52.885	48.330
Lit. Laguna	18	18	118	108
Carbonifera	208	198	1.446	1.640
Lit. Sul Catar.	90	90	700	720
Col. Sul Catar.	10	10	75	75
Campos de Lages	1.561	1.568	6.499	12.550
Campos Curitibanos	255	242	2.010	1.936
Col. Rio do Peixe	612	746	5.457	6.000
Col. Oeste Catar.	183	233	1.800	1.700
Planalto Canoinhas	264	250	1.805	1.750
TOTAL	21.856	24.450	211.697	207.600

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão em nov/88.

2.7 FEIJÃO

1. INTRODUÇÃO

O cultivo de feijão no Brasil processa-se em três períodos mais ou menos distintos. A safra das águas, ou primeira safra, que é plantada em sua maior parte nos meses de agosto a outubro e concentra-se, principalmente, na Região Centro Sul. A segunda safra, ou das secas, que é plantada a partir de meados de dezembro até abril, em períodos de boas condições climáticas, tem sua produção mais expressiva no Norte/Nordeste e Sudeste. A terceira safra, ou de inverno, que tem alguma significância no estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, ainda é pouco representativa em termos de produção global do país (menos de 5%). Dentre os estados que se destacam como os maiores produtores de feijão figuram o Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina.

Em Santa Catarina, o plantio do feijão é efetuado por aproximadamente 159.000 produtores (na grande maioria pequenos agricultores), e se concentra principalmente no primeiro período (safra das águas), quando é semeado, conforme a safra, de 60% a 70% do total da área cultivada durante o ano. Essa maior concentração ocorre principalmente porque neste período de plantio (set/out) as condições de clima permitem o cultivo em todas as microrregiões homogêneas do estado. Já na safrinha, cujo plantio se processa entre janeiro e fevereiro, a redução de área semeada decorre de limitações climáticas (frio), que não permitem a semeadura em algumas regiões, principalmente nas do planalto.

Na primeira safra, em termos de produção e por ordem de importância, destacam-se as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Curitibanos, Planalto de Canoinhas, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí e Campos de Lages. Já na segunda safra, ou safrinha, a produção concentra-se principalmente nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, merecendo destaque também as Coloniais do Alto

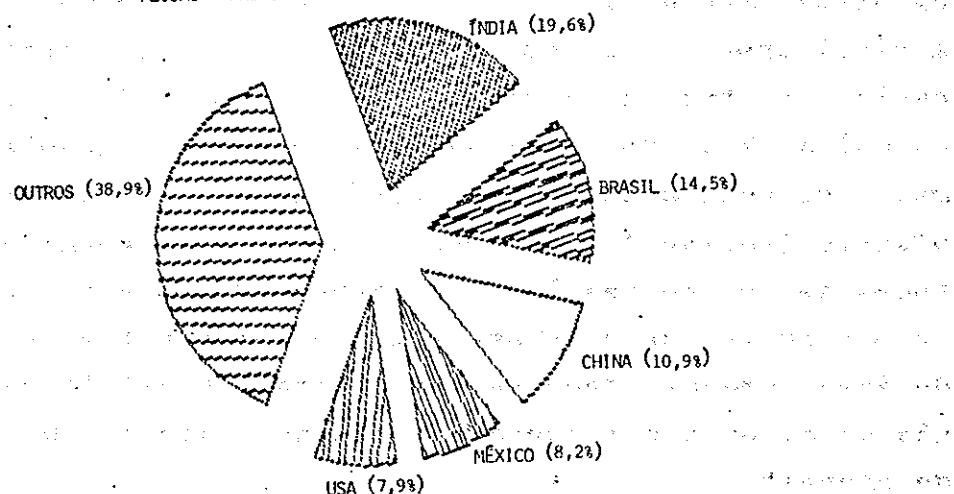
Itajai, do Rio do Peixe, a Carbonifera e a Colonial do Sul Catarinense.

No contexto estadual, o feijão destacou-se, em 1988, como a sexta maior cultura em termos de volume colhido e como a segunda mais importante na formação do Valor Bruto da Produção do subsetor lavouras.

2. PRODUÇÃO

Embora não se disponha de dados mais atualizados quanto à produção mundial de feijão - os últimos disponíveis são os de 1987, i.e., 14,5 milhões de t - acredita-se que o volume obtido em 1988 não tenha diferido em muito do dos anos mais recentes, situando-se em torno de 15,0 milhões de t. Dentro do contexto mundial, o Brasil tem-se destacado como o segundo maior produtor, sendo suplantado apenas pela Índia.

GRÁFICO 1
FEIJÃO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS 1986/87



FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPAGRO/SC.

A produção brasileira de feijão no ano agrícola 1987/88 situou-se, segundo o IBGE/CEPAGRO, de outubro, em aproximadamente 2,9 milhões de toneladas, ou seja, um volume significativamente superior (40%) ao obtido no período anterior. Este crescimento decorreu não só do leve incremento apresentado

pela área global de plantio mas, e principalmente, das boas condições climáticas do Norte e Nordeste que permitiram a obtenção de substanciais produções tanto na primeira quanto na segunda safra. A produção deste ano só não foi ainda melhor porque a safrinha da Região Sul - em especial a de Santa Catarina - sofreu queda expressiva em decorrência de problemas climáticos.

TABELA 1

FEIJÃO - PRODUÇÃO BRASILEIRA (1º é 2º SAFRA), POR REGIÃO,
SAFRAS 1986/87 E 1987/88

REGIÃO	(em Mil t)			
	PRIMEIRA SAFRA		SEGUNDA SAFRA	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Norte/Nordeste	144,5	634,5	404,7	557,9
Sudeste	226,3	285,6	405,2	490,4
Sul	665,0	766,9	75,7	80,0
Centro-Oeste	16,6	17,0	135,0	98,6
 TOTAL BRASIL	 1.052,4	 1.704,0	 1.020,6	 1.226,9

FONTE: IBGE/CEPAGRO (out/88).

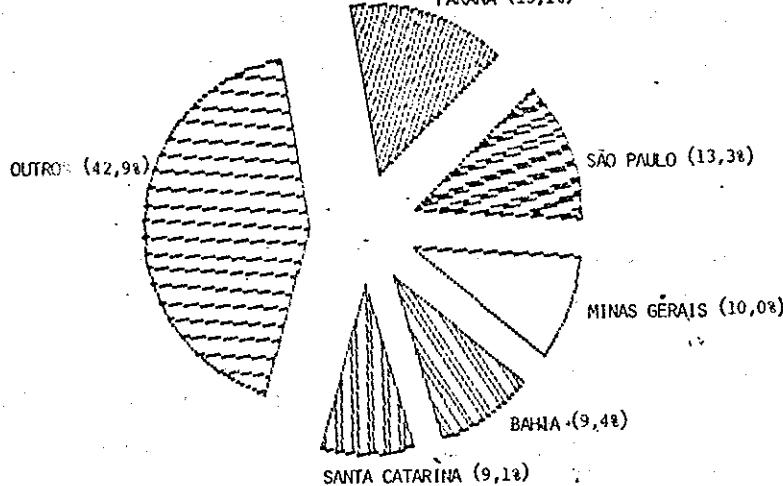
- NOTA: 1) Na segunda safra estão computados os dados da safra de inverno.
 2) Os dados da segunda safra de 1987/88 referem-se às estimativas do IBGE/CEPAGRO de set/88.

A produção catarinense, apesar dos problemas climáticos mais uma vez enfrentados pela safrinha, foi cerca de 18% maior do que a de 1987, e situou-se em aproximadamente 265.000 t. Não obstante este melhor desempenho, a participação do estado no contexto da produção brasileira caiu de 11% para 9%. Além disso, a substancial melhora da produção da Bahia fez com que Santa Catarina caísse da 4ª para a 5ª posição dentre os estados maiores produtores em 1988.

GRÁFICO 2

FEIJÃO - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/88

PARANÁ (15,1%)



FONTE: IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

Com relação ao estado, cabe registrar que a produção da primeira safra apresentou um resultado bastante satisfatório. Apesar dos prejuízos acarretados na colheita pelo excesso de chuvas nas microrregiões do planalto (em partes de janeiro e fevereiro) e de a safra do Alto Vale do Itajaí ter sido bastante pequena - em virtude seja da diminuição do plantio quanto aos prejuízos provocados pelas estiagens em outubro e novembro de 1987 naquela região - o bom desempenho das demais microrregiões, principalmente a do Oeste, permitiu a obtenção de uma produção de 216.000 t, volume bem superior às 190.000 t do ano anterior (tabela 2). É de se ressaltar que a área semeada situou-se em nível praticamente idêntico ao desse ano, uma vez que o aumento de cultivo nas regiões onde predomina o plantio do feijão carioca - decorrência do estímulo proporcionado pelos bons preços deste produto em 1987 - foi neutralizado pelo decréscimo em outras, onde a participação do feijão-preto é mais expressiva. Já a safrinha, cuja área plantada foi um pouco maior que a anterior (cerca de 7%) e apresentava, até fins de fevereiro, um desempenho bastante animador, enfrentou problemas em março. As estiagens, que em algumas regiões do estado se estenderam por mais de 20 dias, além de terem prejudicado o desenvolvimento das lavouras semeadas mais tarde (segunda quinzena de fevereiro), também causaram

grandes prejuízos nas lavouras em fase de floração. Como decorrência, a produção, inicialmente estimada em cerca de 80.000 t, caiu para somente 49.000 t. Apesar deste desempenho, a safra de 1988 ainda foi melhor do que a anterior, que também sofreu problemas de estiagem em março, geadas em abril e maio e excesso de chuvas na colheita.

TABELA 2

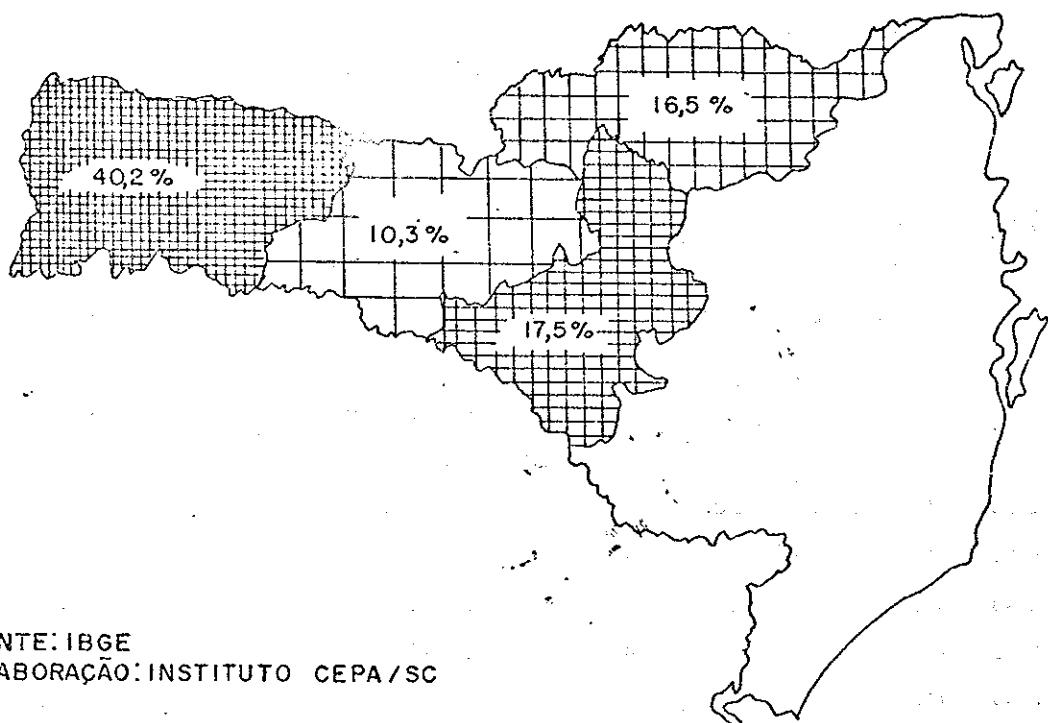
FEIJÃO - PRODUÇÃO (1º SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO	(em t)			
	PRIMEIRA SAFRA		SAFRINHA	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Col. de Joinville	330	230	308	120
Lit. de Itajai	210	223	198	204
Col. de Blumenau	1.650	1.791	866	854
Col. de Itajai do Norte	1.420	1.221	811	1.110
Col. do Alto Itajai	11.944	10.948	1.985	3.177
Florianópolis	553	523	688	481
Col. Serrana Catar.	2.919	3.150	889	784
Lit. de Laguna	178	365	241	641
Carbonifera	2.702	6.972	1.584	2.472
Lit. Sul Catar.	290	894	1.545	1.235
Col. Sul Catar.	945	1.260	2.238	1.395
Campos de Lages	8.916	5.668	-	-
Campos de Curitibanos	39.143	37.832	10.003	360
Col. do Rio do Peixe	17.096	22.344	2.270	3.068
Col. Oeste Catar.	69.205	86.907	19.854	33.505
Planalto de Canoinhas	32.199	35.672	172	115
 TOTAL DO ESTADO	 189.700	 216.000	 34.657	 49.521

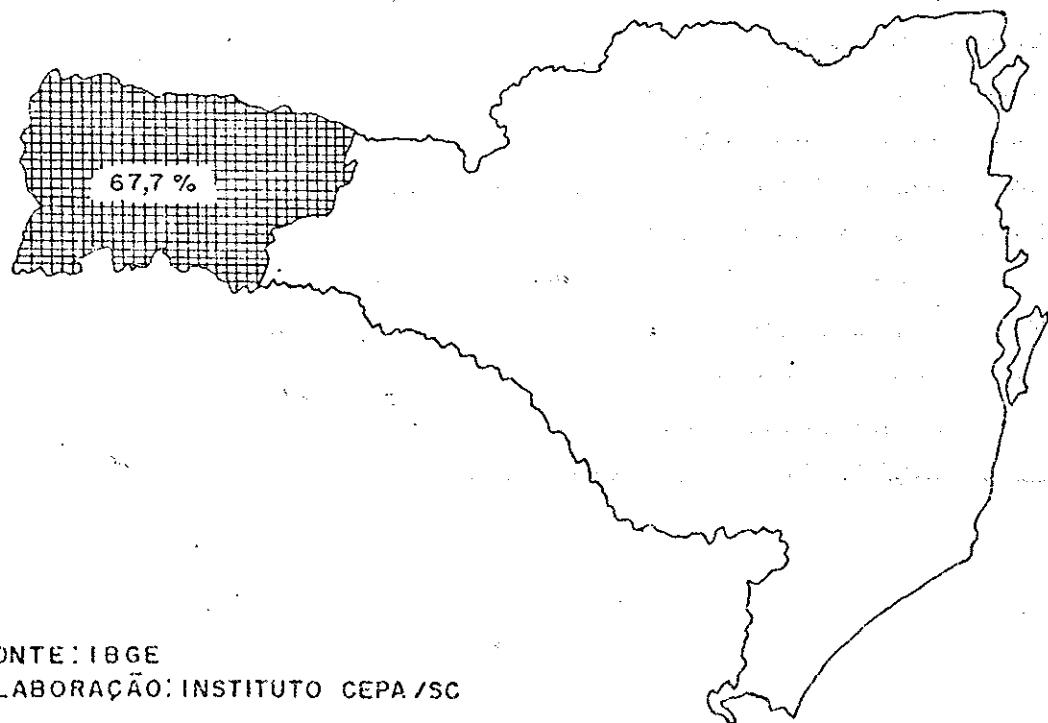
FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO
1ª SAFRA EM SANTA CATARINA — 1987/88



MAPA 2 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO
2º SAFRA EM SANTA CATARINA — 1987/88



3. ABASTECIMENTO

O suprimento nacional de feijões-de-cor mostrou-se razoável em 1988. Apesar do expressivo crescimento do consumo em relação ao ano anterior - que passou, segundo estimativas da CEP, de 1,8 para 2,1 milhões de t - e do pequeno estoque de passagem, o aumento da produção foi suficiente para cobrir esta demanda e gerar um razoável excedente, calculado, ao final da temporada comercial, em outubro, em cerca de 170 mil t, ou seja, um volume suficiente para atender a aproximadamente 30 dias de consumo. Já a expectativa de que o atraso da nova safra acarretaria escassez em nov/dez não chegou a se concretizar plenamente, fato que pode ser atribuído tanto à possibilidade de alguma inconsistência na estimativa de produção e de consumo, quanto à própria retração do consumo provocado pelo expressivo crescimento dos preços em setembro. De qualquer forma, fica a impressão de que o abastecimento nos primeiros meses de 1989 poderá enfrentar alguns problemas, seja porque os excedentes deste ano foram quase que totalmente consumidos no último bimestre, seja porque as adversidades climáticas poderão determinar uma menor produção da primeira safra do Centro-Sul.

O quadro de suprimento de feijão-preto, por sua vez, mostrou-se bastante apertado. Apesar de o consumo ter acusado uma retração estimada em cerca de 12% em comparação ao do ano anterior (540 mil t), a oferta, mesmo contando com algumas importações da Argentina, mostrou-se bastante ajustada à demanda, dado que a produção nacional foi pequena (diminuição de 13%); em face, principalmente, da redução de plantio. Esta situação deverá persistir nos primeiros meses de 1989, já que a safra do Paraná tende a se mostrar, devido às estiagens, bastante reduzida.

TABELA 3
FEIJÃO - ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO/DEMANDA PARA O
BRASIL - PERÍODO 1987/88

DISCRIMINAÇÃO	CORES	PRETO	TOTAL
Est. Inicial	20,1	86,2	106,3
Produção	2.275,8	423,2	2.699,0
1º Safra	803,8	376,2	1.180,4
2º Safra	1.472,0	46,6	1.518,6
Importação	-	10,0	10,0
Suprimento	2.295,9	519,4	2.815,3
Consumo	2.120,0	480,0	2.600,0
Excedente	175,9	39,4	215,3
Exportação	3,0	-	-
Est. Final	172,9	39,4	212,3

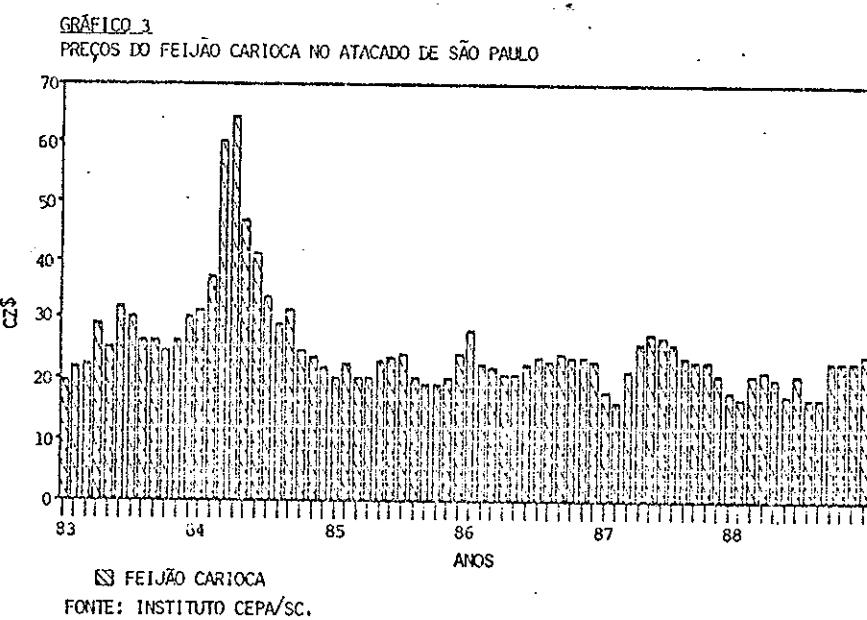
FONTE: CEP/DAEP/SUPRA (01/09/88).

Em Santa Catarina, a produção de aproximadamente 265.000 t (nas duas safras de 1977/88), foi suficiente não só para suprir as necessidades globais do estado, estimadas em aproximadamente 128.000 t, como, também, para gerar um expressivo excedente que foi comercializado principalmente para as praças de São Paulo e do Rio de Janeiro.

4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

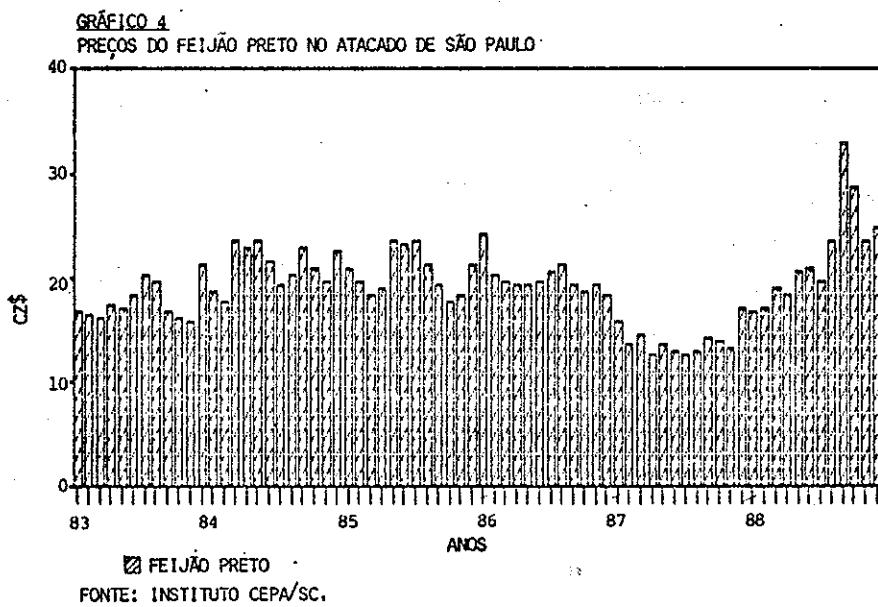
O mercado interestatal de feijão-carioca, que desde meados de 1987 vinha mostrando tendência sistemática de queda de preços, apresentou, com o final da colheita da primeira safra, uma certa recuperação entre meados de janeiro até início de março. A partir daí, no entanto, o aumento da oferta, provocado pela produção da segunda safra do Centro Sul e do bom volume colhido no Nordeste, posteriormente reforçado pela produção da safra de inverno, proporcionou tranquilidade ao mercado que operou em baixa até fins de agosto (gráfico 3). Já a expressiva recuperação das cotações verificada em setembro deveu-se, segundo alguns analistas, principalmente aos seguintes fatores: diminuição das remessas de feijão da Região Nordeste (onde a CFP iniciou a aquisição junto aos produtores), produção da safra de inverno inferior à esperada e atraso do plantio da nova safra em decorrência das estiagens. A redução

de oferta e o crescimento dos preços do produto novo direcionaram os consumidores para os feijões de menor qualidade, o que deu suporte a todo o mercado. Em média, os produtos de melhor qualidade acusaram, nos primeiros vinte dias de setembro, um crescimento nominal de preço superior a 100%. Após este pique, no entanto, com a amenização das estiagens e com a retração da demanda, a oferta voltou a melhorar, fato que pôs fim ao movimento especulativo e se refletiu nos preços que apresentaram, em outubro e parte de novembro, queda em termos reais. Em meados de novembro, com a perspectiva de deficiência de abastecimento, as cotações sofreram fortes ajustes, seguindo, a partir daí, um tendência de crescimento pouco superior ao da inflação.



O mercado do feijão-preto, que já vinha mostrando tendência de alta desde os últimos meses de 1987, permaneceu firme até junho (vide gráfico 4) e com preços que em alguns períodos se mostraram até superiores aos do feijão-carioca extra. Esta firmeza foi creditada tanto à pequena produção deste tipo de produto - em face do desestímulo de plantio decorrente do tabelamento dos preços no varejo durante o plano Bresser - quanto à própria quebra da safra da Santa Catarina.

O movimento altista, no entanto, foi interrompido em julho, em razão do deslocamento do consumo para os feijões-de-cor de menor qualidade, cujas disponibilidades e preços eram mais favoráveis. Após esta "parada", o mercado voltou a firmar-se em agosto e principalmente em setembro - mês em que o preço médio real cresceu quase 40% em relação ao de agosto e foi o mais alto registrado nos últimos anos - uma vez que a reduzida disponibilidade do produto, o atraso do plantio e o fato de grande parte dos estoques estar em mãos do governo forçaram os preços para cima, com os níveis ultrapassando o de intervenção do governo. Todavia, a partir de fins de setembro, com a "desova" dos estoques oficiais (produto de safra velha a preços bem inferiores aos de mercado), com a entrada de algumas importações da Argentina e com a proximidade da colheita da nova safra, os preços voltaram a apresentar tendência de queda real até o final do ano.



O mercado atacadista catarinense mostrou, no caso do feijão-carioca, a mesma tendência registrada nos principais centros consumidores do país, com boa movimentação nos três primeiros meses do ano e mostrando-se bastante calmo daí até setembro, período em que o refluxo dos preços no atacado interestadual induziu à venda ao governo de parte dos estoques

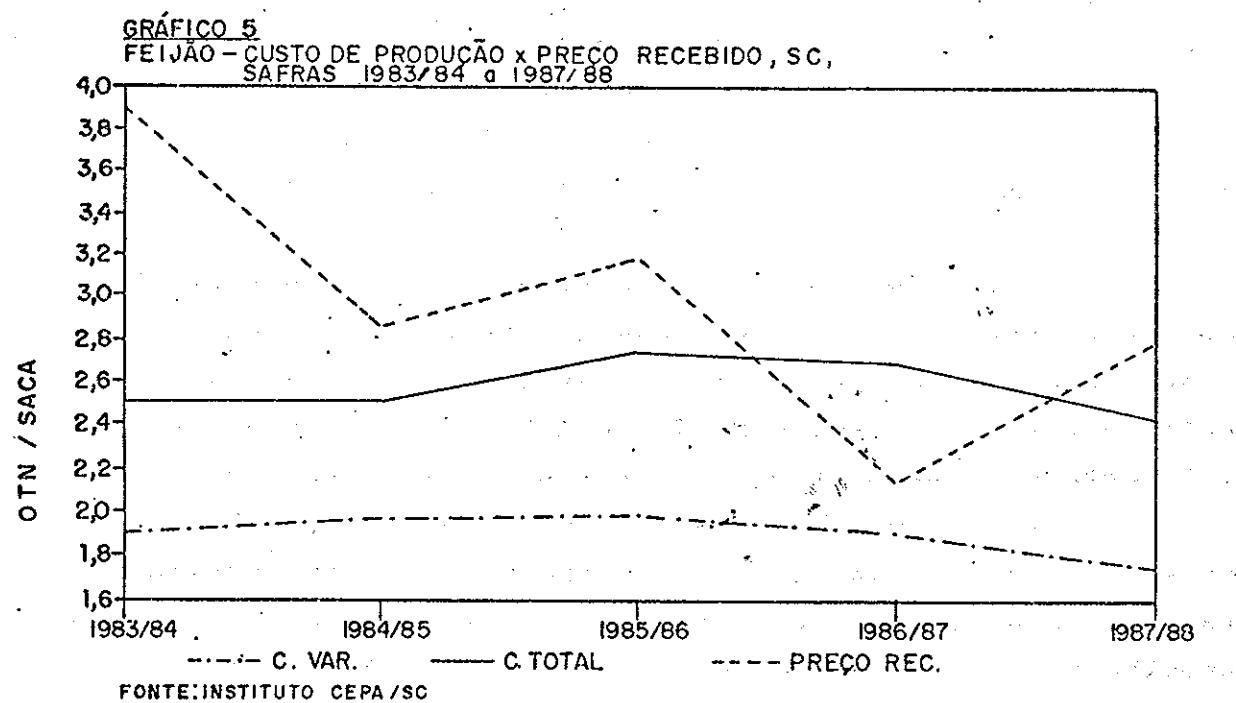
(cerca de 18.000 t) que se encontravam em EGF. De setembro até o inicio da colheita da nova safra, a comercialização foi inexpressiva, dado o pouco volume do produto ainda a negociar. No que diz respeito ao feijão-preto, a evolução favorável dos preços interestaduais permitiu um escoamento normal da produção. Mesmo o refluxo das cotações em julho, que num primeiro momento chegou a provocar o interesse de vendas de parte dos reduzidos estoques ao governo, não chegou a afetar a comercialização, que praticamente se encerrou no terceiro trimestre.

A nível de produtor, os preços do feijão-preto, embora no transcorrer do primeiro semestre tenham acompanhado de perto a evolução do preço mínimo, apresentaram ganhos reais em relação aos do mesmo período de 1987, seja porque o mercado interestadual se mostrou mais firme, como, também, porque o próprio preço de garantia sofreu, no ano anterior, um engessamento desfavorável em decorrência do Plano Bresser. Já o feijão-carioca, embora também tenha evoluído em nível semelhante ao do preço mínimo e apresentado ganhos reais em relação aos três primeiros meses de 1987, mostrou um desempenho menos favorável no segundo trimestre, principalmente em face de as cotações no atacado se terem mostrado mais fracas do que as do mesmo período do ano anterior.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A rentabilidade da cultura do feijão na primeira safra de 1987/88 foi bastante positiva para os agricultores. Os preços recebidos, que no periodo mais representativo de comercialização da safra 1986/87 se haviam deteriorado significativamente, mostrando, quando comparados aos custos de produção, uma margem bruta bastante modesta (cerca de 12%), voltaram a crescer e a proporcionar lucratividade em 1988. Este resultado deveu-se não só ao fato de os próprios preços recebidos (média de fevereiro entre o carioca e o preto) terem apresentado aumentos reais em relação ao mesmo periodo do ano anterior, quanto ao leve decréscimo experimentado pelos custos de produção, notadamente nas lavouras com tração animal. O gráfico 5, que compara os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC em outubro com os preços praticados em

fevereiro do ano seguinte, todos em OTN, ilustra com mais precisão o que acima se afirmou.



6. PERSPECTIVAS PARA A NOVA SAFRA

A safra das águas do Centro Sul (mais a do sul da Bahia) deverá apresentar um desempenho bastante modesto. Explicam-no o atraso e a acentuada diminuição de plantio (principalmente no Paraná e em São Paulo) acarretados pela falta de chuvas. Estes fatos reduziram a área, inicialmente prevista em 1,96 milhão de ha, para algo em torno de 1,5 milhão de ha, transformando-a na menor dos últimos anos. A insuficiência de umidade, que persistiu em alguns estados em nov/dez, agravou ainda mais as perspectivas de produção. Frente a isso, o volume total a ser colhido provavelmente não alcançará sequer as 830 mil t estimadas no inicio de dezembro, volume que já era 26% inferior ao colhido em 1988. Como consequência deste declínio, poderá ocorrer certo comprometimento de oferta ainda ao final do primeiro trimestre de 1989, perspectiva que deve dar sustentação aos preços, pelo menos até a colheita da segunda safra.

A safra catarinense, por sua vez, cuja área plantada se assemelhou aos 270.000 ha do ano anterior, também deverá apresentar um resultado menor que o esperado. As perdas sofridas com o granizo do final de outubro (cerca de 23.000 ha totalmente perdidos), o atraso do plantio pela falta de umidade e os entraves sofridos com os bolsões de estiagens em nov/dez são fatores que tendem a reduzir a produção para um nível inferior a 185.000 t (a estimativa inicial era de aproximadamente 218.000 t). Apesar desta redução, o estado continuará como exportador líquido da leguminosa; pois, além de o consumo interno ser de apenas 130.000 t, ainda contará com a produção da safrinha. No que tange aos preços ao produtor, as perspectivas são de os mesmos se situarem em níveis superiores aos de garantia do governo, uma vez que a quebra da safra do Centro-Sul tende a manter o mercado interestadual bastante firme.

2.8 FUMO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Brasil destaca-se no cenário internacional como segundo maior exportador e quarto produtor mundial de fumo em folha.

Trata-se de uma cultura importante no contexto sócio-econômico do país. Em 1988, as estimativas apontavam que para um total de 1,1 trilhão de cruzados arrecadados com IPI. O fumo responderia por aproximadamente 30%, ou seja, cerca de 330 bilhões de cruzados. Além disto, ocupava cerca de 600 mil pessoas. Na atividade agrícola propriamente dita estavam envolvidos aproximadamente 150 mil produtores.

A produção brasileira está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

O plantio de fumo na Região Sul envolve cerca de 113 mil produtores. Segundo o Relatório de Atividades da AFUBRA - exercício 1987/1988 - o tamanho médio das propriedades rurais que plantam fumo de estufa é de 21 ha. Tais propriedades têm, em média, a seguinte utilização: lavouras anuais, 5,4 ha; lavouras permanentes, 0,7 ha; pastagens, 3,3 ha; floresta, 6,2 ha; área não utilizada, 3,1 ha. A área utilizada com fumo, de acordo com o Sindicato das Indústrias de Fumo - SINDIFUMO, é de 2,1 ha. De acordo com a mesma fonte, o fumicultor cultiva, ainda, milho (3,0 ha), feijão (1,1 ha), soja (0,8 ha), arroz (0,4 ha), mandioca (0,5 ha) e outras culturas (1,1 ha).

A produção dos três estados da região foi da ordem de 376.401 t., equivalente a mais do 87% da produção nacional na safra 1987/88. No ano de 1987, cerca de 88% da quantidade global das exportações brasileiras do produto saiu pelos portos da região.

Os principais tipos de fumo produzidos na Região Sul são o Virginia, o Burley, o Amarelinho e o Galpão Comum. O fumo Amarelinho destina-se à fabricação de cigarros nacionais; o Virginia destina-se, em grande parte, às exportações, sendo a outra parte utilizada para a fabricação de cigarros nacionais; o Burley destina-se tanto à exportação como à fabricação de cigarros nacionais.

Em 1987, de acordo com o SINDIFUMO, a produção por tipo esteve assim distribuída: Virginia, 70,0%; Burley, 15,9%; Amarelinho, 10,4%; Comum, 3,7%.

Na Região Nordeste predomina a produção de fumos escuros destinados à fabricação de charutos, cigarrilhos, cigarros escuros e fumo em corda.

Em Santa Catarina, segundo as informações do Censo Agropecuário de 1980, a cultura envolvia 36.583 produtores, cultivando 87.122 ha. Atualmente, o número de produtores catarinenses que plantam fumo está estimado entre 45 e 50 mil.

Segundo a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1987/88, volume 2, em 1987 o fumo foi responsável por 5,93% do valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária, situando-se como o 7º produto mais importante, superado apenas pelos valores da avicultura, suinocultura, madeira em tora, milho, bovinos de corte e bovinos de leite.

2. PRODUÇÃO

Apesar de ser uma lavoura presente em mais de 100 países, os cinco maiores produtores mundiais - China, Estados Unidos, Índia, Brasil e União Soviética - concentram 62,5% do total da produção de fumo em folha.

Segundo as estatísticas do United States Department of Agriculture (USDA), de setembro de 1988, a produção mundial para 1988 é estimada em 6,43 milhões de toneladas. Isto significa um crescimento de 2,06% em relação à produção de 1987, que atingiu 6,30 milhões de toneladas. Embora muitos países

estejam apresentando decréscimo nas suas produções, esta expectativa de crescimento deve-se especialmente ao incremento na produção da China e dos Estados Unidos (Tabela 1).

TABELA 1
FUMO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES: ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - 1986-88

PAÍS	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (Kg/ha)		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
China	1.158.000	1.142.000	1.286.500	1.669.500	1.954.000	2.309.000	1.442	1.703	1.795
Estados Unidos	235.353	238.951	256.513	527.963	540.086	591.544	2.243	2.271	2.356
Índia	400.500	383.800	297.292	439.400	460.260	322.860	1.097	1.199	1.086
Brasil	268.000	276.000	272.000	411.000	410.000	415.000	1.534	1.486	1.478
União Soviética	193.500	193.500	193.500	381.000	381.000	381.000	1.969	1.969	1.969
Turquia	169.920	202.805	199.560	158.480	177.188	169.793	933	874	850
Indonésia	268.005	279.358	291.312	154.111	154.020	163.211	575	551	560
Itália	79.035	77.900	75.000	145.710	154.500	152.000	1.844	1.906	1.931
Grécia	99.827	92.017	87.600	148.779	144.045	139.300	1.490	1.498	1.477
Bulgária	103.002	103.500	103.500	128.000	112.250	134.000	1.243	1.085	1.337
Subtotal	2.975.142	2.989.831	3.062.782	4.163.943	4.478.349	4.777.708	1.400	1.498	1.560
Outros países	1.343.958	1.294.669	1.191.218	1.869.757	1.822.351	1.655.592	1.391	1.408	1.390
Total Mundial	4.319.100	4.284.500	4.254.000	8.033.700	8.300.700	8.433.300	1.397	1.471	1.515

FONTE: USDA - WORLD TOBACCO SITUATION (Set/88).

A nível nacional, segundo os dados do IBGE/CEPAGRO de dezembro/88, a produção atingiu na safra 1987/88 429.955 toneladas. Isto, se confirmado, significaria um incremento de 8,1% em relação às 397.845 toneladas colhidas na safra 1986/87. Este incremento deve-se fundamentalmente às melhores produtividades obtidas nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná que, apesar de reduções nas áreas plantadas, apresentaram crescimento na produção.

Nos estados da Região Sul, ao contrário da safra 1986/87, marcada por condições climáticas adversas - especialmente excesso de chuva - a safra 1987/88 contou com clima favorável, resultando não só em boa produtividade, como também em uma qualidade de fumo sensivelmente melhor que a da safra anterior.

TABELA 2
FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL, SAFRAS 1986/87 E 1987/88 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (Kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Santa Catarina	98.305	86.580	156.669	149.052	1.594	1.722
Rio Grande do Sul	106.046	103.833	147.366	183.349	1.390	1.766
Alagoas	36.196	33.616	28.967	26.578	800	791
Paraná	23.150	22.300	40.800	44.000	1.762	1.973
Bahia	20.718	23.585	14.767	17.425	713	739
Minas Gerais	6.084	4.728	3.953	3.168	650	670
Sergipe	2.284	2.817	2.464	3.936	1.079	1.078
Outras	5.386	5.060	2.859	3.347	531	661
TOTAL	298.169	282.519	397.845	429.955	1.334	1.522

FONTE: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Out/88).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados não-definitivos.

No que diz respeito a Santa Catarina, pelas estatísticas finais do IBGE/GCEA-SC, na safra 1987/88 houve, em relação à safra 1986/87, um decréscimo de 11,9% na área plantada e 4,9% na produção. Este decréscimo sensivelmente menor da produção em relação ao da área, deve-se ao fato de que a safra 1987/88 contou com condições climáticas bastante favoráveis, resultando num rendimento que se destaca entre os melhores dos últimos anos, ao contrário da safra 1986/87, marcada especialmente por excesso de chuvas. O grande decréscimo na área plantada, por sua vez, é explicado pelo fato de que mesmo com um bom acerto de preço com as indústrias, em face de problemas na negociação de preços e na comercialização da safra 1986/87, parte dos produtores já estava pré-determinada a reduzir as suas áreas de plantio na safra 1987/88.

TABELA 3
FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641
1986/87	98.305	156.669	1.594
1987/88	86.580	149.052	1.722
1988/89(1)	95.000	146.291	1.540

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

(1) Estimativa.

TABELA 4
FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMÓGENAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (Kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Col.Joinville	709	546	1.226	1.029	1.729	1.885
Lit.Itajaí	323	199	541	387	1.675	1.945
Col.Bluemau	6.961	5.065	12.101	9.609	1.738	1.897
Col.Itajaí Norte	6.900	5.421	11.370	10.057	1.648	1.855
Col.Alto Itajaí	15.580	13.232	23.362	23.162	1.499	1.750
Florianópolis	662	486	1.142	896	1.725	1.844
Col.Serrana Cat.	5.608	4.307	8.974	7.695	1.600	1.787
Lit.Laguna	778	811	1.046	998	1.344	1.231
Carbonifera	17.007	14.685	27.190	25.033	1.599	1.785
Lit.Sul Cat.	11.640	11.756	18.322	16.295	1.574	1.386
Col.Sul Cat.	10.524	8.883	15.522	13.646	1.475	1.536
Campos Lages	964	718	1.381	1.467	1.433	2.043
Campos Curitibanos	935	1.010	1.461	1.812	1.563	1.794
Col.Rio do Peixe	2.751	3.128	4.424	5.442	1.608	1.740
Col.Oeste Cat.	8.956	8.719	14.895	14.760	1.663	1.693
Plan.Canoinhais	8.007	7.614	13.712	16.764	1.713	2.202
TOTAL DO ESTADO	98.305	86.580	156.669	149.052	1.594	1.722

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAC/SC.

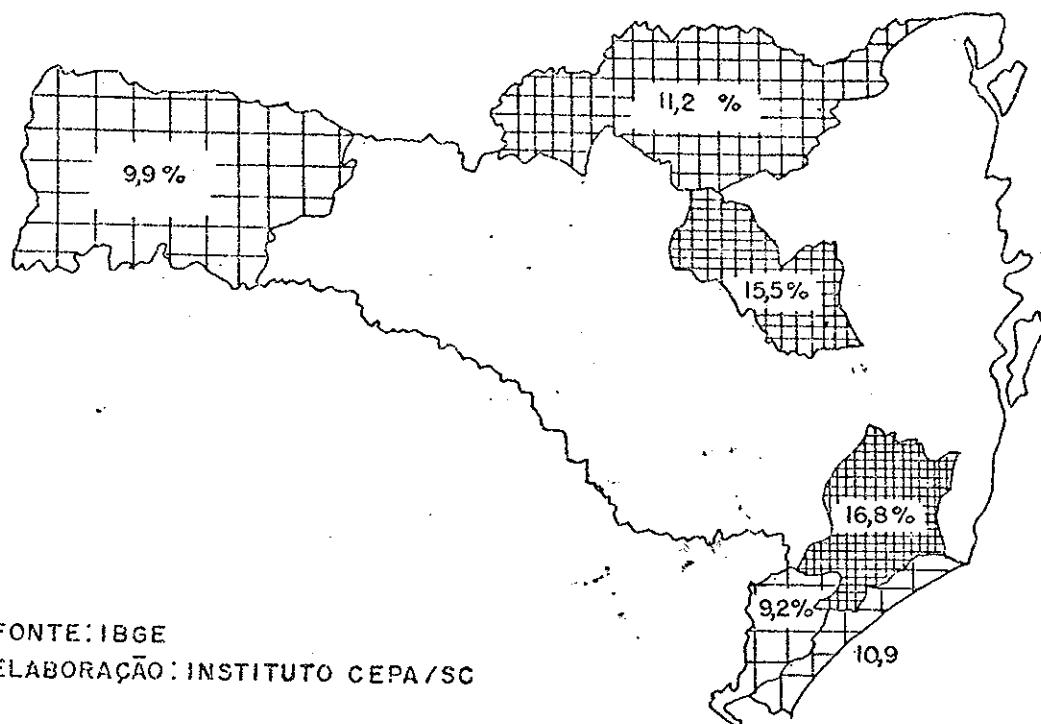
Em termos de tipo de fumo e em relação à Região Sul como um todo, Santa Catarina apresenta uma participação um pouco mais significativa do fumo Burley.

TABELA 5
FUMO - QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO - SANTA CATARINA, SAFRAS 1985/86 E 1987/88

TIPO	1985/86		1986/87		1987/88	
	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)
Virginia	95.583	63,3	105.304	67,1	95.931	66,06
Amarelinho	18.561	12,3	13.653	8,7	35.593	24,51
Burley	34.835	23,1	36.034	23,8	12.030	8,29
Coimbra	1.936	1,3	1.907	1,2	1.657	1,14
TOTAL	150.915	100	156.898	100	145.211	100

FONTE: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAC/SC.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Segundo as informações do boletim do USDA, World Tobacco's Situation, o Brasil se destaca como o segundo principal exportador de fumo, respondendo por cerca de 13% do total das exportações mundiais, superado apenas pelos Estados Unidos, que atingem cerca de 15% deste total. Além destes dois países, alguns outros têm participação significativa no mercado internacional (tabela 6).

TABELA 6
FUMO - PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS - 1988 (1)

PAÍS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DAS EXPORTA- ÇÕES MUNDIAIS
E.U.A.	203.000	15,1
Brasil	175.000	13,1
Grécia	114.500	8,5
Zimbabwe	102.802	7,7
Itália	100.000	7,5
Turquia	80.000	6,0
SUBTOTAL	775.302	57,9
TOTAL MUNDIAL	1.340.600	100

FONTE: USDA - World Tobacco Situation (Set/88).
(1) Estimativa.

A exemplo do que ocorre com as exportações, as importações, apesar de realizadas por muitos países, na sua grande parte estão concentradas em alguns poucos (tabela 7).

TABELA 7
FUMO - PRINCIPAIS IMPORTADORES MUNDIAIS - 1988 (1)

PAÍS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DAS EXPORTA- ÇÕES MUNDIAIS
E.U.A.	215.000	16,5
Alemanha Oc.	158.340	12,2
Reino Unido	111.750	8,4
União Soviética	100.000	7,7
Países Baixos	90.000	6,9
Japão	68.600	5,3
SUBTOTAL	743.690	57,2
TOTAL MUNDIAL	1.302.800	100

FONTE: USDA - World Tobacco Situation (Set/88).

(1) Estimativa.

As exportações brasileiras, depois de um crescimento relativamente significativo nos anos de 1984 e 1985, voltaram para patamares um pouco mais próximos dos normalmente alcançados nesta década de 80.

TABELA 8
FUMO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1980-87

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US\$ 1000)	VALOR MÉDIO US\$/Kg
1980	144.758	295.261	2,04
1981	149.950	368.663	2,46
1982	166.908	476.923	2,86
1983	178.047	471.954	2,65
1984	189.233	468.570	2,47
1985	201.097	459.334	2,28
1986	178.069	413.209	2,32
1987	177.737	431.535	2,43

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Para 1988 ainda não se dispõe de estatísticas. Prelinarmente, estima-se que as exportações brasileiras poderão atingir cerca de US\$ 450 milhões. Este crescimento só daria mais em função de um preço médio melhor do que por crescimento na quantidade exportada. Este melhor preço médio, por sua vez, é decorrente da qualidade bastante satisfatória do fumo colhido na safra 1987/88, em grande parte exportado neste ano de 1988.

Apesar de o Brasil comercializar fumo para aproximadamente 80 países, seus 6 maiores clientes responderam, em 1987, por 64,1% do valor das exportações realizadas pelo país. Além destes compradores, as indústrias instaladas no Brasil têm procurado ampliar o seu mercado, e não descartam a possibilidade de até o final do século o país se destacar como o principal exportador mundial.

TABELA 9
FUMO - PRINCIPAIS IMPORTADORES DO BRASIL - 1987.

PAÍS	QUANTIDADE		VALOR	
	Toneladas	%	US\$ FOB	%
Reino Unido	29.804	16,8	72.479	16,8
Estados Unidos	31.920	18,0	68.268	15,8
Alemanha Oc.	18.025	10,1	48.770	11,3
Países Baixos	15.307	8,6	42.610	9,9
China	10.194	5,7	25.907	6,0
Bélgica	6.854	3,9	18.762	4,3
SUBTOTAL	142.104	63,1	276.736	64,1
TOTAL	177.737	100	431.535	100

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de mercado interno, particularmente na Região Sul, onde a produção é totalmente adquirida pelas indústrias, a comercialização da safra 1987/88 - comercializada no período de janeiro a junho de 1988 - transcorreu sem maiores problemas. Isto se deve ao fato de que as negociações entre os produtores e as indústrias, ao contrário da safra 1986/87, transcorreram sem maiores problemas e o acerto foi considerado satisfatório pelos produtores. Em termos de preços, o estabelecido era o seguinte:

- a) "A tabela de preços vigentes na safra 1986/87, nas classes determinadas pelas Portarias nº 875 e 309 do Ministério da Agricultura, nos tipos FE Virginia, FE Amarelinho, FG Burley e FG Comum, será acrescida em 23% (vinte e três por cento). Seus valores servirão como preço base para a safra 1987/88. Esse preço base será corrigido como garantia, obrigatoriamente, em 31 de dezembro de 1987, pela variação da inflação oficial acumulada no período de 01.04.87 a 31.12.87".

- b) "A tabela de preços obtida no dia 31.12.87 será corrigida, diariamente, a partir de 01.01.88, pelo índice de inflação apurado, mensalmente, durante o período de comercialização da safra, pelo critério "pro rata tempore".

Para a safra 1988/89, embora o percentual de reajuste não tenha atingido o patamar esperado, a negociação não deixou de ser considerada satisfatória pelas representações dos produtores. Prevê, entre outros pontos, o seguinte:

- a) "O preço básico da safra 1988/89, nas classes determinadas pelas Portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura, dos fumos FE Virginia, FE Amarelinho, FG Comum e FG Burley será obtido pela aplicação do índice de 6% (seis por cento) sobre os preços praticados em 31.03.88" (tabela 10).
- b) "Fica assegurado ao preço básico resultante do item anterior a correção mensal acumulada pelo índice de inflação oficial que ocorrerá entre 10 de abril de 1988 e 31 de dezembro de 1988".
- c) "Fica assegurado, a partir de 01.01.89, que o preço alcançado em 31.12.88, conforme item anterior, sofrerá um acréscimo correspondente à variação diária da OTN fiscal durante todo o período de comercialização da safra 1988/89".

TABELA 10
FUMO - PREÇO BÁSICO DO FUMO AOS PRODUTORES EM 31/03/88

FUMO DE ESTUFA		FUMO DE GALPÃO		
Amarelinho/Virgínia	Burley	Comum		
Classes	Cz\$/Kg	Classes	Cz\$/kg	Cz\$/kg
T01	149.46	T2L	96.48	62.21
T02	129.35	T2	90.47	59.68
T03	100.49	TK	59.68	46.40
TR1	121.96	B1L	137.07	0.00
TR2	86.61	B1	131.56	0.00
TR3	54.97	B2L	121.20	80.23
TL1	112.66	B2	115.25	77.38
TL2	90.09	B3L	105.01	66.89
TL3	50.26	B3	89.14	63.35
T2K	66.76	BK	77.38	55.38
T3K	36.73	C1L	145.85	0.00
B01	162.54	C1	140.35	0.00
B02	142.76	C2L	130.05	89.27
B03	117.02	C2	124.04	86.30
BR1	136.12	C3L	113.93	77.38
BR2	104.25	C3	99.32	74.10
BR0	67.14	CK	86.23	63.92
BL1	138.20	X1L	128.24	0.00
BL2	115.63	X1	122.71	0.00
BL3	70.68	X2L	110.95	71.12
B2K	86.61	X2	103.49	68.66
B3K	42.42	XX	68.47	50.77
C01	155.91	N	29.21	26.55
C02	137.07	G	14.54	18.02
C03	113.93			
CL1	136.50			
CL2	114.42			
CL3	73.53			
CR1	114.50			
CR2	82.32			
CR3	53.99			
C2K	67.90			
C3K	38.88			
X01	137.07			
X02	115.63			
X03	91.55			
XL1	120.19			
XL2	101.47			
XL3	61.07			
XR1	105.26			
XR2	62.91			
XR3	39.83			
X2K	49.82			
X3K	31.80			
G2	67.14			
G3	16.63			
SC	15.49			
ST	8.47			

FONTE: Protocolo firmado entre as entidades representativas dos produtores e das indústrias em 22/04/88.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Segundo os dados do USDA, o consumo doméstico mundial neste ano de 1988 será inferior em 1% ao do 1987. Apesar deste decréscimo, a previsão é de os estoques mundiais atingirem o menor patamar dos últimos anos. Isto, de certa forma, pode abrir boas perspectivas para o mercado internacional em 1989.

TABELA 11
FUMO - SITUAÇÃO MUNDIAL DE BALANÇO E OFERTA DE FUMO - 1984-88 (em 1.000 t)

ANO	PRODUÇÃO TOTAL	PESO SECO DA PRODU.	ESTOQUE INICIAL	TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	CONSUMO DOMÉSTICO	ESTOQUE FINAL
1984	6.495,9	5.779,6	6.463,2	1.364,1	1.409,4	5.761,1	6.436,4
1985	6.979,5	6.241,7	6.436,4	1.386,3	1.416,9	5.915,8	6.731,7
1986	6.033,7	5.342,4	6.731,7	1.354,3	1.355,8	6.052,5	6.020,1
1987	6.300,7	5.612,5	6.020,1	1.396,9	1.372,3	5.968,2	5.689,0
1988	6.433,3	5.703,7	5.689,0	1.302,8	1.340,6	5.910,4	5.444,5

FONTE: USDA - World Tobacco Situation - (Set/88).

A nível de mercado interno, depois do grande crescimento verificado no ano de 1986, o consumo voltou para patamares próximos ao do ano de 1985. Em 1988, em face de alguma perda de poder aquisitivo e de campanhas bastante acentuadas contra o fumo, as estatísticas preliminares apontam para um consumo ainda menor que em 1987.

TABELA 12
FUMO - CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS
NO BRASIL - 1979-88

ANO	BILHÕES DE UNIDADES
1979	137,4
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	127,8
1985	146,3
1986	168,9
1987	161,4
1988(*)	157,9

FONTE: Sindicato das Indústrias de Fumo.
(*) Dado sujeito a revisão.

5. PERSPECTIVA PARA 1989

Ao final de 1988 ainda não se dispunha de estatísticas referentes à safra nacional 1988/89. Segundo um prognóstico do mês de outubro, na região Centro-Sul deveriam ser plantados 249.538 ha, área 9,63% superior aos 227.618 ha plantados na safra 1987/88.

Na Região Sul, a expectativa era de que a área plantada atingisse 245.181 ha, significando um crescimento de 10,38% em relação aos 212.713 ha colhidos na safra anterior. No que diz respeito à produção, embora ao final do ano ainda não se dispusesse de estatísticas do IBGE, considerando-se apreciações de representantes das indústrias, o crescimento não seria tão significativo quanto o verificado na área plantada. Isto decorre do fato de que em várias partes desta região as lavouras estão sendo prejudicadas pelo longo período de estiagem e por incidências de granizo. Ainda que em quantidade a safra possa não sofrer muito significativamente, em qualidade dificilmente repetirá o resultado da anterior. Isto significa que os produtores perderão alguma rentabilidade quando da classificação do seu produto.

Em Santa Catarina, as primeiras estimativas apontam para uma área plantada de 95.000 ha, o que indicaria um crescimento de 9,73% em relação aos 86.580 ha da safra anterior. Quanto à produção, as estimativas apontam para 146.291 t, portanto inferior às 149.052 t colhidas na safra anterior. Embora essa estimativa possa sofrer alterações para mais, considerando que, a exemplo da Região Sul como um todo, as condições climáticas não estão sendo muito favoráveis, não se espera que as mudanças sejam muito sensíveis.

No que diz respeito à comercialização da produção da Região Sul, a exemplo do que ocorreu na safra 1987/88, deverá, pelo bom acerto entre os produtores e as indústrias, transcorrer sem maiores problemas. A participação brasileira no mercado internacional, por sua vez, estará bastante condicionada ao resultado qualitativo da safra em andamento, já que, embora este mercado seja bastante concorrido, os fumos de qualidade sempre têm colocação relativamente fácil.

2.9 MAÇÃ

1. INTRODUÇÃO

Originária do oeste da Ásia, a maçã é uma das mais antigas, tradicionais e consumidas frutas do mundo. Os principais produtores são os países asiáticos e europeus, os quais, no seu conjunto, respondem por mais de 80,0% da oferta mundial.

No continente americano, destacam-se as produções dos Estados Unidos da América, Argentina, Canadá, Chile, México e Brasil, onde a cultura, face a exigências de condições climáticas específicas, tem a sua produção restrita ao sul do país e aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em Santa Catarina, a cultura reveste-se de significativa relevância, sobretudo para os municípios das microrregiões do Vale do Rio do Peixe e dos Campos de Lagoas.

Esta atividade absorve, atualmente, no estado catarinense, em torno de 1.400 unidades produtivas, sendo que mais de 70,0% da produção local é concentrada nos municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra.

O estado catarinense destaca-se, no cenário nacional, como o primeiro produtor de maçã, com colheitas que têm respondido por cerca de 60,0% da produção interna.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de maçãs tem-se situado por volta de 40 milhões de toneladas.

Os principais países produtores, em 1986, segundo dados da FAO, conforme mostra a tabela I, foram a União Soviética, a China, os Estados Unidos da América, a França,

a Alemanha Ocidental, a Itália e a Turquia. O volume de produção respondeu por mais de 50,0% da oferta mundial.

TABELA 1

MACA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1984-86

(em 1.000 t)

PAÍS	1984	1985	1986
União Soviética	7.100	7.000	7.500
China	2.955	3.629	4.015
Estados Unidos	3.779	3.593	3.590
França	2.960	2.349	2.650
Alemanha Ocidental	1.799	1.410	2.180
Itália	2.210	2.014	2.080
Turquia	1.900	1.900	1.865
TOTAL MUNDIAL	39.860	38.072	40.923

FONTE: Anuário FAO de Producción, vol. 40, 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na América do Sul, a Argentina e o Chile desempenham como os principais produtores, tendo contribuído, nesse mesmo ano, com 85,0% da colheita sul-americana.

Em termos de Brasil, a atividade tem evoluído de forma significativa, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor, das crises econômicas por que atravessou o país e de se tratar de uma cultura recente, haja vista que os primeiros pomares implantados tecnicamente datam do ano de 1970.

Nos últimos dez anos, a área cultivada com a frutífera no país cresceu cerca de 400,0%, tendo sido avaliada, na última safra, em 25.825 ha. A produção colhida, por outro lado, registrou, em mesmo período, uma evolução superior à 2.000,0%, ou seja, passou de somente 14.700 t em 1978, para a surpreendente colheita de quase 342.000 t na última safra.

TABELA 2

MACA - QUANTIDADE PRODUZIDA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E BRASIL,
SAFRAS DE 1977/78 A 1986/87

(em t)

SAFRA	RS	SC	PR	SP	MG	BRASIL
1977/78	3.349	10.854	500	—	—	14.703
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	246	38.956
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.438
1983/84	32.000	108.699	13.960	7.000	1.200	162.789
1984/85	55.000	138.055	17.300	8.000	1.200	219.555
1985/86	65.000	156.887	15.727	7.716	1.830	247.160
1986/87	45.000	104.292	23.000	5.000	1.000	178.202

FONTE: EMATER/SC - ACARESC E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MACA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*Dados não-conclusivos.

"O Brasil vem ampliando rapidamente sua produção de maçãs, ordenada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento, estabelecido pelo Ministério da Agricultura a partir de 1980.

Das 49,0 mil toneladas produzidas naquele ano, o país passou a colher 342,0 mil toneladas na safra 1987/88. As importações, nesse mesmo período, decresceram significativamente, proporcionando uma economia acumulada de divisas de cerca de 400 milhões de dólares, garantindo, dessa forma, o desenvolvimento econômico-social de regiões que se reestruturaram para garantir o auto-abastecimento do produto.

São 25,8 mil hectares de pomares e 30 milhões de macieiras que propiciam ocupação e renda a mais de 100 mil pessoas, entre produtores e trabalhadores rurais.

Estes índices de excelente crescimento, em se tratando de cultura permanente que exige altos investimentos iniciais, demonstram que os consistentes recursos privados e governamentais, já aplicados na infra-estrutura e serviços do apoio ao produto, começam a frutificar.

A maçã nacional é uma realidade e a manutenção de uma política para o setor passa a ter nova dimensão, principalmente nas ações de estocagem, comercialização e abastecimento de entressafra.

É essencial - para que a produção seja eficiente e o setor competitivo em seu todo - que a atividade prossiga em sua evolução, com diretrizes bem assentadas e definidas. Minimizam-se, assim, as possibilidades de que seu futuro dependa de disposições atípicas e emergenciais que não agregam segurança aos investimentos e investidores do setor.

O Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs, ao propor a consolidação de uma política nacional para o setor, direcionando a continuidade de seu crescimento integrado, e colocando em vigência um elenco de medidas e estratégias adequadas para orientar o encaminhamento das decisões

em todos os níveis, tem o fim único de assegurar benefícios a todos os segmentos da produção/abastecimento, sem perder de vista os interesses dos consumidores e da economia nacional"(1).

A produção brasileira da última safra, conforme já frisado, não obstante não se dispor ainda de dados definitivos sobre o total efetivamente colhido, deverá situar-se próximo às 340.000 t do fruto.

Em relação à colheita da safra passada (seriamente afetada por condições climáticas adversas), a produção deste ano, conforme a tabela a seguir, representará um crescimento superior a 90,0%, igualando-se às 340.000 t da demanda interna, projetada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs para o ano de 1988.

TABELA 3
MAÇÃ - PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1987/88 (*)

ESTADO PRODUTOR	VOLUME (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Santa Catarina	203.131	59,34
Rio Grande do Sul	80.000	25,71
Paraná	30.000	8,76
São Paulo	20.000	5,84
Minas Gerais	1.200	0,35
TOTAL	342.331	100,00

FONTE: ABPM - Associação Brasileira dos Produtores de Maçã.
(*) Dados não-conclusivos.

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" foi avaliado em cerca de 305.000 t, e justifica plenamente a apreensão dos produtores quanto ao futuro da atividade, especialmente no que concerne à comercialização da fruta.

(1) BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Abastecimento. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Programa nacional de produção e abastecimento de maçãs 1987 - 1990. Brasília, EMBRATER, 1987. 28 p.

Se analisada em relação às primeiras avaliações que apontavam para uma colheita bruta de 289.500 t, a produção atualmente prevista mostra-se superior em 18,2%.

O excepcional desempenho da atividade no último ano agrícola decorreu, além do aumento no número de hectares da frutífera em idade produtiva, das boas condições de clima verificadas durante todo o ciclo da cultura.

A nível de Santa Catarina, a produção da última safra, a exemplo dos demais estados, também foi excepcional, superando todas as expectativas otimistas de colheita.

Prevista inicialmente em 180.000 t, a produção local apresentou, como dados finais, uma oferta bruta de 203.131,28 t de maçãs, ou seja, foi superior em 94,94% à frustada safra do ano pretérito.

Do volume em questão, 186.524,79 t foram comercializadas "in natura", 15.916,75 destinaram-se à industrialização e 689,74 foram consumidas nas próprias unidades produtoras. Registra-se, ainda, uma perda de colheita, por razões diversas, de 4.782,61 t do fruto.

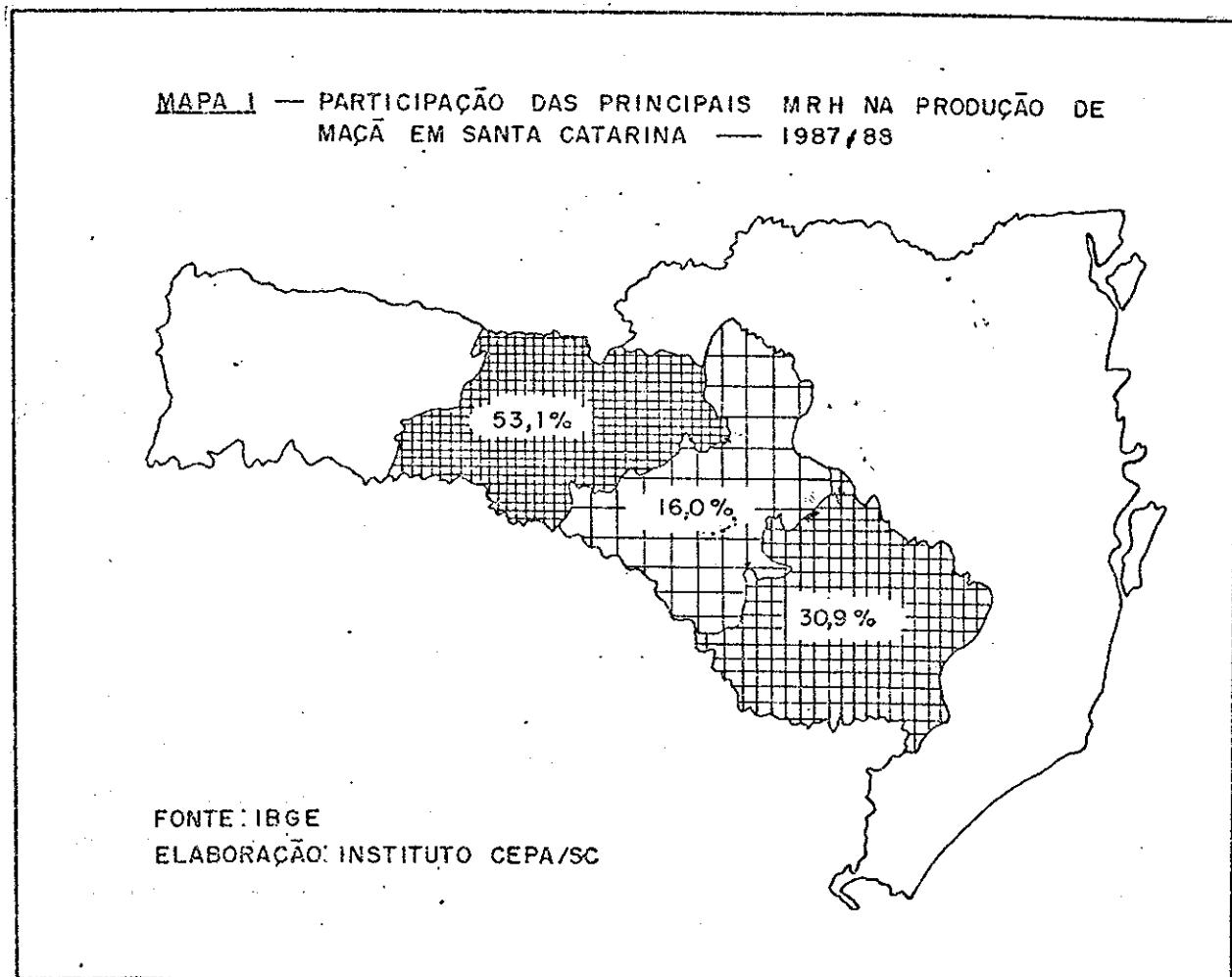
A exemplo das últimas safras, os maiores destaques, no âmbito microrregional, foram novamente para as regiões Colonial do Rio do Peixe e Campos de Lages.

A primeira respondeu por aproximadamente 53,11% da produção estadual, com uma oferta de 107.889,88 t, sobressaindo-se o município de Fraiburgo, com uma produção de 96.794,57 t, ou seja, 47,65% da oferta interna.

A região dos Campos de Lages contribuiu com 30,92% da produção local, com uma colheita bruta de 62.802,76 t de maçãs. Os principais produtores foram os municípios de São Joaquim e Bom Jardim da Serra, com ofertas totais de 42.418,33 t e 8.395,81 t, respectivamente.

Destacam-se, ainda, as produções obtidas nos municípios de Lebon Régis, Campos Novos, Lages, Água Doce e

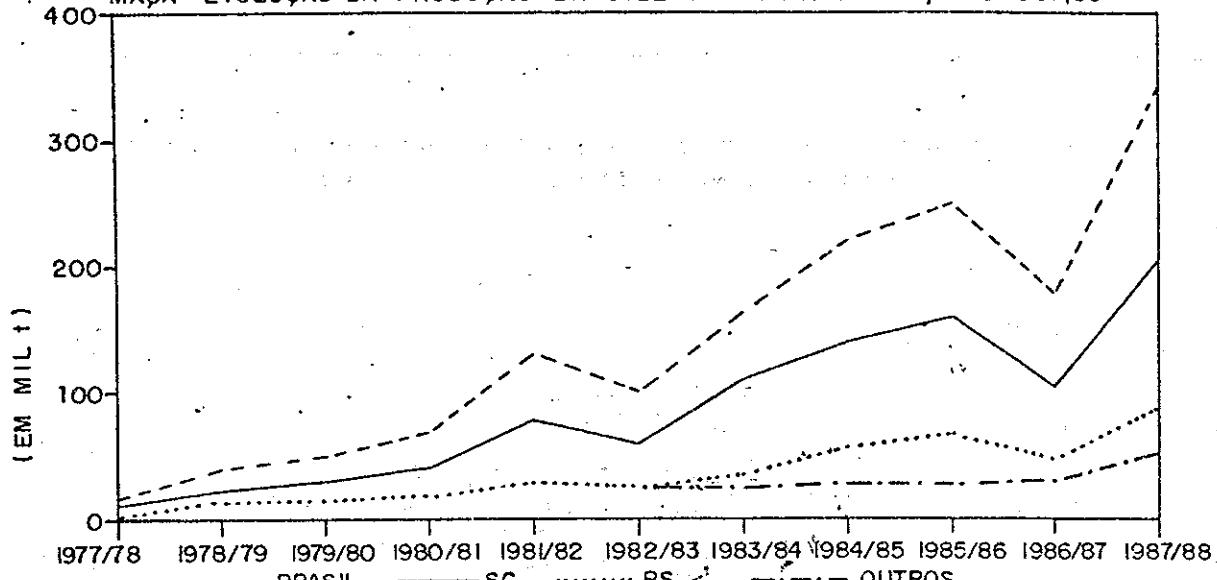
Urubici, as quais, em conjunto, somaram 20,66% do total catarinense, totalizando 41.959,53 t do fruto.



3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A produção nacional de maçãs,¹¹ da qual Santa Catarina detém a primeira colocação em termos de volume produzido, tem registrado, a cada safra, sensível incremento de oferta, possibilitando, dessa forma, uma maior participação no atendimento das necessidades internas do país, seja em termos de movimentação do produto, seja em amplitude de tempo.

GRÁFICO 1
MAÇÃ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA -- SAFRAS 1977/78 a 1987/88



FONTE: ASSOC. BRAS. DE PRODUTORES DE MAÇÃ
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPAG/SC

Este crescimento tem resultado não apenas do aumento das colheitas estaduais, como também da maior atenção dispensada pelos produtores nacionais às áreas de processamento e frigorificação, o que tem possibilitado a presença constante da maçã brasileira no mercado, quer em volume ofertado, quer em termos de qualidade da fruta.

Não obstante esses avanços, o setor enfrenta problemas de comercialização, particularmente por parte do pequeno produtor, que não dispõe de uma suficiente estrutura de armazenagem frigorífica.

É necessário, portanto, conforme propõe o Plano Nacional de Produção e Abastecimento, a fim de "assegurar o escoamento e a comercialização da produção nacional, ampliando sua presença no mercado em volume e época", entre outras medidas urgentes, "dotar as regiões de concentração de produção de infra-estrutura adequada de beneficiamento, classificação e armazenagem frigorífica".

As últimas informações disponíveis a respeito da disponibilidade frigorífica na Região Sul, detentora de 94,0% da produção nacional, indicavam a existência de uma capacidade

de estocagem de 196.000 t, ou seja, cerca de 60,0% da produção sulina, concentrada principalmente nas grandes empresas do setor.

O estado catarinense, que dentre os demais se destaca como o mais bem estruturado nessa área, dispõem de uma capacidade de armazenagem a frio, específica para a maçã, superior a 122.350 t.

A distribuição dessa estocagem, em Santa Catarina, está em 88,4% sob administração privada; 10,0% pertence a cooperativas e apenas 1,6% está sob orientação oficial, conforme mostra a tabela a seguir.

TABELA 4
MAÇÃ - DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA - SANTA CATARINA, 1988.

(em t)

MICRORREGIÃO PRODUTORA	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES			TOTAL
	PARTICULAR	COOPERATIVA	OFICIAL	
Col. Rio do Peixe	86.000	1.100	550	87.650
Campos de Lages	14.805	11.110	1.200	27.115
C. Curitibanos	7.040	--	250	7.290
Col. Oeste Catar.	300	--	--	300
TOTAL	108.145	12.210	2.000	122.355

FONTE: COCAR - COMPANHIA CATARINENSE DE ARMAZENAMENTO.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

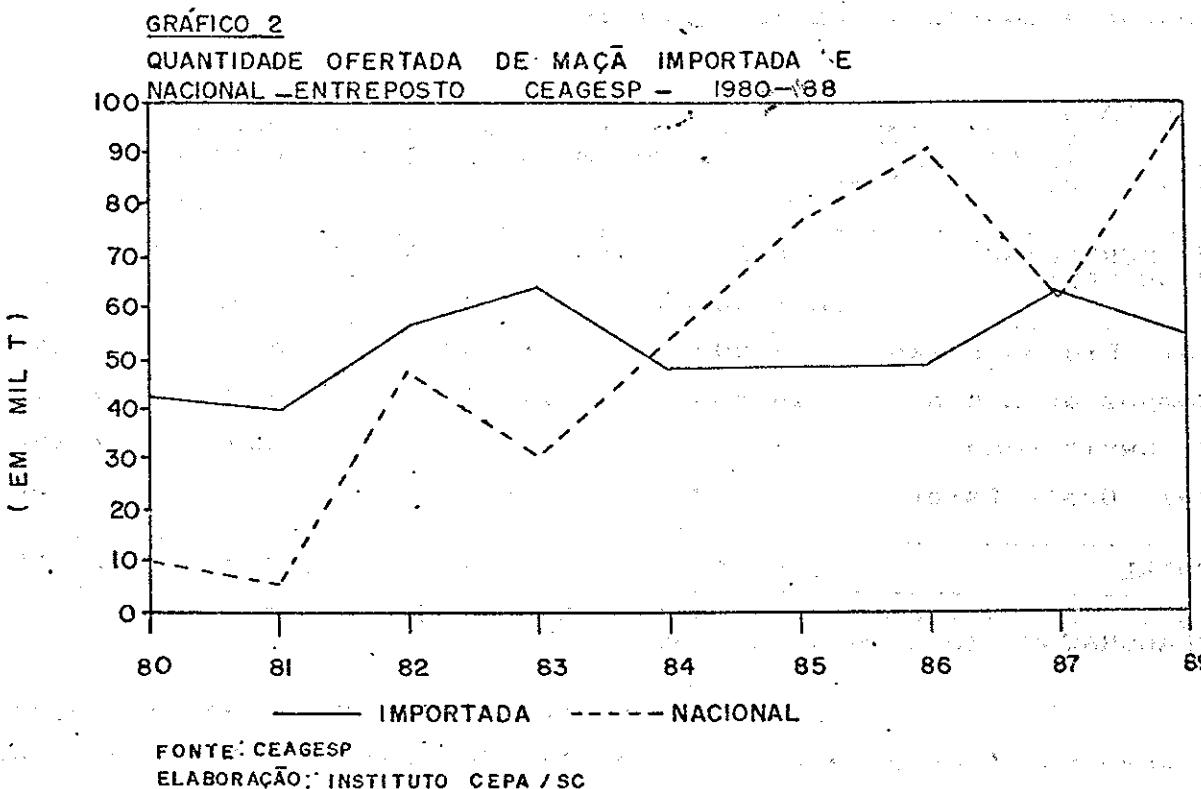
Enquanto a produção interna cresce em ritmo acelerado, o governo federal amplia as facilidades para a entrada da fruta importada, sobretudo da Argentina, no mercado brasileiro.

A forte disposição de setores governamentais a uma maior abertura do comércio com os países da América Latina poderá vir a baraterar os custos dos produtos importados, dentre os quais a maçã, o que redundará em prejuízos aos produtores nacionais e fatalmente inviabilizará o setor nas áreas menos estruturadas.

Ainda no corrente ano, não obstante ter acusado sensível redução se comparada à movimentação do ano precedente, a oferta argentina alcançou valores bastante significativos, registrando-se, somente na Companhia de Entrepôstos e Armazéns

Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP - um volume da ordem de 56.309 t do produto.

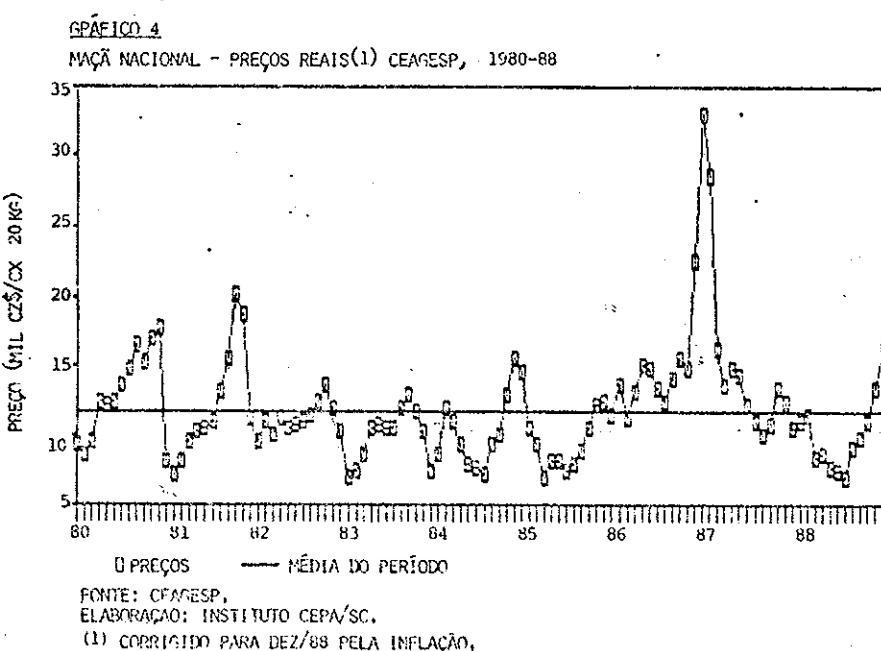
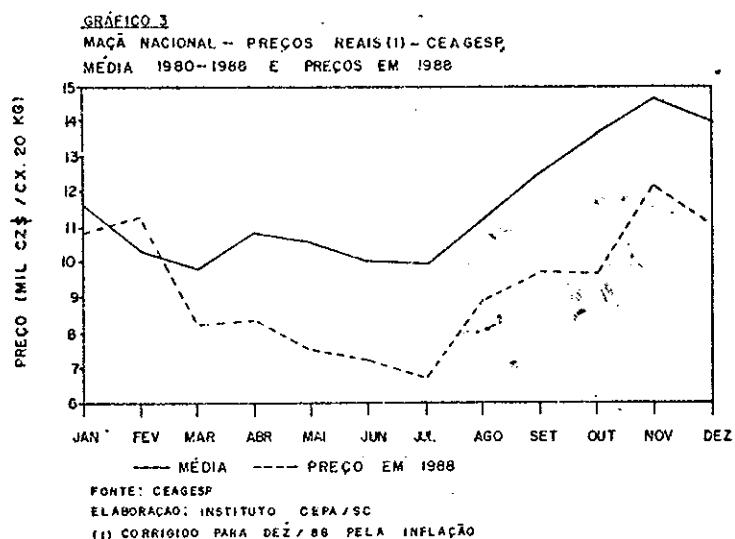
A maçã nacional, por sua vez, de acordo com a mesma fonte, mostrou índices de movimentação extremamente favoráveis e fez-se presente no mercado durante todos os doze meses do ano. A oferta do produto interno, em 1988, naquele entreposto atacadista, somou 4.724.950 cx de 20 kg, ou seja, 94.499 t de maçãs. Este volume representou 62,7% da oferta total de maçãs ofertadas na CEAGESP e foi 54,7% superior à movimentação do ano de 1987.

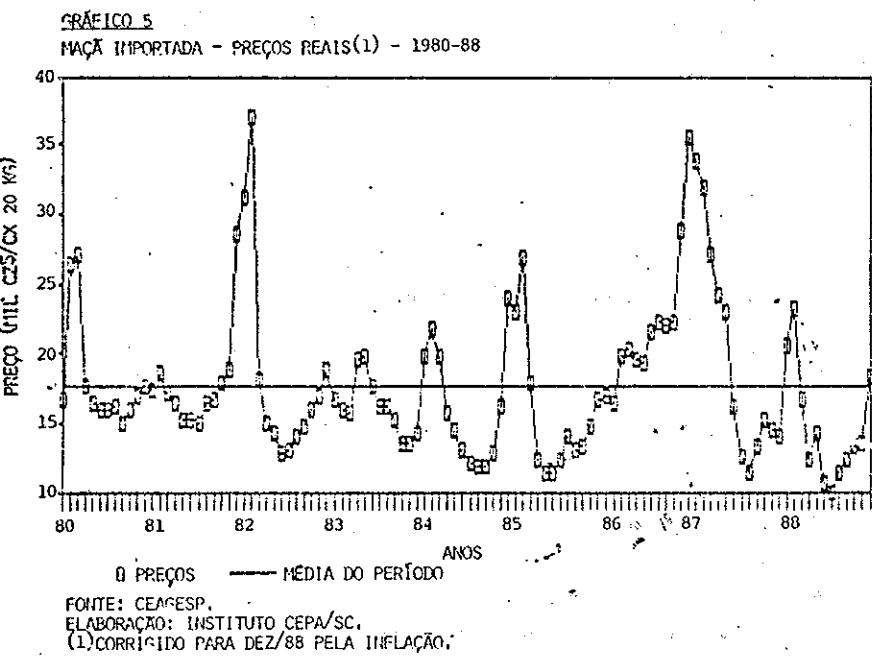


Como consequência do aumento da oferta interna, da constante presença da fruta importada no mercado brasileiro e, ainda, da perda crescente do poder de compra da população, a comercialização do produto nacional, no corrente ano, sobretudo por ocasião do pique da colheita local, esteve muito aquém das expectativas dos produtores.

Somente a partir do mês de agosto, quando os estoques internos já se mostravam bastante reduzidos, os preços deram sinais de aquecimento.

A análise geral da comercialização da fruta, neste ano, na CEAGESP, mostra que as cotações praticadas situaram-se, via de regra, abaixo dos valores registrados nas últimas duas safras, somente atingindo a média histórica nos últimos dois meses do ano, sendo que a média de preços reais, corrigidos pela inflação de dezembro/88, foi 28,3% inferior à verificada no ano preterito.





Os preços mostraram-se em baixa durante o transcorrer dos sete primeiros meses do ano, alcançando seu ponto crítico em julho próximo passado, quando as cotações atingiram os níveis mais baixos dos últimos oito anos. A evolução dos preços correntes nesse período somou apenas 76,29%, contra uma inflação acumulada superior a 230,0%.

A nível de produtor catarinense, a comercialização da última safra, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Extensão Rural do estado, representou um montante de Cz\$ 8,185 bilhões de cruzados.

O produto comercializado "in natura" movimentou recursos da ordem de Cz\$ 8,060 bilhões, sendo vendido, à nível de propriedade, a um preço médio de Cz\$ 43,21/kg, ou seja, mostrou um crescimento de apenas 265,0% sobre a média de preços do ano de 1987. O produto industrial teve um preço médio de Cz\$ 7,52/kg, sendo que o total resultante das vendas somou Cz\$ 119,7 milhões de cruzados.

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

O Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã projeta para o ano de 1989 uma colheita bruta da ordem de 358,0 mil toneladas e estima uma demanda ao redor de 360,0 mil toneladas, ou seja, prevê que já no próximo ano a produção interna praticamente se equipará às necessidades do consumo nacional.

As primeiras avaliações da Associação Brasileira dos Produtores de Maçãs sobre a estimativa de produção para a safra 1988/89, entretanto, mostram um quadro bastante mais otimista, e revelam uma expectativa de oferta superior à demanda projetada para aquele ano, ou seja, uma colheita bruta da ordem de 378.200 t do fruto.

A expectativa de colheita para a safra que ora se inicia, de acordo com os diversos estados produtores, está assim distribuída:

TABELA 5
MAÇÃ - PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS -
SAFRA 1988/89

ESTADO PRODUTOR	VOLUME PREVISTO (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Santa Catarina	220.000	58,17
Rio Grande do Sul	102.000	26,97
Paraná	35.000	9,25
São Paulo	20.000	5,29
Minas Gerais	1.200	0,32
TOTAL	378.200	100,00

FONTE: ABPM - Associação Brasileira dos Produtores de Maçãs. Setembro/89.

O volume a ser destinado à comercialização "in natura" deverá ficar por volta das 340.000 t.

A nível de Santa Catarina, conforme mostra a tabela anterior, a expectativa de produção aponta para uma colheita de 220.000 t do fruto.

Não obstante as excelentes condições de clima por ocasião do repouso e na fase do florescimento das plantas, o

alcance dessa meta está na dependência do comportamento climático dos próximos meses, o qual, cabe lembrar, normalmente causa prejuízos tendo em vista as frequentes chuvas de granizo. Recentemente, muitos pomares, sobretudo da região dos Campos de Lages, ainda foram severamente afetados por essa adversidade, que, em áreas isoladas, causou danos quase que totais.

A colheita desta safra, iniciada em novembro próximo passado nos estados da Região Sudeste, deverá ser concluída somente em meados de maio, quando os últimos pomares do Sul do país estarão sendo colhidos.

Quanto aos preços a serem praticados no próximo ano, a expectativa é de aviltamento dos mesmos por ocasião do pique da colheita da safra local. A análise do comportamento do mercado indica que somente a partir do segundo sementre as cotações deverão apresentar recuperação, donde se depreende a necessidade imperiosa de dotar os pequenos fruticultores de infra-estrutura de armazenagem a frio, a qual lhes permitiria um melhor escoamento da sua produção e, por conseguinte, preços mais remuneradores.

2.10 MANDIOCA

1. INTRODUÇÃO

A mandioca é cultivada em todas as microrregiões do estado, tendo envolvido 86.719 produtores em 1975 e 88.574 em 1980 (Fundação IBGE - Censos Agropecuários). Esses números, que revelam a quantidade de agricultores dedicados à cultura até aquele momento, são significativamente inferiores aos 118.223 agricultores que informaram cultivar a raiz em 1970.

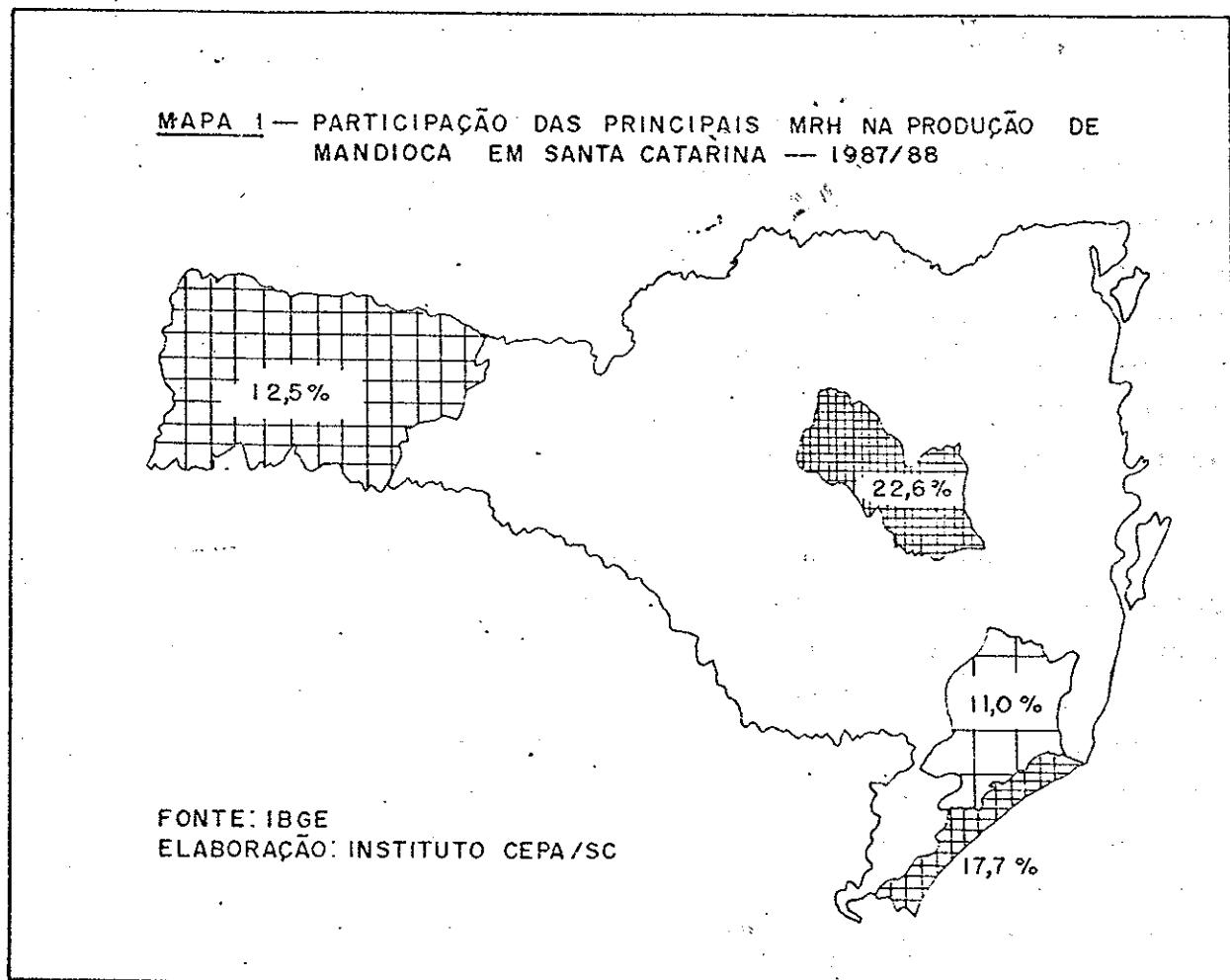
Em termos de área colhida, observa-se que a cultura – principalmente em função da perda de competitividade de seus derivados no mercado nacional – apresentou, na década de 70, um período de decadência bem acentuado, tendo atingido seu ponto mais baixo, na safra 1978/79, quando foram colhidos somente 66.879 ha. A partir daí, constatou-se uma tendência de crescimento que se estabilizou em meados da década de 80 e voltou a cair nas últimas safras (tabela 3).

A raiz e seus derivados apresentam características e potencialidades marcantes, entre as quais podem-se destacar: tradição de uso no meio rural, facilidade de armazenamento a campo e possibilidade de substituição de determinados subprodutos de outras culturas atualmente em uso. Por estas razões, além de outras, o valor da mandioca como cultura de subsistência é significativo em todo o estado e em termos de área ocupa a 6a. posição entre as culturas temporárias – atrás do milho, da soja, do feijão, do arroz e do trigo.

Além do valor como cultura de subsistência, vale destacar-lhe a importância em termos de produção e de industrialização na região sul do estado (considerando-se as microrregiões Litoral de Laguna, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense e Litoral Sul Catarinense) e no vale do Itajaí (compreendendo as microrregiões Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Colonial do Itajaí Norte e Colonial do Alto Itajaí).

No vale do Itajaí, onde parte expressiva da produção é destinada às fecularias, a colheita é normalmente realizada ao final do segundo ciclo, enquanto no sul do estado ela tradicionalmente ocorre ao final do primeiro.

Nas demais regiões - inclusive na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que responde por parcela expressiva da área colhida - o produto destina-se, principalmente, ao consumo no próprio estabelecimento (mapa 1).



2. PRODUÇÃO

A. MUNDIAL

O Brasil, em 1986, de acordo com o Anuário FAO de Produção, ocupou a 1a. posição, tendo respondido por aproximadamente 18% da produção mundial. Outros países grandes produtores foram o Zaire, a Tailândia, a Nigéria e a

Indonésia, os quais, juntos, produziram aproximadamente 84.400.000 t. Esse volume representa ao redor de 61% dos 137.397.000 t produzidas naquele ano (tabela 1). Informações recentes dão conta que em 1988 o Brasil perdeu, para a Tailândia, a posição de maior produtor mundial.

TABELA 1
MANDIOCA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1984-86

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1984	13.997	130.521	9.325
1985	14.055	136.691	9.725
1986	14.219	137.397	9.663

FONTE: Anuario FAO de Producción, 1986.

Apesar de a produção, em termos globais, ter apresentado um incremento sensível na década de 80, a nível de continente o comportamento foi diferenciado. A produção africana cresceu de forma generalizada. Na Ásia, após atingir o ápice em 1984, a produção começou a cair, principalmente devido às reduções verificadas na Tailândia (onde apresentou expressiva recuperação em 1987 e 1988) e na Indonésia (grandes produtores). Já na América do Sul, as variações foram provocadas pelas oscilações brasileiras, pois que, em geral, responde por aproximadamente 80% da produção deste continente.

B. NACIONAL

A nível nacional, embora a mandioca seja cultivada em todas as unidades da Federação, tem especial destaque nos estados da Bahia, Pará, Maranhão, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, responsáveis, na safra 1988, por aproximadamente 62% da produção nacional (FIBGE/CEPAGRO - dez/88).

Estimativas oficiais recentes (FIBGE/CEPAGRO - dez/88) mostraram, em relação à safra passada, diminuições de 9,12% na área e de 8,07% na produção prevista.

Ainda que na safra 1985/86 a produção tenha aumentado em relação às anteriores, verifica-se, através de uma análise histórica, que esse comportamento caracteriza mais uma recuperação, principalmente na Região Nordeste - que sofreu um extenso período de seca no final dos anos 70 e início dos anos 80 - e Norte do país, do que propriamente um crescimento da cultura. Nas duas últimas safras, a produção diminuiu e esse comportamento tem sido creditado basicamente aos baixos preços recebidos pelos agricultores nas últimas safras.

TABELA 2
MANDIOCA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRAS			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(1)
Bahia	5.317.000	5.421.000	3.937.000	3.429.000
Pernambuco	1.903.943	2.318.573	2.024.370	1.908.884
Paraná	1.722.864	1.700.000	1.853.950	1.850.000
Rio Grande do Sul	1.474.707	1.429.580	1.291.373	1.160.969
Minas Gerais	1.515.830	1.592.008	1.693.565	1.769.850
Santa Catarina	1.118.925	1.141.456	939.463	1.003.069
Maranhão	1.189.775	1.224.186	1.221.299	1.165.878
Piauí	1.020.687	1.808.315	1.965.868	1.619.514
Amazonas	954.172	957.827	976.167	767.450
São Paulo	784.679	713.686	754.915	529.103
Ceará	764.591	1.118.535	1.001.861	952.796
Rio Grande do Norte	541.139	600.451	551.408	599.815
Paraíba	526.526	518.405	446.498	410.610
Espírito Santo	482.046	590.128	327.752	285.960
Rondônia	493.378	382.501	414.456	452.519
Sergipe	462.292	525.884	461.465	343.987
Mato Grosso do Sul	451.869	444.155	479.595	459.523
Mato Grosso	351.174	254.767	354.975	523.285
Goiás	339.680	348.200	369.620	347.020
Acre	283.867	290.950	310.078	293.575
Rio de Janeiro	186.350	183.317	172.398	155.137
Alagoas	148.369	146.489	139.340	132.197
Amapá	46.099	42.773	25.060	26.366
Roraima	21.558	10.259	8.776	10.774
Distrito Federal	5.070	4.396	5.400	8.940
TOTAL	23.111.053	25.555.997	23.499.957	21.603.204

FONTE: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa IBGE/CEPAGRO - dez/88.

C. ESTADUAL

Segundo as estimativas mais recentes (nov/88) da Fundação IBGE/GCEA-SC, na safra 1987/88, a área cultivada atingiu 99.356 ha, dos quais foram colhidos 76.067, registrando-se uma produção de 1.167.078 t.

O pequeno aumento registrado na Área colhida em 1988, em relação à colhida em 1987, pode ser creditado nos bons preços da raiz e ocorreu mais expressivamente na microrregião Colonial do Alto Itajaí onde a raiz se destina predominantemente às indústrias. A produção, entretanto, apresentou um leve recuo, em função da queda de rendimento em várias microrregiões.

Em relação às indústrias de derivados, pode-se dizer que enquanto algumas farinheiras anteciparam um pouco o início de suas operações em função do mercado da farinha, as fecularias, de modo geral, operaram por um período mais curto que em safras anteriores. Houve um certo retardamento no inicio das operações, em função das chuvas ocorridas no final de abril e em maio nas regiões produtoras e, também, da tendência de os produtores "segurarem" um pouco mais a raiz, esperando obter melhores preços. Contribuiu para isso, ainda, o pouco frio ocorrido até maio e que retardou o amadurecimento das lavouras em muitos locais, além dos baixos preços da fécula no inicio da safra. Em agosto, a maioria das indústrias já havia encerrado as operações, devido à "pouca" raiz deste ano. Algumas, entretanto, operaram em setembro, utilizando raízes provenientes de lavouras que ainda não haviam sido colhidas em função da seca, e procurando melhorar os estoques dos derivados, cuja produção, este ano, foi bem inferior à de anos anteriores.

TABELA 3
MANDIOCA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1976/77 A 1988/89

SAFRA	ÁREA COLHIDA (1) (ha)	PRODUÇÃO (1) (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	82.962	1.239.687	14.942
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.613	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.769
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.071
1983/84	83.162	1.090.968	13.128
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.234.686	14.558
1986/87	75.738	1.221.122	16.124
1987/88(2)	76.067	1.167.078	15.343
1988/89(2)	75.171	1.264.314	16.819

FONTE: IBGE.

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Estimativa: Fundação IBGE/OCEA-SC (nov/88).

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

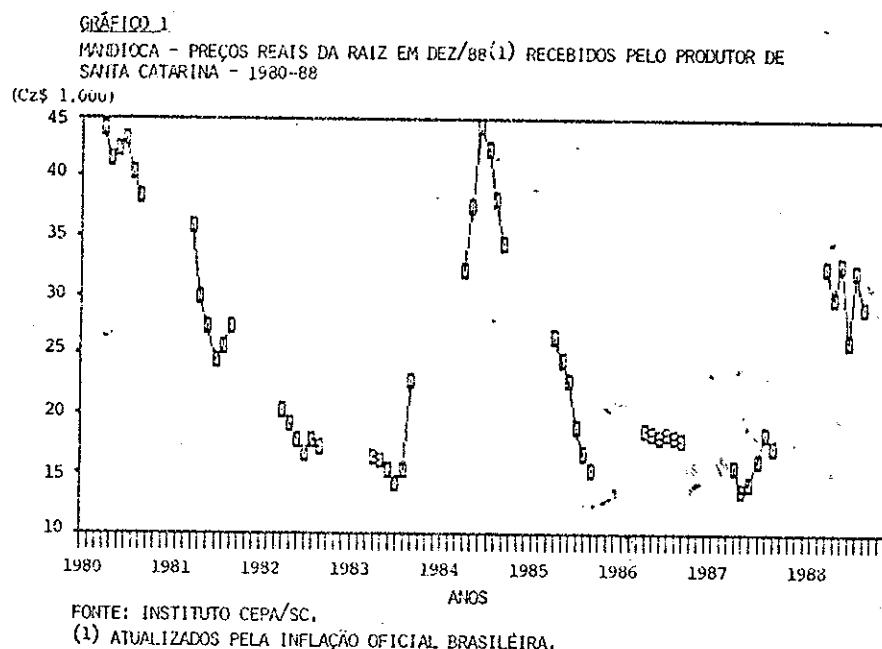
A. RAIZ

Nas regiões onde a raiz se destina predominantemente às indústrias (Vale do Itajaí e sul do estado), os preços variaram, em linhas gerais, entre CZ\$ 6.000,00/t em abril e CZ\$ 14.000,00/t (e bem mais, em alguns casos) em setembro. De modo geral, os preços praticados no sul do estado estiveram mais elevados que os do Vale do Itajaí. Isso pode ser creditado à maior disputa entre as indústrias de fécula e de farinha.

A análise de uma série histórica mais longa, tanto a nível de Brasil como de Santa Catarina, permite constatar picos altos e baixos a cada quatro anos. Este fenômeno, evidente nas safras dos anos 80, decorre fundamentalmente de uma produção irregular da raiz, seja no estado, seja a nível nacional. Observa-se principalmente no Nordeste, que em anos de escassez precisa abastecer-se de derivados no Centro-Sul. A consequente pressão sofrida pelos preços provoca as conhecidas oscilações que, em maior ou menor intensidade, vem ocorrendo há bastante tempo.

Isso foi o que aconteceu em 1983/84 - safra em que ocorreu um dos picos de preço da década - em razão da maior pressão de demanda por farinha exercida por aquela região do país que, estando ao final de um longo período de seca, se viu compelida a procurar o produto em fornecedores não-tradicionais, inclusive Santa Catarina. Acrescente-se, ainda, que a escassez foi motivada também pela redução de plantio a nível de Brasil, pois os produtores achavam-se desestimulados pelos baixos preços do produto nas safras anteriores. Situação semelhante vem ocorrendo nas últimas safras (1985/86, 1986/87 e 1987/88). Em decorrência, em 1988 os preços reagiram, mas sem alcançar, em termos reais, os praticados em 1980 e 1984 (gráfico 1). De outro lado, merecem referência os patamares de preços baixos, com especial destaque para os anos de 1986 e 1987, quando, em função do "Plano Cruzado", o setor mandioqueiro nacional passou por sérias dificuldades.

A perspectiva atual para 1989, em função das provisões de nova diminuição da produção nacional, é de que a raiz atinja novamente bons preços.



B. FÉCULA

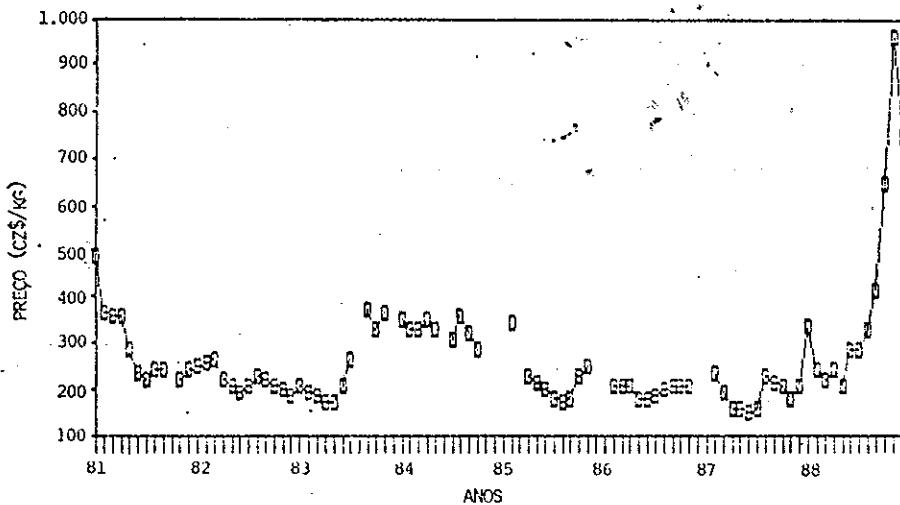
O gráfico 2 mostra uma tendência geral de queda dos preços reais da fécula entre 1980 e 1987. Nesse período, evidenciam-se claramente três patamares: dois de preços mais baixos (1981 a 1983 e 1985 a 1987), sendo o segundo mais baixo que o primeiro e um com preços mais elevados (1983/84). O comportamento é, aproximadamente, coincidente com a evolução dos preços da raiz.

Em 1988, os preços da fécula, após um período considerado favorável, em dezembro/87 e janeiro/88, recuaram e mantiveram-se relativamente estáveis (em termos nominais) até março. Esse comportamento foi atribuído à queda da demanda, que teria levado vários consumidores a buscarem produtores alternativos mais baratos e à necessidade de várias indústrias "fazer dinheiro" para saldar os EGF que venceram ao final de fevereiro. A pequena reação a seguir não chegou a

estimular as indústrias, que ainda os consideravam incompatíveis com os custos de produção/comercialização. Entretanto, a partir de junho, já em plena safra e pela constatação de que a produção de fécula seria pequena, os preços começaram a reagir e em outubro atingiram, em termos reais, os valores mais elevados dos últimos anos (gráfico 2). A perspectiva é de que continuem assim até o início da próxima safra, podendo, entretanto, cair, em termos reais.

GRÁFICO 2

MANDIÓCA - PREÇOS REAIS DA FÉCULA EM DEZ/88(1) RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1981-88



FONTE: FECULARIAS.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPAC/SC.

(1) ATUALIZAÇÃO PELA INFLAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA.

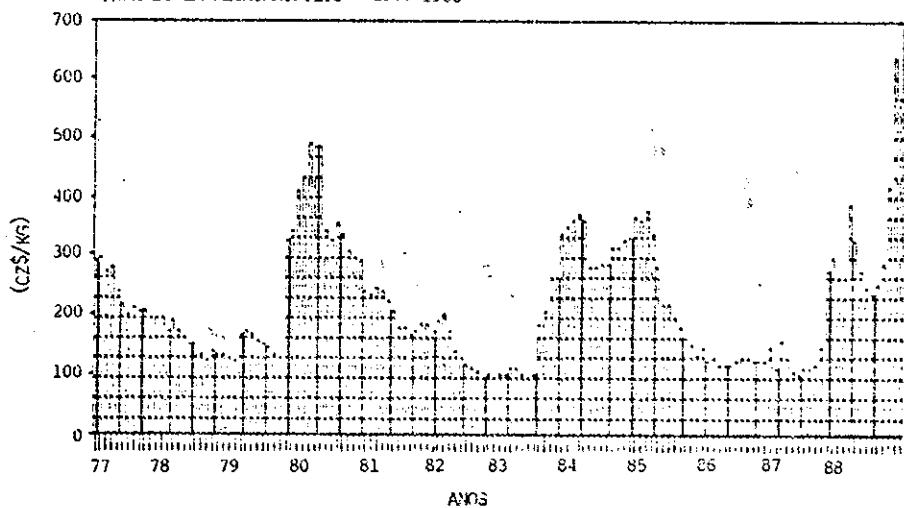
C. FARINHA

A tendência de alta, que o produto vinha apresentando nos últimos meses de 1987, foi refreada a partir do final de janeiro e naquele momento foi explicada pelos seguintes fatores: a) entrada de produto dos estoques oficiais vendido através da licitação pública de dezembro (segundo algumas análises, entretanto, os ..."estóquies governamentais licitados em dezembro não seriam suficientes para deprimir os preços, em face da pulverização dos lotes ofertados...") (1); b) redução

(1) Informativo CPP. Brasília, v.8, n.4, 1988.

das compras por parte dos nordestinos no Centro-Sul do país (que estariam abastecidos por determinado tempo); c) expectativa de que os EGF não seriam prorrogados (o que acabou acontecendo) e d) substituição de farinha por arroz (principalmente no Nordeste) em função dos preços de um e de outro produto. A elevação verificada em março, e creditada à escassez do produto, seguiu-se um período de estabilização de preços (inclusive com um leve recuo em maio), que, aproximadamente, coincidiu com a safra. Foram mencionadas como causadoras da situação: a) a venda, através de licitação pública, de estoques oficiais; b) a elevação dos fretes para o Nordeste; c) a elevação dos preços da sacaria; d) a entrada de um pouco de farinha nova no mercado e e) a redução do consumo, em decorrência do baixo poder de compra. A partir de agosto, entretanto, os preços voltaram a reagir, em termos reais, em virtude da menor produção de farinha, e de alguma recuperação em função do descongelamento da URF dos funcionários públicos e do retorno dos compradores nordestinos de modo mais intenso, já que a produção naquela região foi bastante reduzida. Essa atuação persistiu até o final do ano. Em média, os preços da farinha em 1988 estiveram mais elevados que os de anos imediatamente anteriores. Ao que tudo indica, continuarão elevados em 1989.

GRÁFICO 3
MANDIOCA - PREÇOS REAIS DA FARINHA CRUA FINA EM DEZ/88(i), A NÍVEL DE ATACADO EM FLORIANÓPOLIS - 1977-1988



FONTE: CNIWS,
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

(i) ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

As informações atuais sobre o consumo da mandioca e seus derivados são bastante precárias. Os últimos dados oficiais (Fundação IRGE-ENDEF, 1974/75) estão bastante defasados, já que a estrutura de consumo sofreu alterações profundas desde aquela época.

Em Santa Catarina, os dados mais recentes sobre o consumo de farinha, obtidos através de pesquisas de campo realizadas em Joinville (2) Florianópolis (3) e Criciúma (4), revelaram consumos de 7,20, 11,57 e 8,40 Kg/habitante/ano, respectivamente.

No caso da farinha, a queda da produção, principalmente no Nordeste, levou muitos compradores a se abastecerem no Centro-Sul do país, elevando os preços e inviabilizando-os para determinados segmentos sociais que, em consequência, passaram a consumir outros produtos mais baratos. Em Santa Catarina, a situação foi semelhante à do país, ou seja, a produção foi menor que a de safras passadas, o que também contribuiu para que os preços se mantivessem elevados.

Com o propósito de regularizar o abastecimento de farinha (produto de tradicional consumo entre as populações de baixa renda), a CFP adotou a estratégia de, periodicamente, ofertar, através de licitação pública, parte dos estoques oficiais.

Embora não se disponha de dados precisos a respeito do consumo real e potencial de fécula a nível de estado e de país, avaliações subjetivas apontaram para uma redução de demanda (em função da queda do poder aquisitivo) da fécula destinada ao consumo humano. Outras fontes ponderam que isso ocorreu, mas

(2) INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Plano de Desenvolvimento Rural da Baixada Norte Catarinense: Consumo Alimentar em Joinville. Florianópolis, 1987. 183p.

(3) -----. Consumo Alimentar na Grande Florianópolis. Florianópolis, 1985. 82p.

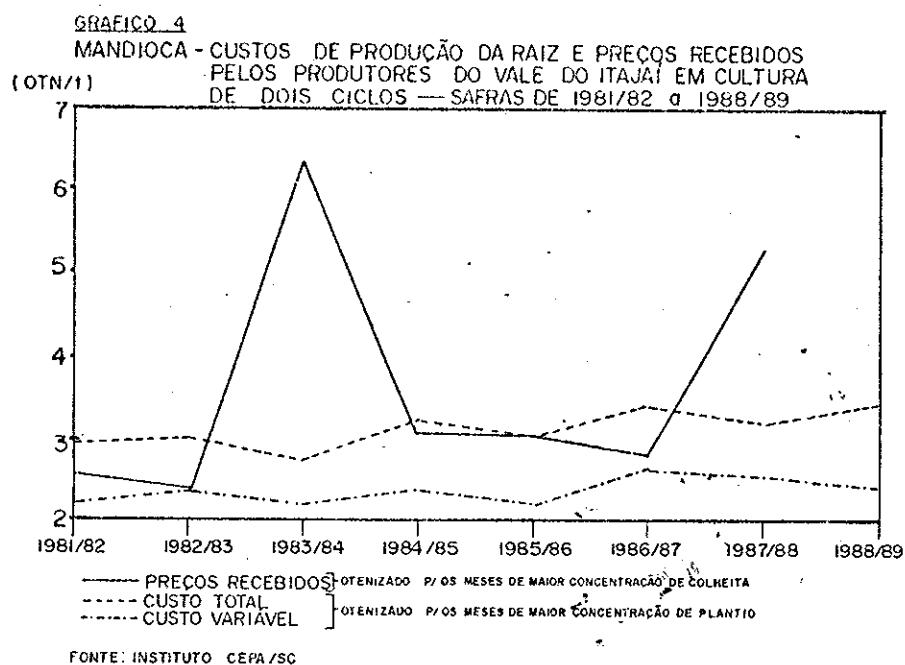
(4) -----. Diagnóstico Rural da Região Sul Catarinense: Consumo Alimentar em Criciúma. Florianópolis, 1988. 125p.

que a demanda industrial (não-alimentícia) ter-se-ia mantido equilibrada, e mesmo ascendente, em certos casos. De qualquer modo, com a produção bem menor deste ano (1988) e com os preços em rápida ascensão a partir de agosto, as feculárias passaram a vender mais moderadamente seus estoques. Mesmo assim, é possível que o atendimento da demanda venha a se agravar nos meses que antecederão a colheita de 1989. Devido a esta situação, as 275 t de fécula, ofertadas em leilão na Bolsa Nacional (outubro) atingiram um preço médio de Cr\$ 252,00/Kg, livre de ICM e com todas as demais despesas por conta dos compradores.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Pelo gráfico 4, constata-se que a cultura da mandioca mostra-se extremamente rentável nos anos em que, por escassez de raiz a nível nacional, os preços sobem significativamente (foi o que ocorreu nas safras de 1983/84 e 1987/88). Nas demais safras que fecham os ciclos dos preços (que se completa a cada 4 anos) estes tendem a se situar abaixo dos custos totais de produção, porém acima dos custos variáveis - o que, entre outros fatores, viabiliza a atividade. É interessante ressaltar, entretanto, que os dados analisados provêm dos custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA. Embora certamente evidenciem uma tendência geral, é preciso esclarecer que a metodologia empregada não contempla todas as situações existentes no estado.

No caso das lavouras de um ciclo no sul do estado, observa-se o mesmo comportamento, embora em patamares um pouco superiores, tanto em termos de custos (as produtividades são menores naquela região), como em termos de preços recebidos (no sul a disputa pela raiz é maior entre farinheiras e feculárias).



6. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1989/90

Com os bons preços recebidos pelos produtores da raiz e de seus derivados seria de se esperar um aumento significativo da área plantada. Entretanto, isso não ocorreu. Ao contrário, prevê-se, para 1989, nova diminuição da produção, brasileira, devido, entre outros, aos seguintes fatores:

- "1. Seca nos estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.
2. Pequenos produtores encontram-se descapitalizados (devido aos baixos preços de 1986 e 1987) e temem os altos encargos dos financiamentos nos bancos. Daí, o plantio será reduzido, para se adequar às suas limitações financeiras.
3. Alguns grandes produtores (pouco representativos na cultura) deverão plantar com recursos próprios.

4. As ramas (manivas) para o plantio encontram-se escassas; em muitos casos, as manivas existentes já apresentam problemas" (5).

Em Santa Catarina, apesar dos percalços havidos (perdas de manivas, devido ao inverno rigoroso e ao atraso no plantio causado pela seca), a primeira estimativa oficial (IBGE/GCEA-SC, nov/88) aponta para uma área plantada de 76.472 ha e uma produção de 1.264.314 t. Se confirmados, esses dados serão 5,2% e 8,3%, respectivamente, maiores que os da safra passada (tabelas 3 e 4). Todavia, poderão sofrer alteração em função do período de estiagem que se caracterizou em dezembro, provocando perdas em lavouras implantadas em solos arenosos no sul do estado. Em função disso, tanto a raiz quanto os seus derivados deverão atingir bons preços no próximo ano.

TABELA 4
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA MANDIÓCA NAS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88(1)

MICRORREGIÃO	ÁREA CULTIVADA EM 31/12/87 (ha)	ÁREA COLHIDA EM 88 (ha)	ÁREA PLANTADA EM 88 (ha)	ÁREA REMANESCENTE EM 31/12/88 (ha)	PRODUÇÃO DA SAFRA 87/88 (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
Col.Joinville	3.615	3.615	3.535	-	65.740	18.185
Lit.Itajaí	554	276	302	278	3.924	14.217
Col.Bluemau	6.373	3.545	3.375	2.728	59.065	16.661
Col.Itajaí Norte	6.250	3.200	3.100	3.050	64.000	20.000
Col.Alto Itajaí	14.220	12.165	10.795	2.055	264.384	21.733
Florianópolis	4.254	2.370	2.505	1.884	37.075	15.643
Col.Serrana Cat.	3.780	2.230	2.549	1.550	44.175	17.809
Lit.Laguna	6.000	4.760	5.100	1.240	52.598	13.152
Carbonífera	10.835	9.424	10.324	1.411	128.720	13.659
Lit.Sul Cat.	16.142	16.122	16.292	20	206.990	12.839
Col.Sul Cat.	1.858	1.858	1.950	-	26.100	14.108
Campos Lages	100	100	100	-	2.000	20.000
Campos Curitibanos	130	66	64	64	996	15.000
Col.Rio do Peixe	2.295	1.245	1.648	1.040	23.227	18.656
Col.Oeste Cat.	16.590	12.908	12.640	3.682	145.700	11.288
Plan.Canoínhas	2.893	2.191	2.197	702	32.380	14.779
TOTAL	95.761	76.067	76.742	19.694	1.167.070	15.343

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC.

As estimativas mais recentes indicam nova redução na produção nacional em 1989. Em função disso, acredita-se que os preços tanto da raiz quanto de seus derivados deverão atingir bons preços no próximo ano.

(5) Informativo CFP. Brasília, v.8, n.31, 1988.

2.11 MILHO

1. INTRODUÇÃO

O milho se destaca como o segundo cereal de maior importância a nível mundial, sendo cultivado na maioria dos países, com destaque para os Estados Unidos, a China e o Brasil. No Brasil, a produção concentra-se no Centro Sul e em especial nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, onde, em anos de produção normal, o volume colhido representa aproximadamente 90% do total do país.

Em Santa Catarina, apesar de o milho ser o produto mais importante, tanto em termos de área e produção quanto em termos do valor bruto do subsector lavouras, e do o estado situar-se como 6º produto nacional, o volume colhido tem-se mostrado - a partir de fins da década de 70 - insuficiente para atender ao consumo. Este fato tem gerado a necessidade de se importar volumes crescentes do cereal de outros estados (e até mesmo do exterior), principalmente para atender à demanda do setor avícola. Por ser cultivada primordialmente com vistas ao suprimento das propriedades - com destaque para o arraçoamento de suínos - a cultura do milho é uma atividade exercida predominantemente por pequenos agricultores. Segundo o último levantamento censitário disponível (Censo Agropecuário de 1980), era de aproximadamente 179.000 o número de agricultores dedicados à ela. Destes, cerca de 93.000 cultivaram o milho na modalidade solteira, 53.000 em consórcio com outras culturas e aproximadamente 35.000 em outras formas associadas. Ainda segundo aquele mesmo levantamento censitário, a utilização de sementes melhoradas abrange 77% da área total plantada (61,6% em 1975) e o uso de fertilizantes, em diversas formas e quantidades, foi efetuado em 54,1% do total da área semeada (26% em 1975).

A nível de estado, as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe, além de se destacarem como as maiores produtoras de milho, também desportam como as

maiores consumidoras do cereal, dado que nelas se concentra a maioria do rebanho avícola e suinícola.

2. PRODUÇÃO

O desempenho da safra mundial de milho de 1987/88 foi bastante inferior ao da safra precedente. O decréscimo de 6,7% na produção resultou, principalmente, do substancial recuo da safra dos Estados Unidos. O menor volume colhido naquele país, por sua vez, decorreu da expressiva diminuição da área plantada que, em face do programa governamental de redução de plantio, caiu de 31,1 milhões para 26,6 milhões de ha. Contribuiu também, para esta menor produção global, o fraco desempenho das safras do Brasil e dos países do Leste Europeu, quedas que foram contrabalançadas pelo expressivo crescimento da produção chinesa. Vale destacar, nesse contexto, que o Brasil, embora com uma produção muito inferior à dos Estados Unidos e da China, permaneceu como o terceiro maior produtor mundial.

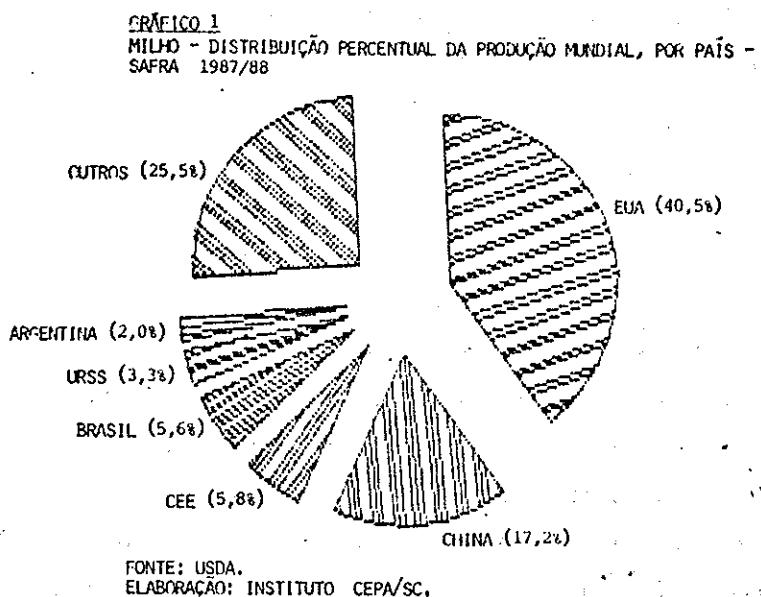
TABELA 1
MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRAS DE 1986/87 A
1988/89

PAÍS	SAFRAS		
	1986/87	1987/88	1988/89*
EUA	209,6	179,4	115,6
China	70,9	79,8	75,0
Brasil	26,5	24,0	22,0
CEE (Núm. de países : 12)	25,1	25,8	26,8
URSS	12,5	14,8	16,5
Leste Europeu	38,9	29,9	28,8
Argentina	9,3	9,0	9,5
Outros	84,2	82,2	88,2
Total Mundial	477,0	444,9	382,4

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC..

* Previsão USDA. (out/88).



A safra brasileira de milho, apesar da grande redução da área cultivada (cerca de 8%) em relação à da safra 1986/87 e das quebras registradas principalmente no Rio Grande do Sul (decorrência das estiagens em março), apresentou um desempenho razoável. O recuo do plantio, mais sentido nos estados do Sul e Sudeste, decorrente tanto das dificuldades enfrentadas na comercialização do milho no período de colheita em 1987, quanto da melhora do mercado da soja - o que permitiu a esta última retomar as áreas perdidas para o milho no ano anterior - só não foi maior porque o cultivo no Nordeste apresentou um expressivo crescimento. O bom desempenho da safra do Nordeste, por sinal, foi decisivo para que a produção nacional se situasse em nível levemente superior a 24,5 milhões de t (a segunda maior da história), uma vez que a produtividade no Centro-Sul foi praticamente idêntica aos 2.353 Kg/ha obtidos na safra anterior.

TABELA 2
MILHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR REGIÃO - SAFRAS - DE 1984/85 A 1988/89

REGIÃO	SAFRAS			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(*)
Norte	318,7	402,7	434,2	596,6
Nordeste	1.534,9	1.905,0	620,7	2.065,7
Centro Oeste	2.435,8	3.333,4	4.418,0	4.394,5
Sudeste	6.208,9	6.679,6	7.379,2	7.241,0
Sul	11.521,4	8.220,5	13.934,5	10.416,3
Total Brasil	22.015,7	20.541,2	26.786,6	24.714,1

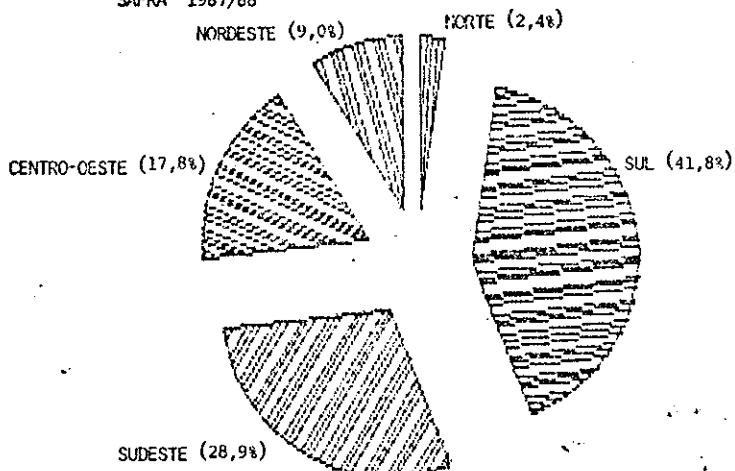
FONTE: IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa do IBGE/CEPAGRO (em out/88).

GRÁFICO 2

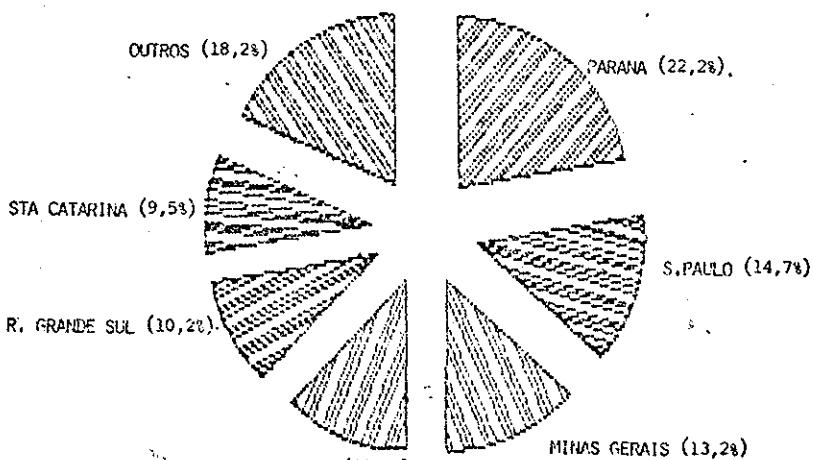
MILHO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO -
SAFRA 1987/88



FONTE: IBGE/CEPAGRO (OUT/88),
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEP/SC.

GRÁFICO 3

MILHO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO -
SAFRA 1987/88



FONTE: IBGE/CEPAGRO (OUT/88)
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEP/SC.

Em Santa Catarina, apesar de as estiagens de março terem influido negativamente no desempenho da safra, seus transtornos não foram muito acentuados, uma vez que as lavouras plantadas até fins de novembro (cerca de 80% do total) tiveram um desenvolvimento bastante satisfatório. Em face disso, a produtividade média da cultura assemelhou-se aos 2.400 Kg/ha obtidos na safra 1986/87, que também sofreu problemas com estiagens em fevereiro e março de 1987. Como decorrência deste rendimento e de a área ter apresentado um leve declínio (2%, cedidos para a soja), a produção situou-se em 2,37 milhões de t, ou seja, num volume pouco menor que o obtido na safra anterior. Com esta produção, Santa Catarina respondeu por aproximadamente 9,6% do volume total colhido a nível de Brasil e situou-se como o 6º produtor nacional de milho.

Em termos de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, embora tenha apresentado um expressivo recuo na área plantada - foi nesta microrregião que a soja absorveu a maior parte da área de milho - e, consequentemente, na produção, continuou destacando-se como a principal produtora (44,5%), sendo seguida, em ordem de importância, pelas microrregiões Colonial do Rio do Peixe (25,8%), Planalto de Canoinhas (5,9%), Campos de Curitibanos (5,4%) e Colonial do Alto Itajai (5,1%).

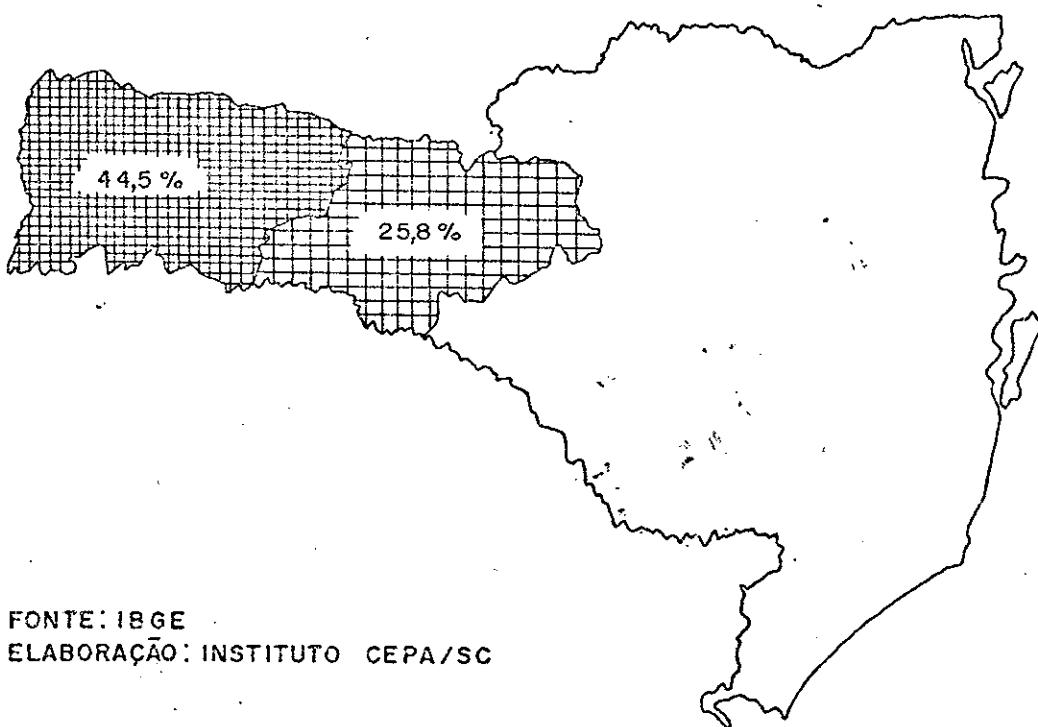
TABELA 3
MILHO - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE -
SC - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		FROD. OBTIDA (t)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Col. Joinville	4.680	5.690	12.312	15.337
Lit. Itajai	792	1.117	2.394	3.348
Col. Blumenau	13.772	18.300	34.966	49.171
Col. Itajai do Norte	9.900	10.900	22.620	22.890
Col. Alto Itajai	32.134	42.620	75.485	121.023
Florianópolis	2.112	2.810	6.733	7.567
Col. Serrana Cat.	12.273	15.960	36.447	47.256
Lit. de Laguna	451	560	1.031	1.250
Carbonifera	16.902	21.042	46.759	58.680
Lit. Sul Cat.	5.577	7.240	14.116	15.137
Col. Sul Cat.	15.193	15.900	48.579	47.100
Campos de Lages	19.116	23.000	36.320	48.515
Campos de Curitibanos	64.095	66.125	108.962	129.140
Col. Rio do Peixe	218.286	218.825	521.704	611.713
Col. Oeste Cat.	526.126	470.611	1.311.676	1.054.133
Planalto de Canoinhas	66.591	67.300	139.096	138.940
TOTAL ESTADO	1.008.000	988.000	2.419.200	2.371.200

FONTE: IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Embora o consumo mundial de milho se tenha mostrado, na temporada 1987/88, semelhante ao da anterior (459,0 milhões de t), os estoques finais decresceram em cerca de 10%, como decorrência, principalmente, de a produção global ter acusado uma queda de aproximadamente 30 milhões de t em relação à safra precedente. O nível dos estoques mundiais deverá decrescer ainda mais em 1989, dado que a oferta será substancialmente reduzida em razão de as estiagens terem acarretado perdas substantivas na produção americana. Como decorrência, os excedentes globais deverão cair para cerca de 71 milhões de t, ou seja, o mais baixo nível registrado nos últimos anos, fato que tende a dar uma certa sustentação aos preços em 1989.

TABELA 4

MILHO - ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E
TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1987/88 E 1988/89

(em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO	ESTADOS UNIDOS		TOTAL MUNDIAL	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Estoque inicial	124,00	108,20	161,31	147,16
Produção	179,44	118,66	444,66	383,37
Importação	0,10	0,13	63,48	65,76
Uso doméstico	151,36	145,17	458,82	459,12
Exportação	43,98	45,09	62,60	64,67
Estoque final	108,20	33,73	147,16	71,40

FONTE: USDA (nov/88).

A nível de Brasil, apesar de o volume colhido e os estoques iniciais terem gerado uma disponibilidade global superior às necessidades do país, a concentração dos excedentes no Centro-Oeste gerou desequilíbrio em outras regiões. Este problema foi mais sentido na Região Sul, dado que a grande quebra da safra gaúcha acarretou um desequilíbrio ainda mais acentuado que o tradicional na oferta/demanda dos dois estados mais meridionais - o déficit conjunto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foi estimado em nível superior a 1,8 milhão de t. Como os excedentes do Paraná, embora expressivos, não foram suficientes para atender à carência destes dois estados - muito do milho desse estado também é destinado para São Paulo - os consumidores gaúchos e catarinenses tiveram de se valer de aportes substanciais de milho do Centro-Oeste, fato que encareceu o produto e gerou pressão sobre os custos de produção de aves e suínos. Por outro lado, as importações de milho da Argentina, que chegaram a ser cogitadas ainda no transcorrer do 1º semestre, só foram se concretizar no último trimestre do ano, ainda assim em pequena parcela e somente para o Rio Grande do Sul, onde a proximidade com aquele país e os altos preços do mercado interno viabilizaram a entrada de aproximadamente 50 mil t até o final do ano.

TABELA 5

MILHO - BALANÇO DE SUPRIMENTO PARA O BRASIL
- 1987-88

(em mil t)

ITEM	1987	1988
Estoque inicial	1.600,1	2.908,4
Produção	26.758,3	25.216,5
Importação	360,0	0,0
Suprimento	28.718,4	28.124,9
Consumo	25.810,0	24.720,0
Excedente	2.908,4	3.404,9

FONTE: CFP/DAEP/SUPRA (01/09/88).

Embora, como decorrência do atraso da safra, estados deficitários como RS, SC e SP devam enfrentar algumas dificuldades de oferta nos primeiros meses de 1989, acredita-se que a demanda deverá ser atendida de forma razoável. Esta assertiva decorre, principalmente, das perspectivas de que os estoques da CFP no Centro-Oeste serão suficientes para manter um agressivo esquema de vendas em bolsa, como, também, da expectativa de que o programa de vendas diretas aos pequenos consumidores permitirá cobrir boa parte das necessidades deste segmento, que tem pouca capacidade de articulação de compra. No caso específico do RS, caso as condições sejam favoráveis, poderão ocorrer ainda novas importações da Argentina.

Em Santa Catarina, embora a demanda do setor avícola tenha mostrado crescimento em face da maior produção de frangos de corte (cerca de 2,7%), a diminuição da produção de suíno (menos 6,3%) neutralizou aquele incremento, fato que manteve o consumo em níveis semelhantes aos de 1987. Como consequência disto e de a produção de milho ter sido um pouco menor (2%) do que a obtida na safra 1986/87, o déficit situou-se em aproximadamente 500 mil t, ou seja, num volume levemente superior ao do ano anterior. Esta diferença entre a produção e o consumo estadual foi coberta em sua maior parte por compras no Paraná - durante o forte da comercialização da safra daquele estado - e, em menor escala, tanto pelos leilões dos estoques do governo (produção do Centro-Oeste que começou a ser vendida em outubro), quanto pelo programa de vendas diretas aos pequenos consumidores. Vale ressaltar que o abastecimento da região oeste mostrou-se razoável no transcorrer de quase todo o ano e que as regiões litorâneas, principalmente o sul do estado, enfrentaram maiores problemas. Isto porque, além da pequena produção regional e da maior distância dos centros produtores do cereal, ocorreu também atraso no inicio das vendas diretas aos pequenos consumidores.

TABELA 6
MILHO - ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES - 1987 E 1988
(em mil t)

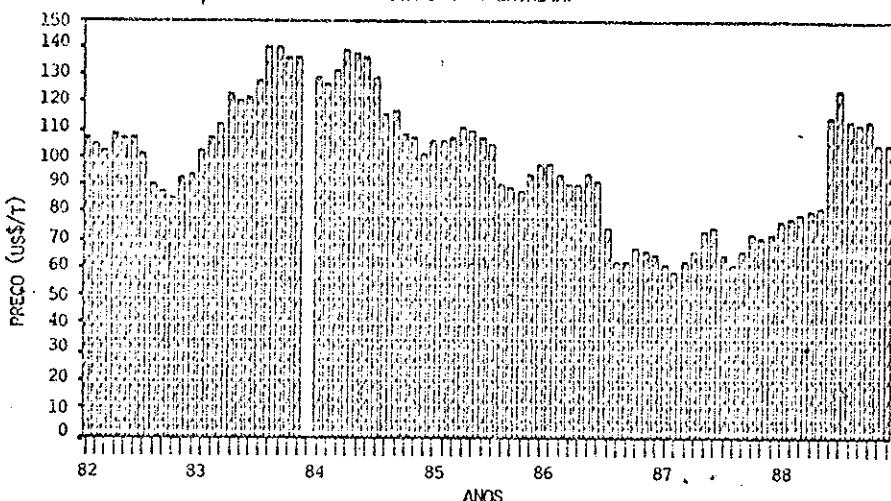
DISCRIMINAÇÃO	1987	1988
DEMANDA	2.642,8	2.656,7
Consumo Humano	65,0	67,0
Consumo Animal	2.494,0	2.498,7
· Suínos	1.431,0	1.377,0
· Frango de Corte	728,2	768,0
· Matrizes de Corte	82,8	89,7
· Aves de Postura	43,0	37,0
· Perus	54,0	62,0
· Outros animais	155,0	165,0
Consumo industrial	80,0	87,0
Sementes	3,8	4,0
PERDAS	242,0	230,0
NECESSIDADE TOTAL	2.884,8	2.886,7
PRODUÇÃO	2.419,2	2.371,0
DÉFICIT	465,6	515,7

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado internacional de milho mostrou-se bastante firme em 1988. As cotações que, em face das estimativas de uma produção mundial (1987/88) menor do que o consumo, já vinham se recuperando desde meados de 1987, experimentaram, com a quebra da safra norte-americana de 1988, um expressivo crescimento em junho e julho. A média das cotações de julho, US\$ 124,15/t, foi a mais alta registrada desde julho de 1984. Embora o mercado se tenha enfraquecido com a volta das chuvas nas zonas produtoras norte-americanas a partir da metade de julho, as cotações do milho ainda se mostravam bastante altas no transcorrer do segundo semestre de 1988 (vide gráfico 4) e tendem, com a forte redução dos estoques mundiais, a se manter em bons níveis, pelo menos até o anúncio das primeiras intenções de plantio da safra norte-americana em meados do primeiro semestre de 1989.

GRÁFICO 4
MILHO - COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (1ª. ENTREGA)



FONTE: FECOAGRO
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

O mercado de milho do Centro-Sul iniciou o ano bastante calmo. A retração da demanda, a continuidade das ofertas do milho da CFP em bolsas até 23/02, a mudança da sistemática de vendas dos estoques oficiais – com a elevação dos preços e encurtamento dos prazos de pagamento – o início da colheita em alguns estados e o atraso na liberação dos recursos para EGF são fatores que contribuíram para uma retração real dos preços até março. Neste período, os preços pagos aos produtores do muitos estados do Centro-Sul situaram-se abaixo do mínimo oficial. A partir de meados de abril, no entanto, com a expectativa de que ocorreria déficit acentuado de oferta em alguns estados do Sul, e também em São Paulo, e com a interrupção da colheita em face das chuvas de maio, os preços começaram um movimento ascendente até junho. Colaboraram, ainda, para esta tendência de alta, a normalização dos financiamentos à comercialização – o que proporcionou uma acentuada contratação de EGFs – e a própria correção do preço mínimo pela OTN mais um adicional de 1,2% ao mês até 10 de julho. Já de julho até fins de agosto, o mercado – com exceção do de São Paulo – mostrou-se bastante calmo e com preços apresentando decréscimos em termos reais. Esta comportamento foi atribuído tanto à boa oferta de milho verificada no Paraná, quanto ao fato de os compradores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não terem procurado com maior intensidade o mercado

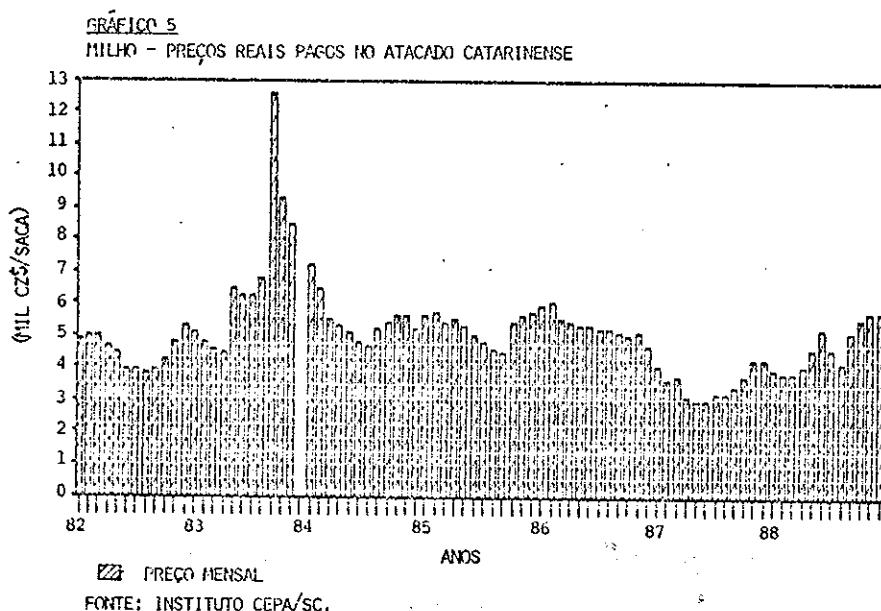
daquele estado. Além disso, o término da correção do preço mínimo pela OTN, as necessidades de algumas cooperativas paranaenses abriram espaço para a armazenagem da safra de trigo e as dificuldades com a produção de frangos também colaboraram para a calma registrada naquele período. Daí em diante, o mercado de milho mostrou-se firme em todo o Sul e Sudeste. Em São Paulo, a reduzida disponibilidade do produto gerou uma intensificação na procura, com reflexos, nas cotações, que ultrapassaram o preço de intervenção do governo já no começo da segunda dezena de setembro. Este fato deflagrou o início das vendas dos estoques oficiais em princípios de outubro. No Rio Grande do Sul, a escassez também elevou os preços para níveis superiores aos de intervenção, fato que viabilizou algumas importações da Argentina. No Paraná, as cotações mantiveram-se firmes e sofrendo constantes ajustes. Como decorrência do inicio das vendas dos estoques do governo, o mercado de todo o Centro-Sul ficou fortemente atrelado aos preços de intervenção - que, mesmo com o Pacto Social, continuaram sofrendo ajustes sistemáticos. Este fato fez com que as cotações evoluíssem constantemente até o final do ano.

Com relação à comercialização deste ano, vale registrar que a mudança das regras para a "desova" dos estoques oficiais - vendas somente após os preços de mercado terem ultrapassado o preço de intervenção - deu mais mobilidade e transparência ao mercado e permitiu que o governo tivesse uma menor ingerência na comercialização do milho.

O mercado atacadista catarinense, com exceção do mês de maio, quando as chuvas interromperam a colheita, apresentou-se, de um modo geral, bastante calmo no transcorrer do primeiro semestre. Apesar disso, as cotações que nos três primeiros meses do ano se haviam apresentado fracas - em decorrência da oferta de milho do governo na Bolsa, dos bons níveis de estoques em mãos dos grandes consumidores e da entrada da nova safra - experimentaram, a partir de abril, uma boa recuperação, fechando o semestre com um ganho real da ordem de 30%. Isto decorreu tanto de um ajuste adicional de 1,2% ao mês a partir de março sobre os preços mínimos, quanto da expectativa de que a menor produção a nível dos estados do Sul forçaria uma maior procura pelo produto ainda no transcorrer do

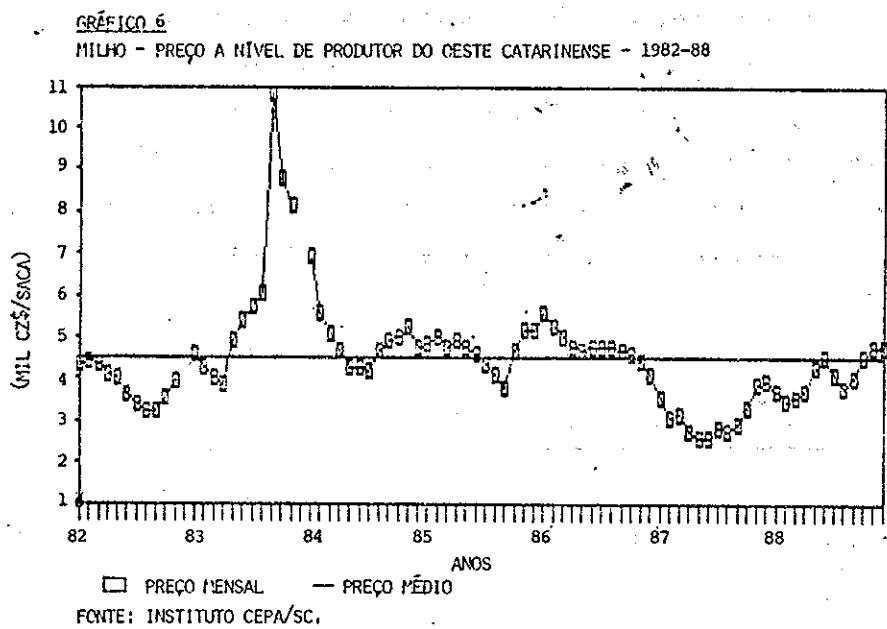
segundo trimestre. Esta conjuntura fez com que os preços pagos aos produtores evoluíssem de Cr\$ 420,00/sc em janeiro, para Cr\$ 1.267,00/sc ao final de junho.

A exemplo do que ocorreu nos outros estados, o mercado catarinense também se mostrou calmo em julho e só voltou a se fortalecer ao final de agosto. Este comportamento foi creditado principalmente ao pequeno interesse de compras das grandes empresas, muitas das quais encontravam-se bem estocadas, em face do terem efetuado pesadas aquisições no mercado paranaense durante o mês de junho. Daí em diante, o mercado voltou a se fortalecer, ganhando mais impulso a partir de outubro, quando os preços começaram a acompanhar os de intervenção. Cabe salientar que naquele mês a CFP iniciou os leilões de milho na Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina motivada principalmente pelos altos preços e pelas dificuldades de abastecimento registradas nas regiões litorâneas.



Os preços recebidos pelos produtores do oeste catarinense, que iniciaram o ano acusando queda real em relação aos do final de 1987, elevaram-se substancialmente a partir de abril por se haverem ajustado ao preço mínimo, ultrapassando-o até.

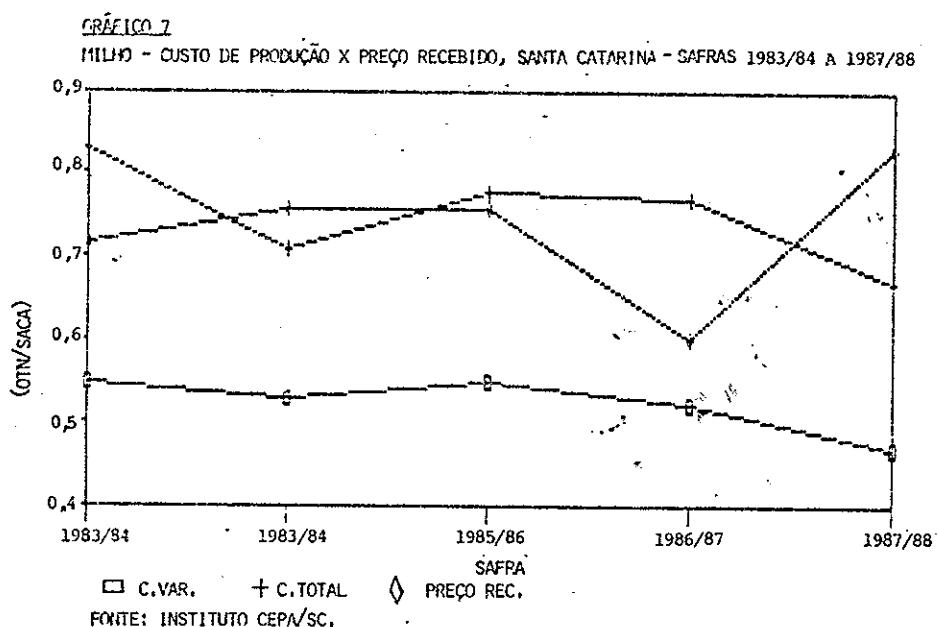
Após o refluxo do mercado em julho/agosto, quando acusaram recuos em termos reais, os preços, a partir de então, voltaram a crescer e a acompanhar de perto o novo preço mínimo (da safra 1988/89), cujo nível apresentou um crescimento de 15% em relação aos fixados para a safra anterior. É de se ressaltar, por outro lado, que o comportamento real dos preços recebidos pelos produtores do oeste catarinense no transcorrer de 1988 foi significativamente melhor do que o registrado no ano anterior (vide gráfico 6).



5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Ao se compararem os custos de produção de milho calculados pelo Instituto CEPA/SC, com os preços recebidos pelos produtores catarinenses nos períodos mais intensos da colheita, constata-se que a rentabilidade da cultura, que na safra 1986/87 havia sofrido um expressivo decréscimo, situando-se como uma das piores dos últimos anos, voltou a se recuperar em 1988. O crescimento real dos preços recebidos pelos produtores — decorrência, principalmente, do o Plano Bresser ter achatado os preços em 1987 — e a leve redução dos custos de produção permitiram que a atividade voltasse a apresentar lucro da ordem de 20% em 1988. Este fato,

juntamente com o estímulo de um preço mínimo mais atrativo (15% de acréscimo em relação ao da safra 1987/88), colaborou para sustentar as intenções de plantio da safra catarinense de 1988/89.



6. PERSPECTIVAS PARA 1989

A produção mundial de milho na safra 1988/89 deverá situar-se, segundo o USDA (estimativa de dez/88), em aproximadamente 386 milhões de t, volume cerca de 12% inferior ao colhido na safra precedente. Esta redução, resultante das perdas sofridas pela safra norte-americana (estiagem), além de ter reduzido substancialmente tanto os estoques mundiais quanto americanos, também proporcionou um expressivo crescimento dos preços ainda em meados de 1988. Já as expectativas quanto à safra 1989/90 são de que, caso a safra dos Estados Unidos apresente um comportamento normal, a produção deva retornar a um patamar semelhante ao da safra 1987/88. Se esta hipótese se confirmar, as perspectivas são de as cotações se mostrarem mais fracas no transcorrer do próximo ano, dado que os estoques tenderão a apresentar certa recuperação.

No que diz respeito à safra brasileira, apesar de as estiagens terem atrasado a semeadura e inviabilizado o plantio de parcela da área prevista - as estimativas para o Centro-Sul são de uma redução de área de até 4% em relação aos 9,6 milhões de ha cultivados na safra passada - o retorno das chuvas a partir de fins de dezembro e a expectativa de o clima se mostrar mais favorável nos primeiros meses de 1989 permitem que ainda se aposte numa produção razoável (cerca de 22,0 milhões de t). Se este número se confirmar e se a safra do Norte/Nordeste apresentar um desempenho semelhante ao da anterior, é provável que a produção brasileira de 1988/89 se situe próximo a 24,5 milhões de t. Como este volume é semelhante ao consumo previsto, é possível que os estoques finais se mantenham relativamente elevados. Essa perspectiva, no entanto, não significa tranquilidade de abastecimento para todas as partes do país, uma vez que estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio grande do Sul deverão continuar com déficits significativos. No caso dos dois últimos estados, o problema deverá ser sentido com maior intensidade, uma vez que a safra do Paraná - principal supridor desta carência - tende a ser bem menor que a anterior. Diante disso, fica patente desde já que os consumidores do Sul terão de efetuar pesadas aquisições do produto no Centro-Oeste. É possível, ainda, que, caso as cotações internacionais se enfraqueçam no transcorrer do ano, sejam viabilizadas algumas importações do cereal. Com relação ao comportamento dos preços, embora o desarranjo econômico não permita uma avaliação mais consistente, acredita-se que os mesmos devam se apresentar razoavelmente calmos no período da colheita e mostrar crescimento gradativo na medida em que a oferta regional for se restringindo.

A safra catarinense, por sua vez, também apresenta uma perspectiva razoável. Embora a cultura tenha enfrentado problemas com as estiagens dos últimos meses de 1988, com a queda de granizo em outubro e com o intenso ataque de pragas ainda no período das estiagens, o retorno das chuvas proporcionou novo alento aos produtores. Diante disso e com a esperança de um clima favorável nos primeiros meses de 1989, é possível que a produção estadual possa situar-se próximo a 2,4 milhões de t. Apesar desta perspectiva, o estado continuará a apresentar um déficit da ordem de 400/450 mil t, uma vez que o

consumo total não deverá ser muito diferente dos 2,8 milhões de t estimados para 1988. Este fato, juntamente com uma menor previsão de superávit no Paraná e o estabelecimento de um preço-mínimo mais atraente - prêmio de 15% em relação ao de garantia anterior - levam a acreditar que os produtores obterão bons resultados com a comercialização da produção.

2.12 SOJA

1. INTRODUÇÃO

A soja destaca-se, a nível mundial, como a principal oleaginosa e também como a mais importante fonte de proteína vegetal do mundo. Embora a China tenha uma participação bastante expressiva, a produção se concentra principalmente nas Américas, onde os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina respondem, em conjunto, por aproximadamente 80% do total colhido a nível global.

No Brasil, segundo maior produtor mundial, embora a soja venha ganhando importância em estados como a Bahia e o Maranhão, o plantio se concentra no Centro-Sul, sendo o Rio Grande do Sul e o Paraná os dois principais produtores nacionais. No contexto brasileiro, Santa Catarina, apesar de se manter como o 8º produtor de soja, vem tendo sua participação reduzida de ano para ano não só porque a área de plantio decresceu em relação ao início da década, como também, e, principalmente, porque a produção do Centro-Oeste tem crescido sistematicamente desde o início dos anos 80. A nível do estado, o cultivo da oleaginosa se concentra nas regiões do oeste e do planalto catarinenses, com destaque para a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que responde por aproximadamente 68% da produção estadual.

Embora, no estado, a soja seja plantada por aproximadamente 59.000 produtores - muitos dos quais a cultivam em consórcio com o milho - a maior parte da produção tem origem nas propriedades maiores, onde, segundo o Censo Agropecuário de 1980, somente 8% dos maiores sojicultores respondem por quase 50% da produção catarinense.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de soja-grão na safra 1987/88 situou-se, segundo as estimativas do USDA (out/88), em cerca

de 102,9 milhões de t e apresentou um aumento de aproximadamente 5% em relação aos quase 98,0 milhões de t colhidos na safra antecedente. Este crescimento, que elevou a produção para os níveis mais altos de toda a história, resultou principalmente do aumento das produções do Brasil, da Argentina e da China, uma vez que a safra dos Estados Unidos apresentou um resultado semelhante ao da anterior.

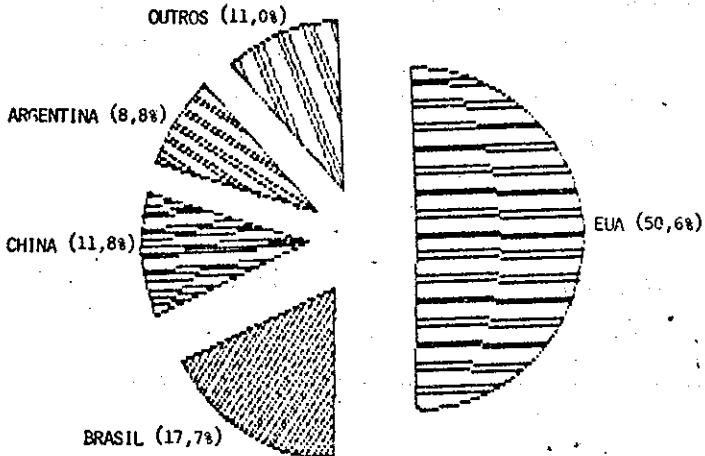
TABELA 1
SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS 1985/86 A 1988/89
(em milhões de t)

PAÍS	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89
E.U.A.	57.11	52.80	52.33	41.15
Brasil	14.10	17.30	17.80	20.00
China	10.51	11.61	12.18	11.00
Argentina	7.30	7.00	9.90	11.00
Outros	7.92	9.21	10.67	10.85
TOTAL	96.94	97.92	102.88	94.00

FONTE: USDA/nov/88.

Com relação à América do Sul, vale salientar que sua participação no contexto da produção mundial vem crescendo gradativamente, passando de aproximadamente 18% em meados da década de 70, para cerca de 28% na safra 1987/88 e deverá continuar avançando nos próximos anos. Este substancial crescimento se deve, principalmente, ao grande impulso que o cultivo da soja tomou no Brasil e na Argentina. O Brasil, que em 1970 respondia por apenas 3,3% de uma produção mundial estimada em aproximadamente 47,0 milhões de t, passa, em 1988, a responder por cerca de 17%. Neste período, nosso país, que se situava na terceira posição em termos de volume colhido, ultrapassa a China e firma-se como o 2º maior produtor mundial da oleoginosa. A Argentina, que no inicio dos anos 70 tinha uma participação bastante modesta, passa, a partir de meados daquela década, a se situar como o 4º produtor mundial e avança sistematicamente para ultrapassar a China, atualmente a terceira colocada.

GRAFICO 1
SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRA 1987/88



FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPAG/SC.

Com relação à safra brasileira de 1987/88, é de se registrar o grande avanço na área plantada, que apresentou um crescimento de aproximadamente 16% em relação aos 9,1 milhões de hectares cultivados na safra anterior. Este crescimento resultou das melhores perspectivas de mercado, em 1988, e, principalmente, da falta de estímulo a culturas concorrentes como o milho e o arroz. Apesar do grande avanço na área cultivada, o volume colhido ficou abaixo do esperado. A produção, que chegou a ser estimada em aproximadamente 19,7 milhões de t, ficou em somente 18,1 milhões, em face dos graves prejuízos acarretados pelas estiagens no Rio Grande do Sul - que passou de lo para segundo produtor nacional - e, em menor escala, pelo excesso de chuvas na época da colheita das safras do Mato Grosso e de Goiás. De qualquer forma, o volume total colhido foi o segundo maior a nível de Brasil, sendo suplantado apenas pela da safra 1984/85, quando foram obtidos 18,3 milhões de t.

TABELA 2
SOJA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRAS
1974/75 E DE 1979/80 A 1987/88

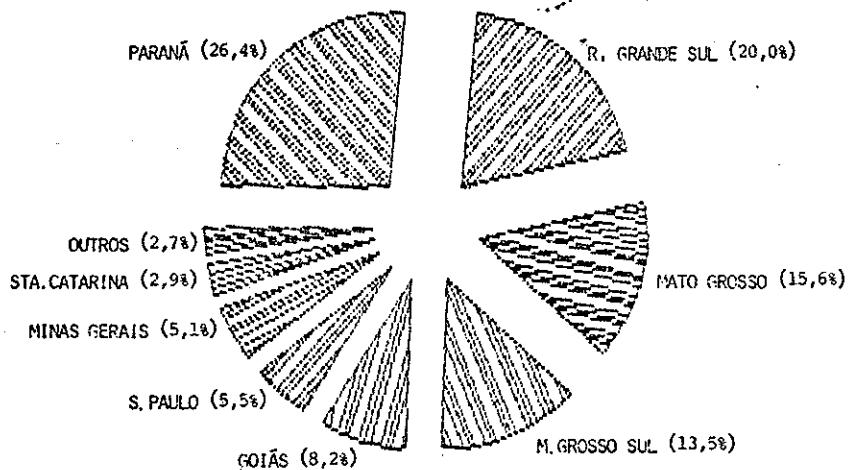
SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974/75	5.825	9.893	1.698
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.835	1.564
1982/83	8.486	14.582	1.719
1983/84	9.456	15.483	1.645
1984/85	10.153	18.278	1.800
1985/86	9.186	13.335	1.452
1986/87	9.131	16.979	1.859
1987/88*	10.515	18.060	1.718

FONTE: IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão de out/88 do IBGE/CEPAGRO.

GRÁFICO 2
SOJA - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR ESTADO - SAFRA 1987/88



FONTE: IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

Em Santa Catarina, as estiagens do março e o excesso de chuvas em alguns períodos de abril e maio (época da colheita) afetaram a safra de soja de 1987/88. Como decorrência, a produção, inicialmente estimada em algo próximo a 580.000 t, caiu para 520.000 t. Apesar disso, o volume colhido foi cerca de 14% superior ao do ano anterior, principalmente em razão do crescimento da área plantada (cerca de 13%), que, por sua vez, decorreu tanto da melhora dos preços no transcorrer de 1987, quanto das boas perspectivas de mercado para 1988. No contexto nacional, o estado catarinense, com 2,9% da produção, permaneceu como o 8º estado produtor brasileiro da oleaginosa.

Em termos regionais, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com 68% da produção, manteve-se na primeira colocação, seguindo-lhe, por ordem de importância, a microrregião Planalto de Canoinhas (11,2%), Colonial do Rio do Peixe (10,6%) e a microrregião Campos de Curitibanos (9,2%) (tabela 3).

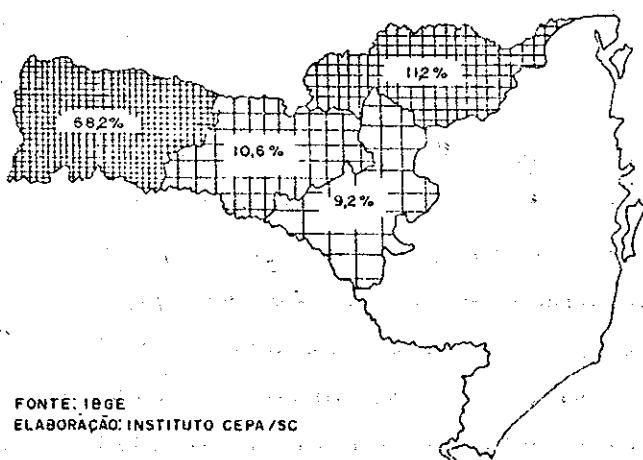
TABELA 3
SOJA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Col.Alto Itajaí	50	125	135	275
Lit.Sul Catarinense	670	725	1.242	1.276
Campos de Lages	1.380	1.457	1.998	2.623
Campos de Curitibanos	27.360	31.560	39.617	47.907
Col.Rio do Peixe	58.045	60.502	45.295	54.917
Col.Oeste Catarinense	249.710	283.271	308.875	354.715
Plan.de Canoinhas	32.640	37.360	58.177	58.287
ESTADO	369.855	415.000	455.339	520.000

FONTE: IBGE/CCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Apesar do leve incremento no consumo mundial de soja na temporada 1987/88, o crescimento da produção mundial proporcionou um estoque de passagem semelhante ao registrado na temporada anterior (19,7 milhões de t). Já a expressiva quebra da produção norte-americana em 1988 deverá ter um reflexo bastante negativo na produção mundial (estimado em menos 8,6%). Este fato, mesmo com a estimativa de redução do consumo (menos 1,2%), deverá traduzir-se num expressivo decréscimo dos estoques ao final da temporada comercial de 1988/89. Isto significa que os preços internacionais da soja-grão tendem a se manter em níveis razoáveis, pelo menos, no transcorrer do primeiro semestre de 1989. Neste contexto, vale ressaltar a situação dos Estados Unidos, cujas projeções apontam para um estoque de apenas 3,4 milhões de t ao final da temporada 1988/89, contra, respectivamente, 8,2 milhões e 11,9 milhões estimados para o final das duas temporadas precedentes.

TABELA 4
SOJA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS - TEMPORADAS COMERCIAIS
DE 1987/88 E 1988/89

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	87/88	88/89	87/88	88/89	87/88	88/89
Estoque inicial	19,74	19,75	3,11	3,21	2,01	2,07
Produção	102,86	94,00	66,49	65,34	15,01	14,88
Importação	28,45	26,55	25,87	25,73	3,55	3,49
Uso Doméstico	101,69	100,46	67,56	65,59	14,81	14,93
Exportação	29,60	25,96	24,70	25,47	3,69	3,67
Estoque final	19,75	13,88	3,21	3,22	2,07	1,84

FONTE: USDA - nov/88.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAGRO/SC.

A nível de Brasil, o crescimento da produção (quase 18,1 milhões de t) e a leve queda nas exportações de grãos (estimada em cerca de 2,6 milhões de t) permitiram que o nível de esmagamento se situasse próximo a 14,2 milhões de t. Esse volume esmagado gerou uma produção da ordem de 11,1 milhões de t de farelo e cerca de 2,7 milhões de t de óleo, ou seja, um crescimento, para ambos os subprodutos, da ordem de 3,7% em relação a 1987. Como o consumo interno de farelo se manteve em

níveis semelhantes aos dos dois últimos anos, o volume das exportações apresentou um incremento de aproximadamente 4%. Já as exportações de óleo sofreram uma expressiva redução (menos 28%), em face tanto das dificuldades de vendas ao exterior, quanto, e principalmente, pelo aumento do consumo interno. Vale ressaltar que a demanda interna tem crescido sistematicamente no transcorrer dos anos. De qualquer forma, o desempenho das exportações brasileiras foi bom e gerou uma receita cambial estimada em aproximadamente US\$ 3,1 bilhões. Para o ano de 89, desde que se confirme a perspectiva de a safra superar 21 milhões de t, a receita com as exportações do complexo poderá atingir, mesmo com preços inferiores aos de 1988, até US\$ 4,0 bilhões.

TABELA 5
BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA - BRASIL - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88

(1000 t)

DISCRIMINAÇÃO	SAFRAS								
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1987/88
GRÃO									
Est.Inicial	255	555	623	272	590	799	720	371	579
Produção	15.484	12.891	14.533	15.340	18.211	13.997	17.072	18.158	21.000
Importação	932	1.251	34	154	228	257	476	150	100
Esmagamento	13.796	12.728	12.873	12.517	13.774	12.332	13.781	14.200	15.000
Exportação	1.450	496	1.115	1.579	3.456	1.193	2.990	2.600	4.000
Semen/Perdas	870	850	930	1.080	1.000	1.000	1.100	1.200	1.300
Est.Final	555	623	272	590	799	608	371	579	579
FARELO									
Est.Inicial	491	393	494	291	363	394	283	251	251
Produção	10.733	9.902	10.015	9.738	10.716	9.594	10.721	11.125	12.292
Cons.Interno	2.003	1.979	2.224	1.979	2.057	2.773	2.734	2.750	2.900
Exportação	8.828	7.822	7.994	7.687	8.628	6.932	8.019	8.375	9.392
Est.Final	393	494	291	363	394	283	251	251	251
ÓLEO									
Est.Inicial	145	181	181	110	107	172	228	130	168
Produção	2.593	2.392	2.419	2.353	2.589	2.317	2.590	2.688	2.970
Importação	-	22	42	144	107	165	59	-	-
Cons.Interno	1.400	1.506	1.585	1.583	1.701	2.013	1.773	1.950	1.950
Exportação	1.274	872	947	917	930	413	974	700	1.000
Est.Final	145	181	110	107	172	228	130	168	168

FONTE: CFP, ABIOVE, CACEX, SAFRAS E MERCADO E OIL WORLD.

ELABORAÇÃO: CFP/DAEP/SUPEX. Set/88.

Em Santa Catarina, onde existem em atividade 8 unidades processadoras, a capacidade nominal de esmagamento é superior a 1,3 milhão de t (5.800 t/dia). Como a produção do estado é insuficiente para atender à demanda das empresas, estas são obrigadas a adquirir a maior parte do grão em outras unidades da Federação, ou mesmo no exterior.

TABELA 6
ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS
CATARINENSES EM 1987

ORIGEM	QUANTIDADE (t)
Santa Catarina	367.511
Rio Grande do Sul	286.888
Mato Grosso do Sul	274.061
Paraná	177.517
Outros estados	27.934
Do exterior	199.022
TOTAL	1.332.933

FONTE: IBGE.

Em face desta particularidade e apesar de a produção estadual de grãos ser insuficiente para suprir as necessidades internas de farelo e óleo, estimada respectivamente em 500 mil e 68 mil t, o estado não sofreu problemas de abastecimento e acabou exportando volumes consideráveis destes dois subprodutos.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

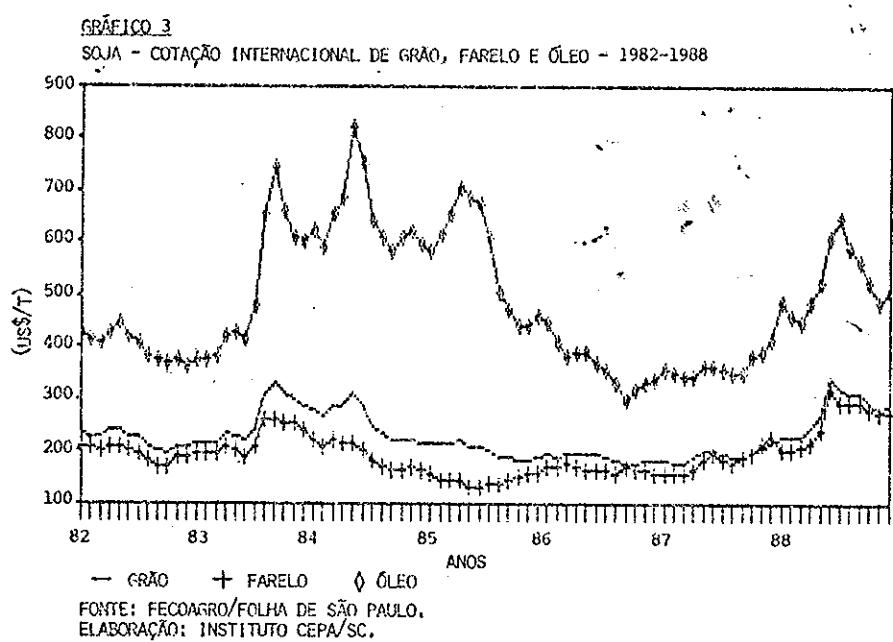
O mercado internacional da soja-grão, que iniciou o ano dando mostras de firmeza, apresentou um leve enfraquecimento em fevereiro, principalmente em razão das boas perspectivas que se vislumbravam naquele momento para as safras do Brasil e da Argentina. Já a quebra da safra brasileira, em especial a do Rio Grande do Sul, devido às estiagens de março, e a divulgação das primeiras intenções de plantio da safra norte-americana proporcionaram suporte ao mercado, com as cotações apresentando gradativa firmeza a partir daquele mês. Este movimento de alta foi fortemente acelerado com os problemas enfrentados pela safra dos Estados Unidos em decorrência das estiagens. A situação, tanto da quebra da safra quanto as perspectivas de forte redução dos estoques norte-americanos, refletiu-se no mercado internacional de todo o complexo soja, cujos preços atingiram o "pico" mais alto na última dezena de junho. Naquele mês, no período de 10 a 22, as cotações do grão para os contratos de primeira entrega registraram ganhos superiores a 30%.

salientar que as cotações se situaram em patamares superiores a US\$ 10,50/bushel, ou seja, foram as mais altas registradas nos últimos 15 anos, perdendo somente para as de 1973, quando atingiram níveis de quase US\$ 13,00/bushel. A partir de julho, entretanto, as cotações voltaram gradativamente a cair, tendência que inicialmente foi atribuída ao retorno das chuvas - que estancou as perdas da safra americana e refreou o movimento especulativo - e, posteriormente, às intenções de plantio da safra da América do Sul que indicaram a possibilidade de um expressivo crescimento, fato que em parte poderia cobrir a grande redução da produção dos Estados Unidos. Nos dois últimos meses do ano, embora o mercado tenha oscilado de acordo com as notícias referentes ao comportamento do clima na América do Sul e com as investidas de compras por parte da União Soviética, as cotações apresentaram, de uma forma geral, tendência à estabilização. Vale destacar que em todo este período os preços ainda se mostraram favoráveis, uma vez que permaneceram em níveis semelhantes aos registrados em meados de 1984. Desde que não ocorram problemas mais acentuados com a safra da América do Sul, as perspectivas para os primeiros meses de 1989 são de as cotações se manterem em níveis pouco inferiores aos registrados ao final de 1988, dado que os baixos estoques tanto a nível mundial quanto dos Estados Unidos tenderão a sustentar as cotações. A partir de março, no entanto, o mercado poderá se enfraquecer, uma vez que tudo indica que haverá um expressivo crescimento na área da próxima safra americana.

As cotações internacionais do farelo, que ao final de 1987 chegaram a ultrapassar as do grão, só enfraqueceram substancialmente nos dois primeiros meses de 1988. Este comportamento, considerado normal, decorreu da expectativa da entrada do Brasil e da Argentina no mercado. Apesar desse recuo, os preços ao final de fevereiro ainda eram cerca de 28% superiores aos registrados no mesmo período de 1987. A partir daí, seguiram as mesmas tendências da soja, registrando o maior "pico" em junho e apresentando recuos a partir do então. Embora as cotações possam manter-se em níveis bastante satisfatórios nos primeiros meses de 1989, há fortes indícios de que, caso a produção mundial de soja se recupere, os preços possam apresentar recuos acentuados, já que os altos níveis

registrados em 1988 tendem a estimular a substituição do farelo por outros produtos.

As cotações do óleo, ligeiramente enfraquecidas no início do ano, começaram, apesar da persistência dos subsídios às exportações norte-americanas, a se recuperar a partir de abril, atingindo o "pico" em julho. Daí em diante, a exemplo dos outros componentes do complexo, os preços se enfraqueceram gradativamente até o final do ano.



No mercado interno, a comercialização mostrou-se bastante morosa até fins de março. O mau resultado auferido nas negociações antecipadas de 1987, as incertezas em relação à política econômica, a indefinição do mercado internacional e o atraso na liberação das linhas de crédito para a comercialização (EGE) deixaram o mercado apático e influíram para que, neste período, os preços apresentassem queda real em relação aos praticados ao final do ano anterior.

Apesar das dificuldades com as exportações de óleo — decorrentes dos altos subsídios às exportações americanas — o retraimento das vendas por parte dos produtores brasileiros e, principalmente, a continuada ascensão das cotações internacionais a partir de fins de março foram fatores que deram

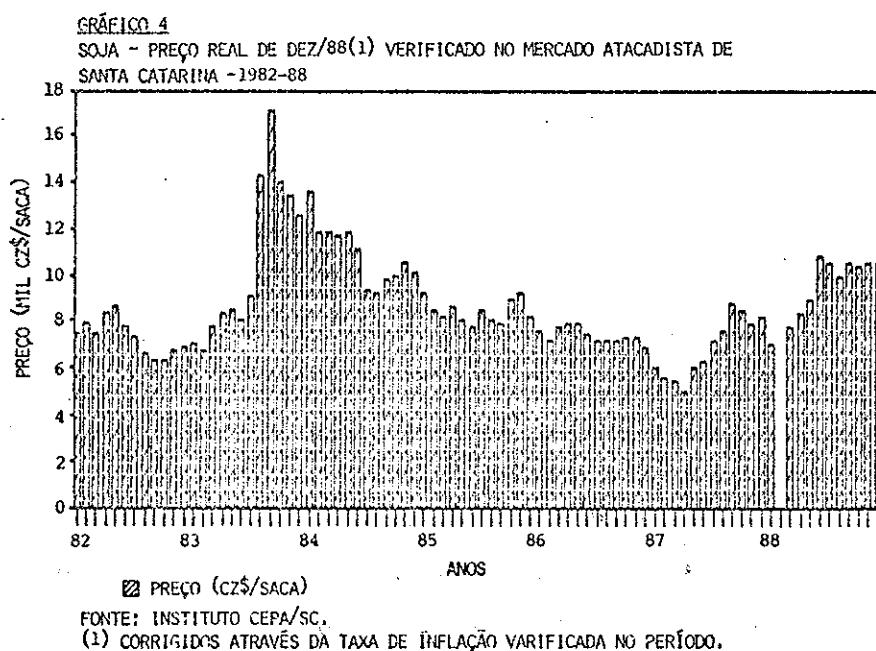
sustentação ao mercado e se refletiram nos preços que apresentaram movimentos crescentes e atingiram o "pico" em fins de junho. A partir daí, com o enfraquecimento do mercado externo, os preços internos também perderam força, só que apresentando quedas reais bem menos significativas do que as verificadas a nível internacional. Este comportamento foi creditado tanto à diminuição gradativa da oferta no segundo semestre, quanto ao fato de os estoques ainda em mãos dos produtores já não estarem vinculados a compromissos financeiros, o que deu maior tranquilidade aos vendedores. É de se ressaltar, entretanto, que neste ano a evolução mais significativa dos preços internos em relação aos externos - tradicionalmente registrada no segundo semestre - foi menos expressiva do que em anos anteriores. Isso porque o maior espaçamento registrado nas vendas ao exterior colaborou para uma menor pressão de compras.

O mercado nacional de farelo, que no transcorrer do segundo semestre de 1987 se havia mostrado firme, começou o ano bastante calmo. A redução da demanda, a entrada da nova safra e a existência de boa oferta influíram para que os preços apresentassem queda real até início de maio. A partir daí, no entanto, o fortalecimento do mercado internacional proporcionou forte suporte aos preços internos que atingiram, em julho, os níveis mais altos registrados desde fins de 1983. Após este "pico", os preços seguiram até setembro a tendência de declínio verificada no mercado externo, voltando a se mostrar mais firmes no último trimestre do ano, período em que a própria diminuição da oferta interna possibilitou uma maior sustentação ao mercado que tende a se desvincular das cotações externas.

O mercado nacional de óleo sofreu uma influência extremamente negativa das vendas subsidiadas do Export Enhancement Program dos Estados Unidos: no início de maio, o "deságio" aplicado ao preço do óleo brasileiro era da ordem de US\$ 130,00/t. As exportações brasileiras de óleo no transcorrer do primeiro semestre, ao contrário do farelo, cujas vendas foram razoavelmente normais, foram fráguissimas, o que acarretou na formação de estoques onerosos. Em face disso, os preços internos ficaram muito deprimidos até meados de maio. No entanto, apesar da manutenção dos subsídios por parte dos

Estados Unidos, a recuperação das cotações internacionais do todo o complexo proporcionou, a partir daquele mês, melhores condições de escoamento do produto para o exterior, o que se refletiu num substancial crescimento dos preços internos até meados de julho. Com o refluxo internacional, os preços internos também se enfraqueceram até outubro. Depois disso, a diminuição dos estoques voltou a dar sustentação aos preços. Apesar deste desempenho irregular, a evolução dos preços internos no transcorrer do ano foi superior ao da inflação.

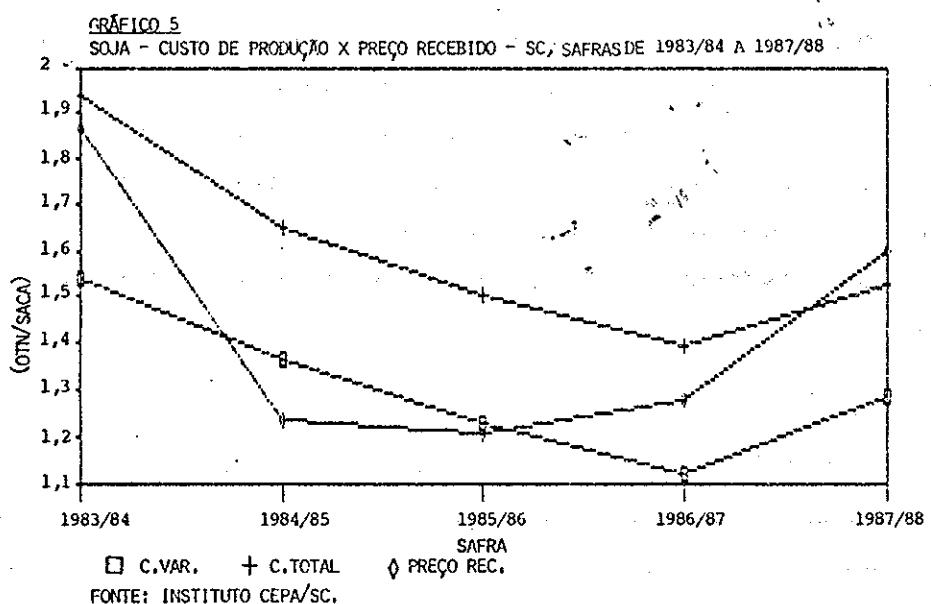
Em Santa Catarina, o exemplo do que ocorreu no restante do país, o mercado de soja-grão também começou a se mostrar mais firme a partir de março, registrando seu ponto mais alto em junho e oscilando com pequenas baixas a partir daí. Vale ressaltar (vide gráfico 4) que em termos reais os preços mostraram um comportamento bem superior ao dos últimos anos, perdendo somente para os registrados em alguns períodos de 1983 e 1984.



5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A cultura da soja, após sofrer problemas de pouca rentabilidade nas safras 1984/85, 1985/86 e apresentar uma leve melhora na safra 1986/87, mostrou uma sensível recuperação em

1988 (vide gráfico 5). Apesar de o custo de produção (sistema com tração motora com rendimento de 1.800 Kg/ha) ter-se mostrado superior ao da safra 1986/87, a expressiva melhora das cotações internacionais permitiu, ao proporcionar um substancial crescimento dos preços internos, que os produtores voltassem a usufruir lucros em 1988. Este fato, mais as boas perspectivas de comercialização em 1989, representam itens de grande influência no aumento registrado na área cultivada na safra plantada ao final deste ano.



6. PERSPECTIVAS PARA 1989

A produção mundial de soja para a safra 1988/89 foi estimada pelo USDA (dezembro) em aproximadamente 94,0 milhões de t, ou seja, um nível sensivelmente inferior aos quase 103,0 milhões de t da safra anterior. Este substancial decréscimo na estimativa deveu-se principalmente à frustração da safra dos Estados Unidos, que, em face das estiagens, situou-se em somente 41,2 milhões de t, contra uma expectativa inicial de aproximadamente 51,2 milhões de t. Esse decréscimo da produção, além de ter proporcionado um substancial aumento das cotações internacionais, principalmente em meados de 1988, tende ainda a dar alguma sustentação aos preços em 1989. Isso porque, embora se acredite que a nova safra dos Estados Unidos possa apresentar um substancial crescimento, os estoques mundiais

deverão continuar relativamente baixos no transcorrer do ano vindouro.

A nível do Brasil, as estimativas sobre o plantio da safra 1988/89 indicam um crescimento de aproximadamente 10% em relação aos 10,5 milhões de ha cultivados na safra passada. Esta previsão, bem mais modesta do que os 20% de crescimento cogitados em agosto, quando da euforia provocada pelas altas em Chicago, foi vinculada tanto às restrições do crédito de custeio para a soja, quanto ao forte incentivo dado pelo governo ao plantio do milho, fato que anulou boa parte da tendência de substituição deste cereal pela oleaginosa. A produção, apesar dos entraves sofridos com a falta de umidade durante o período de plantio, ainda promete um bom desempenho. O retorno das chuvas ao final de dezembro, que permitiu a conclusão da semeadura de praticamente toda a área prevista (11,6 milhões de ha), e a expectativa de melhora das condições climáticas nos primeiros meses de 1989 levam a acreditar na possibilidade de a produção ainda situar-se acima de 21,0 milhões de t. Como as perspectivas são de as cotações internacionais, embora em níveis bem mais modestos do que os registrados no segundo semestre de 1988, ainda continuarem favoráveis durante a comercialização da safra brasileira e como a produção tende a gerar maiores excedentes exportáveis, acredita-se que as receitas cambiais do complexo suporem com folga os 3,0 bilhões de dólares obtidos em 1988.

A safra catarinense, segundo as estimativas do IBGE/GCEA/SC (dezembro), deverá apresentar uma área total da ordem de 439.000 ha, montante cerca de 6% maior que os 415.000 ha da safra 1987/88. Da mesma forma que para o restante do país, os principais fatores apontados como responsáveis pelo crescimento do plantio foram a melhora dos preços em 1988 e as boas perspectivas de mercado para 1989. Já as expectativas quanto à produção também se mostravam, ao final do ano, bastante razoáveis, pois, apesar de alguns entraves na época da semeadura - granizo em outubro e bolsões de estiagens - a cultura não foi muito prejudicada. Além disso, a perspectiva de um clima mais favorável após o retorno das chuvas em dezembro permite que se visualize a possibilidade de a produção ainda alcançar um patamar próximo a 600 mil t.

2.13 TOMATE

1. INTRODUÇÃO

A produção brasileira de tomates de mesa é basicamente oriunda de pequenas lavouras, onde se exploram, além desta, outras hortícolas, visando à diversificação e, consequentemente, à redução de riscos. Isto tem ocorrido para que a cultura tenha crescido pouco nos últimos 10 anos e mantenha o país como o 10º produtor mundial, respondendo por apenas 3% de toda a produção. Tal crescimento ocorreu em virtude da exploração do tomate industrial, principalmente nos últimos cinco anos.

Os dados disponíveis indicam que em Santa Catarina a atividade se restringe aos pequenos e tradicionais produtores rurais, os quais têm como área média 0,2 ha de tomate, predominantemente envarado.

A tomaticultura não tem apresentado evolução, no estado, na área cultivada, tendo em vista a incipiente estrutura de comercialização, o nível tecnológico de produção e o volume produzido que, por fim, influí nos determinantes citados. Isto posto, é possível a compreensão da manutenção dos 2% que a produção catarinense, desde o início da década, representa na brasileira.

2. PRODUÇÃO

A produção de tomates está distribuída por todo o mundo, mantendo uma área praticamente estável desde o início da década, tendo apresentado um crescimento de apenas 5% em nove anos.

Os onze maiores produtores mundiais foram responsáveis por 73% dos 59,6 milhões de t obtidos em 1986 (vide tabela 1). Os maiores produtores são: EUA (14%), URSS (13%), Itália, China e Turquia (9%), Egito (5%), Espanha e Romênia (4%), e Grécia, Brasil e México (3%).

TABELA 1
TOMATE - ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO
NO MUNDO - 1980-85

ANO	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
1980	2.433	50.993	20.961
1981	2.399	51.433	21.438
1982	2.457	54.867	22.331
1983	2.506	55.803	22.268
1984	2.566	60.565	23.607
1985	2.594	60.253	23.230
1986	2.592	59.634	23.003

FONTE: FAO - Anuario de Producción, v. 36-40 1982 a 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A safra brasileira 87/88 de tomates, cuja produção projeta um crescimento superior a 18% sobre a anterior, está sendo estimada pela Fundação IBGE em 2,4 milhões de t.

Tal crescimento tem por fonte principal um aumento de área de 9%, registrado principalmente em Pernambuco, com incremento de 1.700 ha, e em Goiás e São Paulo, com 800 ha, os quais representam aumentos de 15%, 36% e 4%, respectivamente (vide tabela 2). Dos seis maiores estados produtores (SP, PE, BA, MG, GO e RJ), somente Minas Gerais terá uma redução de área de 600 ha, representando 12%.

TABELA 2
TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADOS
NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES -
SAFRA 1987/1988

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PRE- VISTA/OBTIDA (t)	RENDIMENTO ALCANCADO (Kg/ha)
Amazonas	251	1.944	7.745
Roraima	7	151	21.571
Maranhão	311	9.561	30.743
Ceará	1.606	46.942	29.229
Rio Grande do Norte	565	17.080	30.230
Paraíba	788	29.057	36.674
Pernambuco	13.784	499.937	36.269
Sergipe	232	4.228	18.224
Bahia	7.932	303.112	38.214
Minas Gerais	3.993	165.677	41.492
Espírito Santo	1.350	67.094	49.699
Rio de Janeiro	2.803	129.385	46.159
São Paulo	18.262	766.385	41.966
Paraná	1.090	43.030	39.477
Santa Catarina	1.647	56.830	34.505
Rio Grande do Sul	2.878	61.807	21.476
Mato Grosso do Sul	169	4.257	25.109
Mato Grosso	104	2.430	23.345
Distrital Federal	3.220	134.230	41.686
Outras	568	29.558	52.039
	372	4.993	13.422
TOTAL BRASIL	61.932	2.377.688	38.392

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense está sendo estimada em 56.830 t, representando um incremento de 8,2% sobre a safra anterior, tendo ocorrido um aumento de 9,8% na área plantada, a qual passou, segundo o IBGE, de 1.500 para 1.647 ha, com uma queda aproximada, no rendimento médio por ha, de 500 kg (vide tabela 3).

A produtividade física de 34.505 kg/ha está abaixo da inicialmente prevista, basicamente em virtude de pequenos problemas climáticos ocorridos durante a safra - tais como uma insolação mais prolongada durante o verão, que provocou o amadurecimento precoce e a consequente redução de produtividade, e uma geada no inicio do outono, provocando a "queima" do restante do tomate que estava para ser colhido nas regiões do planalto catarinense.

TABELA 3
TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO
EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84	1.570	48.225	30.716
1984/85	1.354	42.049	31.055
1985/86	1.353	35.225	26.034
1986/87	1.500	52.500	35.000
1987/88	1.647	56.830	34.505

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

TABELA 4
TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMÓGENA - SANTA CATARINA -
SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO HOMÓGENA	1986/1987			1987/1988		
	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Col.de Joinville	15	450	30.000	50	1.150	23.000
Lit.de Itajaí	37	848	22.919	48	1.070	22.292
Col.de Blumenau	42	1.250	29.762	39	1.026	26.308
Col.do Alto Itajaí	41	1.230	30.000	71	2.005	28.239
Florianópolis	497	18.291	36.803	503	(15.922)	31.654
Col.Serrana Cat.	235	7.659	32.591	233	(8.124)	34.867
Lit.de Laguna	5	105	21.000	13	270	20.769
Carbonífera	189	5.877	31.095	182	(5.404)	29.692
Lit.Sul Cat.	8	80	10.000	10	100	10.000
Col.Sul Cat.	4	60	15.000	2	30	15.000
Campos de Lages	75	3.625	48.333	80	3.415	42.688
Campos de Curitibanos	99	3.670	37.071	73	3.179	43.548
Col.do Rio do Peixe	223	8.830	39.596	312	(14.465)	46.362
Planalto de Canoinhas	30	525	17.500	31	670	21.613
ESTADO	1.500	52.500	35.000	1.647	56.830	34.505

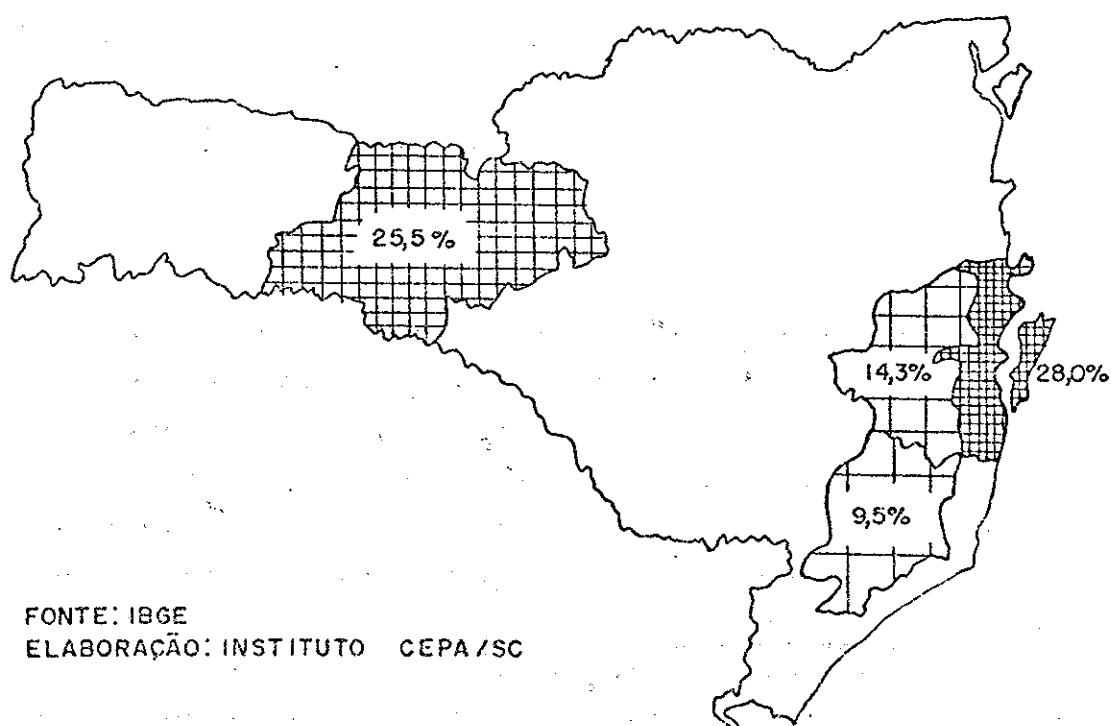
FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Tendo em vista as limitações impostas pelo clima, algumas microrregiões destacam-se na produção de verão, enquanto outras se revelam mais significativas no cultivo do inverno.

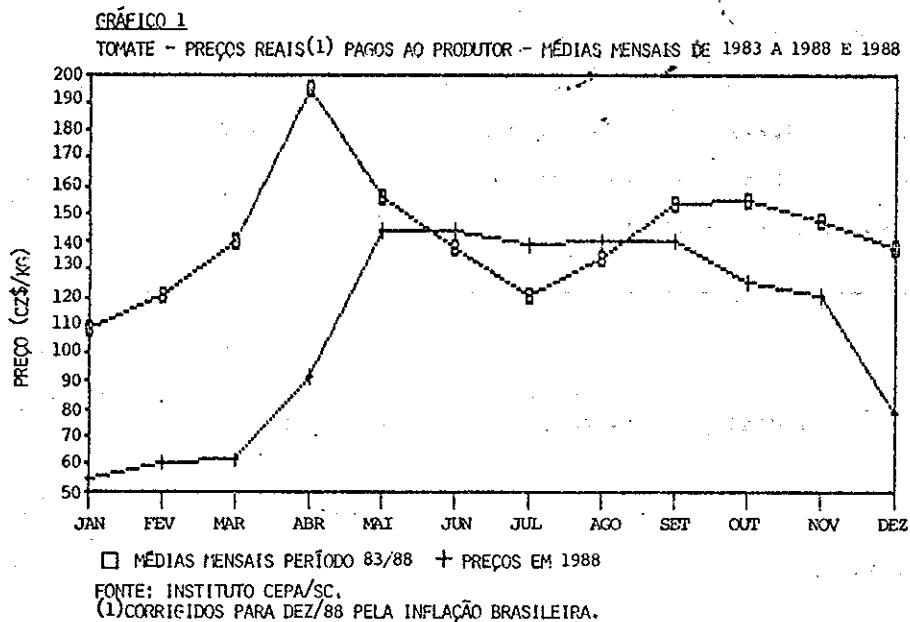
No primeiro caso, enquadram-se as microrregiões dos Campos de Lages, Colonial do Rio do Peixe e Campos do Curitibanos, ao passo que as microrregiões Colonial de Blumenau, Colonial de Joinville e Litoral de Itajaí apresentam maior relevância no cultivo de inverno. Devido à existência de microclimas favoráveis, as de Florianópolis, Serrana Catarinense e Carbonifera produzem durante todo o ano. Todavia, há algumas onde a atividade, pela proximidade de centros urbanos de maior expressão, revestem-se de maior importância. É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, Carbonifera e de Florianópolis, que, juntas, respondem por mais de 70% da área normalmente cultivada e da produção colhida com tomate em Santa Catarina.

MAPA I — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA — 1987/88



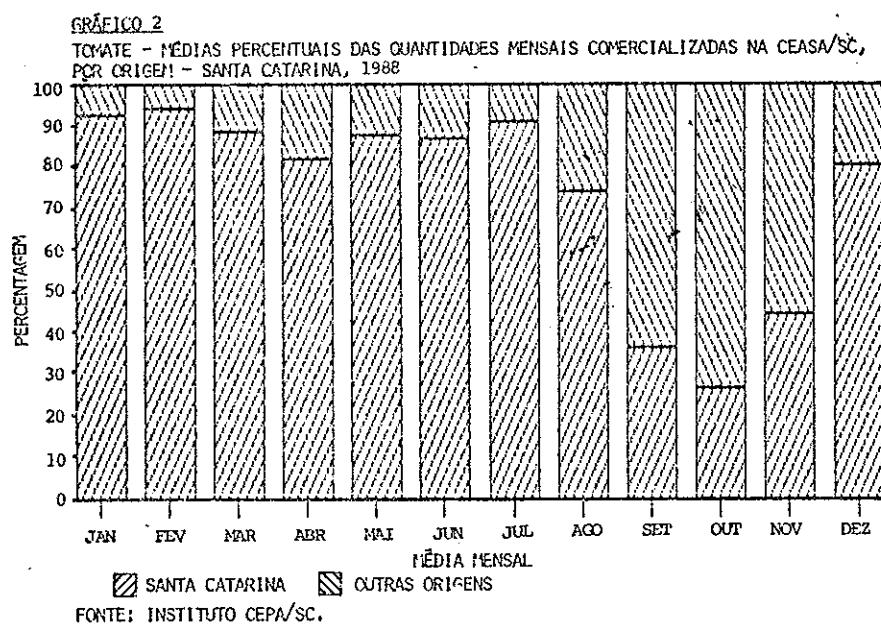
3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

O mercado nacional foi bem abastecido no ano de 1988, principalmente em virtude do aumento da produção, sendo que sua distribuição temporal provocou uma relativa escassez do produto no segundo bimestre, o que implicou uma elevação acentuada dos preços, embora sem atingir seu preço histórico nestes meses (vide gráfico 1). Tal fato decorreu do excessivo calor nos meses de janeiro e fevereiro, que provocou um crescimento vegetativo e um amadurecimento precoces; dai resultando um volume excessivo de tomate maduro em fevereiro e março na CEAGESP, parte do qual encaminhado para a industrialização.



Em Santa Catarina, nos meses de março e abril, época de concentração da produção, a colheita das regiões do planalto é enviada para fora do estado, notadamente para a CEAGESP, enquanto que a produção das MRH Florianópolis e Serrana Catarinense destina-se ao abastecimento da região metropolitana da capital. Entre outubro e novembro, a maior parcela do tomates comercializada em Santa Catarina, oriunda de outros estados (vide gráfico 2), provém basicamente de São Paulo. No mês de outubro, pela primeira vez, a quantidade de tomate oriundo do Espírito Santo e comercializada na CEASA/SC foi superior à procedente de São Paulo, tendo suas participações

representado 58% e 26%, respectivamente. Isto decorre, basicamente, das condições edafoclimáticas do primeiro estado, o que lhe permite o deslocamento temporal da produção, fazendo com que a concentração da colheita ocorra em épocas de relativa escassez no mercado dos principais centros urbanos nacionais. Como o mercado paulista e carioca estava devidamente abastecido, os atacadistas supriram o litoral catarinense com tomate capixaba.



Os preços ao produtor, durante o ano, mantiveram-se dentro de uma perspectiva histórica, com uma média anual inferior à média do período 83 a 88 (vide gráfico 3). A redução do nível real dos preços do tomate na atual safra, principalmente nos meses do primeiro quadrimestre, podem provocar a continuidade de transferência de produção da Região Sul para a Região do Centro-Oeste do Brasil.

TABELA 5

TOMATE - QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC, EM 1988 E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1987 E 1988

MÊS	VOLUME (t) 1988	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cz\$/Kg)					
		Produtor (1)		Atacado (2)		Varejo (2)	
		1987	1988	1987	1988	1987	1988
Jan	596,3	3,40	6,18	4,10	7,72	6,52	9,88
Fev	694,5	4,40	8,08	5,27	9,78	6,57	11,12
Mar	681,5	5,00	9,50	6,03	11,73	7,24	12,13
Abr	632,2	8,00	16,90	9,42	25,40	12,57	36,54
Mai	517,1	7,45	31,30	8,77	36,89	12,49	52,87
Jun	526,8	7,00	37,49	7,88	45,78	11,33	62,47
Jul	457,3	5,50	44,85	6,34	54,51	8,53	76,32
Ago	495,6	9,00	54,47	10,46	61,37	12,18	95,27
Set	563,9	10,00	67,46	11,75	76,96	16,55	115,39
Out	555,2	8,60	77,10	10,03	90,19	14,27	144,99
Nov	587,6	12,80	94,22	15,08	111,49	18,70	153,44
Dez	525,0	11,12	79,36	12,35	97,45	17,58	129,35
TOTAL	6.752,9	92,27	526,91	107,48	629,27	144,53	899,77

FONTE: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Notas: (1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC em várias regiões produtoras.

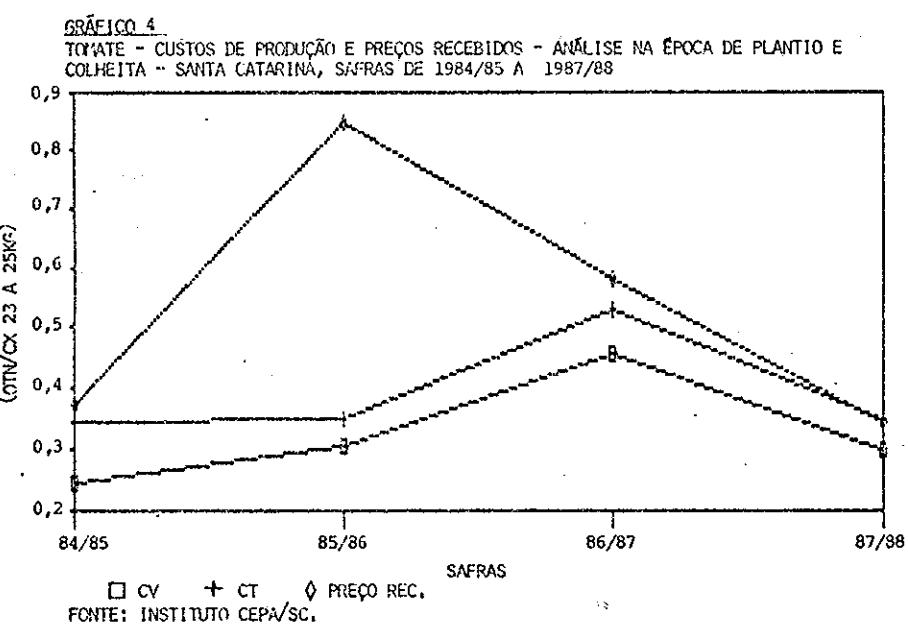
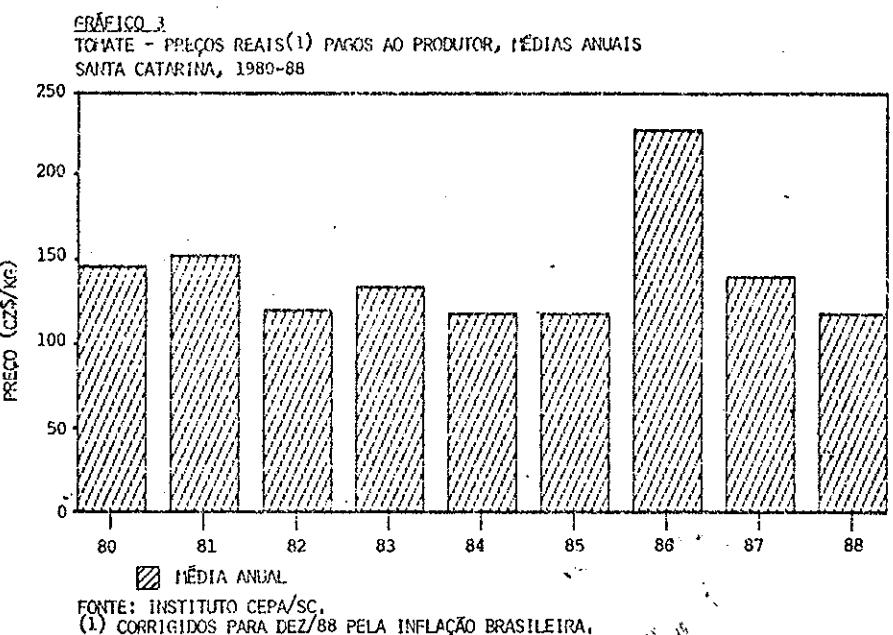
(2) Preços médios ponderados.

4. RENTABILIDADE DA CULTURA

Para a avaliação da rentabilidade da tomateicultura são utilizados dados de preços recebidos pelos produtores e os custos de produção do Instituto CEPA/SC. Estes, oriundos de levantamentos próprios, visam retratar a composição da estrutura de custos de uma lavoura com tecnologia capaz de gerar 50 t/ha.

Apesar de o ano de 1988 haver apresentado uma redução nos níveis de preços para o tomate, conforme pode ser observado nos gráficos 1 e 3, a atividade ainda foi remuneradora nesse ano, uma vez que nas duas últimas safras a lucratividade foi excelente, tendo mantido os preços ao produtor em níveis altos.

Com a redução nos níveis de preços, e também de custos, a safra 87/88 passou a apresentar uma lucratividade mínima (vide gráfico 4), pois os custos totais de produção (CT) ficaram iguais aos preços recebidos (PR), fazendo com que a margem bruta, aquela parcela dos preços destinada à remuneração dos fatores de produção, ficasse igual aos custos fixos, nos quais está incluída a remuneração da terra e do capital de exploração.



5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

A associação do crescimento da produção do tomate industrial no Vale do São Francisco e na Região Centro-Oeste e a queda da remuneração do tomaticultor catarinense levam a esperar uma redução da produção no estado, uma vez que, na medida em

que o tomate de mesa alcança preços mais elevados, o industrial, que tem custos inferiores, passa a ser comercializado para consumo "in natura", quase sempre baixando os preços e provocando uma alteração na participação regional da produção.

Neste mesmo documento, há um ano, chamava-se a atenção para a possível incapacidade do mercado interno de absorver muito mais que dois milhões de t de tomate, haja vista as dificuldades que se esperavam para o ano ora findo. Apesar de confirmadas as previsões de uma produção nacional de 2,4 milhões de t, a produção catarinense foi inferior àquela previsão. Os demais estados da Região Sul deverão, igualmente, ter produções inferiores às da safra 86/87.

Contudo, com a redução da relação câmbio-salário, os produtos brasileiros tornaram-se cada vez mais competitivos no mercado internacional, fazendo com que o crescimento da produção nacional ocorra basicamente no tomate industrial, possibilitando a exportação de sua polpa beneficiada.

Portanto, apesar de o Brasil já haver produzido 200.000 t a mais que a capacidade de absorção do mercado interno, a produção nacional poderá ainda crescer, mas será mais em virtude da perspectiva de vendas ao exterior do que pela capacidade de demanda interna, apesar de a perspectiva para o próximo ano não ser tão ruim quanto o foi para este - pelo menos numa visão de perspectiva para o "ano seguinte".

I. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O trigo tem sido um produto de grande importância na alimentação brasileira. Embora em muitas regiões do país o seu consumo não fosse hábito tradicional, a partir de meados da década de 1970, especialmente em função da política de subsídios, em detrimento do consumo de produtos como o milho, a mandioca, o arroz e o feijão, o trigo passou a ser consumido em larga escala. Atualmente, mesmo sem a política de subsídios, é pouco provável que seu consumo seja reduzido muito drasticamente.

A demanda interna, durante muito tempo, foi atendida na sua maior parte pela importação. Nos últimos anos, a produção nacional cresceu significativamente e a necessidade de importações foi reduzida de maneira sensível. Atualmente, o país já está em condições de atingir a auto-suficiência. Isto, no entanto, dificilmente deverá ser buscado. No curto prazo, o Brasil tem acordos bilaterais que prevêem a importação de grandes quantidades de trigo. Caso a produção interna seja muito estimulada, o país poderá ter problemas com o excedente. Além de não ter competitividade no mercado internacional, não existe infra-estrutura de armazenagem para formação de estoques.

As lavouras brasileiras estão concentradas nos estados do Centro-Sul. O plantio é realizado do mês de fevereiro a julho e as operações de colheita são iniciadas a partir de julho e finalizadas em dezembro. A nível nacional, predominam os médios e grandes produtores. Normalmente, o cultivo do trigo é realizado após a colheita da soja em áreas mecanizadas.

Em Santa Catarina, o trigo não ocupa lugar de destaque. Não obstante o estado seja o 5º produtor nacional, a área cultivada ainda é bastante modesta em relação à dos principais estados produtores. No estado, à exceção de alguns municípios, a triticultura tem sido encarada mais como uma forma de ocupar o solo no período de inverno do que propriamente uma atividade em

que os produtores tenham grandes expectativas de retorno econômico. Em face deste, entre outros fatores, a área plantada a nível estadual tem oscilado significativamente no transcorrer dos anos.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Boletim do United States Department of Agriculture, World Agricultural Production, de outubro de 1988, a produção mundial do período 1988/89 deverá ser levemente superior à do período 1987/88. Isto pelo fato de que a queda na produção de alguns dos principais produtores mundiais deverá ser compensada pela recuperação de outros países, especialmente os importadores.

TABELA I
TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, DO MUNDO E DE ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS -
SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89(1)

PAÍS/REGIÃO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)				PRODUÇÃO OBTIDA (milhões de t)		RENDIMENTO MÉDIO (t/ha)		
	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89
Maiores Exportadores	70,7	65,9	63,6	185,3	176,3	163,3	2,62	2,68	2,57
Estados Unidos	24,6	22,6	21,6	56,9	57,3	49,3	2,32	2,53	2,29
Argentina	4,9	4,8	4,5	8,9	9,0	8,0	1,83	1,88	1,78
Austrália	11,3	9,1	9,1	16,2	12,4	13,8	1,44	1,37	1,52
Canadá	14,2	13,5	12,9	31,4	26,0	15,5	2,20	1,93	1,20
Comunidade Econ. Europeia	15,7	15,9	15,5	71,9	71,6	76,7	4,58	4,50	4,95
Maiores Importadores	98,1	95,5	97,9	235,0	225,3	236,0	2,40	2,36	2,41
Brasil	3,9	3,5	3,4	5,6	6,1	5,2	1,44	1,76	1,53
China	29,6	28,8	29,5	90,0	87,8	87,5	3,04	3,05	2,97
Leste Europeu	10,5	10,6	10,7	39,1	39,8	44,2	3,73	3,77	4,15
Egito	0,5	0,6	0,6	1,9	2,4	2,5	3,80	4,23	4,20
Outros países norte-africanos(2)	4,6	5,2	4,4	5,2	5,0	4,5	1,13	0,96	1,01
Japão	0,2	0,3	0,3	0,9	0,9	1,0	3,56	3,19	3,67
URSS	48,7	46,7	49,0	92,3	83,3	91,0	1,89	1,78	1,86
Outros países e regiões importantes	59,0	58,1	57,6	109,4	102,8	105,9	1,85	1,77	1,84
Índia	23,0	22,8	22,2	47,1	45,6	45,0	2,05	2,00	2,03
Irã	6,3	6,1	6,3	7,1	6,0	6,8	1,14	0,98	1,03
México	1,1	0,9	0,8	4,5	3,7	3,2	4,19	4,11	4,00
Oeste Europeu (exclusive CEE)	1,0	0,9	0,8	4,3	4,0	3,8	4,57	4,25	4,54
Paquistão	7,4	7,7	7,3	13,9	12,0	12,6	1,89	1,56	1,73
Africa do Sul	1,9	1,7	2,0	2,3	3,1	3,2	1,21	1,81	1,61
Turquia	8,7	8,7	8,8	14,0	13,0	15,0	1,61	1,49	1,71
Outros	9,8	9,3	9,5	16,1	15,4	16,3	1,65	1,66	1,72
TOTAL MUNDIAL	227,8	219,6	219,1	529,7	504,3	505,2	2,33	2,30	2,31

FONTE: USDA - World Agricultural Production - outubro/88.

(1) Projeção.

(2) Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia.

OBS: Eventuais diferenças nas somas são provenientes de arredondamento.

A nível nacional, para a safra 1988/89, as estimativas ao final do ano apontavam para uma produção próxima de 5,7 milhões de toneladas. Embora este resultado seja inferior a de algumas estimativas feitas no decorrer da safra, levando-se em consideração as condições climáticas relativamente desfavoráveis em alguns estados importantes produtores, não se pode dizer quo-

seja insatisfatória. No Paraná, por exemplo, algumas regiões foram atingidas por geadas quando as lavouras estavam suscetíveis a este fenômeno e outras foram prejudicadas pelo longo período de estiagem que se abateu por toda a Região Sul do país. No Rio Grande do Sul, a estiagem pegou grande parte das lavouras em pleno período de germinação e desenvolvimento vegetativo, prejudicando sobremaneira o desempenho da cultura. Nos demais estados, à exceção de Santa Catarina, as condições climáticas foram mais favoráveis e a produtividade foi até superior à do ano anterior. Este quadro vem confirmar a evolução da triticultura nacional nos últimos anos. Se o clima ajudar um pouco, a produtividade do país poderá atingir patamares bastante auspiciosos.

TABELA 2
TRIGO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO
BRASIL - 1982 A 1988

ANO	ÁREA COLHIDA (1000 ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (1000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
1982	2878,6	1876,2	652
1983	1932,1	2191,4	1134
1984	2013,0	2029,3	1006
1985	2614,4	4324,4	1654
1986	3908,8	5683,4	1454
1987	3429,7	6201,2	1808
1988	3417,1	5700,0	1668

FONTE: CFP - Anuário Estatístico 1982/87.
IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
(nov/88).
CTRIN.

Em Santa Catarina, a triticultura passou por um ano bastante problemático. Inicialmente, a estiagem, depois, as chuvas de granizo. O primeiro fenômeno, embora sem provocar as perdas inicialmente apontadas, reduziu a produtividade de praticamente todas as regiões produtoras do estado. O segundo, que atingiu vários municípios em que o trigo se encontrava pronto para colher, destruiu uma parte sensível da produção. Assim, a produtividade, que nas primeiras estimativas era esperada em 1.200 Kg/ha, patamar com possibilidade de até ser superado, ao final do ano era estimada em apenas 796 Kg/ha; portanto, uma redução de 34% em relação à previsão inicial.

TABELA 3
TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM
SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	571
1984/85	25.158	11.815	470
1985/86	40.000	51.620	1.291
1986/87	134.146	152.009	1.133
1987/88	128.890	160.120	1.242
1988/89 (*)	112.236	89.344	796

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

Além da redução na produtividade, houve também um decréscimo de 13% em relação à área plantada na safra 1987/88. Embora o preço de garantia estabelecido para vigorar nessa safra, inferior ao reivindicado pelas representações dos produtores, tenha pesado na redução de área, os fatores mais fundamentais foram:

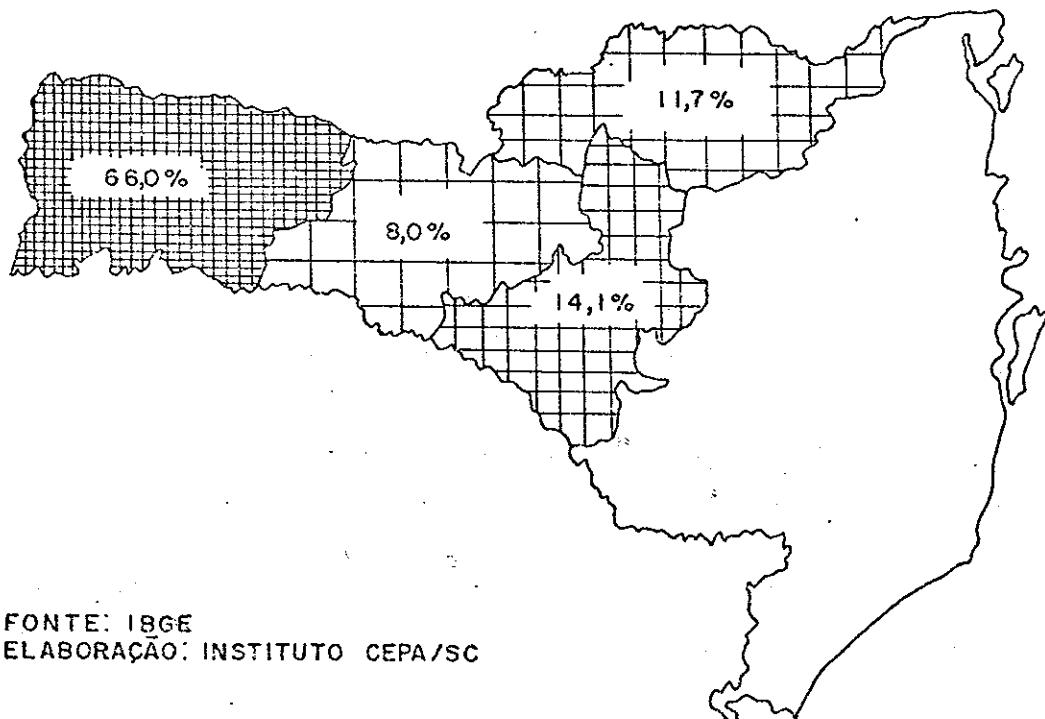
- 1) Necessidade, em alguns municípios, de se realizar o pousio e/ou rotação de cultura. Esta necessidade foi imposta pelo fato de a incidência do mal-do-pé ter sido relativamente significativa nesses municípios, o que é um impedimento para se voltar a plantar trigo por pelo menos dois anos consecutivos.
- 2) Maiores exigências para o financiamento das lavouras, que podem ser resumidas em duas grandes linhas:
 - a) não financiar os produtores que nas três últimas safras tenham sido indenizados, em pelo menos duas, com o PROAGRO;
 - b) as agências bancárias poderiam financiar, no máximo, na mesma área do ano anterior.

TABELA 4
TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA DE SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89

MICRORREGIÃO HOMOGENEIA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89	1986/87	1987/88	1988/89
	6	-	2	6	-	2	1.000	-	1.000
Carbonífera	6	-	2	6	-	2	1.000	-	1.000
Campos de Lages	70	115	133	27	197	189	386	1.713	1.421
Campos de Curitibanos	18.219	12.060	9.476	17.753	22.565	13.379	974	1.871	1.412
Colonial Rio do Peixe	8.850	9.985	11.045	8.955	12.869	9.322	1.012	1.289	846
Colonial Oeste Catarinense	92.268	93.050	83.830	110.219	105.733	55.971	1.195	1.136	668
Planalto de Canoinhas	14.733	13.680	7.780	15.049	18.756	10.481	1.021	1.371	1.347
TOTAL DO ESTADO	134.146	128.890	112.236	152.009	160.120	89.344	1.133	1.242	796

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

MAPA I — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No mercado internacional, na Bolsa de Mercadorias de Chicago, neste ano de 1988 o preço do trigo apresentou uma sensível recuperação. Este crescimento deveu-se em grande parte ao fato de que além de os estoques de passagem mundiais serem os mais baixos dos últimos anos, a produção dos principais exportadores apresentou uma sensível redução no período 1987/88.

TABELA 5
TRIGO - MÉDIA (*) DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA
DE MERCADORIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE
ENTREGA - 1985-88

MÊS DE ENTREGA	ANO	(US\$/t)			
		1985	1986	1987	1988
Março		128,43	123,91	104,81	115,59
Maio		129,33	113,36	106,22	113,29
Julho		116,78	92,07	98,59	135,10
Setembro		105,35	94,13	99,48	142,92
Dezembro		117,98	102,72	109,53	155,30
Média do Ano		119,57	105,24	103,73	132,44

FONTE: Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

(*) Tomando-se como base a cotação das terças-feiras de cada semana.

A nível interno, a comercialização da safra 1988/89 apresentou alguns percalços. Como o preço do trigo estava sendo corrigido mês a mês pela variação da OTN, os produtores concentravam as suas vendas no início dos meses. Pelo fato de em algumas oportunidades o CTRIN não dispor de recursos para pagar o produto, os produtores acabavam perdendo algum dinheiro. No inicio do mês de dezembro, não havia absolutamente nenhum recurso para adquirir aproximadamente 1,6 milhão de t que faltava comprar. Em face disto, o governo acabou aprovando, para esse mês, a correção diária do preço com base na variação da OTN fiscal.

Da produção da safra 1988/89, o CTRIN adquiriu 5,49 milhões de toneladas, com peso hectolítrico médio de 80,51. Em termos qualitativos, este é o melhor resultado da triticultura nacional.

TABELA 6
QUANTIDADE ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLITRICO MÉDIO, POR ESTADO - SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1986/87		1987/88		1988/89 (1)	
	Quantidade Adquirida (t)	Ph	Quantidade Adquirida (t)	Ph	Quantidade Adquirida (t)	Ph
Paraná	2.937.850	76,81	3.351.449	79,31	3.146.593	81,35
Rio G. do Sul	1.809.646	75,63	1.756.833	78,00	1.351.170	79,26
Mato Grosso Sul	452.337	78,86	566.383	79,25	496.733	81,11
São Paulo	312.432	76,75	394.859	79,54	393.893	81,37
Santa Catarina	143.704	75,45	161.037	76,93	71.534	77,56
Minas Gerais	25.004	78,90	22.135	78,64	25.688	79,85
Outros Estados	2.379	-	2.542	-	3.668	-
TOTAL	5.683.352	76,57	6.201.238	78,88	5.489.279	80,51

FONTE: CTRIN.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Adquirido até o mês de dezembro (inclusive).

Quanto ao preço recebido pelos produtores, a exemplo do que vigorou na safra passada, o da safra 1988/89 esteve bem aquém do esperado. O reivindicado pelos produtores era de 30 OTN/tonelada. O governo acabou estabelecendo preço praticamente idêntico ao da safra passada - 22,473 OTN/tonelada. Apesar disso, a área plantada a nível de país só não foi superior à da safra anterior pelas dificuldades impostas pelo governo para que os produtores obtivessem o financiamento de custeio.

TABELA 7
TRIGO - PREÇOS MENSais RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE Ph 78 - 1982-88

MÊS	PREÇOS CORRENTES (1) (Cr\$ e Cz\$/t)								
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988		
Setembro	52.994,67	136.209,50	466.563,50	1.725.646,00	3.340,00	9.025,00	53.756,76		
Outubro	56.710,00	149.830,33	515.552,00	1.932.965,00	3.340,00	9.540,00	66.663,68		
Novembro	60.674,00	170.956,50	580.500,00	2.114.219,00	3.340,00	10.415,00	64.829,51		
Dezembro	64.915,17	185.573,17	647.646,00	2.310.355,00	3.340,00	11.752,17	107.665,45		

(continua)

(conclusão)

MÊS	PREÇO EM OTN/t								
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988		
Setembro	23,641	25,290	28,854	32,293	31,391	22,468	22,473		
Outubro	23,643	25,406	28,855	33,155	31,391	22,473	22,473		
Novembro	23,641	26,425	28,854	33,270	31,391	22,471	22,473		
Dezembro	23,750	26,461	29,291	32,718	31,391	22,471	22,473		

FONTE: CFP/CTRIN/SURAB.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até 1985 (inclusive), o preço está em cruzeiros.

No que diz respeito ao preço de venda do trigo do governo aos moinhos, neste ano de 1988, a situação foi bastante diferente da dos últimos anos, quando a retirada do subsídio ao trigo esteve por acontecer em várias oportunidades. Em junho de 1987, por exemplo, o preço do trigo em grão posto no moinho foi reajustado em 513%, deixando o nível de subsídio praticamente reduzido a zero. Daquele mês até abril de 1988, o subsídio voltou a crescer. A partir do dia 25 de abril, o governo voltou a promover um reajuste bastante expressivo - 60%. Depois disto, tem havido reajustes sistemáticos, que, segundo fontes oficiais, foram suficientes para deixar o preço em patamares que significam que o consumo não está sendo subsidiado.

TABELA 8
TRIGO - PREÇOS MENSais PAGOS AO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 78 FOSTO NOS MOINHOS - 1982 A 1988

MÊS	PREÇOS CORRENTES (1) (Cr\$ e Cr\$/t)							
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
Janeiro	18.098,00	27.144,00	98.812,00	421.880,00	1.060.313,00	1.060,31	10.128,39	
Fevereiro	18.036,00	35.290,00	148.218,00	506.256,00	1.060.313,00	1.060,31	11.328,66	
Março	18.098,00	35.290,00	148.218,00	632.820,00	1.060,31	1.060,31	13.267,97	
AbriL	18.076,00	35.290,00	148.218,00	632.820,00	1.060,31	1.060,31	16.576,00	
MaiO	24.517,16	35.290,00	148.218,00	632.820,00	1.060,31	1.060,31	25.398,71	
JunHO	27.144,00	70.580,00	143.218,00	632.820,00	1.060,31	6.500,00	33.684,80	
JulHO	27.144,00	70.580,00	223.809,00	632.820,00	1.060,31	6.500,00	43.971,61	
Agosto	27.144,00	70.580,00	223.809,00	632.820,00	1.060,31	6.500,00	57.056,19	
Setembro	27.144,00	98.812,00	223.809,00	791.025,00	1.060,31	6.560,86	72.248,40	
Outubro	27.144,00	98.812,00	324.523,00	791.025,00	1.060,31	6.896,63	90.413,29	
Novembro	27.144,00	98.812,00	324.523,00	1.060.313,00	1.060,31	7.820,00	110.600,00	
Dezembro	27.144,00	98.812,00	421.880,00	1.060.313,00	1.060,31	7.820,00	134.682,26	

(continua)

(conclusão)

MÊS	PREÇO EM OTROS/t							
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
Janeiro	12,45	9,32	13,09	17,27	13,25	9,97	16,97	
Fevereiro	11,85	11,44	17,89	18,40	11,40	9,97	16,39	
Março	11,29	10,72	15,93	20,87	9,97	5,84	16,17	
AbriL	10,75	9,83	14,48	18,52	9,97	5,10	17,42	
MaiO	13,91	9,02	13,30	16,56	9,97	4,21	22,37	
JunHO	14,49	16,71	12,21	15,06	9,97	20,93	25,19	
JulHO	13,73	15,50	16,89	13,79	9,97	17,74	27,51	
Agosto	12,96	14,22	15,31	12,81	9,97	17,21	28,78	
Setembro	12,11	18,35	13,84	14,80	9,97	16,33	30,20	
Outubro	11,32	16,75	18,16	13,57	9,97	16,25	30,48	
Novembro	10,58	15,27	16,13	16,69	9,97	16,87	29,30	
Dezembro	9,93	14,09	19,08	15,02	9,97	14,95	28,11	

FONTE: CFP - Anuário Estatístico 1982/87 e Diário Oficial da União.

ELABORACAO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até fevereiro de 1986 (inclusive), o preço está em cruzeiros.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Para o ano de 1988, em função de uma política mais realista de preços, as previsões eram de que o consumo de trigo em grãos fecharia o ano em cerca de 6,35 milhões de toneladas, 5,1% inferior ao de 1987.

TABELA 9
TRIGO - CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO
- 1979 A 1988

ANO	MILHÕES DE TONELADAS
1979	6,010
1980	6,802
1981	6,097
1982	6,101
1983	5,987
1984	6,327
1985	6,133
1986	7,203
1987	6,690
1988	6,350

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

Como os estoque do governo eram de 5,5 milhões de t no inicio do ano, mesmo sem contar com os 2,2 milhões de t que seriam importados do Canadá e da Argentina - foi internalizado apenas cerca de 1,0 milhão de t de trigo argentino - o abastecimento de 1988 transcorreu sem maiores problemas.

Em Santa Catarina, a exemplo do que ocorreu no país, estima-se que o consumo não tenha sofrido reduções drásticas, situando-se próximo de 300.000 t. A exemplo do que normalmente ocorre, o abastecimento do estado foi atendido, na sua maior parte, por trigo proveniente de outros estados.

5. PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

Para 1989, a situação da triticultura nacional ainda é de indefinição. Os fatores que pesam na intenção de plantio normalmente são três: o valor básico de custeio (VBC), o resultado da safra anterior e o preço de aquisição. Em relação ao resultado da safra, pode-se dizer que, à exceção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi satisfatório. O VBC normalmente tem sido estabelecido em patamares também satisfatórios. A incógnita fica especialmente por conta do preço. Neste particular, não se sabe exatamente o que poderá ocorrer em 89, especialmente pelo fato de que a comercialização poderá ser privatizada, o que poderia mudar sensivelmente a situação dos produtores, que teriam a opção de negociar sua produção diretamente com os moinhos e/ou entregá-la ao governo, através da Política de Garantia de Preços Mínimos. Assim, as perspectivas para a próxima safra só estarão delineadas depois que o Congresso Nacional aprovar ou não a privatização e o governo estabelecer o preço aos produtores, o que só deverá ocorrer no mês de março.

O abastecimento nacional deste ano, a exemplo do que ocorreu em 88, deverá ser bastante tranquilo. O governo não deverá voltar a subsidiar o produto, e isto fará com que o consumo fique próximo dos patamares atuais, de pouco mais de 6,0 milhões de toneladas. O país terá entrado em 1989 com um estoque de aproximadamente 5,3 milhões de toneladas de trigo para consumo. Além desta quantidade, está prevista a entrada de 1,55 milhão de toneladas de trigo argentino e possivelmente 250 mil toneladas de trigo canadense, que somariam 7,1 milhões de toneladas. Mesmo não sendo internalizado todo o trigo da Argentina e Canadá, a partir do mês de outubro a safra nacional já estará sendo comercializada e poderá perfeitamente suprir uma eventual falta do produto.

2.15 UVA

1. INTRODUÇÃO

A vitivinicultura caracteriza-se como uma atividade das pequenas propriedades exploradas sob regime familiar. Dados do Censo Agropecuário de 1980, já analisados com maior detalhamento no documento "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1986/87", volume I, indicam que de um total de 30.620 produtores, 90,5% possuíam estabelecimentos com área inferior a 50 ha, sendo que 25.552 (83,4%) exploravam parreirais com área inferior a 1 hectare. De acordo com a mesma fonte, apenas 1.081 agricultores produziam para o mercado. Técnicos da EMATER-SC/ACARESC, que atuam na microrregião Colonial do Rio do Peixe, estimam atualmente em 800 a 1.000 o número de agricultores que encontram na atividade sua principal fonte de renda.

2. PRODUÇÃO

Conforme dados fornecidos pela Fundação IBGE, a produção brasileira de uva alcançou na safra 1987/88 o volume de 762.138 t, 29,2% a mais que a produção do ano anterior. Nessa safra, a área colhida foi de 58.234 ha, com um rendimento médio de 13.088 kg/ha. Tal rendimento ficou 29,5% superior àquele conseguido na safra anterior, a mostrar que o aumento na produção ocorreu em função da elevação da produtividade.

TABELA 1
UVA - ÁREA DESTINADA À COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA NOS
DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1987/88

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO (Kg/ha)
	(ha)	(%)	(t)	(%)	
Rio Grande do Sul	39.837	68,4	541.766	71,2	13.599
São Paulo	8.910	15,3	99.359	13,0	11.151
Santa Catarina	5.286	9,1	74.547	9,8	14.103
Paraná	2.430	4,2	30.126	3,9	12.398
Pernambuco	692	1,2	10.014	1,3	14.471
Outros	1.077	1,8	6.326	0,8	5.874
TOTAL	58.234	100,0	762.138	100,0	13.088

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A contribuição dos principais estados na produção nacional ficou assim distribuída na safra 1987/88: Rio Grande do Sul, 71,2%; São Paulo, 13%; Santa Catarina, 9,8%; Paraná, 3,9% e Pernambuco, 1,3%.

Enquanto nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a maior parte da produção se destina à vinificação, nos estados do Paraná, São Paulo, Pernambuco e Bahia destina-se principalmente ao consumo "in natura".

A produção brasileira de vinhos em 1987 foi estimada em 247.719.627 litros. O estado do Rio Grande do Sul, com 90,2%, destaca-se como o principal produtor de vinhos a nível nacional. O estado de Santa Catarina ocupa a segunda posição, sendo responsável por 5,7% da produção. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná tiveram uma participação de 2,9%, 1,0% e 0,2%, respectivamente.

Na safra 1987/88, o estado de Santa Catarina, numa área colhida de 5.552 ha, produziu 77.781 t do produto, com um rendimento de 14.010 Kg/ha. As condições climáticas favoráveis ocorridas durante o ciclo da cultura permitiram um acréscimo de 47,3% em relação ao ano anterior ao da safra.

TABELA 2
UVA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.290	75.757	14.320
1981/82	5.080	80.565	15.859
1982/83	5.356	57.087	10.658
1983/84	5.630	72.532	12.883
1984/85	5.769	75.546	13.095
1985/86	4.286	59.931	13.889
1986/87	5.363	52.791	9.844
1987/88	5.562	77.781	14.010
1988/89(*)	5.431	76.057	14.004

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1980-85.

IBGE/GCEA-SC - Safras 1985/86 a 1988/89.

(*) Estimativas preliminares.

É interessante lembrar que a safra 1986/87 foi 12,7% inferior à safra 1985/86, devido, basicamente, à ocorrência de geadas em setembro e outubro de 1986.

A microrregião Colonial do Rio do Peixe, de acordo com os dados fornecidos pela Fundação IBGE relativos à safra 1987/88, é responsável por 62,9% da área colhida, concentra 70,4% da produção estadual e detém 87,7% da capacidade total de industrialização do estado. Na realidade, é a região em que a atividade apresenta a maior importância sócio-econômica do estado.

TABELA 3
UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88

MICRORREGIÃO	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO (Kg/ha)
	(ha)	(%)	(ton)	(%)	
Col de Blumenau	18	0,32	266	0,34	14.778
Col. Itajaí Norte	6	0,11	48	0,06	8.000
Col. Alto Itajaí	222	4,00	1.800	2,31	8.108
Col. Serrana Cat.	144	2,59	2.115	2,72	14.687
Carbonífera	302	5,44	3.899	5,02	12.911
Lit. Sul Cat.	1	0,02	8	0,01	8.000
Col. Sul Cat.	54	0,77	445	0,57	8.241
Campos Lages	5	0,09	125	0,16	25.000
Campos Curitibanos	125	2,25	1.118	1,44	8.944
Col. Rio do Peixe	3.490	62,86	54.755	70,40	15.689
Col. Oeste Cat.	1.085	19,54	12.315	15,83	11.350
Plan. Canoinhas	100	1,80	887	1,14	8.870
SANTA CATARINA	5.552	100,00	77.781	100,00	14.010

FONTE: Fundação IBGE.

Destacam-se, nesta microrregião, os municípios de Videira, Pinheiro Preto, Tangará e Caçador, responsáveis, respectivamente, por 42,6%, 15,4%, 14,6% e 12,5% da produção.

TABELA 4
UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO, DA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1987/88

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
Água Doce	16	136	8.500
Arroio Trinta	30	360	12.000
Caçador	489	6.846	14.000
Catanduvas	8	69	8.700
Concórdia	73	1.022	14.000
Herval Velho	14	110	10.000
Fraiburgo	128	2.582	20.000
Herval do Oeste	25	375	15.000
Ibicaré	11	220	20.000
Jabotá	31	124	4.000
Joaçaba	25	375	15.000
Lacerdópolis	14	140	9.996
Pinheiro Preto	422	8.440	20.000
Rio das Antas	200	2.000	10.000
Salto Veloso	45	585	13.000
Tangará	553	7.986	14.443
Treze Tílias	9	81	9.000
Videira	1.400	23.324	16.680
TOTAL	3.490	54.755	15.689

FONTE: Fundação IBGE.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense ocupa o segundo lugar, em termos de área colhida e produção. Tal produção destina-se principalmente ao consumo "in natura" e, os excedentes, à vinificação, para atender à demanda das propriedades rurais. Não existe na região uma ação de fomento e/ou de estímulo por parte do Serviço de Extensão Rural.

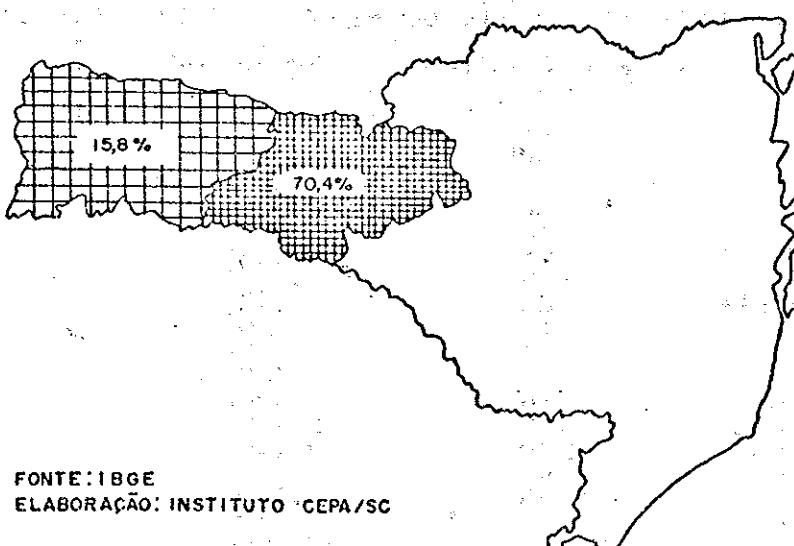
A microrregião Carbonífera aparece em terceira posição, respondendo por 7,2% da produção estadual. Nessa microrregião destacam-se, pelo volume de produção, os municípios de Pedras Grandes e Urussanga.

TABELA 5
UVA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO,
DA MICRORREGIÃO CARBONÍFERA - SAFRAS 1986/87

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
Armazém	4	120	30.000
Criciúma	5	100	20.000
Lauro Müller	18	450	25.000
Morro da Fumaça	6	60	10.000
Orleans	16	120	7.500
Pedras Grandes	102	1.166	11.432
Rio Fortuna	7	56	8.000
São Martinho	15	360	24.000
Siderópolis	9	67	7.500
Treze de Maio	10	300	30.000
Urussanga	110	1.100	10.000
TOTAL	302	3.899	12.910

FONTE: Fundação IBGE.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM SANTA CATARINA — 1987/88



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. INDUSTRIALIZAÇÃO

Do volume total de produção, o Serviço de Inspeção de Produto Vegetal registrou, em 1988, que 27.460.763 Kg de uva (48,0% a mais que no ano anterior) foram destinados à industrialização no estado, sendo 3,5% de uva vinífera e 96,5% de uvas comuns, conforme se observa na tabela a seguir:

TABELA 6

UVA - QUANTIDADE INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO
- SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

	I SAFRA 1986/87	I SAFRA 1987/88
Uva tinta comum	12.907.063	19.454.147
Uva tinta vinífera	779.171	653.414
Uva branca comum	4.486.264	7.045.882
Uva branca	377.030	307.320
Uva rosada comum	-	-
TOTAL	18.549.528	27.460.763

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

No que se refere às uvas viníferas, as principais dificuldades têm ocorrido na fase de comercialização. Os produtores ficam na dependência das poucas indústrias que têm condições de industrializar o produto. Em verdade, a sua industrialização exige um processo tecnológico diferente do usual. Para tal, seriam necessários novos investimentos por parte das cantinas, encarecendo o produto e tornando-o ainda menos acessível aos consumidores dos vinhos produzidos na região.

De acordo com a fonte anteriormente citada, a indústria produziu 19.124.501 litros de vinho, 1.298.158 litros de suco de uva integral e 32.471 Kg de concentrado de suco de uva.

TABELA 7
**VINHO - VOLUME PRODUZIDO POR TIPO, NAS REGIÕES
 VINICOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA
 CATARINA - 1978-87**

(1.000 l)

ANO	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460
1985	6.423	17.206	733	24.362
1986	5.066	13.462	960	19.488
1987	4.207	14.304	614	19.125

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

Com referência à localização das cantinas, verifica-se que as microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Carbonífera detêm, respectivamente, 87,7% e 12,3% da capacidade de industrialização.

TABELA 8
UVA - CAPACIDADE DE ESTOQUEM DAS CANTINAS POR MICRORREGIÃO
SANTA CATARINA - 1988

MICRORREGIÃO	PIPA DE MADEIRA	PIPA DE FIBRA	PIPA MÉTALICA	PILETA DE CONCRETO	PIPA DE TIJOLO ARMADO	TOTAL
Colonial do Rio do Peixe	18.495.278	111.400	10.214.610	15.719.175	-	44.540.463
Carbonífera	1.859.904	-	383.100	-	3.978.450	6.221.454
TOTAL	20.355.182	111.400	10.597.710	15.719.175	3.978.450	50.761.917

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Levantamento realizado na safra 1987/88, pela Coordenadoria de Fruticultura da EMATER/ACARESC junto aos 606 agricultores assistidos pelo Serviço de Extensão Rural na microrregião Colonial do Rio do Peixe mostra o seguinte destino da produção: venda para consumo "in natura", 23,1%; venda para consumo industrial, 73,9%; uso na propriedade, 0,8%; perdas, 2,2%. As vendas para o consumo "in natura" e para o consumo industrial representaram, respectivamente, 31,7% e 67,6% do valor total da produção dos agricultores pesquisados.

Tal amostragem é significativa, uma vez que, de acordo com as informações censitárias de 1980, apenas 1.681 agricultores produziam para o mercado. É interessante observar na tabela 9 que o preço médio auferido pela uva para consumo "in natura" foi 50,0% superior aos preços obtidos pela uva para consumo industrial. Apresenta, ainda, a vantagem de ser paga a vista pelos compradores. Em face desses pontos (pagamento a vista e preço melhor), a uva destinada à venda para o consumo "in natura" vem crescendo em participação.

TABELA 9
DESTINO DA PRODUÇÃO, NÚMERO DE AGRICULTORES PESQUISADOS, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL - MRH COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1987/88

UTILIZAÇÃO DO PRODUTO	NO DE PRODUTORES	%	QTIDADE (t)	%	PREÇO MÉDIO (Cz\$/Kg)	VALOR TOTAL (Cz\$ 1000)	%
Consumo "in natura"	286	47,2	4.876,51	23,1	16,04	78.246	31,7
Consumo industrial	509	84,0	15.606,04	73,9	10,69	166.924	67,6
Total comercializado	-	-	20.482,55	97,0	-	245.170	99,3
Uso na propriedade	85	14,0	167,55	0,8	10,10	1.692	0,7
Perdas	26	4,3	473,80	2,2	-	-	-

FONTE: Coordenadoria de Fruticultura da EMATER-SC/ACARESC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A uva produzida no município de Caçador destina-se principalmente à comercialização "in natura". Tal comercialização é feita por atacadistas e pela cooperativa local nos centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A cooperativa não compra a uva do produtor. Recebe-a em condicional, realiza a venda do produto, deduz as despesas decorrentes e repassa o resultado da operação ao associado. Cerca de 80% da produção dos associados é vendida "in natura", sendo que os 20% restantes são industrializados em cantina própria. A venda da uva nos mercados mais próximos é realizada por pequenos comerciantes, ou mesmo agricultores, que transportam o produto em veículos médios (caminhonetas e pequenos caminhões).

Na região sul do estado, cerca de 40% da produção regional destina-se ao consumo "in natura", sendo que 85% da

uva industrializada é oriunda do vizinho estado do Rio Grande do Sul.

5. PERSPECTIVAS PARA A ATUAL SAFRA (1988/89)

Os preços praticados na safra passada, de uma maneira geral, estiveram de acordo com o estabelecido pela Companhia de Financiamento da Produção, ou um pouco acima, ou seja, em CZ\$ 9,70 por quilo para fevereiro/88, corrigidos de acordo com as variações da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) de março até a data do pagamento. Persistem, da última safra, os empréstimos do governo federal (EGF) realizados pelas cantinas para possibilitar a compra da safra. Tais empréstimos, de acordo com a CFP, deverão ser saldados mediante a aplicação de um redutor, objetivando facilitar o pagamento dessas dívidas. De parte das cantinas, o interesse é no sentido de quitar tais empréstimos com a entrega do produto à CFP, transformando-os em aquisição do governo federal (AGF).

Para a safra 1988/89 (atual) está prevista uma produção considerada normal, de 76.057 t, igual à da safra anterior.

O preço mínimo para a uva, proposto pela Companhia de Financiamento da Produção após reuniões com as partes interessadas, produtores e indústria, e definido pelo governo federal, ficou, para as uvas comuns superiores com 15 graus GL, em CZ\$ 75,00 para fevereiro/89, devendo ser corrigido mensalmente conforme a variação da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) até junho de 1989.

O preço reivindicado pelos produtores, com base em levantamento dos custos de produção feito pela comissão interestadual de produtores de uva, que engloba os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios produtores, com a colaboração das Federações dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (FETAG) e de Santa Catarina (FETAESC) foi de 95,03/Kg de uva comum com base em novembro de 1988.

Informações colhidas junto às fontes produtoras indicam que a ocorrência de chuvas em abundância na fase de colheita

prejudicou tanto a quantidade como a qualidade do produto na atual safra 1988/89.

De parte do governo federal, verifica-se o interesse em intervir menos no processo de comercialização, especialmente devido ao grande volume de vinho em poder da Companhia de Financiamento da Produção (deverá transformar em álcool viníco os vinhos de qualidade inferior) e à escassez de recursos do Tesouro Nacional.

De parte do setor industrial, não deverão ocorrer problemas de espaço nas cantinas para colocar o produto adquirido. A preocupação principal gira em torno da falta de capital de giro para aquisição do produto.

Parece claro para os produtores e suas lideranças que esta será uma safra com dificuldades para comercializar o produto por um preço razoável. Técnicos ligados à EMATER-SC/ACARESC entendem que existe potencial, embora limitado, para a venda do produto "in natura", exigindo, no entanto, uma melhor estruturação dessa modalidade de comercialização por parte dos produtores e das cooperativas.

É evidente, no entanto, que o consumo tanto de vinhos como de uva "in natura" vem sendo inviabilizado pela deterioração do poder aquisitivo da população.

De outra parte, a remoção, a médio prazo, de todos os obstáculos (tarifários e não-tarifários) ao comércio de bens e serviços entre o Brasil e a Argentina, decorrente dos acordos e protocolos assinados recentemente entre os dois países, deverá afetar a comercialização do vinho catarinense, uma vez que os vinhos constam do protocolo de integração da indústria de alimentos.

2.16 PRODUÇÃO FLORESTAL

1. INTERNACIONAL

Em 1986, o mercado mundial de produtos florestais seguiu, em linhas gerais, a tendência expansionista que vem se registrando pelo menos desde o começo da década. Contribuiram determinantemente para tal, de um lado, o forte impulso da indústria da construção dos Estados Unidos, Canadá e Japão e, de outro lado, o grande aumento da demanda europeia de pasta de papel.

O que vale para o todo, com exceções, vale para suas partes. Nesse sentido, os principais produtos e agregados de produtos componentes da atividade econômica florestal evoluíram na mesma direção, variando apenas seu ritmo. É o que demonstram as informações estatísticas disponíveis.

A produção mundial de madeira bruta, por exemplo, elevou-se, no período 1980-86, em cerca de 11%, passando de 2.926,5 para 3.252,4 milhões de m³. Sua taxa média anual de crescimento foi de 1,77%, mas a dos dois últimos anos foi-lhe nitidamente superior (2,8%) (tabela 1).

Por sua vez, os dois subitens que compõem esse agregado de produtos, a madeira bruta para fins industriais e a lenha e carvão vegetal, variaram em direções distintas. Este último, em 1986, mostrou menor aceleração de sua taxa de crescimento (2,0%) em relação à média anual do período considerado (2,16%) - ambas, porém, maiores que a média anual do item madeira bruta. Já o oposto ocorreu com a produção do primeiro subitem, cujo crescimento foi muito mais acentuado no ano mencionado (3,7%) do que no período como um todo (1,37%), quando, aliás, teve um incremento inferior ao do item que o engloba (tabela 1).

Os outros quatro grandes itens da produção florestal apresentaram uma evolução de mesmo sentido que o da madeira bruta industrial. Ou seja, seu crescimento anual em 1986 superou em muito a taxa média do período (tabela 1).

Dessa forma, esses produtos florestais que agregam maior valor, no ano de 1986 tiveram suas taxas de crescimento duplicadas em relação à média do período (tabela 1).

De outra parte, as variações de preços desses mesmos itens e subitens da produção florestal acompanharam a performance produtiva. De fato, em 1986, afora as exportações de lenha e carvão vegetal, os demais produtos e agregados de produtos florestais exibiram valores comerciais em patamares substancialmente superiores aos da média anual do período. Essa recuperação, no entanto, não foi suficiente para alcançar os níveis do começo da década - a não ser para as importações de lenha e carvão vegetal e as transações de laminados de madeira que os superou ligeiramente, e para a comercialização de papelão que os ultrapassou fortemente (tabela 2).

Além do mais, é preciso por em relevo o direcionamento das operações de comércio internacional de madeiras aos seus produtos manufaturados, ou seja, aos laminados de madeira, a pasta para papel e papel e o papelão (tabela 3).

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL - 1980-86

ITENS	QUANTIDADE PRODUZIDA							TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1980-1986	1986/85	
	(Em milhões de metros cúbicos)							Total	Média Anual	
1. Madeira Bruta	2.926,5	2.931,4	2.926,4	3.037,7	3.125,8	3.164,4	3.252,4	11,1	1,77	2,8
1.1. Madeira Bruta										
Industrial	1.450,5	1.413,1	1.374,7	1.457,4	1.512,6	1.518,4	1.573,9	8,5	1,37	3,7
1.2. Lenha e Carvão										
Vegetal	1.476,0	1.518,3	1.551,7	1.580,3	1.613,6	1.645,9	1.678,4	13,7	2,16	2,0
2. Madeira Serrada e Travessas	450,9	430,0	422,9	441,3	460,8	465,4	474,7	5,3	6,86	2,0
3. Laminados de Madeira	101,1	100,3	96,3	105,5	108,8	112,2	119,2	17,9	2,78	6,2
	(Em milhões de toneladas)									
4. Pasta para Papel	125,8	125,2	119,6	128,3	135,7	135,4	140,5	11,7	1,86	3,8
5. Papel e Papelão	169,7	179,4	166,7	177,1	189,8	192,4	201,6	18,0	2,91	4,8

FONTE: FAO - Anuario de Productos Forestales, 1986.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DO VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-86

ITENS	VALOR (EM \$ MILHÕES EUA)					TAXA DE VARIAÇÃO (%)			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total	Média Anual
1. Madeira Bruta									
• Importações	12.438,2	8.993,9	8.533,5	8.016,4	7.980,3	7.574,0	8.033,8	-35,4	-7,03
• Exportações	8.702,9	6.646,8	6.228,6	5.890,4	5.391,7	5.474,7	5.790,7	-33,9	-6,67
1.1. Madeira Bruta Industrial									
• Importações	12.315,7	8.889,2	8.433,7	7.913,4	7.863,8	7.458,1	7.944,6	-35,8	-7,12
• Exportações	8.668,3	6.571,3	6.209,7	5.819,9	5.323,7	5.413,0	5.733,0	-33,9	-6,66
1.2. Lenha e Carvão Vegetal									
• Importações	122,5	104,8	99,8	103,3	116,6	115,9	129,2	5,5	8,89
• Exportações	94,5	75,5	68,9	79,4	68,0	61,8	57,6	-39,0	-7,92
2. Madeira Serrada e Travesseiros									
• Importações	13.889,5	11.399,4	11.034,2	11.743,8	11.514,9	11.277,2	12.627,8	-9,6	-1,67
• Exportações	12.344,4	10.259,9	9.401,5	10.836,8	10.610,7	10.117,3	11.386,4	-7,8	-1,34
3. Laminares de Madeira									
• Importações	5.237,3	5.134,1	4.576,9	4.744,2	4.655,5	4.629,4	5.553,0	6,0	9,98
• Exportações	5.160,5	4.922,2	4.326,7	4.653,4	4.513,0	4.505,3	5.368,4	4,0	8,66
4. Pasta para Papel									
• Importações	9.777,1	9.607,5	8.451,0	8.072,1	9.339,7	8.424,9	9.482,1	-3,0	-0,51
• Exportações	9.543,5	9.228,8	7.772,8	7.658,2	9.066,7	7.837,3	9.049,3	-5,2	-0,88
5. Papel e Papelão									
• Importações	20.846,5	21.007,3	21.643,8	20.881,4	22.315,3	23.454,9	28.378,4	36,1	5,27
• Exportações	20.447,1	20.044,3	18.731,9	18.524,5	20.721,4	21.571,6	25.819,3	28,6	4,31

FONTE: FAO - Anuario de Productos Forestales, 1986.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DO VOLUME GLOBAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FORESTALIS - 1980-86

ITENS	VOLUME FÍSICO COMERCIALIZADO						TAXA DE VARIAÇÃO (%)	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1980-86	1986/85
1. Madeira Bruta								
(Em milhões de metros cúbicos)								
• Importações	121,9	107,1	102,6	108,3	111,2	112,6	114,6	-5,3 -6,9% 1,8
• Exportações	117,9	106,2	99,9	101,6	103,3	106,1	105,9	-9,5 -1,6% -0,2
1.1. Madeira Bruta Industrial								
• Importações	3,1	2,5	3,1	3,5	3,9	4,1	4,1	32,3 4,7% 9,0
• Exportações	2,8	2,2	2,4	2,8	2,7	2,4	2,1	-25,0 -4,6% -12,5
1.2. Lenha e Carvão Vegetal								
• Importações	117,9	104,6	97,4	104,8	107,3	108,6	110,6	-6,2 -1,8% 1,8
• Exportações	114,2	97,9	96,6	98,2	100,6	103,7	103,9	-9,1 -1,5% 0,1
2. Madeira Serrada e Travessas								
• Importações	77,1	70,6	71,2	80,3	83,5	85,9	87,5	13,5 2,13 1,9
• Exportações	79,6	72,5	73,1	83,8	86,1	86,6	87,9	9,3 1,49 1,2
3. Laminados de Madeira								
• Importações	15,7	16,6	15,5	16,9	17,9	18,9	20,7	31,8 4,72 9,5
• Exportações	16,3	16,8	15,4	17,4	18,2	19,1	20,5	25,8 3,89 7,3
4. Pasta para Papel								
• Importações	20,6	19,5	18,2	20,5	21,3	21,6	23,0	11,7 1,85 6,5
• Exportações	21,2	20,2	18,5	21,1	21,5	21,8	23,3	9,9 1,59 6,9
5. Papel e Papelaria								
• Importações	33,6	34,0	33,6	35,5	39,2	40,3	43,6	29,8 4,44 8,2
• Exportações	35,9	35,4	33,7	36,8	39,9	40,9	43,4	24,8 3,65 6,1

FONTE: FAO - Anuário de Productos Forestales, 1986.

2. NACIONAL

O Brasil segue mantendo-se entre os mais importantes produtores e exportadores de produtos florestais. A produção, em quantidade, de madeira bruta no período 1980-86 elevou-se em 12%, com crescimento médio anual de 1,92%. Conservou-se, no período, na faixa de 7% da produção mundial. Em 1986, porém, apresentou uma taxa de crescimento inferior à da média anual do período.

O contrário aconteceu com a produção de papel e papelão, que se situou em torno dos 2,0% da produção universal, e viu sua taxa de crescimento, nesse último ano, exceder em quase três vezes a média de todo o período.

Os demais itens da produção florestal brasileira percorreram caminho similar ao da madeira bruta mas, de modo geral, mantendo em termos equivalentes sua participação no mercado mundial (tabela 4).

Entretanto, a posição do conjunto desses produtos no mercado internacional ainda permaneceu, no período considerado, com muito pouca significância. Com efeito, as importações brasileiras viram oscilar sua participação, no mercado importador mundial, de 0,6% a 0,3% e as exportações, de 2,0% a 1,5%, ambas no mesmo período (tabela 5). Entre seus principais produtos e agregados de produtos, as exportações de papel e papelão (de 0,8% a 1,3%), de laminados de madeira (de 2,4% a 3,1%) e a de pasta para papel (de 3,6% a 4,4%) foram as de maior representatividade entre 1980 e 1986 (tabela 6).

TABELA 4
PRODUÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980-86

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA							
	Em bilhões de metros cúbicos				Em bilhões de toneladas			
	Madeira Bruta	Madeira Bruta Industrial	Lenha e Carvão Vegetal	Madeira Serrada e travessas	Laminados de Madeira	Pasta para Papel	Papel	Papelão
1980	212,1	61,7	158,4	14,9	2,5	3,1	3,4	
1981	215,1	61,2	153,9	15,9	2,6	3,0	3,1	
1982	220,1	62,7	157,4	16,5	2,4	3,3	3,3	
1983	225,4	64,4	160,9	17,2	2,5	3,4	3,4	
1984	230,4	65,9	164,5	17,2	2,5*	3,4	3,8	
1985	234,1	66,0	168,1	17,8	2,5*	3,7	4,0	
1986	237,8	66,1	171,6	18,1	2,5	3,8	4,5	
TAXA DE VARIAÇÃO (%)								
1980-86								
Total	12,1	7,1	14,1	21,5	-0,0	22,6	32,4	
Média Anual	1,92	1,45	2,22	3,3	0,0	3,45	4,78	
1986	1,6	0,2	2,1	1,7	0,0	2,7	12,5	
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%)								
1980	7,25	4,25	10,19	3,30	2,47	2,46	2,60	
1981	7,34	4,33	10,14	3,70	2,59	2,40	1,82	
1982	7,52	4,56	11,45	3,90	2,49	2,76	2,00	
1983	7,42	4,42	10,18	3,90	2,37	2,65	1,92	
1984	7,37	4,36	10,22	3,73	2,30	2,51	2,60	
1985	7,40	4,35	10,21	3,82	2,23	2,73	2,68	
1986	7,31	4,29	10,22	3,81	2,81	2,79	2,23	

FONTE: Anuario de Productos Forestales- FAO, 1986.
* Estimativa

TABELA 5
EVOLUÇÃO DO VALOR DO COMÉRCIO MUNDIAL E BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-86

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM \$ MILHÕES EUA)							TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
								1980-86		1986/85
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total	Média	Anual
Rússia										
Importações	62.268,58	56.139,20	54.239,44	52.657,90	55.805,82	55.560,42	64.075,20	2,9	0,48	15,3
Exportações	55.858,34	51.151,97	46.511,50	47.603,36	50.301,52	49.506,16	57.414,14	2,8	0,46	16,0
Brasil										
Importações	274,16	282,09	298,75	161,25	174,66	140,39	204,54	-25,4.	-4,77	37,8
Exportações	864,59	944,32	695,38	822,63	1.027,68	880,62	936,35	8,3	1,34	17,0

Participação do Brasil (%)

Importações	0,44	0,50	0,55	0,31	0,31	0,27	0,32
Exportações	1,55	1,85	1,50	1,73	2,04	1,62	1,63

FONTE: FAO - Anuario de Productos Forestales, 1986.

TABELA 6
VALOR DO COMÉRCIO NACIONAL DOS PRINCIPAIS ITENS DA PRODUÇÃO FLORESTAL, E SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL - 1980-86

ITENS	VALOR (EM \$ MILHÕES EUA)					TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total Média Anual
1. Madeira Bruta								
• Importações	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00*	7,42	7,4 1,19 -7,3
• Exportações	3,47	2,37	1,65	1,89	2,44	2,23	1,11	-63,8 -15,64 -50,2
1.1. Madeira Bruta Industrial								
• Importações	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00*	7,42	7,4 1,19 -7,3
• Exportações	1,49	1,38	1,37	0,91	2,04	2,23	1,11	-25,5 -4,78 -50,2
1.2. Lenha e Carvão Vegetal								
• Importações	-	-	-	-	-	-	-	-
• Exportações	1,58	1,61	0,28	0,98	-	-	-	-
2. Madeira Serrada e Travessas								
• Importações	24,39	17,66	12,87	8,50	10,30	12,80	17,80	-39,0 -5,78 32,4
• Exportações	0,81	0,74	0,52	0,57	0,53	0,40	0,46	-43,2 -9,0 -6,4
3. Lançados de Madeira								
• Importações	16,1	12,57	10,70	7,09	6,59	6,11	7,29	-48,3 -10,4 3,0
• Exportações	120,98	141,18	104,94	122,15	140,97	135,98	146,92	16,8 2,63 7,4
4. Pasta para Papel								
• Importações	37,76	21,48	9,35	5,84	11,24	12,18	17,89	-52,6 -31,71 46,9
• Exportações	364,21	345,53	278,50	310,74	393,41	278,04	322,70	-11,4 -2,40 16,1
5. Papel e Papelão								
• Importações	191,09	223,89	259,22	133,18	130,50	169,25	154,96	-10,9 -3,43 41,8
• Exportações	168,86	221,83	176,13	208,43	345,56	262,59	346,81	115,6 13,46 32,1

(Continua)

(conclusão)

ITENS	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL (%)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. Madeira Bruta							
. Importações	0,06	0,07	0,08	0,08	0,10	0,11	0,09
. Exportações	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,02
1.1. Madeira Bruta Industrial							
. Importações	0,06	0,10	0,08	0,08	0,10	0,11	0,09
. Exportações	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	0,04	0,02
1.2. Lenha e Carvão Vegetal							
. Importações	-	-	-	-	-	-	-
. Exportações	1,67	1,34	0,41	1,37	-	-	-
2. Madeira Serrada e Travessas							
. Importações	0,17	0,15	0,01	0,07	0,09	0,11	0,13
. Exportações	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	-
3. Laminados de Madeira							
. Importações	0,27	0,24	0,23	0,15	0,14	0,13	0,13
. Exportações	2,42	2,87	2,43	2,62	3,10	3,02	2,72
4. Pasta para Papel							
. Importações	0,39	0,22	0,11	0,07	0,12	0,14	0,19
. Exportações	3,82	3,94	3,58	4,04	4,38	3,55	3,56
5. Papel e Papelão							
. Importações	0,92	1,07	1,20	0,66	0,62	0,46	0,55
. Exportações	0,80	1,12	0,91	1,13	1,67	1,22	1,34

FONTE: FAO - Anuario de Productos Florestales, 1986.

No mesmo período também foi observada evolução no valor das transações comerciais brasileiras. Sem dúvida, participação mais expressiva aconteceu através de seus produtos manufaturados, pois:

- as exportações de laminados de madeira e de papel e papelão cresceram, respectivamente, 2,6% e 13,7%, e suas importações mostraram-se decrescentes, apesar do revigoramento em 1986;
- as exportações de madeira bruta sofreram acentuada queda (-15,6%), especialmente em 1986 (-50,2%), e suas importações cresceram muito modestamente (1,2%).

Além do mais, cumpre destacar tanto a continuada ausência do item lenha e carvão vegetal da pauta de negociações do país, como a ascensão, em 1986, à liderança nacional das exportações de papel e papelão, posição até então ocupada pelo item pasta para papel.

Porém, a produção florestal brasileira teve, desde começos de 1986, sua dinâmica interna alterada pela edição do Plano Cruzado I. A forte demanda dele resultante logo fez aflorar dificuldades de suprimento. Estas tiveram em suas origens a escassez de matéria-prima, uma vez que, em primeiro lugar, o segmento atacadista não dispunha de estoques em volume suficiente. Em segundo lugar, o governo federal estimulou a exportação de toras ao levantar parcialmente, a partir de 1983, a proibição genérica antes interposta. E, finalmente, em terceiro lugar, verificou-se na região amazônica o prolongamento da estação chuvosa, impossibilitando a extração madeireira. Em consequência, os custos da madeira bruta aumentaram 150% (1) durante o ano.

Há que se agregar, ainda, o fato da escassez de matéria-prima florestal nas macrorregiões Sudoeste e Sul, em alguns estados já beirando a exaustão - o que contribui fortemente para instabilizar sua produção industrial.

(1) INFOC MADEIREIRO. Brasília, IBDF, v.5, n.48, jan./fev.1987.

Em 1987, até outubro, o valor das exportações subiu 13% em relação a igual período do ano imediatamente anterior, enquanto seu volume tenha decrescido em cerca de 9%. Da pauta de exportações, a pasta química de madeira retomou a liderança, elevando-se 15% acima do valor das exportações dos dez primeiros meses de 1986, enquanto o item papel para imprimir ou escrever desceu 7% (2).

A produção nacional, porém, estimada para este ano em 64 milhões de m³, vem-se tornando cada vez mais insuficiente para suprir a demanda interna - calculada em 267 milhões de m³. Tão forte pressão sobre as matas nativas tem levado ao desmatamento de cerca de 6 milhões de hectares ao ano (3). Porquanto se tenham retraído os níveis de consumo interno no transcorrer de 1987, continua a pairar sobre o setor a ameaça cada vez mais presente de carência de matéria-prima básica. De fato, o comprometimento da capacidade de reposição de matas já é saliente, com indícios, por exemplo, de inversão num prazo nada distante, da histórica auto-suficiência do país em carvão vegetal.

TABELA 7
PRODUÇÃO FLORESTAL DO BRASIL E DE SANTA CATARINA - 1986

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA			VALOR		
	Brasil	Santa Catarina	Em 1000 t	Brasil	Santa Catarina	Em Cr\$ 1.000.000,00
Erva Mate Canchada	121,9	43,5	35,7	1.239,9	401,0	32,3
Palmito	131,0	0,9	0,7	110,2	11,3	10,3
Pinhão	4,8	1,2	25,0	21,0	4,8	22,9
Carvão Vegetal	5.375,4	133,3	2,5	7.779,4	182,1	2,3
 Em 1000 m ³						
Lenha	172.540,4	11.019,6	6,4	6.463,1	416,6	6,4
Madeira Bruta	85.353,9	8.211,7	9,6	25.779,4	2.813,5	10,9

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1987.

(2) INFOC MADEIREIRO. Brasília, IBDF, v.6, n.57, jun.1988.

(3) INFOC MADEIREIRO. Brasília, IBDF, v.5, n.52, set./out.1987.

TABELA 8
PRODUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE ITENS DA PRODUÇÃO
FLORESTAL DE SANTA CATARINA - 1986/87

(Em 1.000 m³)

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA		VARIAÇÃO (%)
	1986	1987	
Madeira Serrada	3.595,7	2.125,2	-40,9
Madeira Laminada	111,9	126,1	12,7
Papel e Celulose	278,5	280,9	0,9

FONTE: Fundação IBGE.

3. SANTA CATARINA

A diversificada produção florestal catarinense, "pela importância que tem a nível nacional (tabela 7), encontra-se profundamente marcada pela instabilidade do mercado setorial. As oscilações desse mercado têm, em suas raízes:

- 1) o atual estágio de exiguidade de suas matérias-primas básicas;
- 2) a alta sistemática dos preços dos insumos e matérias-primas;
- 3) as dificuldades econômico-financeiras dos consumidores de produtos finais, quer sejam estes as indústrias da construção civil ou as pessoas físicas;
- 4) a perturbação da atividade exportadora face às ameaças e/ou medidas de retaliação econômica do governo dos EUA contra produtos brasileiros, florestais inclusive; e, por último,
- 5) a inconsistência e os desacertos das medidas econômicas governamentais.

Santa Catarina não teria como fugir à regra, apesar de ainda possuir uma das maiores reservas nativas fora da região amazônica, assim como um estoque de "pinus" bastante superior

aos níveis atuais de consumo (48,2 milhões de m³ para 1,4 milhão de m³, respectivamente) (4). O alcance do limiar de exaustão da fonte de madeiras tropicais também neste estado vem repercutindo desfavoravelmente nos custos de produção, elevados mais acentuadamente nos itens extração e transporte de matérias-primas. Além disso, a eliminação dos FISET não teve a compensá-la qualquer medida de apoio à reposição de matas.

Isto, porém, de maneira alguma significou uniformização da crise por todos os segmentos do setor florestal, nem mesmo pelo biênio assinalado. De fato, o mercado de produtos florestais apresentou, de uma parte, maior intensidade de retração entre o 2º semestre de 1986 e o 1º do 1987. De outra parte, evidenciou uma discrepância de comportamento entre vários dos itens até aqui considerados. Tanto assim é que, por exemplo, enquanto as produções de madeira laminada e de papel e celulose cresceram entre os dois anos mencionados (em 13% e 3%, respectivamente), as de madeira serrada e lenha e carvão vegetal diminuíram 41% (tabela 8) e 32% (5). Finalizando, não se pode deixar de mencionar as acentuadas dificuldades vividas pelo setor moveleiro em 1987, o qual, a nível nacional, conheceu uma redução de demanda de quase 50% (6) em relação a 1986.

(4) BRASIL. Ministério da Agricultura. Proposta de utilização energética de florestas e resíduos agrícolas. Brasília, 1984. p.108.

(5) INFOC MADEIREIRO. Brasília, IBDF, v.5, n.53, nov./dez.1987.

(6) INFOC MADEIREIRO. Brasília, IBDF, v.6, n.54, jan./fev.1988.

DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

3.1 AVES

1. A PRODUÇÃO MUNDIAL CRESCE DENTRO DO ESPERADO

A produção mundial de carne de frangos continuou crescendo, mantendo uma característica observada nos anos recentes. As estimativas divulgadas pelo Departamento de Agricultura do USDA indicaram uma expansão de 3,1% em 1988 e uma previsão de 2,8% em 1989. A exceção do Brasil, México, Romênia e Formosa, todos os demais países produtores apresentaram aumentos em 1988, destacando-se uma expansão de 4,1% nos EUA e de 4,1% na CEE. A persistência desses crescimentos anuais tem como pano de fundo os aumentos de demanda, principalmente a partir do deslocamento de consumidores das outras carnes para o frango, atraídos pelos preços mais atrativos e pelas campanhas mundiais a favor das carnes brancas.

TABELA 1
CARNE DE AVES - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO
DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORES - 1984-89
(mil t)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	84	85	86	87	88(1) (a)	89(2) (b)	VAR. (b/a)	PART.% 89
USA		7427	7865	8262	9105	9475	9820	3,64	31,61
Canadá		559	608	628	646	663	695	4,83	2,24
México		646	627	590	515	443	404	-8,80	1,30
Brasil		1356	1501	1617	1970	1947	1960	-0,71	6,26
Venezuela		360	363	366	413	448	458	2,23	1,47
CEE		5210	5301	5413	5712	5953	6008	0,92	19,34
USSR		2686	2816	2988	3126	3200	3300	3,13	10,62
Hungria		405	400	445	478	490	498	1,63	1,60
Romênia		485	450	455	425	390	430	10,26	1,38
Iraque		194	221	239	172	265	290	9,43	0,93
Africa do Sul		480	505	484	534	576	611	6,08	1,97
Japão		1309	1395	1421	1465	1480	1495	1,01	4,81
Formosa		351	345	384	400	380	390	2,63	1,26
Tailândia		375	393	431	464	478	510	6,49	1,64
Outros		3300	3417	3608	3899	4041	4215	4,31	13,57
TOTAL		25.143	26.207	27.341	29.314	30.229	31.090	2,74	100,00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa.

(2) Dados Preliminares.

2. A PRODUÇÃO CATARINENSE SE EXPANDE E A NACIONAL SOFRE LEVE RECUO

A produção nacional, em 1987, foi de aproximadamente 2,0 milhões de toneladas. A expansão de 21,8% ficou dentro das expectativas do setor, em razão dos incentivos recebidos pela atividade no segundo semestre de 1985 e ao longo de 1986, com o estímulo via incremento do consumo proporcionado pelo chamado plano cruzado. As dificuldades de escoamento da produção, a oferta superior à demanda aparente (consumo interno mais exportações) e a relação custo/benefício desfavorável para avicultores e industriais indicavam um recuo na produção em 1988. Apesar dos esforços dos empresários em diminuir a oferta interna de frangos a níveis mais baixos, as intenções não passaram muito além das propostas. Com as estruturas produtivas preparadas para atingir um volume calculado em 2,3 milhões de toneladas, tornou-se impossível gerir os diferentes segmentos, no sentido de forçar uma rápida adequação da oferta à dimensão do mercado. As acomodações deram-se de forma muito desordenada, com a produção expandindo-se no primeiro semestre do ano e caindo no segundo. Esse panorama permitiu que a oferta nacional de frangos se situasse em um volume estimado ao redor de 1,9 a 2,0 milhões de toneladas, pouco diferindo do ocorrido em 1987.

TABELA 2
CARNE DE AVES - PRODUÇÃO BRASILEIRA - 1983-88

MÊS	83	84	85	86	87 (a)	88 (b)	(mil t)	
							VAR.% (b/a)	
Jan	132,9	106,0	126,0	132,4	158,7	172,7	8,8	
Fev	125,9	102,0	123,2	128,6	167,1	162,2	-2,9	
Mar	122,4	102,4	123,6	130,8	164,9	152,2	-7,7	
Abr	114,2	98,6	116,6	121,2	144,1	149,3	3,6	
Mai	124,6	111,3	119,3	125,2	156,8	165,7	5,7	
Jun	125,0	113,2	116,6	127,6	154,6	160,5	3,8	
Jul	126,8	115,8	115,7	133,5	155,8	170,0	9,1	
Ago	125,9	115,3	131,5	131,5	159,4	161,1	1,0	
Set	126,8	118,1	121,5	142,6	168,2	161,1	-4,2	
Out	126,0	125,2	132,7	140,0	171,8	165,6	-3,2	
Nov	121,5	119,2	132,7	149,1	176,8	163,5	-8,9	
Dez	117,4	128,2	141,1	154,5	191,8	165,5	-14,0	
TOTAL	1489,4	1355,9	1500,6	1617,3	1969,7	1949,4	-1,1	

FONTE: APIINCO.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A avicultura catarinense apresentou, em 1988, um desempenho que superou as estimativas menos otimistas, pois teve um crescimento maior do que o verificado em 1987. Com uma

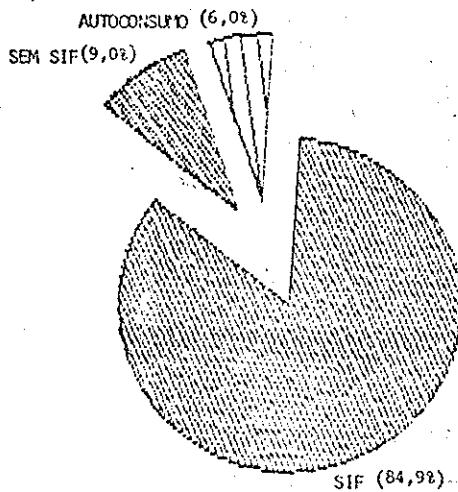
produção avaliada ao redor de 490,0 mil toneladas, deu continuidade ao processo de expansão através do amadurecimento e implantação de um novo grande projeto. Uma das formas de medir esse desempenho é fazendo uma avaliação do volume de aves abatidas. Os abates, avaliados em um volume superior a 343,0 milhões de unidades, acusaram uma expansão de 5,1%, indicando que a avicultura estadual continuou a manter a dianteira no cenário nacional, firmando-se como o primeiro produtor do país. Observou-se em 1988 um aumento da participação dos abates inspecionados sobre as demais formas. Isto ocorreu em consequência à dificuldade do pequeno abatedouro em concorrer no mercado, tanto na compra dos insumos como na venda do produto final. O autoconsumo nas propriedades agrícolas teve um leve decréscimo, pois o mercado, por longos períodos, ofertou o produto a preços inferiores aos dos custos de produção para consumo próprio.

TABELA 3
CARNE DE AVES - TOTAL DE ABATES EM SC (SIF, NÃO-SIF E AUTOCONSUMO)
- 1984-88

MES	84	85	86	87 (a)	88 (b)	VAR.% (b/a)
Jan	21798,2	24960,1	26861,1	28849,4	28710,9	-0,48
Fev	21647,8	24960,1	22893,7	25139,6	26369,1	4,89
Mar	22152,0	24960,1	26419,0	26900,5	28391,3	5,54
Abr	20716,0	24960,1	26799,3	26295,3	26413,1	0,45
Mai	23542,9	24960,1	26613,0	26650,0	28061,2	5,30
Jun	22544,2	24960,1	25154,0	26014,0	29552,7	13,60
Jul	22641,0	24960,1	26519,9	26632,3	28801,0	8,14
Ago	23720,2	24960,1	26732,9	26483,3	31456,2	18,78
Set	21176,4	24960,1	25950,8	27285,5	28917,6	5,98
Out	24495,0	24960,1	27697,0	27310,0	27726,1	1,52
Nov	23399,0	24960,1	27670,0	29536,0	29308,0	-0,86
Dez	23000,0	24960,1	28250,6	29684,2	29760,0	0,26
TOTAL	270832,7	299521,2	317471,3	326780,1	343459,2	5,10

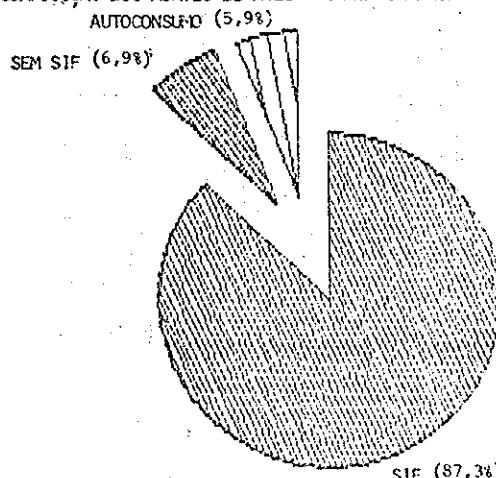
FONTE: MA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 1
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES - SANTA CATARINA - 1987



FONTE: MA/SERPA E INSTITUTO CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 2
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES - SANTA CATARINA - 1988



FONTE: MA/SERPA E INSTITUTO CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

3. MERCADO MUNDIAL ESTABILIZADO

Como era esperado, os negócios internacionais tiveram uma pequena queda em 1988, avaliada em 0,6%, indicando que os principais países importadores, à exceção do Japão, mantiveram suas políticas de auto-suficiência. Para 1989 é esperado um incremento da ordem de 2,1%, principalmente pela possibilidade de os países ricos e do Oriente Médio aumentarem as suas importações. As principais modificações que ocorreram em 1988 deram-se no sentido de troca de fornecedores, em função da capacidade do exportador em oferecer preços mais competitivos.

TABELA 4
CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1984-89

PAÍS	1984	1985	1986	1987	1988(1)		VAR.% (b/a)	PART.% 89
					(a)	(b)		
USA	209	211	276	363	337	326	-3,37	21,21
Brasil	281	274	226	216	220	230	4,35	14,96
CEE	365	346	342	384	390	395	1,27	25,70
Hungria	152	156	181	210	218	222	1,80	14,44
Romênia	47	48	60	110	100	110	9,09	7,16
Jugoslávia	25	29	13	17	17	18	5,56	1,17
Tailândia	44	49	76	96	95	100	5,00	6,51
Outros	108	120	1245	118	128	136	5,88	8,85
TOTAL	1261	1233	2419	1514	1505	1537	2,08	100,00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa.

(2) Dados Preliminares.

4. EXPORTAÇÕES RECUPERAM-SE LENTAMENTE

A forte concorrência mundial, originada nos elevados níveis de subsídios aos avicultores americanos e europeus, tem dificultado a participação brasileira no mercado externo. Parte, porém, das quedas verificadas nos anos de 86 e 87 foi influenciada pelo contingenciamento decretado pelo governo brasileiro. Em 1988, as exportações de frangos voltam a apresentar uma nítida tendência a se recompor. Chama a atenção a ampliação das vendas do produto espostejado e/ou em cortes selecionados, visando atender a clientes especiais. Essa mudança na apresentação do produto tem sustentado um preço médio mais alto, pois a exportação baseada apenas no frango inteiro determinaria uma queda maior no faturamento, já que o aumento da concorrência determinou um aviltamento nas cotações

internacionais. Apesar dessas dificuldades, as exportações brasileiras tiveram, em 1988, um crescimento ao redor de 5,0%. Com um aumento na participação, os exportadores catarinenses tiveram uma expansão de aproximadamente 10,6% no volume exportado.

TABELA 5
CARNE DE AVES - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS E CATARINENSES - 1980-88

ANO	EXP. BRA. (1)	VAL. FOB (2)	EXP. CAT. (1)	VAL. FOB (2)	PAR. SC (%)
1980	170.40	209.30	68.20	83.70	40.00
1981	290.00	350.90	100.20	121.20	35.00
1982	301.80	285.50	146.80	138.80	49.00
1983	289.30	242.15	167.60	140.30	57.00
1984	281.20	264.08	156.80	147.24	58.00
1985	270.00	235.20	145.20	127.05	54.00
1986	224.65	220.31	119.06	116.80	53.00
1987	213.76	211.79	112.89	111.60	52.93
1988	225.00	220.50	125.00	122.50	55.50

FONTE: ABEF.

(1) Mil toneladas.

(2) Milhões de Dólares.

5. A DEMANDA ABSORVEU A PRODUÇÃO OFERTADA

O mercado interno movimentou-se em estreita relação com as características do mercado das demais carnes. A menor oferta de carne suína e bovina, os baixos estoques oficiais de carne bovina e a expansão das exportações de carnes, em geral, constituíram-se nos principais fatores que facilitaram o escoamento da produção de frangos. Os estoques remanescentes de 1987 apenas contribuíram para que não houvesse solução de continuidade no abastecimento. A oferta, muito semelhante à de 1987, contribuiu para que o frango solidificasse sua posição frente ao consumo das demais carnes. No mercado catarinense houve um leve incremento no consumo, avaliado em 2,4%, revelando o deslocamento de consumidores atraídos pelos preços mais competitivos. A comercialização interestadual sofreu um moderado decréscimo, avaliado em -2,1%, compensado pelo aumento das exportações e do consumo estadual.

TABELA 6
CARNE DE AVES - OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS E CATARINENSES
1985 A 1988

SITUAÇÃO	(mil t)								
	BRASIL				SANTA CATARINA				
	85	86	87	88	85	86	87	88	
Estoque Inic.					42				2
Produção	1483	1617	1970	1950	415	450	477	490	
Suprimento int.			1970	1992			477	492	
Exportação	270	220	214	225	145	119	113	125	
Cons. Nacional	1213	1397	1714	1752	270	331	234	229	
Cons. Regional					112	123	125	128	
Kg/Per Cápita	9	10	12	12	27	29	28	28	
Estoque Final				42	15			2	10

FONTE: APINCO, Instituto CEPA/SC, CFP e IBGE.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

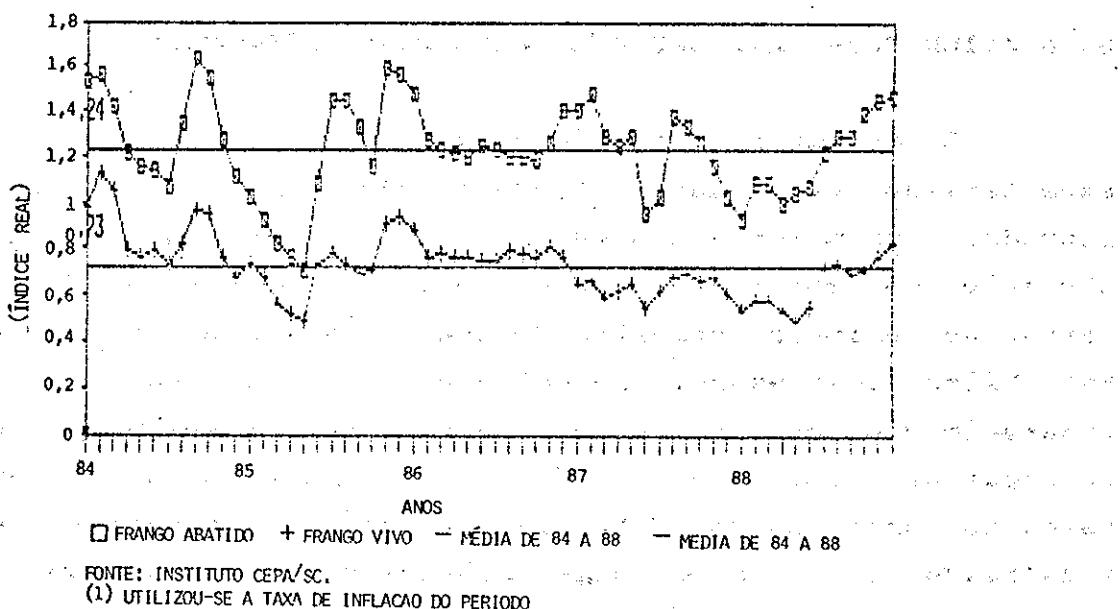
6. A AVICULTURA TEVE RAZOÁVEL DESEMPENHO ECONÔMICO

O desempenho econômico da atividade esteve abaixo das expectativas esperadas, fundamentalmente devido à produção, situada, na maioria dos meses do ano, acima da capacidade de absorção do mercado. Por outro lado, a oferta das demais carnes no primeiro semestre do ano foi maior do que o esperado. Este baixo desempenho, no entanto, teve como pano de fundo o encarecimento dos insumos e fatores, em percentuais acima dos conseguidos pelo produto final. A nova forma de desova dos estoques oficiais de milho pegou o setor despreparado, pois a modalidade anterior imbutia subsídios, que estavam criando artificialismos para alguns empreendimentos avícolas. Da mesma forma, a alta nos preços internacionais da soja contribuiu para a elevação dos custos internos de produção.

O panorama diretamente ligado ao setor e mais as incertezas econômicas por que passou o país determinaram um cenário de preços que não acompanhou, na maioria dos meses, os índices inflacionários. Em termos nominais, os preços tanto a nível de avicultor como de indústria evoluíram 1.207,00% e 1.162,00%, respectivamente, em doze meses. À primeira vista, estes reajustes foram efetivados a taxas superiores ao índice

geral de preços (1.051%). No entanto, tem-se que considerar o forte controle sobre os preços do frango levado a efeito pelos Planos Cruzado e Bresser, cuja reação nominal, verificada em 1988, não foi suficiente para acompanhar a explosão inflacionária e o crescimento dos custos (905% e 1.206% respectivamente), a nível de produtor e de indústria. Os preços, quando convertidos em índice real, revelam, a partir do mês de julho, uma posição favorável para o produto abatido em relação à inflação do período. A nível de avicultor, a análise do comportamento dos preços reais indicou a continuidade do processo de perda. Este dado, no entanto, não pode ser analisado de forma isolada, sem inseri-lo no contexto da avicultura organizada nos chamados sistemas de produção integrados, onde grande parte dos custos ditos de produção é absorvida pelo segmento industrial.

GRÁFICO 3
CARNE DE AVES - ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1) DO FRANGO VIVO E ABATIDO
- SANTA CATARINA - 1984-88



A atividade avícola apresentou bons resultados econômicos a partir do início do segundo semestre de 1988, quando a relação de trocas do setor entrou em uma fase de recuperação ao se equilibrar com a relação da média histórica. As relações desfavoráveis verificadas nos anos de 86 e 87 tiveram como pano de fundo o encarecimento dos custos, notadamente nos itens dependentes de importação e relacionados com a utilização mais intensiva de mão-de-obra. Mais

especificamente, em 1987 a causa preponderante foi o baixo preço recebido, tanto pela indústria como pelo avicultor, perdurando até a adequação da produção ao mercado. Por outro lado, teve importância neste comportamento a queda na oferta interna das demais carnes. A recuperação de relação de troca foi mais rápida para o segmento industrial do que para os avicultores, pois os últimos atingiram o ponto de equilíbrio somente a partir de outubro, enquanto os primeiros, desde julho. Esta recuperação mais lenta do segmento produtor espejhou a dificuldade encontrada pela indústria no repasse dos custos para os segmentos à frente, que transferiram em menor fatia para os consumidores o impacto da alta dos principais insumos.

TABELA 7
FRANGO - PREÇOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES E PAGOS PELOS SEUS PRINCIPAIS INSUMOS - 1988

(Cz\$/kg)

MES	FRANGO VIVO	FRANGO ABATIDO	M.D.O. (Cz\$/d)	MILHO PROD.	MILHO ATAC.	FARELO SOJA
Jan	35.20	65.75	360.63	7.02	7.50	21.60
Fev	45.60	65.75	376.50	7.75	8.68	22.00
Mar	61.97	103.12	417.00	9.00	10.00	23.00
Abr	65.10	108.50	434.00	11.17	12.67	26.20
Mai	80.25	133.75	496.66	15.21	16.67	33.00
Jun	97.80	163.00	597.50	19.22	22.50	51.60
Jul	138.00	230.00	743.06	22.47	24.68	65.30
Ago	177.60	296.00	846.25	23.84	26.83	73.10
Set	228.00	380.00	1050.83	30.70	41.55	90.30
Out	301.20	502.50	1389.00	43.62	56.42	121.15
Nov	390.00	658.00	1765.63	65.00	76.67	152.00
Dez	460.00	830.50	2105.00	94.00	110.00	191.00

FONTE: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8
FRANGO - ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS E PAGOS PELOS AVICULTORES E RELAÇÃO DE TROCA DA EXPLORAÇÃO - 1988

(BASE: 83/85=100)

MES	FRANGO VIVO	FRANGO ATAC.	MÃO-DE OBRA	MILHO ATAC.	FARELO SOJA	RELAÇÃO DE TROCA(1)	RELAÇÃO DE TROCA(2)
Jan	2354.95	2449.36	3546.36	2407.56	4518.75	69.96	70.47
Fev	2134.15	2918.59	4081.99	2729.91	4769.40	56.42	75.33
Mar	2581.10	3450.38	4341.48	3267.40	5098.82	61.16	89.48
Abr	3099.06	4296.28	4766.47	4099.45	5886.55	65.60	99.14
Mai	3634.65	5041.16	5404.87	5492.24	7934.67	65.83	88.76
Jun	4724.37	6552.58	6497.97	6654.65	10734.73	71.71	95.79
Jul	6179.58	8570.91	7734.41	7714.43	13606.39	77.47	103.54
Ago	8125.83	11270.31	9337.77	9699.98	16377.80	83.43	111.58
Set	10565.30	14660.11	11622.36	13807.23	20377.36	86.73	115.85
Out	13740.37	19163.26	14874.07	18201.19	26927.59	89.22	119.08
Nov	17208.35	24767.32	18602.51	25335.27	33238.98	92.89	127.19
Dez	19058.94	27774.60	20534.74	29183.02	36844.67	94.24	130.46

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Em relação aos preços recebidos e pagos pelo avicultor.

(2) Em relação aos preços recebidos e pagos pela agroindústria.

GRÁFICO 4

ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DA AVICULTURA INDUSTRIAL - SANTA CATARINA - 1984-88

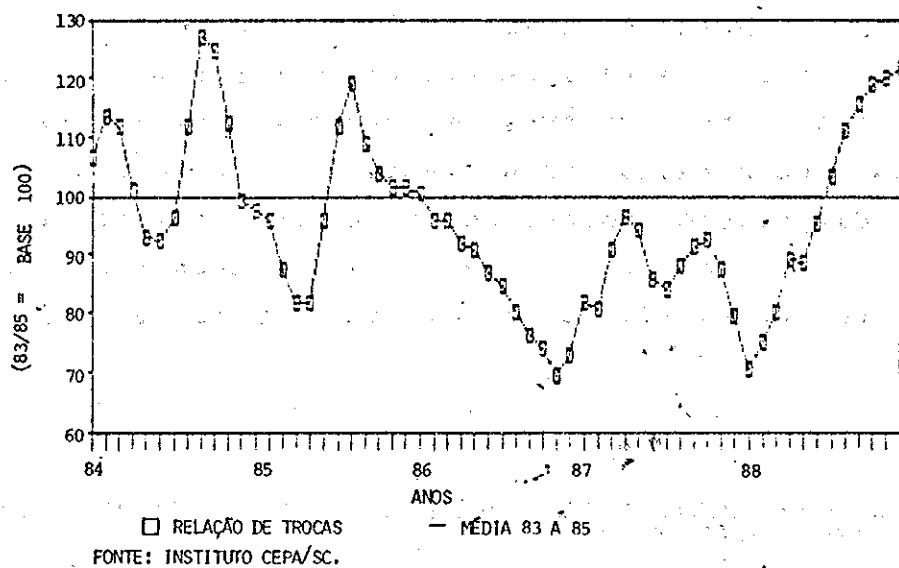
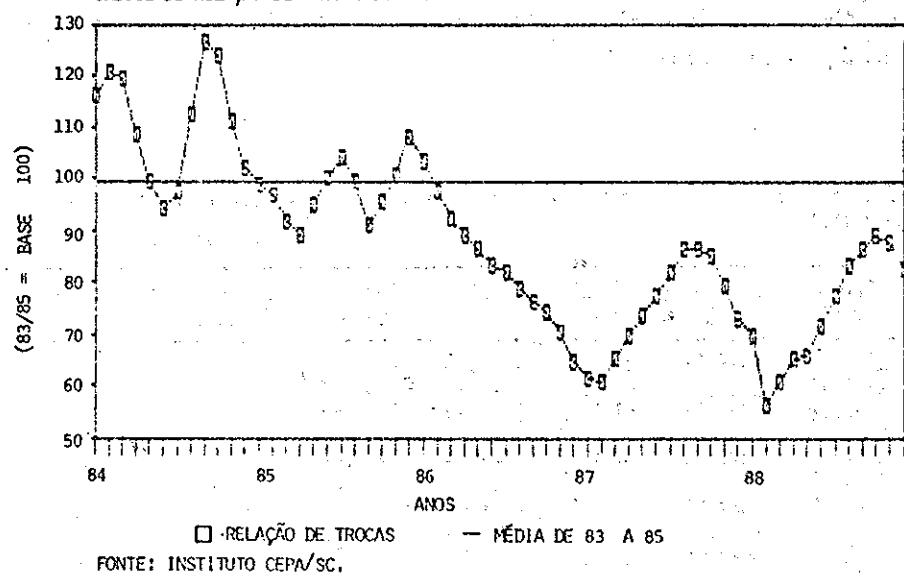


GRÁFICO 5

ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DO AVICULTOR - SANTA CATARINA - 1984-88



7. ESPERA-SE MODERADA EXPANSÃO DA AVICULTURA EM 1989

O desempenho mais vantajoso e as possibilidades de crescimento nas exportações de frangos projetam para 1989, preliminarmente, uma produção nacional nos mesmos níveis do 1988, não sendo afastada a hipótese de um moderado incremento entre 1,0% e 3,0%, ao se posicionar em um patamar superior aos 2,0 milhões de toneladas. Mesmo que a avicultura brasileira venha a apresentar uma lenta expansão em 1989, deverá, ainda, operar com ociosidade, pois sua capacidade de produção supera os 2,3 milhões de toneladas. Os mesmos motivos irão influir sobre o comportamento da avicultura catarinense. Por isso, espera-se uma expansão entre 3,0% e 5,0%, de um lado devido à consolidação de um novo grande projeto de integração cooperativa e, de outro, às indústrias que vão utilizar integralmente a capacidade instalada de produção. Se confirmada esta expectativa, a produção estadual ficará entre 500,0 e 510,0 mil toneladas, levemente abaixo da sua capacidade total, avaliada em 520,0 mil toneladas anuais.

3.2 AVES-SEGMENTO POSTURA

1. INTRODUÇÃO

A produção de ovos para consumo no Brasil está, em geral, dispersada em praticamente todos os estabelecimentos agropecuários, através da produção de subsistência, que, além de abastecer a propriedade, gera excedentes comercializáveis. A produção comercial limita-se a um número infinitamente menor de produtores, embora represente a maioria "absoluta" da produção.

Conforme a Associação Paulista de Avicultura, a produção comercial de ovos em 1987 atingiu em torno de 42.733.000 caixas de 30 dúzias, oriundas de um plantel estimado em aproximadamente 60 milhões de poedeiras.

2. PRODUÇÃO

A. PRODUÇÃO MUNDIAL

Segundo a Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas - FAO, a produção mundial de ovos em 1986 atingiu um total de 31.384.672 t e os principais produtores foram: China, União Soviética, Estados Unidos e Japão. O Brasil, com uma produção de 1.050.000 t no mesmo ano, constituiu-se no quinto produtor mundial e no maior produtor da América do Sul, superando as produções da Argentina e Venezuela, situadas logo a seguir.

A produção mundial de ovos tem-se mantido praticamente estável nos últimos 3 (três) anos, registrando incrementos de apenas 1% ao ano.

Como se pode observar na tabela no 1, a produção mundial concentra-se em poucos países, com destaque para o continente Europeu, os Estados Unidos, a China e o Japão.

TABELA 1
PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Produção (t)	Particip. Percent.(%)	Produção (t)	Particip. Percent.(%)	Produção (t)	Particip. Percent.(%)
China	3.963.700	13,33	4.257.200	13,96	4.528.500	14,43
URSS	3.760.300	12,65	4.202.800	13,78	4.924.000	14,10
EUA	4.040.490	13,60	4.050.970	13,28	4.057.310	12,93
Japão	2.129.984	7,17	2.152.356	7,06	2.225.000	7,09
Brasil	964.185	3,24	1.000.000	3,28	1.050.000	3,35
França	917.000	3,08	915.000	3,00	926.000	2,95
Índia	784.000	2,64	840.000	2,75	916.000	2,92
México	740.365	2,49	826.000	2,71	850.000	2,71
Alemanha Oriental	785.000	2,64	789.000	2,59	770.000	2,45
Reino Unido	716.163	2,41	715.000	2,34	715.462	2,78
Espanha	642.269	2,16	650.000	2,13	690.000	2,20
Países Baixos	667.000	2,24	665.000	2,18	640.000	2,04
Itália	638.000	2,15	628.000	2,06	630.000	2,00
Poánia	456.020	1,54	480.145	1,57	465.000	1,48
Romênia	331.267	1,12	382.600	1,25	385.000	1,22
Indonésia	272.300	0,92	294.100	0,96	344.000	1,09
Alemanha Oriental	322.587	1,08	330.190	1,08	340.000	1,08
Rep. Coreia	305.000	1,03	315.000	1,03	325.000	1,03
Canadá	330.950	1,11	333.120	1,09	305.331	0,97
Turquia	282.970	0,95	291.800	0,96	290.000	0,92
Thecoslováquia	275.190	0,93	274.955	0,90	277.919	0,88
Argentina	270.000	0,91	274.000	0,90	279.000	0,89
TOTAL	23.594.740	79,39	24.667.236	80,87	25.433.522	81,03
TOTAL MUNDIAL	29.717.568	100,00	30.501.216	100,00	31.384.672	100,00

FONTE: Anuario FAO de Producción - 1986 (vol. 40).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

B. PRODUÇÃO NACIONAL

A avicultura destaca-se entre as atividades que maior desenvolvimento alcançaram no setor agropecuário do país nos últimos anos, quer quanto à expansão da produção, quer quanto ao avanço tecnológico. A avicultura de corte, impulsionada pelas exportações, expandiu-se bem mais do que o segmento postura, pois a produção de ovos, voltada quase que exclusivamente para o mercado interno, está mais sujeita aos efeitos das crises que frequentemente afetam a atividade. A produção brasileira de ovos sofreu um decréscimo da ordem de 14,5% em 1983, quando comparada com a produção do ano anterior. Já a partir de 1984, e até 1986, a atividade apresentou incrementos mais significativos, registrando no período um crescimento de 47%. Em 1987, o plantel de poedeiras alojadas no país manteve-se nos níveis de 1986. Já em 1988, em consequência da redução da demanda de ovos, o plantel sofreu uma redução estimada em mais de 20%.

O Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, implantado no inicio de 1986, provocou um significativo incremento no consumo de ovos no país, fazendo com que se ampliassem as estruturas de produção. A partir de 1987, com as consecutivas perdas do poder aquisitivo da população, começou a sobrar ovo no mercado, o que se agravou ainda mais a partir do 1988. Frente ao problema de maior oferta e da alta dos custos dos principais insumos - milho e farélo de soja - os avicultores reduziram seus plantéis.

A produção brasileira de ovos concentra-se basicamente na Região Sudeste, que, isoladamente, representa mais de 55% da produção. O estado de São Paulo possui cerca de 42% do plantel de poedeiras alojadas no país. Entre os demais estados da Região, cabe destacar a produção de Minas Gerais, cujo plantel se aproxima de 10% do efetivo nacional (tabela 2).

TABELA 2
POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL - 1982-88

(No de Aves)

REGIÃO	ANO	1982		1983		1984		1985	
		Plantel	Particip.	Plantel	Particip.	Plantel	Particip.	Plantel	Particip.
Sudeste	28.259.793	60,07		24.061.303	59,85	26.083.407	58,18	27.883.992	56,33
São Paulo	20.199.617	42,94		17.888.660	44,50	19.367.733	43,19	21.126.264	42,68
Minas Gerais	5.272.183	11,21		4.286.361	10,66	4.500.217	10,05	4.888.412	9,87
Rio de Janeiro	1.559.130	3,31		897.229	2,23	1.081.486	2,42	1.748.933	1,50
Espírito Santo	1.228.063	2,61		989.062	2,46	1.130.977	2,52	1.128.383	2,28
Sul	10.239.603	21,76		8.145.805	20,26	8.889.882	19,83	9.869.685	19,94
Rio Grande do Sul	3.852.048	8,19		2.994.437	7,45	2.996.323	6,68	3.654.018	7,38
Paraná	5.181.700	11,01		4.501.148	11,20	5.195.948	11,59	5.611.177	11,34
Santa Catarina	1.205.855	2,56		650.220	1,61	697.611	1,56	604.490	1,22
Centro Oeste	2.231.505	4,74		2.317.304	5,76	2.713.284	6,05	3.227.806	6,52
Goiás	1.463.930	3,11		1.597.118	3,97	1.793.010	4,00	1.941.046	3,92
Mato Grosso	14.150	0,03		16.600	0,04	15.700	0,03	16.590	0,20
Mato Grosso do Sul	372.275	0,79		306.436	0,76	438.836	0,98	688.376	1,39
Distrito Federal	381.159	0,81		397.150	0,99	465.738	1,04	501.794	1,01
Nordeste	5.353.985	11,38		5.121.892	12,74	6.478.136	14,45	7.650.013	15,45
Pernambuco	2.438.702	5,18		2.080.859	5,18	2.706.970	6,04	3.333.866	6,73
Ceará	1.788.410	3,80		2.022.440	5,03	2.338.956	5,22	2.682.560	5,42
Bahia	82.755	0,17		34.700	0,08	90.650	0,20	126.127	0,25
Rio Grande do Norte	82.910	0,18		81.600	0,20	250.750	0,58	185.749	0,38
Alagoas	170.000	0,37		171.460	0,43	117.800	0,26	93.450	0,19
Sergipe	126.869	0,27		58.554	0,15	121.600	0,27	186.900	0,38
Maranhão	253.293	0,54		168.310	0,42	303.760	0,68	283.590	0,57
Piauí	310.806	0,66		220.519	0,55	252.750	0,56	272.900	0,55
Paraíba	100.240	0,21		283.458	0,70	286.900	0,64	484.880	0,93
Fernando de Noronha	-	-		-	-	-	-	-	-
Norte	955.372	2,03		557.203	1,39	669.970	1,49	870.250	1,76
Acre	14.300	0,03		23.900	0,06	24.900	0,05	42.350	0,08
Amazonas	227.015	0,48		226.130	0,56	296.070	0,66	317.800	0,64
Pará	657.507	1,40		255.023	0,64	311.300	0,69	473.750	0,96
Rondônia	46.550	0,10		52.150	0,13	35.500	0,08	27.950	0,06
Roraima	5.000	0,01		-	-	3.100	0,01	2.350	0,01
Amapá	5.000	0,01		-	-	-	-	6.050	0,01
TOTAL NACIONAL	47.040.258	100,00		40.203.507	100,00	44.839.679	100,00	49.501.746	100,00

(Continua)

(conclusão)

REGIÃO	ANO	1986		1987		1988(1)	
		Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)
Sudeste		32.705.172	55,36	39.952.899	52,12	21.671.467	55,72
São Paulo		24.358.820	41,23	22.917.389	38,59	16.358.889	42,06
Minas Gerais		5.990.675	10,14	5.864.729	9,87	3.675.061	9,96
Rio de Janeiro		993.739	1,68	836.591	1,41	635.289	1,63
Espírito Santo		1.361.938	2,31	1.334.190	2,25	802.228	2,06
Sul		11.656.333	19,73	13.205.986	22,24	7.689.568	19,77
Rio Grande do Sul		4.517.536	7,65	5.870.169	9,89	3.022.951	7,77
Paraná		6.196.437	10,49	5.793.325	9,75	3.831.079	9,85
Santa Catarina		942.360	1,59	1.542.492	2,60	835.538	2,15
Centro Oeste		3.396.326	5,75	3.879.387	6,53	2.648.122	6,80
Goiás		1.963.275	3,32	2.291.663	3,86	1.690.732	4,35
Mato Grosso		134.945	0,23	118.440	0,20	89.450	0,23
Mato Grosso do Sul		792.698	1,34	804.036	1,35	482.287	1,23
Distrito Federal		505.498	0,86	665.248	1,12	385.653	0,99
Nordeste		10.320.250	17,47	10.020.486	16,87	6.000.896	15,43
Pernambuco		4.222.739	7,15	3.731.342	6,28	2.325.146	5,98
Ceará		3.629.876	6,14	3.817.984	6,43	2.161.902	5,56
Bahia		362.920	0,61	401.760	0,68	171.888	0,44
Rio Grande do Norte		305.560	0,52	303.100	0,51	246.250	0,63
Alagoas		195.620	0,18	125.154	0,21	55.900	0,14
Sergipe		309.000	0,51	252.400	0,42	94.000	0,24
Maranhão		406.374	0,69	436.496	0,74	307.610	0,80
Piauí		412.000	0,70	428.700	0,72	157.020	0,40
Paraíba		575.170	0,97	523.550	0,88	481.180	1,24
Fernando de Noronha		-	-	-	-	-	-
Norte		997.835	1,69	1.330.176	2,24	886.101	2,28
Acre		28.672	0,05	82.124	0,14	59.500	0,15
Amazonas		485.646	0,82	523.424	0,88	319.430	0,82
Pará		386.297	0,65	584.052	0,99	395.343	1,02
Rondônia		50.220	0,09	89.304	0,15	62.832	0,16
Roraima		7.600	0,02	14.572	0,02	4.996	0,01
Amapá		39.400	0,06	36.700	0,06	44.000	0,12
TOTAL NACIONAL		59.075.916	100,00	59.388.934	100,00	38.896.154	100,00

FONTE: União Brasileira de Avicultura.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até 30/10/88.

A Região Sul participa com 19,77% do total de poedeiras alojadas no país, com destaque para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que possuem, respectivamente, 9,85% e 7,77% do efetivo nacional. Santa Catarina, com um plantel estimado em 1,5 milhão em 1987, participava, nesse ano, com menos de 3% da produção nacional.

A Região Nordeste, com 16,87% do efetivo nacional, concentra sua produção basicamente nos estados do Ceará e Pernambuco. Nos demais estados da Região, a produção de ovos é pouco expressiva.

As Regiões Norte e Centro-Oeste caracterizam-se mais como consumidoras. Apenas o estado de Goiás, com um plantel de 1,7 milhão de cabeças em 1987, tem expressão na produção

nacional, com a atividade voltada ao abastecimento dos maiores centros urbanos da região.

O estado de São Paulo, além de ser responsável pela maior produção brasileira de ovos, constitui-se também no maior produtor de pintos para postura, abastecendo quase que todos os estados produtores. Do total de matrizes de postura alojadas no país em 1987 (cerca de 1 milhão de cabeças), mais de 852 mil concentravam-se nesse estado (tabela 4).

O número de aves por granja é bastante variável, predominando os pequenos plantéis. As maiores granjas estão localizadas no estado de São Paulo, existindo estabelecimentos com mais de 1,5 milhão de aves.

A produção brasileira de ovos em 1987 foi estimada pela União Brasileira de Avicultores em 42.733 mil caixas de 30 dúzias, cerca de 18% superior à do ano anterior.

Nos primeiros sete meses de 1988, a produção nacional atingiu uma média mensal de 3.659.700 caixas de 30 dúzias, o que projetaria a produção anual para algo em torno de 43 milhões de caixas. Na verdade, o que se tem verificado é a redução da produção a partir de janeiro desse ano, na tentativa de adequá-la à demanda real do mercado. Por outro lado, as elevações constantes nos preços do milho e do farelo de soja têm provocado a redução do plantel. Tal situação permite estimar que a produção de 1988 será menor que a de 1987.

TABELA 3

OVOS - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985 A 1988

ANO	PRODUÇÃO (em 1.000 caixas de 30 dúzias)
1985	32.748
1986	36.120
1987	42.733
1988*	40.000

FONTE: UBA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

* ESTIMATIVAS.

TABELA 4
AVES - ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA NO BRASIL - 1981-88

REGIÃO	ANO	(Unidade)							
		1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Sudeste									
São Paulo	735.210	677.243	585.112	700.474	745.193	741.067	852.904	583.088	
Minas Gerais	-	2.000	-	-	-	-	-	36.400	
Rio de Janeiro	60.846	61.703	3.790	-	-	3.500	3.500	-	
Espírito Santo	24.350	22.700	13.600	8.900	13.100	15.400	14.900	6.000	
SUBTOTAL	820.406	763.646	602.502	709.374	758.293	759.967	871.304	625.488	
Sul									
Rio Grande do Sul	35.230	40.600	13.600	29.500	30.150	31.800	40.130	26.330	
Paraná	-	-	2.800	10.000	12.700	13.150	5.900	9.300	
Santa Catarina	19.748	-	-	-	-	6.600	6.470	9.900	
SUBTOTAL	54.978	40.600	16.400	39.500	42.850	51.550	52.500	45.530	
Centro Oeste									
Goiás	1.720	-	-	-	-	-	-	-	
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	700	-	
Distrito Federal	-	-							
SUBTOTAL	1.720	-	-	-	-	-	700	-	
Nordeste									
Pernambuco	63.760	59.920	27.000	42.700	34.500	36.000	31.100	5.000	
Ceará	13.500	28.500	16.000	23.500	18.500	29.000	33.700	27.500	
Bahia	900	-	-	-	-	-	-	-	
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	
Maranhão	-	4.200	-	-	-	-	-	-	
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL	78.160	92.620	43.000	66.200	53.000	65.000	64.800	32.500	
Norte									
Acre	1.550	-	800	-	650	1.700	-	-	
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pará	6.800	10.890	8.260	6.000	9.000	6.000	12.300	6.000	
Rondônia	-	-	-	500	-	-	-	-	
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL	8.350	10.890	9.960	6.500	9.650	7.700	12.300	6.000	
TOTAL NACIONAL	963.614	907.756	679.962	821.574	863.793	884.217	1.001.604	709.518	
EXPORTAÇÕES	115.600	68.315	112.350	136.940	76.560	136.400	125.020	75.800	

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

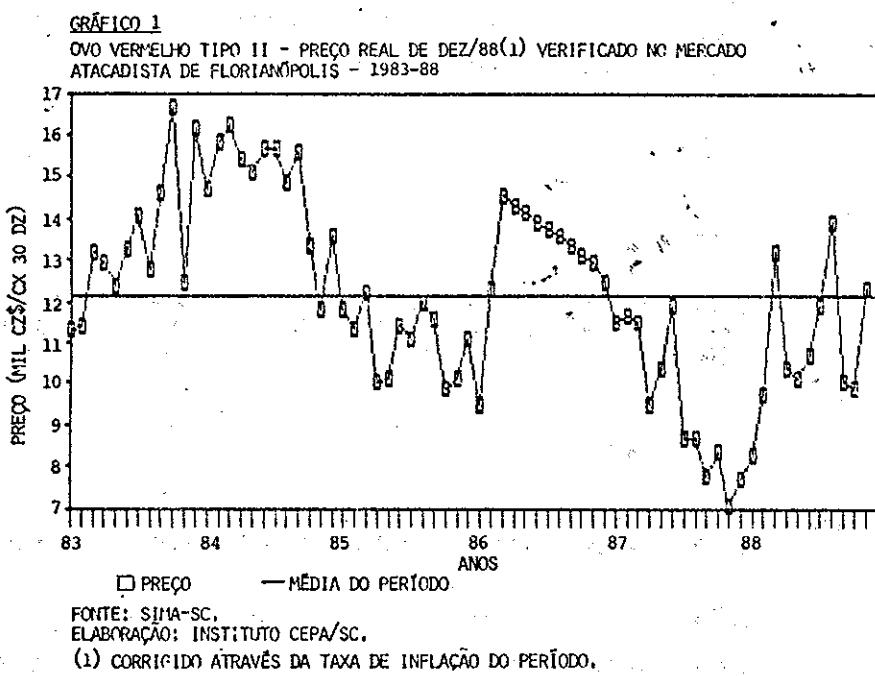
(1) Até 30/10/88.

C. PRODUÇÃO ESTADUAL

Estima-se que a produção estadual de ovos comerciais tenha atingido, em 1988, um total de 700 mil caixas de 30 dúzias, proveniente de um plantel de aproximadamente 1,2 milhão de poedeiras, conforme tabela 2.

De acordo com a União Brasileira de Avicultura - UBA, foram alojadas, em Santa Catarina, em 1987, cerca de 1 milhão e 542 mil poedeiras. Deste total, cerca de 92% pertencia a

linhagens produtoras de ovos vermelhos e apenas 8% era de produtoras de ovos brancos. Em 1988, até 30 de outubro, haviam sido alojadas no estado 835.000 poedeiras, 46% a menos que no mesmo período do ano anterior. O menor número de aves alojadas em 1988 deveu-se à queda real de preços ocorrida a partir de janeiro de 1987 e mantido em baixa ao longo do ano, exceto nos meses de março e agosto, quando os preços praticados registraram aumentos reais (gráfico 1).



A queda do preço do ovo em 1987 e 1988, aliada aos aumentos dos preços dos principais insumos para a produção de ração, fez com que os produtores reduzissem seus plantéis e muitos, principalmente os pequenos, abandonassem a atividade.

A produção de ovos de granja em Santa Catarina está centralizada basicamente ao longo do litoral e na microrregião Colonial de Blumenau, tendo como principais produtores os municípios de Biguaçu, Blumenau, Brusque, Porto Belo, Araquari, Urussanga, Indaial, Joinville, Braço do Norte, São Ludgero, Trombudo Central e Rio das Antas. As granjas, em sua maioria, são formadas por pequenos plantéis variando de 10 a 150 mil poedeiras.

O plantel de matrizes de postura em Santa Catarina é de aproximadamente 10.000 cabeças.

Além da produção das granjas de postura, o abastecimento de ovos em Santa Catarina conta com os excedentes oriundos das granjas de matrizes de corte - cuja comercialização em 1988 é estimada em 75.000 caixas de 30 dúzias - e com ovos provenientes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A. INTERNACIONAL

Os Países Baixos são os maiores exportadores de ovos em casca e líquido. Já os Estados Unidos são o maior exportador de ovos em pó.

Os maiores importadores mundiais de ovos são: Alemanha Ocidental, Japão, Itália, França, Reino Unido e Hong Kong.

Das 762.326 t de ovo em casca exportadas em 1986, a nível mundial, os Países Baixos responderam por mais de 50%, sendo seu principal importador a Alemanha Ocidental. O ovo em pó é produzido e exportado basicamente pelos Estados Unidos e a Europa.

O Brasil vem industrializando ovo há mais ou menos 15 anos e já exporta ovo líquido para o Japão, atingindo em 1988 uma média de 500 t/mês.

TABELA 5
IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS

PAÍS	1984		1985		1986	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Alemanha Ocidental	278.509	49.598	281.554	222.507	287.853	267.663
Hong Kong	72.789	76.484	69.310	60.005	74.350	62.408
Itália	58.654	56.634	42.004	39.972	50.682	48.298
Bélgica-Luxemb.	23.063	19.289	31.203	22.777	39.601	33.916
Iraque	68.000	84.000	50.000	60.000	35.000	55.000
Suécia	29.668	21.200	30.089	19.014	30.722	20.334
URSS	25.043	20.825	21.180	16.744	21.651	19.971
Reino Unido	25.848	24.211	27.574	21.611	20.337	17.676
França	16.605	16.272	18.075	17.390	18.932	21.310
Singapura	9.351	14.650	11.629	17.546	14.546	18.220
Argélia	44.403	56.473	43.779	58.668	13.000	18.000
Paises Baixos	12.349	9.970	12.653	9.326	10.893	11.135
EUA	22.753	23.237	7.668	11.827	10.303	13.434
Kuwait	14.741	18.314	10.000	14.000	10.000	14.000
Canadá	7.647	14.967	11.287	18.760	9.764	19.211
Emirados Árabes Unidos	11.000	11.500	7.500	7.200	9.100	10.000
Irã	135.255	38.328	17.000	19.000	8.000	10.000
Omã	7.397	7.887	9.103	8.985	8.000	8.500
Iêmen do Sul	8.000	8.800	8.500	9.800	7.600	9.500
Irlanda	10.287	10.661	9.844	9.138	7.062	7.572
Egito	4.651	15.671	7.357	25.415	5.000	16.000
Austria	6.268	6.525	4.435	4.644	4.717	6.482
SUBTOTAL	792.281	805.496	731.744	694.329	697.113	708.650
OUTROS PAÍSES	49.160	84.887	44.750	75.735	52.999	90.487
TOTAL MUNDIAL	841.441	890.383	776.494	770.064	750.112	799.137
Brasil	100	2.516	24	877	110	2.300

FONTE: Anuario FAO de Comercio 1986, vol. 40 pg. 106.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6
EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA EM CASCA PELOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Paises Baixos	394.207	347.913	394.791	314.687	399.643	367.403
China	54.481	38.393	61.028	44.400	49.877	-
Alemanha Ocidental	38.796	37.677	33.620	31.606	40.324	40.625
Bélgica	36.682	34.942	29.349	25.217	31.676	34.995
França	40.576	41.928	25.616	29.744	25.596	33.159
Finlândia	31.468	16.304	28.288	13.114	22.318	11.188
EUA	17.866	37.875	18.773	34.018	19.796	39.306
Reino Unido	16.435	23.058	15.253	24.054	14.675	22.440
Hungria	21.972	19.579	11.278	13.549	12.041	13.480
Alemanha Oriental	16.300	14.000	16.000	14.000	11.000	7.900
Bulgária	13.290	14.000	9.131	10.500	8.194	10.500
Yugoslávia	8.658	9.547	6.655	7.936	4.273	6.487
Canadá	7.366	12.981	3.390	10.416	1.260	8.677
SUBTOTAL	697.917	648.197	653.172	573.241	638.673	595.260
OUTROS PAÍSES	142.527	164.575	118.211	125.146	117.853	167.066
TOTAL MUNDIAL	840.444	812.772	771.383	698.387	756.526	762.326
Brasil	1.226	1.418	1.084	938	1.100	972

FONTE: Anuario FAO de Comercio 1986, vol. 40 pg. 106.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7
IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM PÓ DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Japão	1.545	4.678	1.851	5.371	2.000	7.011
Reino Unido	1.831	6.604	1.887	6.462	1.803	7.554
Austrália	660	1.373	646	1.325	663	1.595
Suíça	416	1.125	413	959	601	1.826
Alemanha Ocidental	657	2.226	650	2.161	585	2.397
Itália	391	1.361	348	1.165	490	2.021
Noruega	75	87	129	189	370	437
Suécia	73	160	86	211	299	1.210
EUA	380	1.655	262	863	262	764
França	156	556	181	563	202	885
Lesoto	200	1.009	200	1.000	200	1.000
Canadá	382	1.423	114	364	134	422
Brasil	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	6.961	22.914	7.033	21.461	7.873	28.101
OUTROS PAÍSES	1.667	4.735	1.368	3.797	918	3.330
TOTAL MUNDIAL	8.628	27.649	8.396	25.258	8.791	31.431

FONTE: Anuario FAO de Comercio 1986, vol. 40 pg. III.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8
EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM PÓ DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86

PAÍS	1984		1985		1986	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
EUA	2.080	7.840	2.429	8.561	3.729	14.566
Países Baixos	1.944	6.829	1.857	6.111	1.865	7.839
Alemanha Ocidental	1.152	4.054	1.267	4.191	1.284	5.075
Suécia	831	2.555	903	2.641	1.013	3.424
Yugoslávia	285	776	821	1.801	822	1.645
Hungria	1.051	2.368	601	1.408	618	2.274
França	425	1.630	652	2.285	634	2.782
Dinamarca	197	661	231	765	447	1.830
China	350	600	230	500	340	800
Nova Zelândia	158	464	142	411	197	553
Bulgária	816	1.500	68	110	130	250
Austrália	95	283	263	820	129	456
Bélgica-Luxemburgo	740	2.075	472	1.809	107	395
Alemanha Oriental	520	1.300	400	700	100	230
Romênia	85	170	70	170	80	210
Reino Unido	57	210	42	144	41	179
Itália	76	289	3	8	8	23
SUBTOTAL	10.862	33.604	10.391	32.435	11.744	42.528
OUTROS PAÍSES	103	265	415	788	67	206
TOTAL MUNDIAL	10.965	33.869	10.806	33.223	11.811	42.734
Brasil	-	-	-	-	-	-

FONTE: Anuario FAO de Comercio 1986, Vol. 40 pg. III.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9
IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA LIQUIDOS DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86

PAÍS	1984	1985	1986
	Valor (US\$ 1000)	Valor (US\$ 1000)	Valor (US\$ 1000)
Japão	15.467	19.623	38.061
Alemanha Ocidental	23.339	22.114	26.458
França	14.098	13.128	17.175
Itália	13.336	11.391	13.014
Reino Unido	8.933	8.080	8.749
Sulça	6.313	6.052	8.567
Austrália	6.189	6.870	6.651
Canadá	5.354	3.455	5.719
Bélgica-Luxemburgo	5.387	5.121	4.663
Países Baixos	3.065	2.897	2.987
EUA	2.789	2.897	1.623
Hong Kong	2.151	1.399	1.606
Suécia	246	470	1.308
URSS	1.839	1.400	1.043
Lesoto	1.000	1.000	1.000
Dinamarca	937	1.102	763
Iraque	250	200	600
Trinidad Y Tobago	211	305	353
Singapura	379	264	260
Emirados Árabes Unidos	572	237	227
Malásia	308	294	200
Etiópia	-	196	200
SUBTOTAL	112.163	108.495	141.227
OUTROS PAÍSES	3.408	2.684	2.404
TOTAL MUNDIAL	115.571	111.179	143.631
Brasil	-	-	-

FONTE: Anuário FAO de Comércio 1986, vol. 40 pg. 108.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 10
EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA LIQUIDOS DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86

PAÍS	1984	1985	1986
	Valor (US\$ 1000)	Valor (US\$ 1000)	Valor (US\$ 1000)
Países Baixos	41.578	37.261	43.100
EUA	14.422	21.245	41.572
Bélgica-Luxemburgo	18.167	19.348	27.937
Alemanha Oriental	6.460	6.034	7.644
França	5.419	5.582	6.548
Canadá	6.070	6.844	6.011
Suécia	2.555	2.744	3.604
Africa do Sul	2.861	3.274	3.500
China	4.101	1.700	3.300
Thecoslováquia	1.100	3.710	3.294
Israel	1.337	2.630	2.600
Dinamarca	862	1.565	2.540
Austrália	5.821	4.278	2.376
Hungria	2.368	1.408	2.274
Alemanha Ocidental	5.300	3.200	2.230
Nova Zelândia	1.330	1.019	1.788
SUBTOTAL	119.751	111.642	161.318
OUTROS PAÍSES	6.958	16.028	5.761
TOTAL MUNDIAL	126.709	127.870	166.079
Brasil	-	-	-

FONTE: Anuário FAO de Comércio 1986, vol. 40 pg. 108.

B. MERCADO NACIONAL

A produção brasileira de ovos em 1987 foi 18,31% superior à do ano anterior, em consequência do maior alojamento de matrizes e poedeiras ocorrido em 1986 e até meados de 1987. Em virtude desses investimentos, a produção de janeiro a outubro de 1988 foi ligeiramente superior à de igual período de 1987. Nos primeiros 10 meses de 1988, entretanto, o alojamento de matrizes de postura foi 16% inferior ao verificado no mesmo período de 1987 e a redução do alojamento de poedeiras foi da ordem de 25%.

As referidas reduções representaram a tentativa de adequar a produção de ovos ao mercado, que sofreu profundas alterações a partir de 1986. Durante o "Plano Cruzado", embora tabelados, os preços do ovo foram compensadores e a demanda, menor que a oferta. Frente à conjuntura favorável, os avicultores obtiveram bons resultados financeiros. Já em 1987, devido às consecutivas perdas do poder aquisitivo da população, a oferta de ovos foi superior à demanda, com consecutivas quedas do preço real a nível de atacado e varejo. Em resumo, os produtores contabilizaram prejuízos em 1987, tanto pela queda de preços do ovo, quanto pela elevação dos custos dos insumos.

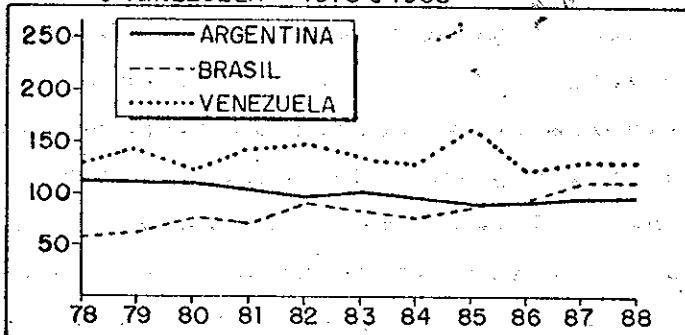
De janeiro a outubro de 1988, os preços do ovo no atacado e varejo estiveram em níveis inferiores aos da inflação. Os preços dos principais insumos para a avicultura, por outro lado, tiveram aumentos reais no período. Por esse motivo, registrou-se também em 1988 redução no alojamento de matrizes, muito embora a oferta de ovo, devido à grande número de aves alojadas em 1987, não tenha registrado quedas significativas.

A produção de ovos do estado de São Paulo - mais de 40% do total brasileiro - exerce forte influência sobre a comercialização nos demais estados, pois abastece em maior ou menor grau o mercado do Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal, além de contribuir para o abastecimento de outros estados em quantidades menos significativas.

Destaca-se, também, a comercialização de ovo do estado do Paraná para Santa Catarina e de Minas Gerais para o Rio do Janeiro.

Considerando-se apenas a produção brasileira de ovos de granja, obtém-se em 1988 um consumo anual por cápita de aproximadamente 111 ovos, inferior ao registrado na Venezuela e mais ou menos semelhante ao da Argentina. Nos Estados Unidos e Canadá, o consumo é superior a 200 unidades por habitante/ano (gráfico 2).

GRÁFICO 2
OVOS - CONSUMO PER CÁPITA - BRASIL, ARGENTINA
e VENEZUELA - 1978 a 1988



FONTE: REVISTA AVICULTURA INDUSTRIAL - JULHO/1988

A comercialização de ovo industrializado no Brasil é relativamente recente. Em 1973, surgiu a primeira indústria brasileira especializada na produção de ovo líquido pasterizado. Hoje, cerca de 5 empresas dedicam-se à produção de ovo líquido e/ou em pó, todas sediadas em São Paulo.

A produção de ovo líquido, estimada em 2.000 t/mês em 1988, destina-se basicamente ao mercado interno, para o abastecimento de indústrias alimentícias, farmacêuticas e refeitórios industriais. A produção de ovo em pó é menor, e se restringe a uma indústria, com uma produção de aproximadamente 10 t por mês.

C. COMERCIALIZAÇÃO ESTADUAL

A comercialização de ovos de granja em Santa Catarina realiza-se principalmente nos centros urbanos de maior porte. A distribuição, geralmente, é feita em embalagem de papelão, contendo uma dúzia. No atacado, o produto é embalado, via de regra, em caixas de 30 dúzias. A classificação é feita por peso ou tamanho, em ovo branco ou vermelho.

Além do ovo produzido internamente, Santa Catarina absorve parte da produção dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

A comercialização de ovos oriundos de incubatórios - cerca de 75.000 caixas de 30 dúzias por ano é feita basicamente nos centros urbanos próximos às unidades produtoras.

Os preços praticados em Santa Catarina variam de acordo com o mercado dos principais estados produtores, notadamente São Paulo e Paraná, tradicionais fornecedores do mercado catarinense.

Considerando-se a produção catarinense de ovos de granja, cerca de 700 mil caixas de 30 dúzias por ano, e o consumo per capita/ano no Brasil - 111 ovos - obtém-se um déficit anual de aproximadamente 650 mil caixas. Isso, naturalmente, desconsidera o ovo caipira e os excedentes gerados pelos incubatórios para a produção de pintos de corte.

4. ANÁLISE DE PREÇOS

Deflacionando os preços do ovo no atacado de Florianópolis de janeiro de 1983 a novembro de 1988, observa-se que os mesmos apresentaram variações periódicas bastante significativas. Nos primeiros dois meses de 1983, o preço da caixa de 30 dúzias, ovo vermelho tipo II, situava-se entre Cz\$ 11.300,00 e Cz\$ 11.400,00 (preço corrigido para novembro de 1988). A partir do mês de março do mesmo ano, os preços reagiram, situando-se entre Cz\$ 12.500,00 e Cz\$ 14.600,00, passando para Cz\$ 16.000,00 em setembro/outubro daquele ano.

Em 1984, o preço pago no atacado pela caixa de 30 dúzias situou-se entre Cz\$ 13.400,00 e Cz\$ 15.600, apresentando pequenas variações mensais, exceto no mês de novembro, quando o preço praticado situou-se ao redor de Cz\$ 11.800,00. Analisando-se a série, os anos de 1983 e 1984 apresentaram-se favoráveis para a produção de ovos em Santa Catarina, quando, em média, com cerca 0,34 dúzias de ovos adquiria-se 1 kg de ração para postura (tabela 11).

Em 1985, o ovo registrou queda real de preços em comparação com os dois anos anteriores. A relação de troca esteve menos favorável, sendo necessárias, em média, no ano, 0,4 dúzias de ovos para adquirir 1 Kg de ração para postura. Neste ano, os preços situaram-se entre Cz\$ 10.000,00 e Cz\$ 12.000,00 a caixa de 30 dúzias, sendo que no mês de outubro o preço praticado foi o menor do ano - cerca de Cz\$ 10.000,00 a caixa.

O ano de 1986, embora em janeiro o preço estivesse abaixo da média histórica, foi favorável aos produtores de ovos. A partir do mês de fevereiro, o preço manteve-se entre Cz\$ 12.300,00 e Cz\$ 14.500,00 a caixa de 30 dúzias, sendo que a média se manteve ao redor de Cz\$ 13.600,00. Neste ano, a relação de troca manteve-se ao redor de 0,36 dúzias de ovos para 1 kg de ração. No ano de 1986, com o advento do "Plano Cruzado", a demanda por ovos foi maior do que a oferta, e os preços, por ocasião do tabelamento, apresentavam-se em níveis favoráveis aos produtores (cerca de Cz\$ 14.000,00 a caixa de 30 dúzias do ovo vermelho tipo II). Essa conjuntura favorável permitiu a capitalização dos produtores. Todavia, os significativos aumentos no alojamento de matrizes e poedeiras acabaram produzindo reflexos negativos sobre o ano de 1987, no qual os produtores contabilizaram prejuízos. De janeiro a junho, os preços mantiveram-se em torno de Cz\$ 11.600,00. JÁ a partir do mês de julho, a queda de preços foi vertiginosa, mantendo-se ao redor de Cz\$ 8.000,00 a caixa, sendo que em dezembro o preço obtido não superou Cz\$ 7.200,00, representando uma queda real de aproximadamente 40% em relação aos primeiros meses do ano.

Em 1987, a relação de trocas situou-se ao redor de 0,42 dúzias de ovos para 1 kg de ração. Neste ano, o prejuízo só não foi maior porque o milho também registrou queda real de preços.

Em 1988, os preços registraram os maiores aumentos reais nos meses de março e agosto, quando o preço da caixa de 30 dúzias, para o ovo vermelho tipo II, foi de Cz\$ 13.253,00 e Cz\$ 13.950,00, respectivamente. Nos demais meses do ano, o preço manteve-se ao redor de Cz\$ 10.000,00 a caixa de 30 dúzias. Neste ano, a relação média de troca foi de 0,42 dúzias de ovos para 1 kg de ração para postura.

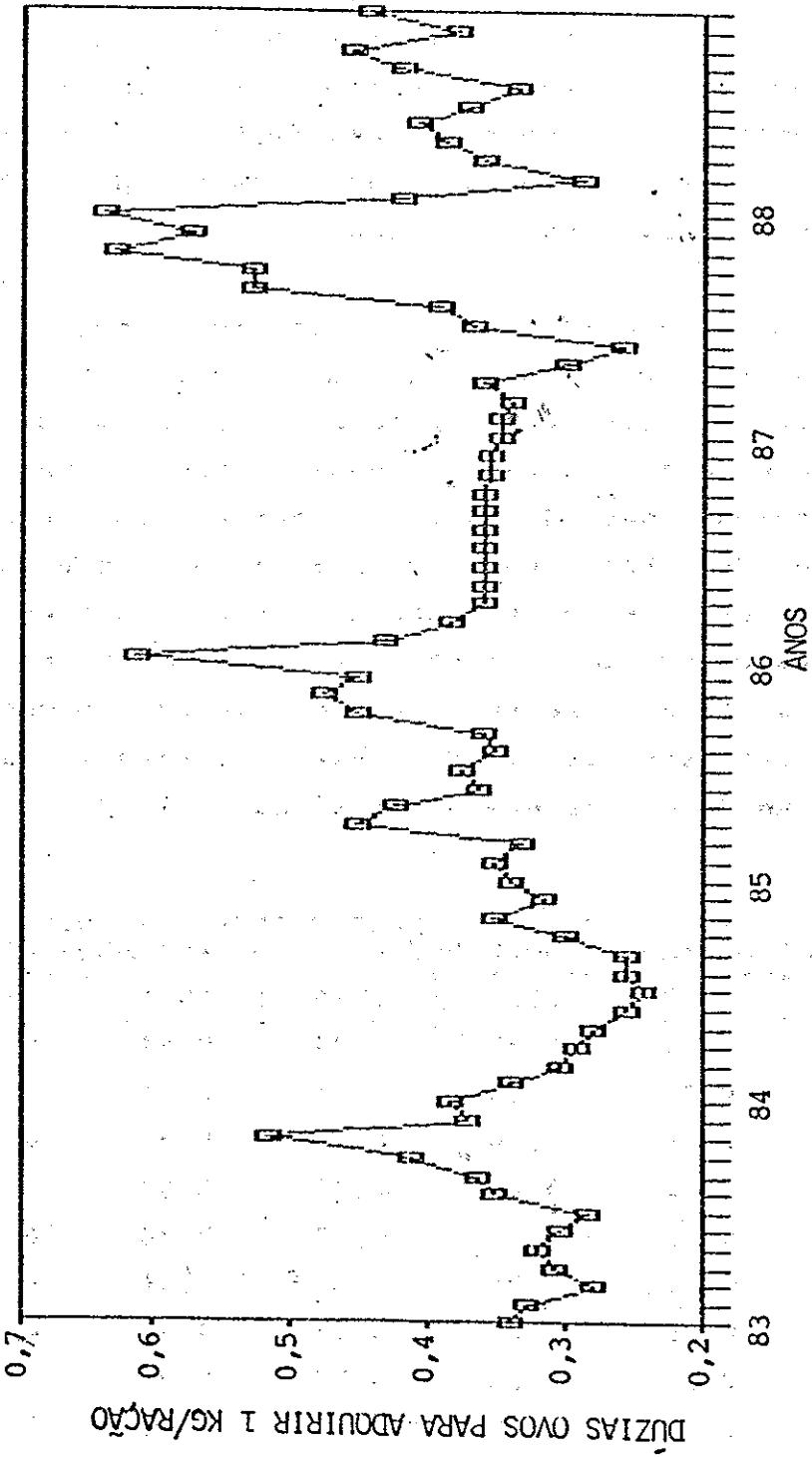
Além das quedas reais de preços registradas em 1987 e 1988, a elevação do custo dos preços dos insumos para a avicultura nestes dois anos provocou a descapitalização dos produtores e o consequente descarte precoce de poedeiras e/ou a não-reposição das descartadas no final do período de produção (gráfico 3). Entre os principais insumos que registraram altas nos dois últimos anos, destaca-se o farelo de soja, que em 1987 apresentou um aumento real de aproximadamente 30% em relação a 1986, mantendo-se no mesmo patamar a partir do segundo semestre de 1988. Neste período, apenas o milho manteve-se aquém dos preços praticados em 1986.

TABELA II
RELAÇÃO DE TROCA KG DE RAÇÃO/DUZIA DE OVOS - 1983 A 1988
NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1 KG DE RAÇÃO

MÊS	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Jan	0,34	0,39	0,34	0,61	0,35	0,64
Fev	0,33	0,34	0,35	0,43	0,35	0,42
Mar	0,28	0,30	0,33	0,39	0,34	0,29
Abr	0,31	0,29	0,45	0,36	0,36	0,36
Mai	0,32	0,28	0,42	0,36	0,30	0,39
Jun	0,30	0,26	0,37	0,36	0,26	0,41
Jul	0,28	0,24	0,38	0,36	0,37	0,37
Ago	0,35	0,26	0,35	0,36	0,40	0,34
Set	0,37	0,26	0,36	0,36	0,53	0,42
Out	0,42	0,30	0,45	0,36	0,53	0,46
Nov	0,52	0,35	0,48	0,36	0,63	0,38
Dez	0,37	0,32	0,46	0,36	0,57	0,45

FONTE: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 3
RELAÇÃO DE TROCA ENTRE 1 KG DE RAÇÃO E UMA DÚZIA DE OVOS - SANTA CATARINA - 1983-88



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

3.3 BOVINOS DE CORTE

I. A PRODUÇÃO CAI NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES

A produção mundial de carne bovina teve um moderado incremento em 1988. O crescimento de apenas 0,46% teve como principais protagonistas a expansão de 6,65% na produção da URSS e de 2,08% no Brasil. A redução dos efetivos no ano de 87 resultou em estabilidade da produção mundial em 1988. A manutenção dessa estabilidade, entretanto, poderá desdobrar-se em queda no ano de 1989. A diminuição do rebanho mundial, consequente ao programa de eliminação de vacas leiteiras na CEE e ao aumento dos descartes na URSS, deveu-se à ineficiência estatal. No primeiro caso, o programa de eliminação de matrizes na CEE proporcionou um aumento da oferta naquela região em 1987. No segundo caso, as reformas nas fazendas estatais soviéticas determinaram os aumentos da oferta nos anos de 87 e 88. As quedas verificadas na CEE e nos EUA derivaram da decomposição dos rebanhos nos anos de 85 e 86 e, mais recentemente, do encarecimento dos insumos, que desestimulou a atividade. Este quadro permite prever para 1989 um nível de produção muito baixo naqueles países.

TABELA I
CARNE BOVINA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORES - 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988	VAR.	PART.%
	(a)	(b)	b/a				
EUA	10.928	10.996	11.082	10.409	10.330	-0,78	23,98
Rest. América Norte	2.320	2.374	2.272	2.283	2.290	0,31	5,32
América Central	322	328	331	328	330	0,61	0,77
Brasil	2.300	2.400	2.200	2.400	2.450	2,08	5,69
Rest. América Sul	3.802	4.099	4.810	3.951	3.900	-1,29	9,05
CEE	7.400	7.840	7.983	8.075	7.783	-3,55	18,08
Oeste Europeu	653	676	663	650	650	0,00	1,51
Leste Europeu	2.471	2.550	2.397	2.371	2.382	0,46	5,53
URSS	7.244	7.370	7.700	7.970	8.500	6,65	19,73
Índia	334	340	363	364	360	-1,10	0,64
Rest. Ásia	746	804	825	832	830	-0,24	1,93
Oceania	1.681	1.815	1.867	1.942	1.953	0,57	4,53
Outros	1.165	1.254	1.276	1.307	1.318	0,84	3,06
TOTAL	41.358	42.933	42.989	42.862	43.061	0,46	100,00

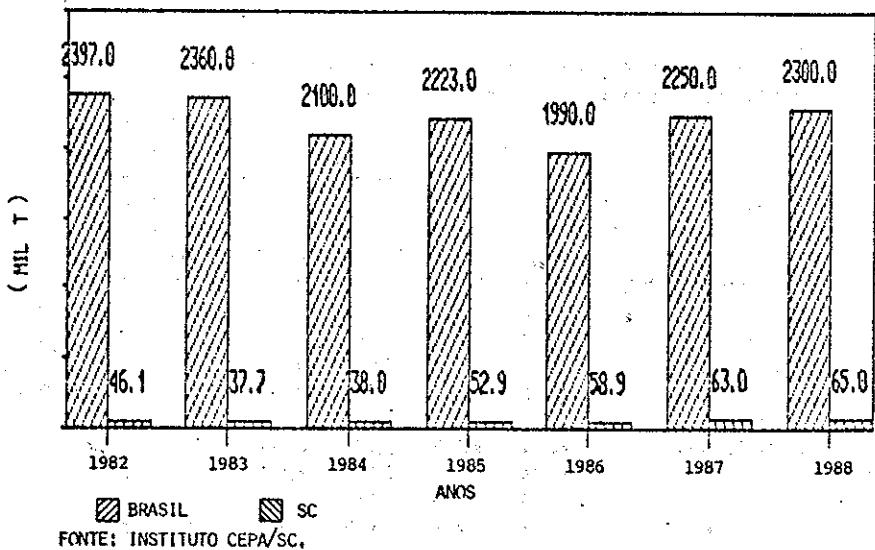
FONTE: USDA.

ELASORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. A ATIVIDADE CRESCEU MODERADAMENTE

A produção nacional de carne bovina situou-se no intervalo entre 2,3 e 2,4 milhões de toneladas em equivalentes carcaças. O mais provável é que se tenha situado em 2,3 milhões de toneladas. Esta expansão, estimada entre 2,0% e 4,0%, permaneceu dentro das características históricas da bovinocultura de corte brasileira, onde os efetivos crescem mais horizontal do que verticalmente, funcionando como agentes de ocupação de vastas áreas agrícolas e como reservas do capital. Esta característica beneficia a ampliação do rebanho em detrimento de uma expansão mais consistente da oferta interna de carne bovina. A produção catarinense teve um crescimento avaliado em 4,8% (65,0 mil contra 62,0 mil toneladas no ano de 1987), retratando uma situação em que a atividade, no estado, vem, ano a ano, apresentando melhorias no seus níveis de produtividade graças aos investimentos, que estão sendo realizados através de capitais de fora do setor agrícola. Por outro lado, observa-se interesse dos criadores pela produção na entressafra. Esta situação se configura como oposta à da pecuária nacional, cuja produção vem se mantendo em moderada expansão.

GRÁFICO 1
CARNE BOVINA - PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE - 1982-87



3. CRESCE A PARTICIPAÇÃO DO GRANDE ABATEDOURO

Os abates totais de bovinos, em 1988, mantiveram a tendência de aumento constatada a partir de 1985. O aumento da oferta regional de bois permitiu um melhor aproveitamento da capacidade industrial instalada. O crescimento expressivo nos abates a partir de 1985, contudo, ainda não foi suficiente para eliminar integralmente a ociosidade do parque industrial, especialmente construído para absorver apenas bovinos. Um volume expressivo de animais abatidos foi realizado pelas indústrias que processam suínos. Parte desse volume deve-se à incorporação definitiva de uma unidade frigorífica localizada na principal região produtora do estado (Campos de Lages e Campos de Curitibanos). A composição dos abates, em 1988, apresentou diferenças significativas em relação à 1987. A participação dos pequenos abatedouros diminuiu 13,2%, enquanto que a dos abatedouros sob inspeção federal aumentou 27,8%. Isto foi possível devido às dificuldades enfrentadas pela pequena unidade em participar de um mercado cada vez mais competitivo, onde o açougue está desaparecendo, dando lugar ao grande supermercado. Outro fator a considerar é a ampliação da fiscalização sobre a arrecadação dos tributos estaduais, que, ao elevar os seus custos, dificultou-lhe uma maior participação no mercado. O aumento da participação das indústrias inspecionadas teve como pano de fundo a menor oferta de suínos, compensada pela industrialização de um volume maior de carne bovina.

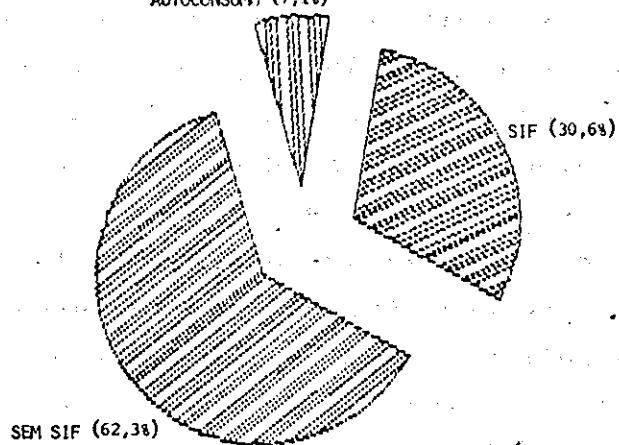
TABELA 2
BOVINOS DE CORTE - ABATE TOTAL MENSAL E VARIAÇÃO PERCENTUAL
- SC - 1984-88

MES	(mil cab.)						VAR %
	1984	1985	1986	1987	1988	b/a	
			(a)	(b)			
Jan	20,8	21,9	26,1	21,8	27,1	24,2	
Fev	20,7	20,6	23,9	24,6	28,0	13,9	
Mar	22,3	23,5	25,0	27,5	30,7	11,4	
Abr	22,7	23,6	27,2	28,4	29,7	4,5	
Mai	24,4	24,9	24,3	28,0	28,7	2,7	
Jun	17,9	21,7	23,0	25,7	28,9	12,4	
Jul	17,3	20,0	21,3	24,4	26,8	9,7	
Ago	16,2	19,6	23,3	24,3	25,1	3,2	
Set	17,3	22,0	22,2	25,2	25,4	0,5	
Out	17,4	26,0	22,6	25,6	28,2	9,9	
Nov	18,0	26,2	23,0	30,2	28,7	-4,9	
Dez	20,7	25,4	22,6	29,9	29,0	-3,2	
TOTAL	235,8	275,2	284,5	315,7	336,1	6,5	

FONTE: MA/SERPA-SC E Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 2

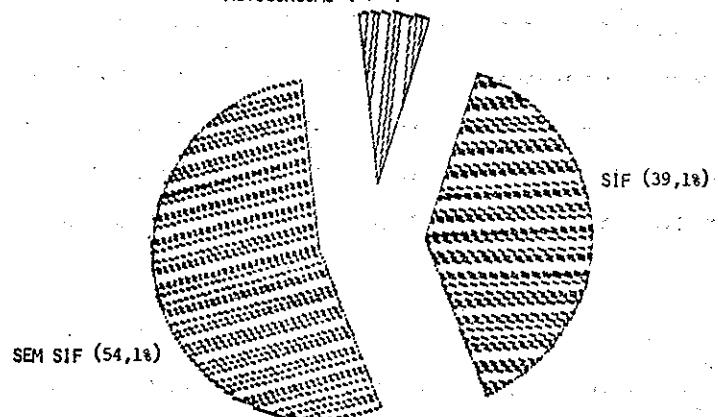
BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES EM SC - 1987
AUTOCONSUMO (7,1%)



FONTE: MA/SERPA-SC E INSTITUTO CEPÁ/SC.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPÁ/SC.

GRÁFICO 3

BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES EM SC - 1988
AUTOCONSUMO (6,8%)



FONTE: MA/SERPA-SC E INSTITUTO CEPÁ/SC.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPÁ/SC.

4. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SE EXPANDIRAM

O volume exportado pelos principais exportadores apresentou queda em 1988, com especial destaque para as transações efetuadas pelos EUA e a CEE. Os decréscimos foram estimados em 36,6% e 20,6%, respectivamente. Esta significativa diminuição nas exportações mundiais, avaliada em

4,35%, teve, também, como protagonista, a redução de 4,39% das exportações canadenses e de 5,76% nos países com pouca tradição no mercado internacional. Chamou a atenção, em 1988, o crescimento, em aproximadamente 32,2%, das exportações brasileiras, do Uruguai em 18,18%, da Nova Zelândia em 16,30% e a estabilização das transações argentinas. O encolhimento das exportações dos EUA e da CEE deu-se em função da necessidade de destinar volumes maiores ao consumo interno. Nos países em que houve crescimento, as negociações foram facilitadas pela oferta abundante e os preços mais competitivos. Este panorama, como decorrência da expectativa de que a produção dos principais produtores e consumidores continuará recuando, deverá persistir em 1989 (tabela 3).

TABELA 3
CARNE BOVINA- EXPORTAÇÃO DE PAÍSES SELECIONADOS - 1984-88

PAÍS	1984	1985	1986	1987	1988	VAR.% (a) b/a	PART.% 88
				(a)	(b)		
Eua	152	151	239	288	184	-36,1	4,02
Austrália	616	690	809	780	808	3,59	21,15
Canadá	105	118	105	91	87	-4,39	2,28
Argentina	250	260	251	300	300	0	7,86
Brasil	480	530	350	378	500	32,27	13,09
Uruguai	131	120	187	110	130	18,18	3,40
CEE	755	772	1.161	1.280	1.016	-20,6	26,60
URSS	25	30	7	7	7	0	0,18
Nova Zelândia	287	332	340	325	378	16,30	9,90
Outros Países	441	468	457	434	409	-5,76	10,70
TOTAL	3.242	3.471	3.906	3.993	3.619	-4,35	100,00

FONTE: USDA.

5. O MERCADO ABSORVEU A PRODUÇÃO OFERTADA

Os excedentes internos encontraram escoamento fácil via mercado externo, onde as condições propiciaram o fechamento de bons negócios. A menor produção americana, os estoques internacionais mais baixos, a maior procura por parte dos países do Oriente Médio e do norte da África, a recuperação dos preços internacionais e os preços internos do boi mais competitivos lá fora constituíram os principais fatores para a reconquista de clientes perdidos em 1986. No mercado interno,

o consumo, mesmo sendo considerado baixo, manteve-se dentro dos patamares de 1987. A expectativa de que o mercado teria de conviver com sobras do produto não se confirmou. Na safra, constataram-se sobras do produto. Na entressafra, o suprimento interno foi maior que o verificado em 1987, mas a produção naquele período do ano esteve abaixo das estimativas mais otimistas, de um lado, devido à estiagem extemporânea, e de outro, pela diminuição do número de animais em confinamento e/ou pastagens de inverno. Com isso, os estoques de passagem ficaram em níveis considerados baixos. Como diferenças fundamentais em relação ao comportamento do mercado em 1987, além da expansão das exportações, houve uma redução nas importações em regime de "draw back" e nos estoques oficiais, que, na temporada, situaram-se em um volume próximo a 50,0 mil toneladas.

TABELA 4
CARNE BOVINA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-88
(mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL				SANTA CATARINA			
	1985	1986	1987	1988(*)	1985	1986	1987	1988(*)
Estoque inic.	20	15	20	50	4	4	4	4
Produção	2.223	1.871	2.250	2.300	53	59	62	65
Importação	50	407	130	70	13.2	3	10	7
Suprim. Int.	2.293	2.293	2.400	2.420	66.2	62	76	76
Exportação	487	348	350	540	-	-	-	-
Consumo Int.	1.791	1.925	2.000	1.970	66.2	62	72	74
Estoque Final	15	20	50	5	4	4	4	4
Kg/Per Cápita	14.5	15.3	14.4	14	16.1	18.3	17	17

FONTE: IBGE, CFP e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*)Estimativa.

6. OS PREÇOS SOFRERAM FORTE AVILTAMENTO

A atividade pecuária, analisada do ponto de vista dos preços, teve um baixo desempenho econômico. A avaliação, em termos de preços nominais, indica um crescimento das cotações em 1.326,0%, percentual superior ao da inflação do ano. No entanto, na análise deste número deve ser considerado o fator de que os preços do boi e da carne sofreram forte controle oficial nos anos de 86 e 87, não absorvendo, portanto, a inflação

daqueles períodos. Na comparação dos índices de preços reais do boi nos anos de 86, 87 e 88, constata-se que os preços do baixa foram maiores em 88. Na mesma direção situou-se a cotação do boi em dólar, cuja queda, na média, foi consequência do forte aviltamento dos preços em plena safra, já que na entressafra permaneceram dentro dos parâmetros históricos. A maior oferta na safra, a instabilidade do consumo interno, a maior oferta de carnes alternativas e o deslocamento dos consumidores para o frango, dentre outros, constituíram os principais fatores que explicam esse panorama. Apesar de os números indicarem uma situação economicamente pouco confortável, é necessário considerar que o grosso do capital investido em pecuária é considerado como reserva de valor, e que uma simples análise de preços não explica a rentabilidade da atividade.

TABELA 5
BOI GORDO - COTAÇÃO MENSAL EM DÓLAR POR ARROBA - SANTA CATARINA
- 1983-88

MÊS	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Jan	15.97	19.99	14.95	20.43	26.99	12.86
Fev	14.42	19.04	13.34	17.70	23.29	12.81
Mar	12.48	15.84	12.84	15.98	21.50	13.13
Abr	14.99	17.30	11.03	16.21	27.38	14.15
Mai	18.12	18.61	9.96	16.97	22.78	12.33
Jun	18.40	30.47	9.41	17.06	17.55	14.80
Jul	21.01	23.15	14.45	18.08	18.92	18.88
Ago	24.80	26.06	17.87	18.29	20.16	18.77
Set	22.88	24.53	17.40	20.25	19.86	23.97
Out	21.08	21.23	18.32	23.13	23.41	22.40
Nov	19.35	18.42	29.16	30.35	18.23	21.63
Dez	19.99	16.64	16.85	31.00	15.22	23.02

FONTE: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

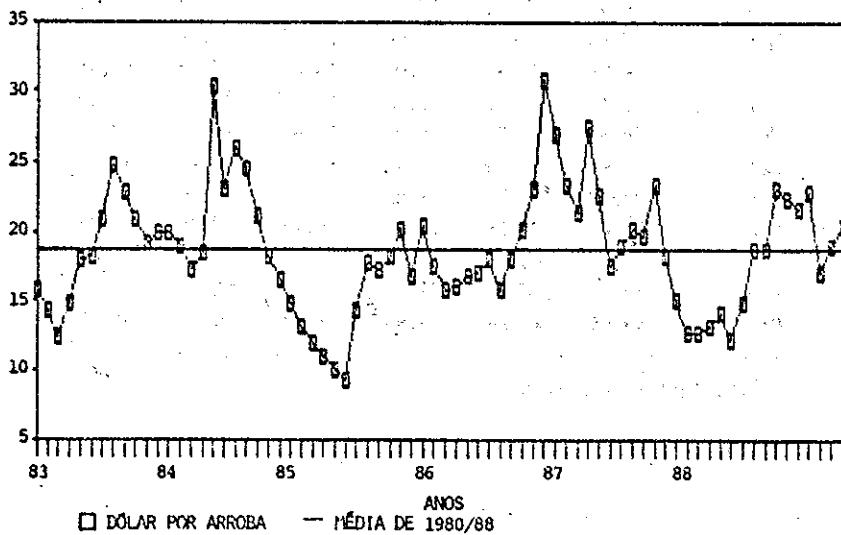
BOVINOS DE CORTE - PREÇO MÉDIO MENSAL CORRENTE E REAL DE DEZ/88(1) RECEBIDO PELOS BOVINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983-88

MÊS	(Cz\$/kg)											
	83		84		85		86		87		88	
	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real
Jan	0.14	345.23	0.68	535.41	1.67	395.90	7.67	518.87	14.10	581.31	37.50	332.68
Fev	0.15	347.25	0.72	502.90	1.67	359.38	7.67	451.25	14.10	510.21	44.50	334.67
Mar	0.17	351.19	0.67	425.48	1.67	318.86	7.37	434.08	15.00	474.45	50.50	327.38
Abr	0.22	417.89	0.80	468.44	1.74	308.97	7.48	437.15	21.67	566.65	60.84	330.67
Mai	0.29	517.98	0.94	502.94	1.74	286.66	7.83	451.29	23.34	495.34	61.67	284.58
Jun	0.32	509.54	1.67	822.24	1.80	275.77	7.87	447.90	23.34	392.95	87.70	338.57
Jul	0.40	567.43	1.40	624.83	3.00	421.97	8.34	469.07	28.34	463.00	135.84	422.78
Ago	0.53	686.67	1.67	673.76	4.00	493.56	8.44	466.85	31.67	486.46	169.34	436.80
Set	0.53	608.79	1.80	657.15	4.34	490.13	9.34	507.90	33.00	479.65	252.50	525.21
Out	0.55	554.64	1.74	562.64	5.00	518.42	10.67	569.40	41.66	554.61	396.30	500.68
Nov	0.56	520.80	1.67	492.89	6.00	541.20	14.00	723.31	38.34	452.33	385.34	498.81
Dez	0.63	544.72	1.67	445.92	5.60	446.22	14.30	688.72	36.70	379.34	535.00	535.00

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Utilizaram-se os índices gerais de preços (col 2) da revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas (dez/88).

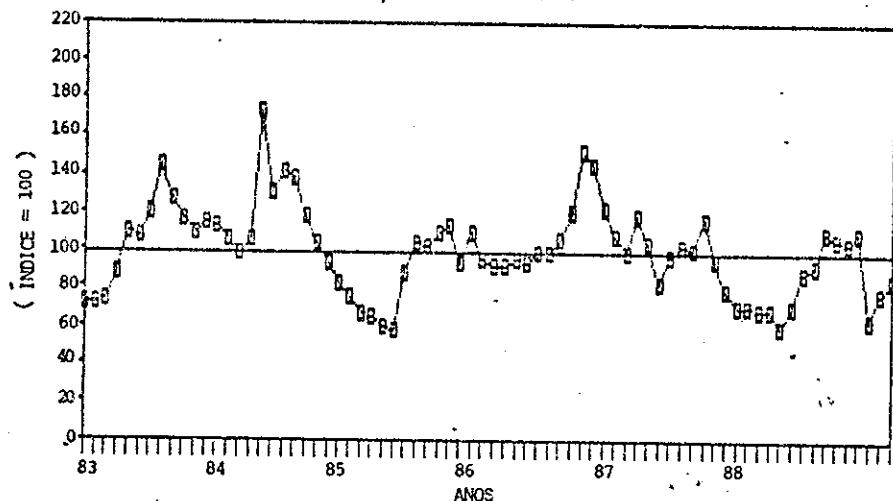
GRÁFICO 4
SANTA CATARINA - COTAÇÃO DO BOI GORDO - US\$/ARROBA - 1983-88



DÓLAR POR ARROBA — MÉDIA DE 1980/88

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 5
SANTA CATARINA - ÍNDICE DE PREÇO REAL DO BOI GORDO - 1983-88



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

As dificuldades enfrentadas pela bovinocultura de corte em 1988 tendem a não se repetir em 1989. A expectativa é de que a produção permaneça em expansão. A produção nacional deverá situar-se no intervalo entre 2,35 e 2,45 milhões de toneladas, evidenciando um crescimento de 2,2% a 4,5%. Isto decorrerá principalmente do aumento da produção na entressafra e da melhor composição do rebanho nas regiões de tradição com pecuária. As estimativas para Santa Catarina apontam na direção de que a oferta regional deverá atingir um volume entre 68,0 e 70,0 mil toneladas. Um aumento, na produção estadual, de até 7,7% em relação às 65,0 mil toneladas produzidas em 88 derivará da continuidade do amadurecimento dos investimentos na integração lavoura/pecuária, da produção da entressafra e da melhoria dos índices de produtividade dos plantéis, principalmente nas regiões coloniais. O aumento esperado na produção tende a não se constituir em entrave para a prática de preços mais compensadores. Esta possibilidade baseia-se nos indicativos de que as exportações continuarão enxugando os excedentes internos. No mercado interno, a menor oferta de carne suína aumentará a industrialização de carne bovina, notadamente dos cortes rejeitados pelo mercado externo. Estes dois fatores garantem, preliminarmente, um escoamento fácil da produção a cotações que deverão superar as praticadas em 1988.

3.4 BOVINOS DE LEITE

1. INTRODUÇÃO

Embora na maioria das propriedades ainda seja desenvolvida como atividade complementar, a bovinocultura de leite vem aumentando sensivelmente sua importância nos últimos anos. Em algumas regiões do estado, onde tinha apenas um forte caráter de subsistência, vem se acentuando gradativamente a comercialização de leite e, consequentemente, sua participação na composição da receita de muitos produtores.

Apesar de distribuída por todo o estado, como se verá mais adiante, algumas microrregiões destacam-se como principais produtoras. O que se nota nos últimos anos é um sensível crescimento na produção do oeste do estado (MRH Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense), cuja participação na produção estadual aumentou de 39,6% em 1980, para 43,7% em 1987.

Outro aspecto que merece ser destacado é o substancial crescimento verificado na comercialização de leite para as indústrias sob inspeção federal. De 1980 para 1987, houve um incremento de 127%, saltando de 83,7 para 189,8 milhões de litros. Com isto, do total da produção estadual, atualmente cerca de 31,0% passa pelas indústrias inspecionadas; em 1980 atingia apenas 15,7%.

Neste particular, verifica-se novamente o oeste despontando sobre as demais regiões. Enquanto em 1980 respondia por apenas 20% do leite recebido pelas indústrias estaduais, em 1987 aumentou a sua participação para cerca de 52%. Isto, de certa forma, tem sido, inclusive, um problema para o abastecimento do mercado consumidor, o qual se concentra principalmente na região litorânea do estado.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário de Produção da FAO, em 1986 foram produzidos no mundo 468.798 milhões de quilos de leite (tabela 1). Deste total, pouco menos de 60% foi produzido na Europa e América do Norte. Além desta concentração, nestes dois continentes, pode-se destacar também a concentração da produção em alguns poucos países, dos quais, em 1986, apenas 10 responderam por 67% da produção mundial (tabela 2).

TABELA 1
LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAIS -
1980-86

ANO	VACAS ORDENHADAS (1.000 cab.)	PRODUÇÃO (milhões de Kg)	RENDIMENTO (Kg/vaca ord/ano)
1980	222.599	427.930	1.922
1981	222.787	428.062	1.921
1982	216.422	432.892	2.000
1983	223.045	452.570	2.029
1984	219.709	454.750	2.070
1985	221.578	462.256	2.086
1986	222.267	468.798	2.109

FONTE: Anuario FAO de Producción, de 1982 a 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
LEITE - PRODUÇÃO MUNDIAL, MAIORES PAÍSES PRODUTORES E
PARTICIPAÇÃO % - 1985-86

PAÍS	1985		1986	
	Produção (1000 t)	Particip. (%)	Produção (1000 t)	Particip. (%)
URSS	98.173	21,2	100.650	21,5
EUA	65.166	14,1	65.680	14,0
França	33.000	7,1	33.700	7,2
Alemanha Oc.	25.674	5,6	26.350	5,6
India	19.000	4,1	20.100	4,3
Polônia	16.433	3,6	15.704	3,3
Reino Unido	16.044	3,5	16.250	3,5
Holanda	12.559	2,7	12.665	2,7
Brasil	12.580	2,7	11.860	2,5
Itália	10.847	2,3	10.865	2,3
Subtotal	309.476	66,9	313.824	66,9
TOTAL MUNDIAL	462.256	100,0	468.798	100,0

FONTE: Anuario FAO de Producción - 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A participação brasileira na produção mundial de leite é pouco significativa, pois, independentemente de o rebanho ser expressivo, sua produtividade é muito baixa. Enquanto a nível mundial a produção vaca/ano alcança uma média de 2.109 Kg., no Brasil não atinge nem 800 Kg. Alguns países, que, por possuirem rebanhos considerados pequenos, não constam entre os maiores produtores mundiais de leite, destacam-se pela produtividade média de seus plantéis. No estado de Israel, por exemplo, a produção média por vaca/ano atingiu, em 1986, 8.278 Kg., mais de 11 vezes a produção média do Brasil, conforme se pode constatar na tabela 3.

TABELA 3
LEITE - PRODUÇÃO POR VACA/ANO - ALGUNS PAÍSES E MUNDIAL -
1985-86

PAÍS	PRODUÇÃO MÉDIA/VACA/ANO (Kg)	
	1985	1986
Israel	7.805	8.278
EUA	5.911	6.048
Dinamarca	5.603	5.808
Suécia	5.546	5.749
Holanda	5.307	5.592
Noruega	5.246	5.327
Brasil	710	700
MUNDIAL	2.086	2.109

FONTE: Anuario FAO de Producción - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No contexto nacional, as Regiões Sudeste e Sul se destacam, respondendo, em 1986, por 72,12% da produção. Em termos de estado, destacam-se especialmente Minas Gerais e São Paulo, respondendo, no mesmo ano, respectivamente, por 29,79% e 14,64% da produção nacional (tabela 4).

TABELA 4
LEITE - PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1975, 1980 E 1986

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1975		1980		1986	
	Produção (1000 t)	Part. %	Produção (1000 t)	Part. %	Produção (1000 t)	Part. %
BRASIL	8.513.783	100,00	11.596.276	100,00	12.491.809	100,00
NORTE	48.786	0,57	138.422	1,19	327.549	2,62
Rondônia	3.240	0,04	18.241	0,16	64.866	0,52
Acre	6.900	0,08	14.956	0,13	16.483	0,13
Amazonas	13.249	0,15	23.722	0,20	28.857	0,23
Roraima	4.081	0,05	3.674	0,03	6.320	0,05
Pará	20.360	0,24	76.137	0,66	209.366	1,68
Asapá	957	0,01	1.689	0,01	1.657	0,01
NORDESTE	1.198.249	13,02	1.583.705	13,66	1.695.403	13,57
Maranhão	34.644	0,41	81.401	0,70	92.070	0,74
Piauí	29.314	0,35	50.521	0,44	38.056	0,30
Ceará	169.731	1,99	269.306	2,32	226.866	1,82
R.G. Norte	69.323	0,81	103.397	0,89	97.172	0,78
Paraíba	111.858	1,31	134.519	1,16	134.057	1,07
Pernambuco	184.584	2,17	236.249	2,04	259.921	2,08
Alagoas	62.781	0,74	87.804	0,76	109.708	0,88
Sergipe	62.882	0,74	85.623	0,74	74.965	0,60
Bahia	383.096	4,50	534.746	4,61	662.748	5,30
SUDESTE	4.843.525	56,89	5.922.687	51,07	6.200.544	49,64
Minas Gerais	2.740.633	32,19	3.420.564	29,50	3.721.197	29,79
Espírito Santo	272.036	3,20	326.127	2,81	267.144	2,14
Rio de Janeiro	362.816	4,26	452.435	3,90	383.519	3,07
São Paulo	1.468.041	17,24	1.723.610	14,86	1.828.684	14,64
SUL	1.871.905	21,99	2.682.396	23,13	2.807.905	22,48
Paraná	518.606	6,09	822.292	7,09	1.032.743	8,27
Santa Catarina	409.837	4,82	534.157	4,61	587.028	4,70
R.G. Sul	943.461	11,08	1.325.945	11,43	1.188.134	9,51
CENTRO-OESTE	641.318	7,53	1.269.064	10,95	1.460.408	11,69
M.G. do Sul	90.476	1,06	203.957	1,76	312.939	2,50
Mato Grosso	39.138	0,46	91.572	0,79	125.777	1,01
Goiás	506.805	5,95	963.626	8,31	1.010.714	8,09
Distrito Federal	4.899	0,06	9.908	0,09	10.978	0,09

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário do Brasil - 1975 e 1980 e Anuário Estatístico do Brasil - 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível estadual, segundo as estatísticas do IBGE, a exemplo do que vem ocorrendo desde 1983, em 1987 a produção voltou a crescer em relação à do ano imediatamente anterior. As estatísticas mostram, no entanto, que este crescimento se deu basicamente pelo maior número de vacas ordenhadas. A produtividade do rebanho continua significativamente baixa. Em relação à produtividade, aliás, é difícil fazer outros tipos de comentários, exceto o de que tem sido baixa. Esta assertiva se deve ao fato de que as estatísticas do período de 1981 a 1987 são provenientes de levantamentos subjetivos, os quais, neste particular, dificultam qualquer tipo de análise. Isto fica caracterizado, por exemplo, com a diferença de produtividade de 1980 para os outros anos que, em princípio, só pode ser explicada, pela mudança na forma de obtenção dos dados.

naquele ano houve Censo Agropecuário e, portanto, o levantamento foi realizado em cada propriedade.

TABELA 5

LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA
- 1980-87

ANO	VACAS ORDENHADAS (no cab.)	PRODUÇÃO (1.000 l)	RENDIMENTO (1/vacas ord/ano)
1980	433.586	534.157	1.232
1981	516.112	517.720	1.003
1982	510.059	510.959	1.001
1983	477.627	519.748	1.088
1984	486.658	540.383	1.110
1985	502.056	559.104	1.114
1986	507.235	587.028	1.157
1987	534.377	612.235	1.146

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal, 1981-87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos microrregionais, a produção leiteira catarinense concentra-se especialmente nas seguintes: Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí, Colonial de Blumenau e Carbonifera, que, somadas, respondem por 68% da produção estadual. Neste particular, é oportuno destacar a participação crescente das microrregiões do oeste de Santa Catarina, cuja produção tende a se destacar cada vez mais no cenário estadual. Enquanto em grande parte das outras a produção leiteira tende a se estabilizar ou até a decrescer, naquelas se encontra em plena expansão (tabela 6).

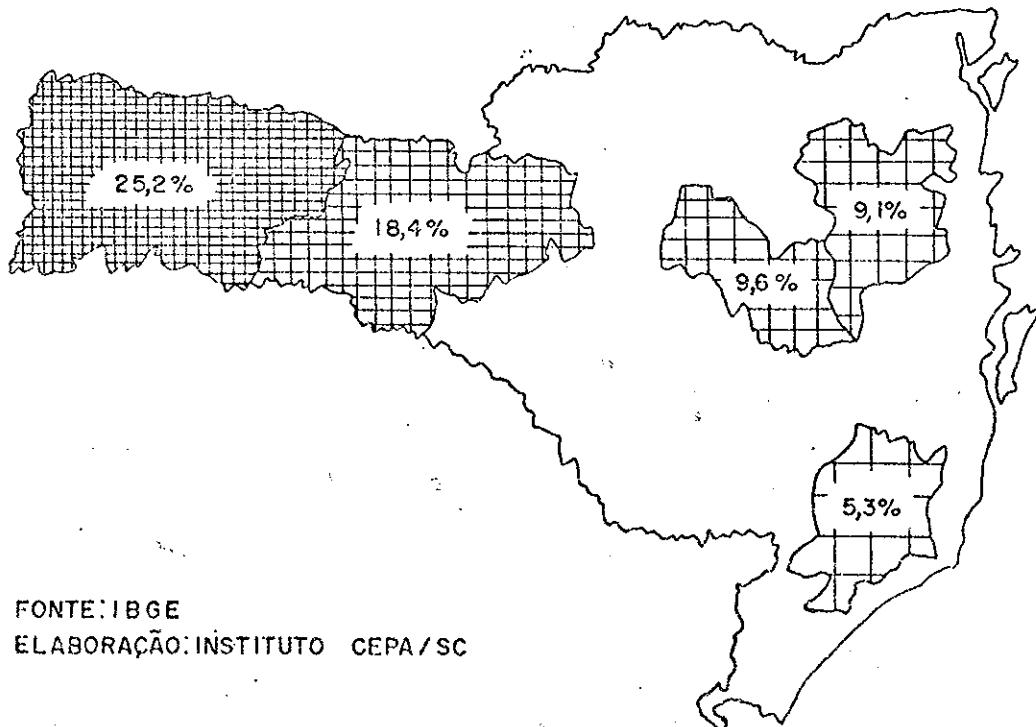
TABELA 6
LEITE - PRODUÇÃO CATARINENSE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO ESTADO - 1980 E 1987

ANO	1980			1987		
	MICRORREGIÃO	Vacas Ordenhadas (no cab.)	Produção (mil litros)	Rendimento (1/vaca/ano)	Vacas Ordenhadas (no cab.)	Produção (mil litros)
Col. de Joinville	19.693	28.076	1.426	21.297	25.983	1.220
Lit. de Itajaí	3.690	4.355	1.180	3.883	4.544	1.170
Col. de Blumenau	42.270	60.694	1.436	43.570	55.960	1.284
Col. Itajaí Norte	16.393	20.496	1.250	17.700	23.450	1.325
Col. Alto Itajaí	42.473	57.721	1.359	43.036	58.656	1.363
Florianópolis	7.946	9.194	1.157	12.068	15.738	1.394
Col. Serrana Cat.	16.153	16.079	995	24.453	28.377	1.160
Lit. de Laguna	2.725	2.167	795	4.122	3.011	730
Carbonífera	30.535	35.247	1.154	33.284	32.609	980
Lit. Sul Cat.	9.226	9.300	1.008	10.395	6.543	629
Col. Sul Cat.	9.376	11.172	1.192	8.238	5.846	710
Campos Lages	35.063	26.842	766	38.060	23.623	621
Campos Curitibanos	23.917	19.337	840	34.315	30.745	896
Col. Rio do Peixe	58.617	80.103	1.381	79.041	112.803	1.427
Col. Oeste Cat.	98.317	131.270	1.335	136.395	154.514	1.134
Plan. Canoinhas	18.692	22.096	1.182	24.618	29.834	1.212
TOTAL DO ESTADO(1)	433.586	534.157	1.232	534.377	612.236	1.146

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal de 1987.

(1) Eventuais diferenças são provenientes das aproximações.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTA CATARINA — 1987



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No ano de 1988, o governo não deu sequência à política de preços parcialmente praticada em 1987. Enquanto em alguns meses deste ano o preço foi estabelecido tomando-se como referência o custo total de produção, no de 88 levaram-se em consideração, no máximo, os custos variáveis. Desta forma, parte da recuperação de preço verificada em 1987 foi perdida em 1988. Embora esta perda não tenha sido muito acentuada, considerando-se que o custo de produção evoluiu em patamares superiores ao da inflação, a atividade leiteira brasileira não teve no ano findo o mesmo estímulo do anterior.

O ano de 1987, mais uma vez, mostrou uma forte característica da atividade leiteira brasileira. Ela responde muito rapidamente a qualquer estímulo de preço. Bastou uma melhor remuneração aos produtores para que houvesse um sensível crescimento na produção destinada às indústrias. O ano de 1988, por sua vez, mesmo com o preço em patamares abaixo do esperado pelos produtores, não apresentou decréscimo no volume de leite recebido pelas indústrias.

TABELA 7
LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E
VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1980-88

ANO	VOLUME RECEBIDO (1.000 litros)	VARIAÇÃO (%)
1980	7.728.338	-
1981	8.400.312	8,69
1982	8.126.315	(-) 3,26
1983	8.585.316	5,65
1984	8.886.785	3,51
1985	8.833.561	(-) 0,60
1986	8.698.136	(-) 1,53
1987	9.937.665	14,25
1988(1)	10.177.431	2,41

FONTE: Fundação IBGE - Pesquisa Mensal de Leite.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação posterior.

Em Santa Catarina, ao contrário do que ocorre no país, independente da política de preços, o volume de leite recebido pelas indústrias do estado vem crescendo ano a ano. Esta tendência deverá se manter por mais alguns anos. Pela tabela 8,

fica caracterizado que o percentual de leite comercializado para as indústrias ainda é bastante baixo e, mesmo sem ganhos de produtividade do rebanho, ainda pode crescer sensivelmente. Isto, aliás já vem ocorrendo. No período de 1980 a 1987, enquanto a produção estadual cresceu apenas 14,6%, a recebida pelas indústrias mais do que duplicou, apresentando um incremento de 127%.

TABELA 9

LEITE - PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL - SANTA CATARINA - 1980 A 1988

ANO	PRODUÇÃO TOTAL (1000 litros)	PRODUÇÃO RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS (1000 litros)	% da produção
1980	534.157	83.676,0	15,7
1981	517.720	87.644,0	16,9
1982	510.959	96.249,1	18,8
1983	519.748	101.464,0	19,5
1984	540.383	106.084,1	19,6
1985	559.104	131.724,2	23,6
1986	587.028	159.917,9	27,2
1987	612.235	189.776,9	31,0
1988(1)	640.000	225.000,0	35,2

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal, 1981-87.

MA - SERPA/SC.

(1) Estimativa do Instituto CEPA/SC.

Sobre este crescimento é possível fazer duas assertivas que se complementam: primeiro, é que se deu quase que exclusivamente pelo aumento do número de produtores que comercializam leite - seja pela expansão de algumas bacias já existentes, seja pelo surgimento de novas bacias leiteiras; segundo, é que ocorreu particularmente no oeste do estado. Em 1980, aquela região era responsável por apenas cerca de 20% da produção recebida pelas indústrias; em 1987, respondeu por 52%, e, no ano de 1988, o percentual deverá ser maior.

TABELA 9
LEITE - PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO COMERCIALIZADA PARA AS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1986 E 1987

MICRORREGIÃO HOMOGENEIA	1986			1987		
	Produção Total (litro)	Prod. recebida pelas indústrias Volume (litro)	% da produção total	Produção Total (litro)	Prod. recebida pelas indústrias Volume (litro)	% da produção total
Col. de Joinville	26.106.170	12.430.959	47,6	25.983.271	11.771.314	45,3
Lit. de Itajaí	3.907.313	412.345	10,6	4.543.542	568.410	12,5
Col. de Blumenau	54.378.909	16.578.006	30,5	55.960.440	16.819.750	30,1
Col. Itajaí Norte	22.285.100	10.744.644	48,2	23.450.000	12.354.518	52,7
Col. Alto Itajaí	57.347.754	24.124.323	42,1	58.655.528	25.288.045	43,1
Florianópolis	14.899.322	89.772	0,6	15.737.727	67.744	0,4
Col. Serrana Cat.	26.319.646	553.741	2,1	28.376.936	237.174	0,8
Lit. de Laguna	2.504.411	-	0,0	3.010.788	-	0,9
Carbonifera	32.156.005	2.931.402	9,1	32.609.327	2.714.426	8,3
Lit. Sul Cat.	8.749.799	312.949	3,6	6.542.732	264.456	4,0
Col. Sul Cat.	7.445.330	-	0,0	5.845.500	-	0,0
Campos Lages	23.517.500	7.077.431	30,1	23.623.316	8.416.292	35,6
Campos Curitibanos	28.688.050	7.601.706	26,5	30.744.750	7.028.824	22,9
Col. Rio do Peixe	105.648.911	37.326.045	35,3	112.803.101	43.437.255	38,5
Col. Oeste Cat.	144.822.759	35.388.309	24,4	154.519.696	57.077.824	35,6
Plan. Canoinhas	28.250.636	4.346.273	15,4	29.834.471	5.730.888	19,2
TOTAL	587.027.606	159.917.905	27,2	612.235.125	189.776.920	31,0

FONTE: IBGE - Produção Pecuária Municipal, 1986 e 1987; MA - SERPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Nos últimos anos o crescimento no volume de leite recebido só não se tornou um "problema" para algumas indústrias do estado em função de a comercialização interestadual estar favorecida, facilitando sobremaneira o escoamento da produção catarinense e evitando que fosse necessário fazer grandes estoques de leite em pó e queijos.

TABELA 10
COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE E QUEIJO DE SANTA CATARINA PARA OUTROS ESTADOS DO PAÍS - 1986-1988

PRODUTO	ANO	1986	1987	1988(1)
Queijo (kg)		114.149	418.592	215.690
Leite Cru Resfriado Tipo "C"		20.898.950	31.219.229	23.634.662
Leite Cru Resfriado Ácido		-	18.702	129.791
Leite Pasteurizado Tipo "B"		-	-	17.950
Leite Pasteurizado Tipo "C"		7.860.047	14.402.208	19.658.457
Leite Pasteurizado Gordura 2%		284.190	746.290	1.499.120
Leite Pasteurizado Reconstituído		-	7.000	120.500
Leite Pó Integral (Kg)		-	-	12.000

FONTE: MA - SERRA/SC.
(1) - Situação de janeiro a outubro.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

As informações em relação ao consumo de produtos alimentares no Brasil são bastante precárias. A fonte normalmente utilizada para se chegar aos números desejados é o Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pela Fundação IBGE em 1974/75. Embora exaustivo, atualmente, em face de uma substancial modificação na estrutura de consumo, o trabalho não deve mais ser tomado como parâmetro.

Em Santa Catarina, a situação não é muito diferente. Excetuados três trabalhos realizados pelo Instituto CEPA/SC nos municípios de Florianópolis (novembro/1985) Joinville (agosto/1986) e Criciúma (novembro/1987), não existem maiores informações sobre os níveis de consumo no estado. Embora não deva ser considerado um parâmetro exato, o resultado destas pesquisas mostra que os níveis de consumo estão bastante aquém dos recomendados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) - 146 litros por pessoa/ano.

TABELA 11
LEITE - CONSUMO APARENTE DE LEITE POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIÚMA - 1985-87

PRODUTO	LOCAL	UNID.	FLORIANÓPOLIS(1)	JOINVILLE	CRICIÚMA
Leite "in natura"	Lit.		74,88	73,92	67,56
Leite em pó	Kg		-	1,32	1,08
Queijo	Kg		-	2,28	3,84
Manteiga	Kg		--	0,6	0,36

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Pesquisado somente leite "in natura".

Um ponto que fica bastante explícito nas pesquisas é que o consumo é reduzido fundamentalmente em função do baixo poder aquisitivo da população, ou seja, o leite e seus derivados têm alta elasticidade - renda. Portanto, basta alguma recuperação de poder aquisitivo da população para que a demanda cresça sensivelmente.

Apesar da demanda relativamente baixa, é tradicional, em determinados períodos do ano, em face da sazonalidade da produção, as indústrias que atendem a região litorânea do

estado terem que recorrer à reidratação do leite em pó para satisfazer o consumo. Isto não significa, no entanto, que, mesmo no período de entressafra, a produção catarinense seja insuficiente para atender à demanda interna. O problema é que para algumas indústrias, por questão mercadológica, é mais interessante comercializar o leite para outros estados do, que atender às regiões litorâneas.

No ano de 1988, para o abastecimento do período de entressafra, a necessidade de se recorrer à reidratação do leite em pó foi sensivelmente menor que para os anos de 1986 e 1987. Note-se, pela tabela abaixo, que, em relação a 1987, isso não ocorreu porque houve redução no volume de leite comercializado internamente, mas, sim, pelo fato de ter havido um crescimento na participação do leite pasteurizado tipo C no total comercializado.

TABELA 12
LEITE - COMERCIALIZAÇÃO AO MERCADO CONSUMIDOR CATARINENSE SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS - 1986-1988

PRODUTO	ANO	1986	1987	1988(I)
Leite Pasteurizado Tipo "A"		717.630	660.824	437.329
Leite Pasteurizado Tipo "B"				75.050
Leite Pasteurizado Tipo "C"		123.194.329	97.276.144	97.150.070
Leite Pasteurizado Reconstituído		7.481.490	6.521.205	3.415.574
Leite Pasteurizado Gordura 2%		1.175.906	67.872	52.605
TOTAL		132.569.355	104.526.045	101.130.628

FONTE: MA - SERRA/SC.

(I) - Situação de janeiro a outubro.

5. RENTABILIDADE DA ATIVIDADE

Neste trabalho, para se fazer a análise da rentabilidade da atividade leiteira, tomaram-se como base:

- 1) o custo de produção elaborado bimestralmente (a partir de 1984) pelo Instituto CEPA/SC (o custo por litro considera também a venda do excedente do plantel);

- 2) o preço do leite-cota posto na plataforma das indústrias (nos meses em que vigoraram dois preços diferentes foi feita uma média ponderada de acordo com o número de dias de vigência de cada preço);
- 3) os preços e custos corrigidos pelos índices oficiais de inflação, para o mês de dezembro de 1988.

Posto isto, as conclusões são relativamente simples. Pela tabela 13 fica explícito que, em termos reais, o melhor preço dos últimos anos, para os produtores, foi o de 1987. Apesar disto, quando se comparam os preços com os custos, as melhores margens de rentabilidade aconteceram no ano de 1983.

No período considerado, a pior situação foi a de 1986, quando o preço ficou estabilizado em patamares nenhavemente inferiores aos custos. O ano de 1987 caracterizou-se por recuperação de preços e rentabilidades boas. Em 1988, ao contrário, a situação inverteu-se. Na maior parte dos meses, o preço de plataforma sequer igualava o custo de produção.

TABELA 13
LEITE - COMPARATIVO ENTRE O CUSTO DE PRODUÇÃO E O PREÇO RECEBIDO PELOS PRODUTORES - 1983-1988
(C\$ / litro corrigido pela inflação para dezembro/88)

ANO	1983			1984			1985			
	MES	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A
Jan	-	135,63	-	-	136,21	-	-	123,27	-	-
Fev	-	127,32	-	127,61	121,34	0,95	112,98	111,90	0,99	
Mar	122,16	151,41	1,24	-	125,09	-	-	120,06	-	
Abr	-	138,66	-	118,55	138,19	1,17	107,20	126,79	1,18	
Mai	-	129,74	-	-	126,94	-	-	117,64	-	
Jun	130,94	160,74	1,24	135,20	116,20	0,86	146,62	107,08	0,74	
Jul	-	141,85	-	-	127,27	-	-	125,81	-	
Ago	-	128,83	-	127,38	119,02	0,93	132,89	123,39	0,93	
Set	138,44	131,92	0,95	-	114,33	-	-	113,06	-	
Out	-	136,64	-	105,09	131,01	1,25	132,20	119,63	0,90	
Nov	152,84	130,20	0,85	-	119,24	-	-	127,60	-	
Dez	-	135,32	-	100,91	112,01	1,11	149,72	132,34	0,88	

(continua)

(conclusão)

ANO	1986			1987			1988			
	MES	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A	CUSTO (A)	PREÇO RECEB. (B)	B/A
Jan	-	129,62	-	-	144,30	-	-	132,54	-	-
Fev	129,37	104,90	0,81	136,42	126,65	0,93	139,81	128,91	0,92	
Mar	-	104,84	-	-	110,70	-	-	132,25	-	-
Abr	140,26	104,03	0,74	145,39	149,57	1,03	150,71	129,84	0,86	
Mai	-	102,59	-	-	121,40	-	-	135,44	-	-
Jun	141,14	131,47	0,93	129,97	156,40	1,20	140,14	136,43	0,97	
Jul	-	129,92	-	-	165,92	-	-	139,16	-	-
Ago	132,20	127,77	0,97	119,58	155,71	1,20	128,30	131,19	1,02	
Set	-	125,62	-	-	147,53	-	-	127,03	-	-
Out	141,41	123,27	0,87	136,72	143,33	1,05	144,17	130,00	0,90	
Nov	-	119,35	-	-	141,91	-	-	131,83	-	-
Dez	144,01	111,26	0,77	156,39	135,40	0,87	145,68	128,02	0,88	

FONTE: SINAB, Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

6. PERSPECTIVA PARA 1989

Ainda não existe nada de definido para o setor leiteiro. Como 1988 foi um ano em que, em termos reais, o preço do produto apresentou decréscimo, a expectativa é de que o governo volte a adotar uma política de preços que remunere melhor o setor produtivo. Esta expectativa é reforçada pelo fato de que as disponibilidades de leite em pó para reidratação no período de entressafra são bastante baixas. Ao que parece, este deve ser um fator a pesar decisivamente para que o governo estabeleça uma política de preços mais compatível com os custos de produção.

No que diz respeito ao abastecimento do mercado consumidor, desde já vão se delineando alguns problemas para a entressafra. Mesmo com uma política de preços realista, a produção apresenta decréscimos sensíveis. Isto, aliado ao baixo estoque de leite em pó para reidratação, significa que não haverá leite suficiente para atender ao consumo. Assim, mais uma vez, deverá ser adotado o caminho das importações. Na verdade, isto é apenas a repetição de situações anteriores, decorrentes da falta de uma política realista para o setor leiteiro.

3.5 MEL DE ABELHA

1. INTRODUÇÃO

O setor apícola brasileiro tem aumentado sua participação no "ranking" mundial, passando de 26º para 19º produtor de mel de abelha. Segundo dados da FAO de 1986, os países maiores produtores, por ordem de importância, são a União Soviética, a China, os Estados Unidos e o México.

O Brasil, através do seu vasto território, possui abundantes reservas de matas, com perenes floradas e excelentes condições de clima e de vegetação, propiciando à atividade apícola condições ideais para o seu desempenho, produzindo mel de excelente qualidade e de variados sabores.

Santa Catarina, por sua vez, apresenta a maior demanda apícola do país e a melhor produtividade por área ocupada, dando ao estado a condição de primeiro produtor nacional.

A exploração é feita em todo o território catarinense, verificando-se a maior concentração nas microrregiões homogêneas Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos, Planalto de Canoinhas, Carbonifera, Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Lages e Colonial do Alto Itajaí.

Esta atividade ocupa cerca de 9.100 trabalhadores. Destes, 1.800 são amadores; 600 são profissionais, que têm nela sua principal fonte de renda; 6.700 são profissionais, que a têm como fonte de renda secundária. É explorada em aproximadamente 43.000 propriedades, incluídas as que trabalham com polinização.

2. PRODUÇÃO

As estimativas de produção mundial feitas pela FAO indicaram para 1986 um volume de mel de abelha da ordem de 1.034 mil toneladas, contra 995 mil toneladas em 1985, com taxas

anuais de crescimento, no período de 1983 a 1986, de 0,64%, identificando continuidade e tendência de crescimento nos próximos anos, principalmente porque alguns países, produtores tradicionais, ainda não atingiram o seu ponto máximo de produção. Entretanto, países de potencial promissor em início da atividade estão encontrando dificuldades em obter um mel de excelente qualidade (sabor, umidade e cor), devido à escassa vegetação e ao uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e campos, com sensíveis prejuízos para o trabalho das abelhas na captação do néctar.

Os dez países que representam 64,13% da produção mundial são, por ordem da importância, os seguintes: União Soviética, 18,73; China, 15,44; Estados Unidos, 8,97; México, 4,63; Canadá, 3,81; Turquia, 3,55; Argentina, 2,46; Austrália, 2,41; Quênia, 2,16; França, 1,97%.

Observa-se, através dos dados, que os dois países principais produtores, União Soviética e China, foram responsáveis, no conjunto, por 34,17% do total de mel produzido em todo o mundo.

TABELA 1
MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1983-86

(tonelada)

PAÍS	ANO			
	1983	1984	1985	1986
Angola	15.000	15.000	15.000	15.000
Rep. Centro Africana	6.700	6.900	7.000	7.100
Egito	11.107	11.200	11.300	11.500
Etiópia	21.300	21.400	21.600	21.900
Quênia	11.000	12.000	13.000	13.000
Tanzânia	11.000	11.500	12.000	12.500
Canadá	38.771	43.298	35.183	38.700
Cuba	10.212	8.500	9.700	10.000
México	68.000	47.000	41.728	47.000
EUA	93.000	75.000	68.000	91.000
Argentina	30.000	35.000	45.000	25.000
Brasil	6.873	10.634	11.000	11.500
Chile	5.000	5.000	5.000	5.000
Uruguai	3.400	3.600	3.750	3.600
China	146.905	150.747	153.409	156.600
Japão	6.069	6.798	7.225	6.798
Turquia	33.178	35.620	35.840	36.000
Austrália	4.500	4.000	1.800	1.800
Bulgária	9.074	10.030	9.731	10.760
França	19.000	16.000	16.000	20.000
Alemanha Oriental	8.974	5.980	6.255	8.000
Alemanha Ocidental	19.000	16.300	16.700	12.000
Grécia	11.027	11.958	10.391	10.500
Hungria	15.619	14.048	15.308	15.000
Itália	7.700	6.000	6.000	8.200
Polônia	25.997	18.018	14.809	18.000
Rosênia	14.794	15.382	12.105	14.000
Iugoslávia	6.627	5.612	6.000	6.300
Austrália	22.412	24.763	28.038	24.490
Nova Zelândia	5.053	5.818	10.314	10.400
URSS	210.000	193.000	204.000	198.000
Espanha	13.183	15.932	15.000	14.950
Outros Países	83.856	136.082	132.891	137.725
TOTAL MUNDIAL	995.133	999.200	995.349	1.014.323

FONTE: FAO - Anuário FAO da Produção - Volumes 39(1985), I 40 (1986).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O Brasil possui em toda a sua extensão uma produção potencial de mel entre 150 e 200 mil t/ano, que poderá tornar-se realidade desde que sejam observados itens como o aproveitamento racional dos recursos naturais - o que, através de práticas adequadas de manejo, permitiria explorar as abundantes floradas - e a criação e adoção de tecnologias e equipamentos que atendam às necessidades da atividade.

No Brasil, a apicultura tem boa aceitação. O número de apicultores vem aumentando sensivelmente e, como consequência, o número de colmeias, resultando num maior aumento de produção, uma vez que a ação da abelha é importante não só para a produção de mel, própolis, geléia real e cera, como, também, para fins industriais, seja para preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos e cosméticos, seja através do papel da abelha no processo de polinização.

Segundo informações da Confederação Brasileira do Apicultores, entidade que congrega 6 Federações Estaduais e 165 Associações Regionais de Apicultores, prevê-se, para 1988, que a produção brasileira de mel, computando o produto fiscalizado e o não fiscalizado, venha a situar-se em torno de 38.000 t, contra as 30.500 t estimadas para 1987, indicando um acréscimo, na quantidade física, de 24,6%, sendo que o número de colmeias aumentou em 50.000 no mesmo período.

TABELA 2
MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA E
NÚMERO DE COLMEIAS - 1983-89

ANO	PRODUÇÃO DE MEL (t)	NÚMERO DE COLMEIAS (1000)
1983	24.000	1.600
1984	26.000	1.750
1985	28.000	1.900
1986	31.000	2.100
1987	30.500	2.200
1988	38.000	2.250
1989	40.000	2.300

FONTE: CBA - Confederação Brasileira de Apicultores.

As últimas informações disponíveis na Fundação IBGE, contidas no Anuário Estatístico do Brasil de 1987-1988, computado somente o produto inspecionado, indicavam para 1986 uma produção nacional de mel de 14.812 toneladas, contra 12.570 t verificadas no ano anterior, mostrando um aumento físico de 17,84%.

A nível de região fisiográfica, destaca-se, na produção de 1986, a Região Sul (48,4%), seguida da Região Nordeste (30,2%) e Sudeste (20,2%), perfazendo, no conjunto, 98,8% do total produzido em todo o território nacional.

TABELA 3
MEL E CERA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO - 1984-86

REGIÃO	1984		1985		1986		(Quilo)
	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	
Norte	46.808	427	46.101	156	52.068	338	
Nordeste	2.513.796	369.975	3.389.807	438.331	4.476.326	470.462	
Sudeste	2.227.345	96.213	2.878.232	127.879	2.998.273	152.886	
Sul	5.774.244	288.684	6.162.981	379.533	7.165.705	383.152	
Centro-Oeste	72.703	8.203	93.272	9.171	119.812	11.550	
TOTAL	10.634.896	763.502	12.570.393	955.070	14.812.184	1.018.388	

FONTE: Fundação IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986- 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os dados de produção no estado, coletados através do Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, indicavam, para 1987, numa primeira estimativa realizada em dez/87, um volume físico de 6.900 t. Entretanto, uma nova reavaliação dos dados, feita em dez/88, mostrou uma produção de 6.500 t. Essa redução de 400 t deveu-se principalmente à ocorrência de chuvas, ao excesso de insolação e, mesmo, de frio, impróprios para os períodos florais, dificultando o trabalho da abelha, e, como consequência, interferindo no rendimento da atividade.

Para 1988, a mesma fonte estima uma quantidade produzida de 7.800 t, tendo em vista as condições de clima favoráveis, principalmente no mês de setembro, época que concentra a maior abundância floral do ano.

No aspecto sanidade, não houve registro de enfermidade, ocorrendo apenas a incidência da varroa (ácaro) em algumas regiões produtoras do estado.

TABELA 4

MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO
CATARINENSE - 1983-89

ANO	QUANTIDADE (t)
1983	4.200
1984	4.500
1985	4.500
1986	6.500
1987	6.500
1988	7.800
1989	8.000

FONTE: IASC.

Os dados da tabela acima confirmam a expectativa de que a atividade apícola continuará crescendo em todo o território catarinense, tendo em vista, entre outros fatores, o índice crescente de profissionalização do apicultor, a ampliação do número de colmeias/apicultor, a introdução de programas de incentivos para o aproveitamento dos derivados do mel (própolis, pólen e geléia real), a melhoria da produtividade, devido ao aproveitamento da flora existente, através do desenvolvimento e uso de tecnologias para o setor, e à introdução de rainhas jovens de boa linhagem genética.

Os dados da tabela 5 mostram o volume mensal de mel e seus derivados inspecionados no estado de Santa Catarina, no período de 1986 até julho/88.

TABELA 5
MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - PRODUÇÃO DE MEL - SANTA CATARINA - 1986-88

(Quilo)

MÊS	1986			1987			1988		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcares	Mel	Cera	Comp. de Açúcares	Mel	Cera	Comp. de Açúcares
Jan	28.376	10.527	7.911	7.272	-	3.675	37.928	-	2.417
Fev	28.996	148	-	12.748	2.000	-	94.337	-	2.545
Mar	72.477	580	-	-	-	-	87.414	60	1.207
Abr	69.330	-	7.743	26.745	2.860	4.358	34.807	4.687	1.190
Maio	63.950	-	5.436	10.547	-	2.533	71.645	530	2.619
Jun	41.695	-	2.765	5.670	-	1.338	37.387	1.873	2.487
Jul	25.850	-	-	205.144	-	1.795	38.673	-	1.548
Ago	23.178	-	-	51.943	100	1.534	-	-	-
Set	24.730	-	1.785	78.187	-	-	-	-	-
Out	88.279	145	2.742	20.086	-	-	-	-	-
Nov	49.808	148	936	33.713	-	2.093	-	-	-
Dez	59.151	22	-	75.465	-	1.827	-	-	-
TOTAL	535.026	11.570	29.318	526.520	4.960	19.153	402.191	7.150	14.013

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A tabela 6 mostra o número de colmeias existentes em 1985 e suas respectivas produções de mel e cera, por microrregião homogênea de Santa Catarina, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do IBGE de 1985.

TABELA 6
NÚMERO DE COLMEIAS, PRODUÇÃO DE MEL E CERA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1985

MRH	INFORMA- TES	APICULTURA			SILVESTRE			MISTAS E SEM DECLARAÇÃO		
		Colmeias Nºm.	Mel (Kg)	Cera (Kg)	Colmeias Nºm.	Mel (Kg)	Cera (Kg)	Colmeias Nºm.	Mel (Kg)	Cera (Kg)
Col. de Joinville	76	978	8.172	145	185	887	4	93	498	2
Lit. de Itajaí	16	205	1.802	123	4	25	-	-	-	-
Col. de Blumenau	279	3.697	34.165	952	829	4.939	198	118	784	30
Col. Itajaí Norte	156	1.726	16.279	447	167	1.258	38	37	97	-
Col. Alto Itajaí	481	3.529	27.890	1.089	1.426	6.497	250	111	339	15
Florianópolis	96	757	5.952	190	474	5.786	142	1	-	-
Col. Serrana Cat.	1.266	19.830	220.369	4.373	3.030	30.630	389	240	1.687	42
Lit. de Laguna	9	196	1.875	80	12	70	-	-	-	-
Carbonifera	469	8.710	114.259	1.158	976	9.632	483	153	1.003	23
Lit. Sul Cat.	87	23.131	376.962	4.933	255	3.120	130	6	200	-
Col. Sul Cat.	45	1.163	16.668	102	62	458	-	24	86	3
Campos Lages	1.412	30.828	324.904	11.860	1.841	24.780	586	366	2.587	67
Campos de Curitibanos	2.277	21.496	184.919	6.571	6.286	48.743	1.787	861	5.634	196
Col. Rio do Peixe	3.020	24.345	184.917	3.423	9.584	65.381	1.622	649	5.094	82
Col. Oeste Cat.	2.758	12.629	157.412	2.985	4.913	46.467	1.770	699	7.313	168
Plan. Canoinhas	1.510	31.168	311.579	6.618	4.570	37.498	1.069	751	7.079	146
TOTAL		13.949	184.379	1.989.124	44.969	34.614	286.171	8.468	4.189	32.391

FONTE: Sinopse do Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1985.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Os dados da Confederação Brasileira de Apicultura - CBA estimam para a Região Norte/Nordeste um consumo de 90 gramas/hab/ano, enquanto para as demais regiões brasileiras o consumo se eleva um pouco mais, podendo atingir em torno de 250 gramas/hab/ano.

O fato que mais contribui para este baixo consumo é, possivelmente, o pouco conhecimento do público consumidor quanto à importância do mel de abelha como fonte nutritiva, contendo, inclusive, uma quantidade enorme de calorias capazes de substituir legumes e frutas. Este fator, aliado ao alto preço do produto, força o seu uso mais para fins medicinais.

Poderiam contribuir para melhorar o processo de comercialização e elevar o consumo do mel:

- o uso de embalagens apropriadas, tornando mais práticos o transporte do produto e sua conservação;
- a melhoria da qualidade através de práticas de higienização;
- a criação de mecanismos de identificação do produto (origem floral, impurezas, umidade, acidez, odor, etc.), oferecendo alternativas ao consumidor;
- a organização do apicultor, podendo discutir, dentre outros aspectos, aqueles relacionados aos mecanismos de mercado.

Em Santa Catarina, as estimativas feitas pelo Instituto de Apicultura indicam um consumo per capita/ano um pouco superior à média nacional, devendo atingir, em 1988, cerca de 600 gramas.

O estado apresenta no seu balanço de oferta e demanda de mel um saldo positivo, onde cerca de 40% do produto gerado é consumido internamente, enquanto o restante 60% da sua produção é comercializado nos centros consumidores, principalmente do São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Brasília.

As informações coletadas junto ao Serviço de Inspeção do Produto Animal, da Delegacia Federal da Agricultura, indicam que em 1987 foram consumidas 249 toneladas de mel sob inspeção (mercado formal), contra 75 toneladas consumidas em 1986, enquanto no período de janeiro a julho de 1988 foram demandadas 79 toneladas de mel contra 37 no mesmo período de 1987, evidenciando, portanto, uma procura mais acentuada do produto a partir do mês de agosto, possivelmente em função da nova safra que começa aparecer no mercado (tabela 7).

Os dados da tabela 7 mostram que a quantidade de mel comercializada no mercado formal é pouco expressiva, representando, em 1987, em torno de apenas 8% do volume total consumido no estado.

TABELA 7
MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - CONSUMO MENSAL CATARINENSE - 1986-88

Mês	1986			1987			1988		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar
Jan	19.722	10.200	254	3.399	-	311	5.288	-	80
Fev	4.914	41	91	5.015	-	276	14.660	-	70
Mar	1.634	967	64	-	-	-	11.888	-	4.573
Abr	5.394	-	107	3.977	4.000	242	6.056	-	-
Maio	1.899	5.612	111	5.383	-	89	12.018	-	-
Jun	4.170	-	172	5.052	-	45	9.071	-	9
Jul	10.192	-	235	14.479	-	176	19.786	-	26
Ago	7.782	-	190	64.730	-	52	-	-	-
Set	8.507	-	118	43.819	-	317	-	-	-
Out	3.034	-	58	37.377	-	31	-	-	-
Nov	6.325	-	272	14.210	-	94	-	-	-
Dez	1.652	-	300	51.065	-	42	-	-	-
TOTAL	75.225	16.820	1.972	248.506	4.000	1.499	78.747	-	4.758

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

As informações referendadas pela FAO sobre o mercado mundial de mel de abelha mostraram-se ascendentes para as quantidades exportadas no período enfocado, 1983-86, com taxas anuais de crescimento de 5,73%, sendo que a quantidade média vendida nesse período foi de 279.000 t.

No período considerado, os valores das transações apresentaram-se também ascendentes, embora se observe uma forte tendência de declínio para os preços médios do mel no mercado mundial, uma vez que as quantidades ofertadas nesses mesmos mercados ainda se apresentam crescentes, puxando os preços para baixos (tabela 8).

Quanto às importações mundiais de mel de abelha, os dados da tabela 9 evidenciam um aumento gradativo nas quantidades demandadas no período analisado (1983-86), mantida e mesmo um pouco aumentada a tendência do comprador parte do mercado, devido ao aumento gradual do consumo interno de alguns países importadores, até porque as produções de países compradores estão chegando ao ponto máximo de produção.

Os países que mais adquiriram mel no período, por ordem de importância, foram a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, o Japão, o Reino Unido e a Itália, sendo que em 1986 esses países foram responsáveis por 74% do volume total de mel comprado.

A atividade apícola brasileira vem se desenvolvendo gradativamente, com uma estrutura de comercialização sendo implantada em função das necessidades do momento. A conscientização dos apicultores quanto à importância do seu trabalho está favorecendo a criação de mecanismos representativos (associações, sindicatos e cooperativas), permitindo a discussão mais aprofundada de assuntos relacionados com a atividade.

A estrutura de comercialização de mel nos principais centros consumidores brasileiros encontra-se apoiada nos segmentos do mercado formal e informal.

No mercado formal, ainda pouco estimulado, o comércio do produto passa a exigir do produtor e do vendedor o exercício da organização, na qual o mel somente poderá ser vendido dentro das normas e padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e de saúde pública.

TABELA 8
XEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1983-86

País	1983			1984			1985			1986		
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)						
Canadá	9.538	11.696	18.874	19.721	17.315	16.821	11.927	13.229				
Honduras	694	576	800	600	850	700	650	600				
México	59.406	44.555	54.030	35.780	43.059	28.160	57.986	42.696				
EUA	3.449	5.938	2.942	5.420	3.039	4.220	4.232	5.868				
Argentina	29.237	25.315	26.449	20.213	42.509	26.154	35.000	24.000				
Chile	2.737	2.200	1.427	1.002	2.450	1.542	1.416	1.200				
Uruguai	1.636	1.470	1.730	1.288	1.772	1.226	3.154	2.454				
China	53.202	44.004	37.791	30.570	54.844	38.920	80.589	66.000				
Turquia	1.861	3.528	1.735	3.259	2.176	4.050	3.482	6.065				
Austrália	249	506	397	690	297	565	191	599				
Bulgária	4.515	5.900	5.854	6.000	6.272	6.300	4.623	5.100				
Tchecoslováquia	1.700	2.520	5.223	6.200	3.000	3.388	2.300	3.292				
Alemanha Ocidental	9.409	15.360	10.378	15.011	13.908	18.875	16.235	29.440				
Reino Unido	1.118	2.091	1.376	2.299	1.438	2.701	1.111	2.230				
Jugoslávia	1.184	1.655	1.604	1.805	2.169	2.433	1.960	2.002				
Austrália	14.662	12.262	10.837	10.994	17.604	12.977	14.652	11.826				
N. Zelândia	940	1.798	825	1.682	1.925	2.461	3.140	4.133				
URSS	19.890	22.456	24.226	26.151	22.698	22.960	20.607	21.110				
França	2.974	5.597	1.753	4.009	4.604	4.267	4.663	5.725				
Hungria	14.733	15.486	18.407	16.423	15.275	14.868	14.945	17.270				
Romênia	3.595	4.100	4.119	4.300	2.135	2.150	3.300	3.800				
Holanda	2.391	3.436	1.336	2.085	1.762	2.688	2.094	4.096				
Espanha	1.238	1.848	1.344	2.121	1.907	2.543	2.466	4.614				
Outros	22.629	31.117	26.924	30.461	22.061	24.999	23.641	28.101				
TOTAL	262.891	265.414	260.381	247.189	282.009	245.848	310.764	305.450				

FONTE: Anuário FAO de Produção - vol. 37 (1983) e 40 (1984-86).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPASC.

TABELA 9
NÍVEL DE ADELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1983-86

PAÍS	1983			1984			1985			1986(*)		
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)										
Canadá	384	573	196	505	246	471	265	528	265	53.705	42.750	45.450
EUA	49.824	43.407	58.608	48.939	62.765	45.554	53.705	42.750	486	369	1.452	377
Brasil	453	492	468	409	459	784	1.169	1.152	1.366	1.329	1.329	626
Chile	1.353	2.868	714	1.169	784	1.471	1.471	1.471	1.366	1.366	1.366	1.910
Hong Kong	1.154	1.185	1.335	1.471	919	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
Irâne	2.000	2.000	2.21	2.81	2.81	2.81	2.81	2.81	2.81	2.81	2.81	2.81
Japão	33.160	32.180	33.178	32.515	28.047	24.928	36.354	32.852	24.928	24.928	24.928	24.928
Arábia Saudita	2.070	6.683	1.316	4.196	807	2.169	2.169	2.169	2.169	2.169	2.169	2.169
Singapura	662	1.107	1.004	1.381	821	999	999	999	999	999	999	999
Austrália	5.473	5.250	6.259	5.133	6.323	5.136	7.528	7.528	7.528	7.528	7.528	7.528
Bélgica/Luxemburgo	4.785	5.563	4.215	4.486	4.469	4.700	5.636	5.636	5.636	5.636	5.636	5.636
Tchecoslováquia	1.800	1.462	2.000	1.600	2.000	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
Dinamarca	2.531	2.347	2.167	2.081	2.339	2.669	2.669	2.669	2.669	2.669	2.669	2.669
França	8.323	9.261	5.693	5.975	7.639	8.492	8.492	8.492	8.492	8.492	8.492	8.492
Alemanha Ocidental	66.386	65.497	73.951	64.612	78.787	65.571	65.571	65.571	65.571	65.571	65.571	65.571
Hungria	2.016	1.134	2.355	1.059	4.936	2.943	2.943	2.943	2.943	2.943	2.943	2.943
Itália	9.427	11.134	9.028	9.849	12.610	10.410	10.410	10.410	10.410	10.410	10.410	10.410
Países Baixos	8.005	9.399	8.199	8.693	9.279	9.849	9.849	9.849	9.849	9.849	9.849	9.849
Suecia	1.509	1.868	1.645	1.763	2.260	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340
Suíça	4.766	6.984	5.000	6.972	5.155	6.860	6.860	6.860	6.860	6.860	6.860	6.860
Reino Unido	21.579	19.709	19.324	16.233	21.175	16.303	16.303	16.303	16.303	16.303	16.303	16.303
Espanha	7.673	7.287	4.818	4.241	5.071	4.034	6.361	6.361	6.361	6.361	6.361	6.361
Egipto	3.657	5.078	4.804	6.456	5.148	6.738	6.561	6.561	6.561	6.561	6.561	6.561
Outros	9.370	14.842	5.911	10.844	7.192	13.496	8.814	14.819	8.814	8.814	8.814	8.814
TOTAL	248.461	257.251	252.375	239.146	270.664	246.279	284.055	295.962				

FONTE: Anuário FAO de Comércio. Vol. 37 (1983) e 40 (1984-85-86).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAGRO.

* Estimativa.

No mercado informal, o produto é vendido na clandestinidade em percentual bastante elevado, estando disponível junto a feiras, mercearias e aos próprios produtores, não havendo, portanto, controle de qualidade, higiene, pureza e outros, fugindo totalmente à fiscalização das autoridades.

O mel brasileiro não tem conseguido conquistar espaços mais expressivos no mercado mundial. Para tanto, é imprescindível um trabalho de conscientização junto ao apicultor, propondo o aperfeiçoamento e melhoramento de técnicas e métodos que vão desde o processo produtivo até os canais de comercialização, de modo que o produto possa atender a todos os quesitos básicos de qualidade, pureza e sabor.

Outro aspecto que dificulta a entrada do produto brasileiro no mercado internacional são os preços praticados nesses mercados, inferiores aos custos de produção brasileiros, bastante altos, o que o torna pouco competitivo lá fora.

Segundo a Cacex, as exportações brasileiras de mel de abelha em 1987 somaram 406 t, gerando um montante de 297 mil dólares (tabela 10), sendo que os principais mercados foram o dos Estados Unidos, com 71% do total vendido, seguido pelo da Suíça, com 28%. A mesma fonte informa que no primeiro semestre de 1988 as vendas brasileiras para o mercado externo foram de 69 t, gerando 41 mil dólares, com o mercado dos Estados Unidos dando a preferência "pelo produto brasileiro" (tabela 11). Entretanto, há que se ressaltar que o Brasil, mediante acordos bilaterais, tornou-se também comprador de mel, principalmente da Argentina e do Uruguai, conforme indicam as tabelas 12 e 13. Em 1987, foram importadas 1.755 t do produto, gerando um desembolso de 1.673 mil dólares.

No primeiro semestre de 1988, foram adquiridas 678 t do produto, gerando um pagamento de 589 mil dólares.

Deve-se destacar a contribuição de Santa Catarina no volume total das exportações brasileiras de mel em 1987, com 113 t vendidas para o mercado da Suíça.

TABELA 10
MEL DE ABELHA - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1987

PAÍS	VOLUME (Kg)	VALOR (US\$ FOB)	PREÇO MÉDIO (US\$/kg)
Angola	4.063	12.542	3,07
Bolívia	15	49	3,26
Chile	90	188	2,09
Cuba	80	200	2,50
EUA	288.270	171.342	0,59
Iraque	134	309	2,30
Peru	15	49	3,27
Suíça	112.860	112.107	0,99
TOTAL	405.527	296.786	0,73

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11
MEL DE ABELHA - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1º SEMESTRE DE 1988

PAÍS	VOLUME (Kg)	VALOR (US\$ FOB)	PREÇO MÉDIO (US\$/kg)
Angola	1.565	4.688	2,99
EUA	50.400	26.822	0,53
Japão	16.800	8.857	0,53
Uruguai	375	700	1,87
TOTAL	69.140	41.067	0,59

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12
MEL DE ABELHA - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1987

PAÍS	VOLUME (Kg)	VALOR (US\$ FOB)	PREÇO MÉDIO (US\$/kg)
Alemanha Oc.	60	122	2,03
Argentina	168.540	187.550	1,11
Uruguai	1.586.184	1.485.526	0,94
TOTAL	1.754.784	1.673.198	0,95

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13
MEL DE ABELHA - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1º SEMESTRE DE 1988

PAÍS	VOLUME (Kg)	VALOR (US\$ FOB)	PREÇO MÉDIO (US\$/kg)
Argentina	48.200	53.600	1,11
Uruguai	629.914	535.282	0,85
TOTAL	678.114	588.882	0,87

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Santa Catarina é o maior produtor nacional de mel de abelha, enquanto que o seu consumo, embora estando um pouco acima da média da Região Sul brasileira, tem-se mostrado ainda pequeno em comparação com o de outros países consumidores, como o Canadá, a Alemanha Ocidental e a Suécia. No entanto, há uma expectativa de que sua demanda continue ascendente, haja vista a intensificação do seu uso, não sómente para fins medicinais, como no passado, mas também como mais uma fonte alternativa de alimentos. Tal perspectiva, entretanto, exige uma melhor organização dos segmentos de produção, comercialização e abastecimento, possibilitando o surgimento de novos entrepostos de vendas de mel, de casas do mel, bem como de empresas especializadas nos trabalhos de beneficiamento, higienização e embalagem, facilitando, desta forma, o acesso do consumidor ao produto e a seus derivados como a cera, a própolis, a geléia real e doces diversos.

Outro aspecto que tem possibilitado ao apicultor a venda de seu produto é a sua organização através do sistema cooperativista - atualmente somam nove as cooperativas filiadas à Cooperativa Central Vale do Itajaí, abrangendo as regiões do Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Litoral Norte e Sul, Serra e Oeste, as quais congregam cerca de 3.300 associados.

Todo o produto entregue à cooperativa é submetido ao controle de qualidade, sendo em seguida processado e comercializado nos vários centros consumidores através da usina de beneficiamento instalada no município de Palhoça.

Quanto ao comportamento, os preços do mel e seus derivados, em 1988, segundo informações do Instituto do

Apicultura, quando corrigidos a preços de dezembro de 1988, variaram, a nível de produtor, entre Cz\$ 500,00 e Cz\$ 720,00 por quilo de mel, tendo crescido num ritmo inferior ao das taxas de inflação no período.

Os preços dos derivados, principalmente cera e própolis, apresentaram crescimento considerado satisfatório, enquanto que os preços do mel, a nível de consumidor - produto adquirido na propriedade e também nos supermercados, isento de taxas de transportes, ICM, embalagens e demais encargos - mantiveram-se entre Cz\$ 900,00 e Cz\$ 1.400,00 o quilo, ou até um pouco mais, dependendo do tipo de florada usada.

TABELA 14
MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSais DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1987

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	(Quilo)						
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAYO	JUN.	JUL.
São Paulo	Mel	92	9.139	2.381	5.358	12.737	458	5.908
	Coop. de Açúcar	264	1.311	319	700	934	825	253
Rio de Janeiro	Mel	163	861	338	725	781	501	2.640
	Coop. de Açúcar	95	136	159	574	658	490	171
Rio Grande do Sul	Mel	42	3.750	2.660	403	569	367	32
	Coop. de Açúcar	472	42	1.666	1.227	408	238	198
Paraná	Mel	4	167	417	178	43	138	173
	Coop. de Açúcar	148	133	327	454	203	133	124
Outros	Mel	3.078	5.601	1.814	1.832	1.093	1.173	1.199
	Coop. de Açúcar	9	104	17	226	310	192	356
TOTAL	Mel	3.379	19.518	7.610	8.496	15.223	2.637	9.952
	Coop. de Açúcar	988	1.726	1.898	3.181	2.513	1.878	1.096

(Continua)

(conclusão)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL					
		AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
São Paulo	Mel	9.794	40.637	19.294	16.048	17.772	139.638
	Coop. de Açúcar	914	729	104	271	94	6.718
Rio de Janeiro	Mel	22.132	17.140	3.305	1.617	13.315	63.518
	Coop. de Açúcar	634	707	303	84	-	4.011
Rio Grande do Sul	Mel	2.017	49	108	205	365	9.967
	Coop. de Açúcar	387	245	103	-	73	4.459
Paraná	Mel	412	296	302	610	142	2.882
	Coop. de Açúcar	533	212	30	-	449	2.746
Outros	Mel	1.146	1.019	467	6.806	894	26.122
	Coop. de Açúcar	192	1.115	-	10	10	2.535
TOTAL	Mel	35.591	59.141	23.476	25.396	32.488	242.127
	Coop. de Açúcar	2.660	3.008	540	365	626	20.469

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 15

MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSais DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL, DE JANEIRO A JULHO DE 1988
(quilos)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAYO	JUN.	JUL.	TOTAL
São Paulo	Mel Comp. de Açúcar	14.998 287	23.486 623	13.465 515	24.356 782	27.123 -	19.306 560	36.972 501	159.698 3.268
Rio de Janeiro	Mel Comp. de Açúcar	13.297 230	186 346	13.195 453	1.715 160	837 -	549 150	13.278 816	43.057 2.155
Rio Grande do Sul	Mel Comp. de Açúcar	103 210	141 229	1.119 35	3.000 125	3.000 -	3.121 19	2.313 51	12.797 669
Paraná	Mel Comp. de Açúcar	198 61	288 220	219 560	764 226	263 -	2.415 118	449 143	4.596 1.328
Outros	Mel Comp. de Açúcar	791 63	2.863 140	1.435 9	4.048 213	3.925 -	13.722 113	3.896 35	30.590 573
TOTAL	Mel Comp. de Açúcar	29.379 851	26.964 1.558	29.433 1.572	33.883 1.586	35.148 -	39.113 960	56.818 1.546	250.738 7.993

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 16

PREÇOS MÉDIOS MENSais A NÍVEL DE PRODUTOR E CONSUMIDOR DO MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS NO PÉRIODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 1988

DISCRIMINAÇÃO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.
Produtor	120/250	150/250	250/300	250/ 350
Consumidor (direto)	-	-	350/480	500/ 700
Cera Bruta	-	-	-	500/ 600
Cera Alveolada	-	-	-	1.200/1.800
Própolis (3)	-	-	-	2.500/4.000

(Continua)

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	OUT.	NOV.	DEZ.
Produtor	300/ 450	400/ 450 (1)	500/ 550 (1)
Consumidor (direto)	600/1.000 (2)	800/1.000 (2)	1.000/1.400 (2)
Cera Bruta	500/ 700	600/ 800	700/ 900
Cera Alveolada	1.300/1.500	1.400/1.800	1.600/1.900
Própolis (3)	2.800/4.500	3.500/5.000	5.000/5.500

FONTE: IASC.

(1) O quilo do mel de laranja, em virtude de sua pequena produção, foi vendido pelo produtor entre Cr\$ 980,00/1.450,00.

(2) Acrescido de ICM, transporte, embalagem, rótulos e encargos sociais.

(3) Primeira qualidade.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Há uma expectativa de crescimento de consumo do mel de abelha e de seus derivados, pois atualmente está havendo um maior conhecimento da importância de uso desse produto, seja como fonte alimentar, devido ao seu alto valor nutritivo, seja para fins medicinais.

Se as condições de clima e de sanidade continuarem favoráveis, a produção catarinense de mel de abelha deverá atingir, em 1989, segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, cerca de 8.000 t.

Alguns fatores, responsáveis pelo aumento gradual da produtividade no estado, são os novos critérios de manejo, através da substituição gradual das rainhas existentes por outras selecionadas, possuidoras de melhor carga genética; a ampliação do uso de lâminas de cera alveolada, possibilitando às abelhas um melhor aproveitamento das floradas, em função do maior tempo disponível e do ganho de energia; a intensificação dos trabalhos de polinização junto às frutíferas, resultando em maior rendimento e em melhor qualidade dos frutos.

A produção nacional para 1989, conforme estimativas da Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, deverá atingir 40.000 t, desde que não ocorra nenhuma anormalidade.

A nível mundial, de acordo com a FAO, há uma forte tendência de a produção se estabilizar em torno de 1.000.000 t. Esta perspectiva é devida à crescente escassez de recursos disponíveis na natureza, principalmente naqueles países onde a atividade melifera é expressiva - devido, entre outros fatores, ao uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, à devastação sem controle da vegetação, a focos acentuados de poluição na atmosfera por problemas de radiatividade, problemas estes que dificultam seriamente a sobrevivência e o trabalho das abelhas.

Pelo exposto, países atualmente produtores poderão tornar-se compradores - abrindo mercado para os que ainda apresentam condições propícias à exploração apícola. Diante deste quadro, as perspectivas para o Brasil são boas, pois apresenta um potencial que varia entre 150.000 e 200.000 t/ano. Entretanto, isso será possível se houver, desde já, uma maior conscientização do povo brasileiro, e, mais especificamente, daqueles que mantêm contato mais direto com a natureza, em preservar todas as fontes de recursos passíveis de exploração, uma vez que o clima brasileiro em todas as suas regiões apresenta condições favoráveis a uma apicultura forte e dinâmica.

3.6 PESCADO

1. INTRODUÇÃO

Conforme estimativas da FAO, em 1986 (último dado disponível), a maior captura mundial de pescado foi realizada pelo Japão (13,1%), seguido pela URSS (12,4%), China (8,0%), Peru (6,2%), Chile (6,1%) e Estados Unidos (5,5%). O Brasil participou com apenas 1,1%.

Santa Catarina, segundo o IBGE, destaca-se no cenário nacional como o segundo maior produtor de pescado (16,8%), sendo que o Rio de Janeiro se apresenta na primeira posição com 20,8%.

O principal município de desembarque de pescado é Itajaí, seguido por Navegantes e Florianópolis. Itajaí, considerado o maior porto sardinheiro do mundo, detém, juntamente com Navegantes, cerca de 80% da captura do estado.

O último dado disponível na SUDEPE (1986) informa haver cerca de 4.903 pessoas envolvidas na pesca industrial catarinense, sendo que 1.559 na captura do pescado, 2.643 como operários, 182 como auxiliares e 254 na parte administrativa, havendo, ainda, 265 pessoas como mão-de-obra flutuante.

Na pesca artesanal, de acordo com a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, existem 24.000 pescadores artesanais profissionais, todos pertencentes ao quadro de associados das 19 colônias de pesca existentes no estado (dados de 1988).

Segundo a ACARPESC, em 1988 foram atendidos 7.062 piscicultores (criadores de pescado) distribuídos em todos os municípios do estado catarinense.

2. PRODUÇÃO

A captura mundial realizada pelos produtores pesqueiros em 1986, segundo a FAO, foi de 90.720 mil toneladas, volume este nunca atingido anteriormente. Os países em desenvolvimento mantiveram o maior percentual no total mundial (52,4%). Isto se deve principalmente ao aumento da participação do Chile e do Peru (tabela 1).

TABELA 1
PESCA(1) - CAPTURA MUNDIAL POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA - 1982-84 (MÉDIA), 1985 E 1986
(mil toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	1982-84 (Média)	1985	1986
TOTAL MUNDIAL	79.207	85.798	90.720
Países em desenvolvimento	38.385	43.846	47.556
América Latina	10.834	13.752	15.998
• Peru	2.800	4.172	5.632
• Chile	4.950	4.804	5.572
• México	1.163	1.226	1.304
• Equador	612	947	1.019
• Brasil	884	1.020	980
• Argentina	402	406	420
OUTROS	923	1.177	1.071
África	3.452	3.336	3.530
Marrocos	428	473	595
Nigéria	475	242	268
Senegal	246	255	250
OUTROS	2.303	2.366	2.417
Oriente Próximo	1.173	1.241	1.272
Turquia	543	578	580
Extremo Oriente	22.695	25.236	26.453
China	5.356	6.779	7.300
Rep. da Coreia	2.386	2.659	3.103
India	2.578	2.824	2.922
Indonésia	2.146	2.339	2.521
Tailândia	2.172	2.225	2.119
Filipinas	1.899	1.868	1.919
Bangladesh	721	774	794
Malásia	676	632	617
OUTROS	4.741	5.136	5.158
Outros Países em Desenvolvimento	231	281	303
Países Desenvolvidos	40.822	41.952	43.164
América do Norte	5.697	6.193	6.423
• Estados Unidos	4.352	4.767	4.945
• Canadá	1.345	1.426	1.478
Europa Ocidental	11.237	11.410	11.125
CEE	6.754	6.755	6.748
• Dinamarca	1.879	1.753	1.867
• Espanha	1.342	1.338	1.250
• Reino Unido	860	888	845
• França	770	853	853
OUTROS	1.903	1.923	1.933
• Noruega	2.601	2.119	1.898
• Islândia	1.054	1.680	1.657
OUTROS	828	856	822
Oceania	437	465	500
Europa Oriental e URSS	11.482	11.815	12.565
• URSS	10.133	10.523	11.260
• Polônia	687	683	645
• Japão	11.357	11.444	11.900
• África do Sul	579	604	630
• Israel	23	21	21

FONTE: FAO - Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1987-88.

(1) Excluídos os cetáceos e as algas.

Os países desenvolvidos voltaram a alcançar os níveis de 1984, depois dos resultados decepcionantes de 1985. O Japão e a URSS, as principais nações pesqueiras do mundo, registraram acréscimo em suas capturas. Em contrapartida, na Europa Ocidental verificou-se uma queda de mais de 360 mil toneladas.

É necessário aumentar as provisões de pescado para o consumo humano, a fim de atender ao aumento da demanda, estimulada pelo crescimento da população e pela maior necessidade de alimentos básicos por parte das nações em desenvolvimento, assim como pelo interesse dos países desenvolvidos por esta carne, em razão de seus baixos teores de colesterol.

Para tanto é preciso estimular os países em desenvolvimento a aumentar sua própria capacidade para ordenar, capturar, elaborar e comercializar os recursos, a fim de fornecer ao mercado um alimento valioso e a preços estáveis.

O Brasil diminuiu sua participação na captura mundial de produtos pesqueiros de 1,18% em 1985 para 1,08% em 1986. O mesmo aconteceu em relação à da América Latina: em 1985, a participação brasileira era de 7,42%; em 1986, foi de 6,13%.

O desembarque brasileiro em 1985 foi de 971.537 t e em 1986 foi de 941.712 t (tabela 2). Em termos de quantidade, a Região Sudeste destacou-se no item "peixes"; o Nordeste, no item "crustáceos" e também em termos de valor para todos os itens (tabela 3).

Merece atenção a notável queda da captura de crustáceos em Santa Catarina nos anos de 1985 e 1986; na verdade, não houve diminuição de captura e, sim, falhas no controle do desembarque dessa espécie no estado (tabela 2).

TABELA 2 - DESEMBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1983-86
(tonelada)

REGIÃO	1983			1984		
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)	Peixes	Crustáceos
Norte	135.290	18.583	1.127	155.900	138.869	15.325
Nordeste	148.568	36.954	8.611	194.133	146.255	41.876
Sudeste	280.393	14.933	578	305.904	323.041	17.272
Sul	207.458	14.421	2.773	224.652	230.139	23.363
Santa Catarina	126.801	11.459	1.410	139.670	153.315	18.617
Centro Oeste	10.606	-	4	10.610	8.501	-
Brasil	782.315	84.891	13.093	880.299	846.805	97.836

(conclusão)

REGIÃO	1985			1986		
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)	Peixes	Crustáceos
Norte	127.717	20.909	1.112	149.739	129.048	15.493
Nordeste	152.462	43.799	7.329	204.250	161.262	41.237
Sudeste	316.577	21.443	1.027	339.049	315.739	17.413
Sul	240.567	24.545	2.940	268.022	223.415	18.147
Santa Catarina	156.654	9.618	732	167.005	149.617	6.829
Centro Oeste	10.471	-	6	10.477	11.739	-
Brasil	847.795	119.696	12.414	971.537	840.921	92.291

(continua)

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1986 p.296 e 1987-88 p.364.
NOTA: As diferenças parcentuais apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

TABELA 3
PESCAO - VALOR DO DESENBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-86

REGIÃO	1985						1986					
	Peixes		Crustáceos		Moluscos e Outros		Peixes		Crustáceos		Moluscos e Outros	
	Total (1)		Total (1)		Total (1)		Total (1)		Total (1)		Total (1)	
Norte												
• Valor Corrente	411.510	163.282	822	575.614	1.109.928	335.855	1.569	1.447.352				
• Valor Dez/88	55.690	21.859	116	77.059	182.271	18.843	88	81.202				
Nordeste												
• Valor Corrente	552.260	505.855	16.003	1.074.418	1.836.113	1.398.040	56.571	3.280.724				
• Valor Dez/88	73.933	67.721	2.142	143.976	103.013	77.875	3.174	184.062				
Sudeste												
• Valor Corrente	544.917	212.605	7.341	764.863	1.768.412	537.763	22.464	2.328.639				
• Valor Dez/88	72.950	28.462	982	102.394	199.215	30.171	1.268	130.646				
Sul ¹												
• Valor Corrente	387.791	177.287	8.806	573.884	1.148.730	473.669	25.240	1.647.639				
• Valor Dez/88	51.915	23.734	1.179	76.828	64.448	26.575	1.416	92.439				
Santa Catarina												
• Valor Corrente	220.071	80.428	3.101	304.600	669.036	181.593	14.297	864.926				
• Valor Dez/88	29.462	10.901	415	40.778	37.536	10.188	802	48.526				
Centro Oeste												
• Valor Corrente	31.266	-	26	31.292	123.948	-	146	123.994				
• Valor Dez/88	4.186	-	3	4.189	6.354	-	3	6.957				
Total Corrente	1.927.745	1.058.029	32.995	3.019.771	5.987.431	2.735.325	165.891	8.828.347				
Total Dez/88	258.073	141.775	4.417	404.265	335.942	153.433	5.941	495.306				

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1986 p.297 e 1987-88 p.355.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAGC.

NOTAS: As diferenças porcentuais apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

As informações do IBGE indicam que no período de 1982 a 1986, no Brasil, a pesca industrial tem sobrepujado a artesanal. Este fato, entretanto, restringe-se ao volume desembarcado (tabela 4), pois, em termos de valor, a pesca artesanal ainda detém mais de 50% (tabela 5), porque este tipo de pesca se concentra na captura de produtos de preços unitários mais elevados (principalmente crustáceos).

TABELA 4
PESCA - DESEMBARQUE BRASILEIRO POR TIPO DE PESCA - 1982-86
(tonelada)

ANOS	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1982	388.403	46,57	445.544	53,43	833.947
1983	429.127	48,72	451.586	54,28	880.713
1984	491.155	51,22	467.752	48,78	958.907
1985	479.646	49,36	491.892	50,64	971.538
1986	480.984	51,07	460.729	48,93	941.712

FONTE: IBGE - Anuário estatístico do Brasil - 1986 p.295 e 1987-88 p.363.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 5
PESCA - VALOR DO DESEMBARQUE BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1982-86
(Cz\$ 1.000)

ANOS	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1982					
• Valor corrente	40.395	-	61.827	-	102.222
• Valor Dez/88	143.658	39,52	219.876	60,48	363.534
1983					
• Valor corrente	96.270	-	154.967	-	251.237
• Valor Dez/88	134.509	38,32	216.519	61,68	351.028
1984					
• Valor corrente	407.180	-	492.684	-	899.864
• Valor Dez/88	177.443	45,25	214.703	54,75	392.146
1985					
• Valor corrente	1.338.869	-	1.683.888	-	3.022.756
• Valor Dez/88	179.239	44,29	225.428	55,71	404.666
1986					
• Valor corrente	3.647.141	-	5.190.483	-	8.837.624
• Valor Dez/88	204.619	41,27	291.207	58,73	495.826

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1986 p.295 e 1987-88 p.363.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

Em 1986, os principais estados capturadores de pescado foram: Rio de Janeiro (195.473 t), Santa Catarina (157.812 t), São Paulo (123.147 t), Pará (90.092 t) e Rio Grande do Sul (82.926 t).

Segundo os dados da Coordenadoria Regional da SUDENE em Santa Catarina, foram desembarcadas, em 1988 (até novembro), 68.056 toneladas de pescado (tabela 6). As espécies que mais se destacaram quantitativamente foram: sardinha-verdadeira (36,23% do total), bonito-listrado (15,20%), corvina (6,47%), castanha (2,30%) e camarão-vermelho (2,06%), perfazendo um total de 62,26% da produção (tabela 7).

A pesca artesanal contribuiu com 15,5% na produção total de produtos pesqueiros, sendo que as espécies mais importantes foram: corvina (28,82%), tainha (6,34%) e camarão-rosa (8,31%).

O setor industrial participou com 84,5% do volume total capturado. As espécies mais importantes foram: sardinha-verdadeira (42,76%), bonito-listrado (17,96%) e castanha (2,69%).

TABELA 6
PESCA CONTROLADO - QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1982-88
(tonelada)

GRUPO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(*)
Peixes	74.334	71.841	87.976	114.684	102.815	63.593	63.115
Crustáceos	7.667	7.004	8.669	5.690	4.431	3.485	4.349
Moluscos	823	1.269	475	564	1.209	817	592
TOTAL	82.824	80.114	97.120	120.938	108.455	67.895	68.056

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1986 e SUDENE - Estatísticas Preliminares - 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(*) Até novembro.

TABELA 7

PESCA - QUANTIDADE MENSAL DESEMBARCADA, POR ESPÉCIES, EM SANTA CATARINA - 1988(*)
(Kg)

ESPÉCIE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN.
Bonito-Listrado	773.909	2.144.153	2.193.523	1.576.975	1.629.469	261.144
Sardinha-Verdadeira	-	1.820.648	3.306.425	5.664.995	5.629.944	2.444.373
Corvina	72.068	168.559	182.906	89.702	224.403	376.994
Castanha	220	4.420	17.805	19.820	4.660	20.660
Chicharro	-	190	6.594	76.973	188.902	231.785
Sardinha-Lage	-	335.981	11.755	2.370	337.287	70.161
Tainha	67.511	59.075	37.813	85.276	458.664	193.316
Camarão-Vermelho	268.668	166.690	5.424	-	-	96
Camarão-7-Barba	119.381	197.101	278.234	119.777	185.201	156.217
Camarão-Rosa	41.788	56.046	81.495	258.979	105.355	23.835
Cavalinha	-	70	16.120	7.020	340	180
Cação	99.649	49.038	98.243	129.018	56.092	46.144
Outros	928.043	1.782.150	1.372.394	593.118	1.519.567	2.146.257
TOTAL	2.371.237	6.784.121	7.608.731	8.624.023	10.339.884	5.971.162

(continua)

(conclusão)

ESPÉCIE	JUL	SET	OUT	NOV	TOTAL	
Bonito-Listrado	113.122	279.322	348.990	165.578	860.070	10.346.255
Sardinha-Verdadeira	274.175	428.124	120.393	1.306.483	3.662.105	24.657.665
Corvina	198.192	982.527	1.017.282	773.041	320.655	4.406.329
Castanha	20.977	562.998	194.937	483.725	232.716	1.562.938
Chicharro	393.998	322.551	11.380	64.344	63.907	1.360.524
Sardinha-Lage	7.360	6.040	-	6.092	230.834	1.007.900
Tainha	29.233	6.293	10.194	29.284	26.375	1.003.034
Camarão-Vermelho	73.059	84.473	186.726	382.541	235.942	1.403.619
Camarão-7-Barba	62.267	57.241	24.537	55.665	8.656	1.264.277
Camarão-Rosa	17.402	61.028	85.673	175.666	235.202	1.142.469
Cavalinha	76.382	189.308	43.322	556.467	840	890.049
Cação	39.230	113.715	46.183	100.426	103.423	881.161
Outros	2.117.968	2.429.934	1.611.552	1.544.818	2.084.179	18.129.980
TOTAL	3.423.285	5.523.554	3.701.169	5.644.130	8.064.904	68.056.200

FONTE: 5º Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Até novembro.

O setor pesqueiro estadual, tomando-se por referência os dados disponíveis na Coordenadoria Regional da Sudepo, tem desembarcado, no período de janeiro a novembro de 1988, quantidades físicas de pescado ascendentes em relação a igual período de 1987, com evolução percentual de cerca de 10%, principalmente em virtude do aumento nas capturas das espécies mais representativas, como a sardinha-verdeira, o camarão-rosa e sete-barbas, o bonito-listrado e a corvina.

Entretanto, o setor não conseguiu recuperar os ganhos físicos obtidos nos anos de 1984, 1985 e 1986, quando se capturaram quantidades bastante acentuadas, gerando maiores montantes médios, revertendo também em maiores ganhos para o setor pesqueiro estadual.

A mesma fonte mostra que a pesca artesanal no transcorrer dos anos está, gradativamente, cedendo espaço para o aumento relativo da pesca industrial, seja em participação nas quantidades físicas, seja nos montantes gerados.

A razão disso é a intensificação do uso do esforço de pesca pelo setor industrial, seguido, em alguns casos, pelo melhor aparelhamento do mesmo.

A exploração predatória praticada, seja na pesca artesanal, seja na industrial, também tem contribuído em muito para que o setor venha diminuindo suas capturas.

Segundo a SUDEPE, em 1986 (último dado disponível), havia no estado 109 empresas de pesca, distribuídas entre 33 indústrias e 76 armadores, atuando nas áreas de congelamento, conservação, semi-conservação, resfriamento, produção de gelo e farinha de peixe.

Estas empresas possuíam, em 1987, um contingente de 98 traineiras, 43 barcos camaroeiros, 78 de arrasto, 7 de combinados, 10 de atuneiros, totalizando 236 embarcações, com capacidade de operação acima de 20 toneladas.

Os municípios mais pesqueiros, em 1988 (até novembro), foram: Itajaí (40.962 t), Navegantes (13.405 t), Florianópolis (5.068 t), Porto Belo (2.223 t) e Governador Celso Ramos (1.206 t) (tabela 8).

TABELA 8
PESCA - QUANTIDADE DE DESEMBARQUE CONTROLADO, POR MUNICÍPIOS,
EM SANTA CATARINA - 1987-88

MUNICÍPIOS	1987	1988(1)	(Kg)
Araquari	510.405	479.726	
Araranguá	403.730	389.292	
Bal. Camboriú	660.337	428.292	
Barra Velha	54.868	88.470	
Florianópolis	4.644.524	5.067.916	
Garopaba	423.523	291.370	
Garuva	526.875	314.906	
Gov. Celso Ramos	949.132	1.206.065	
Imbituba	151.483	787.350	
Itajaí	42.905.292	40.961.758	
Itapema	329.257	208.085	
Jaguaruna	865.232	1.081.064	
Laguna	1.347.326	212.139	
Navegantes	12.255.405	13.405.067	
Palhoça	513.338	570.569	
Paulo Lopes	29.741	18.139	
Penha	182.944	-	
Piparras	28.339	-	
Porto Belo	778.651	2.223.105	
São Francisco do Sul	213.930	215.443	
São José	4.162	5.303	
Sombrio	42.928	69.500	
Tijucas	54.599	45.076	
Biguaçu	-	12.016	
Imaruí	-	18.646	
Içara	-	46.069	
São João do Sul	-	35.480	
TOTAL	67.696.021	68.180.846	

FONTE: Só Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados até o mês de novembro.

De acordo com a Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção de Produto Animal (SERPA), em 1988 (até junho), as indústrias de pesca inspecionadas obtiveram uma produção, na forma de produtos pesqueiros elaborados e pré-elaborados, como segue: 30.273 t de resfriados, 30.214 t de congelados; 2.756 t de salgados; 2.189 t de enlatados e 96 t de "outros" (tabela 9).

Em 1988, a ACARPESC prestou assistência a 9.482 viveiros em 88 municípios. A comercialização de pescado foi de 352 toneladas.

TABELA 9

PESCADO - PRODUÇÃO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1982-88

(Tonelada)

ANO	REFRIGERADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1982	90.102,37	38.319,47	3.767,88	4.897,23	14.275,90	151.362,85
1983	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	161.698,03
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,80	1.071,08	166.779,82
1986	61.238,73	61.534,65	6.201,36	6.443,69	787,16	136.205,59
1987	54.955,78	49.140,53	3.950,15	6.968,50	1.314,51	116.329,47
1988(1)	30.273,32	30.213,62	2.755,58	2.189,38	95,72	65.527,62

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até junho.

Segundo dados desse órgão, o setor de pesca artesanal catarinense tem disponível um contingente de 6.552 embarcações, com capacidade para operar entre 0,2 e 15 toneladas, representada por 96 barcos com motor, 641 botes, 1.480 baleeiras e 3.818 canoas.

Um dos problemas enfrentados pelo pescador profissional artesanal é o intermediário, que, por possuir condições de armazenamento e conservação, dita as regras de comercialização, tolhendo ao pescador qualquer poder de barganha.

Com o objetivo de proibir a pesca predatória e garantir a reprodução de espécies ameaçadas de extinção, acaba de ser aprovada pelo Congresso Nacional uma nova lei de pesca, que se diferencia da anterior quando especifica prazos para a proibição da pesca com base em critérios regionais.

A lei anterior não levava em conta as diversidades climáticas de cada região e fixava um prazo único para garantir a reprodução, quando, na verdade, as espécies desovam em épocas diferentes. Dessa forma, ela não atendia nem aos interesses econômicos dos pescadores, nem à preservação da fauna aquática.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A crescente demanda de pescado por parte dos principais países importadores, aliada à desvalorização do dólar americano, ocasionou um aumento no preço dos principais produtos pesqueiros (especialmente do pescado de fundo - cação, linguado, etc. e do camarão). De acordo com a FAO, em 1986, os principais países exportadores registraram um acréscimo no valor de suas exportações.

Os países desenvolvidos aumentaram sua participação no valor total das exportações de 56% em 1985, para 57% em 1986 (tabela 10). Este fato causou uma inversão na tendência que vinha se mantendo nos últimos 25 anos, de participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de pescado.

TABELA 10
PESCA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO-1982-84 (MÉDIA),
1985 E 1986

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1982-84 (média)	1985	1986	1982-84 (média)	1985	1986
TOTAL MUNDIAL	16.899	18.426	23.742	15.719	16.989	21.628
Países em Desenvolvimento	2.430	2.334	2.617	6.797	7.465	9.289
América Latina	357	296	293	2.124	2.217	2.458
América Central	30	25	24	586	563	612
· México	14	9	7	423	371	420
· Caribe	138	134	135	155	147	159
América do Sul	189	137	134	1.383	1.507	1.687
· Brasil	54	48	48	159	174	193
· Chile	3	1	-	408	439	516
· Peru	10	2	-	228	222	256
África	581	434	420	613	721	963
· Nigéria	282	104	68	4	3	1
· Senegal	17	19	21	140	166	259
Oriente Próximo	303	269	228	120	141	155
Extremo Oriente	1.128	1.275	1.618	3.362	3.728	4.752
· Rep. da Coreia	61	90	117	762	797	1.188
· Índia	-	-	-	348	333	299
· Tailândia	52	138	284	607	675	1.013
EPC.(1) da Ásia	1	1	1	411	454	733
Outros Países em Desenvolvimento	60	59	57	167	204	228
Países Desenvolvidos	14.469	16.092	21.125	8.922	9.524	12.339
América do Norte	3.830	4.408	5.182	2.267	2.417	3.070
· Canadá	330	356	433	1.263	1.359	1.744
· Estados Unidos	3.500	4.052	4.749	984	1.058	1.326
Europa Ocidental	5.835	6.219	8.592	4.745	5.136	6.889
· CEE	5.100	5.505	7.629	3.018	3.308	4.502
· Dinamarca	311	370	396	910	953	1.381
· França	1.020	1.040	1.510	301	359	501
· Rep. Fed. da Alemanha	818	820	1.113	307	286	358
· Itália	743	985	1.265	104	141	168
· Países Baixos	290	308	388	505	544	766
· Espanha	438	413	723	294	354	401
· Reino Unido	890	941	1.216	301	342	482
Islândia	3	5	2	525	617	858
Noruega	48	71	105	923	922	1.171
Europa Oriental e URSS	359	379	403	441	507	714
URSS	121	157	156	323	384	587
Oceania	238	236	248	546	553	666
Outros Países Desenvolvidos	4.207	4.850	6.700	923	911	1.000
· Japão	4.034	4.744	6.594	823	820	898

FONTE: FAO - Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1987-88.
(1) Economía de Planificación Centralizada da Ásia.

O valor das importações mundiais de pescado, em 1986, teve um incremento de 29% em relação ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo acréscimo nas importações dos países desenvolvidos (31%).

O grupo dos países desenvolvidos continuou sendo o principal importador, constituindo ao redor de 80% do volume e 90% do valor do comércio de produtos pesqueiros. Os países em desenvolvimento diminuíram sua participação no valor mundial importado de 12% em 1985 para 11% em 1986.

Em 1986, o Brasil participou com 0,20% do valor importado - menos do que em 1985, que foi 0,26% - e com 0,89% do total exportado. Em 1985, sua participação na exportação mundial foi de 1,02%.

De acordo com a CACEX, do Banco do Brasil, em 1987 (tabela 11) o Brasil exportou, na forma de peixes, crustáceos, moluscos e subprodutos diversos, um total de 39.834 t., contra 42.371 t em 1986. No 1º semestre de 1988, este volume atingiu 19.779 t (tabela 12).

Em se tratando de valor comercializado, em 1987 as exportações brasileiras totalizaram 171 milhões de dólares, contra 150 milhões em 1986, em função da maior exportação de lagosta, que tem alta cotação no mercado internacional. No 1º semestre de 1988, este valor foi de 83 milhões.

O atum foi a espécie mais importante em termos de quantidade exportada (31% do total); em termos de valor, foi o camarão (50%).

Os Estados Unidos permanecem sendo o maior importador de produtos pesqueiros brasileiros, tanto em quantidade (38% do total), como em valor (68%).

TABELA 11
PESCAO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1987

PRODUTOS PESQUEIROS	PAÍS DE DESTINO	ESTADOS UNIDOS		ARGENTINA		JAPÃO		PORTO RICO	
		Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Atum		268	268	7.288	5.733	1.323	2.196	3.334	2.772
Cabarão		7.669	50.451	77	3.557	2.742	28.285	-	-
Piramutaba		2.606	3.557	-	-	13	36	-	-
Sardinha		2.131	52.346	2.211	1.356	-	-	-	-
Lagosta		2.55	44	0.5	10	-	-	-	-
Castanha		1.479	5.661	-	-	95	140	28	49
Pargo-Rosa		9	14	-	-	-	-	-	-
Corvina		1.372	3.507	208	123	143	392	19	32
Outros Prod. Pesqueiros		15.289	115.550	9.776,50	7.529	4.306	31.049	3.381	2.873
TOTAL									

(conclusão)

PRODUTOS PESQUEIROS	PAÍS DE DESTINO	NIGÉRIA		ITALIA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
		Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Atum		-	-	-	-	294	322	12.507	11.291
Cabarão		899	450	570	3.888	528	2.472	11.386	85.163
Piramutaba		-	-	-	-	0,4	1	3.518,40	4.044
Sardinha		-	-	-	-	-	-	2.211	1.356
Lagosta		-	-	-	-	12	294	2.143,50	52.650
Castanha		710	469	-	-	843	374	1.608	887
Pargo-Rosa		-	-	-	-	162	310	1.454	6.180
Corvina		400	208	-	-	302	273	711	495
Outros Prod. Pesqueiros		275	141	854	1.080	1.232	3.760	4.095	9.037
TOTAL		2.284	1.268	1.424	4.968	3.373,40	7.806	39.833,90	171.043

FONTE: Banco do Brasil - Carterira de Comércio Exterior - DEPEC - 1987.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPAG/SC.

TABELA 12
PESCAO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTACOES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAIS DE DESTINO -
1º SEMESTRE-1988

PAIS DE DESTINO	ESTADOS UNIDOS			PORTO RICO			ARGENTINA			JAPAO		
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	7	6.682	5.698	1.719	46	2.099	517	1.002				
Cabarao	3.871	20.578	-	-	-	-	936	10.761				
Piramutaba	1.406	1.839	-	-	-	-	15	25				
Lagosta	1.156	30.950	-	-	-	-	-	-				
Sardinha	-	-	-	-	-	-	-	-				
Pargo-Rosa	170	2.096	-	-	-	-	864	593	-	-		
Corvina	0,80	1	-	-	-	-	-	-				
Tamata	65	70	17	23	-	-	-	-				
Outros Prod. Pesqueiros	177	491	-	-	-	-	-	-				
TOTAL	6.852,80	56.032	6.619	5.721	2.650	2.856	4.554	11.991				

(continua)

PAIS DE DESTINO	ITALIA			PORTUGAL			OUTROS PAISES			TOTAL		
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	25	21	460	415	5	2	2	9.356	9.244			
Cabarao	207	1.792	48	279	290	1.911	5.478	35.485				
Piramutaba	-	-	1	2	-	-	-	-	1.421	1.421		
Lagosta	-	-	-	-	3	2	-	-	1.157,70	1.157,70		
Sardinha	-	-	-	-	39	39	83	83	595	595		
Pargo-Rosa	-	-	-	-	181	121	182	182	2.179	2.179		
Corvina	-	1	-	-	-	-	-	-	123	123		
Tamata	-	-	-	-	92	109	157	157	179	179		
Outros Prod. Pesqueiros	428	827	7	12	235	839	958	958	2.395	2.395		
TOTAL	741	2.641	516	708	845,70	3.081	19.778,50	83.030				

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comercio Exterior - DEPEC - 1º semestre de 1988.
ELABORACAO: Instituto CEPAG/SC.

As importações brasileiras de produtos pesqueiros caíram de 97.922 t em 1986 - ano atípico, onde houve escassez de carne bovina - para 89.092 em 1987 ou de 129 milhões de dólares em 1986 para 94 milhões em 1987 (tabela 13). No primeiro semestre de 1988, estas cifras alcançaram 23.607 toneladas e 26 milhões de dólares, o que indica uma queda ainda maior nas importações em 1988 (tabela 14).

Em 1987, o principal produto pesqueiro importado pelo Brasil, em se tratando de valor, foi o bacalhau e, em quantidade, foi a sardinha, que vem enfrentando problemas devido ao baixo índice de captura.

Santa Catarina exportou 11.760 toneladas em 1987, perfazendo um total de 13 milhões de dólares (tabela 15), o que corresponde a 29,5% do volume e a 7,4% do valor do total exportado pelo Brasil.

O principal comprador de produtos pesqueiros catarinenses foi a Argentina. O produto mais adquirido foi o atum, tanto em quantidade como em valor.

No primeiro semestre de 1988, Santa Catarina já havia exportado 10.330 toneladas, que renderam 11 milhões de dólares, o que demonstra que para 1988 a comercialização está sendo favorável com a abertura de novos mercados, como é o caso de Porto Rico (tabela 16).

Com relação às importações catarinenses, em 1987 alcançaram 12.127 toneladas, correspondendo a 7 milhões de dólares, valores bem superiores aos do ano anterior (4.386 t e 2,6 milhões de dólares) conforme se verifica na tabela 17. O principal fato que determinou este acréscimo foi a importação de sardinha, a qual tem tido um baixo índice de captura no estado. No 1º semestre de 1988, porém, importou apenas 1.100 toneladas do Marrocos, ao custo de 360 mil dólares.

TABELA 13
PESCAO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTACOES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAIS DE ORIGEM - 1987

PAIS DE ORIGEM	ARGENTINA		NORUEGA		MARROCOS		ESPAÑA	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Atum	-	-	8.443	36.946	-	-	-	-
Bacalhau	1.776	1.196	-	-	-	-	-	-
Coryina	22.547	16.559	3	40	-	-	-	-
Merluza	1.470	883	-	-	-	-	-	-
Pescada	-	-	-	-	-	-	-	-
Sardinha	5.245	5.022	3.045	4.207	9.660	4.689	6.000	2.220
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	-	-	2.000	5.680
TOTAL	31.038	23.660	11.491	41.193	9.660	4.689	8.000	7.980

(continua)	REINO UNIDO		URUGUAI		OUTROS PAISES		TOTAL		
	PAIS DE ORIGEM	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	PAIS DE ORIGEM	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	PAIS DE ORIGEM	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	-	-	-	18	30	1.355	1.045	1.553	1.075
Bacalhau	-	-	-	-	750	3.389	9.193	40.335	
Coryina	-	-	1.102	693	-	-	2.878	1.889	
Merluza	-	-	2.403	1.307	-	-	24.953	17.906	
Pescada	-	-	165	119	-	-	1.635	1.002	
Sardinha	6.680	2.184	2.820	1.219	7.810	2.520	30.000	11.013	
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	5.680	4.941	18.770	21.069	
TOTAL	6.680	2.184	6.508	3.368	15.775	11.895	89.082	94.289	

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comercio Exterior - DEPEC - 1987.
ELABORACAO: Instituto Cepa/SC.

TABELA 14 - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM -
1o. SEMESTRE - 1988

PAÍS DE ORIGEM	ARGENTINA		URUGUAI		REINO UNIDO		NORUEGA	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Bacalhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Corvina	446	177	769	294	-	-	-	-
Merluza	7.649	6.875	1.811	1.108	-	-	-	-
Pescada	394	130	361	177	-	-	-	-
Sardinha	-	-	-	-	4.209	1.446	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	1.638	1.319	1.228	565	-	-	-	-
TOTAL	10.327	8.501	4.169	2.144	4.209	1.446	3.513	13.020

(cont inua)

(conclusão)

PAÍS DE ORIGEM	PAÍSES DO SARRA OCIDENTAL		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Bacalhau	-	-	53	310	3.566	13.330
Corvina	-	-	-	-	1.215	471
Merluza	-	-	-	-	9.660	7.983
Pescada	-	-	-	-	755	307
Sardinha	700	236	512	174	5.421	1.856
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	124	356	2.990	2.240
TOTAL	700	236	689	940	23.607	26.187

FONTE: Banco do Brasil - Cadeira de Comércio Exterior - DEPEC - 1o SEMESTRE 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 15
PESADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1987

PAÍS DE DESTINO	ARGENTINA		PORTO RICO		ESTADOS UNIDOS		ITALIA	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	5.994	4.624	-	1.682	1.128	250	212	-
Sardinha	2.111	1.298	-	-	-	-	-	-
Casarão	-	-	-	-	824	3.373	143	1.305
Polvo, Calhaar e Lula	-	-	-	-	-	-	51	76
Outros Prod. Pesqueiros	200	118	-	-	88	75	24	62
TOTAL	8.305	6.040		1.682	1.128	1.162	3.660	1.443

(Continua)

PAÍS DE DESTINO	PORTUGAL		VENEZELA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	144	137	120	120	-	-	8.190	6.221
Sardinha	-	-	-	-	-	-	2.111	1.298
Casarão	-	-	-	-	43	130	1.050	4.868
Polvo, Calhaar e Lula	-	-	-	-	-	-	51	76
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	86	25	398	280
TOTAL	144	137	120	120	129	129	155	11.760

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC - 1987.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPASC.

TABELA 16 - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO -
1º SEMESTRE-1988

PAÍS DE DESTINO	PORTO RICO		ARGENTINA		ESTADOS UNIDOS		PORTUGAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	6.487	5.517	1.966	1.751	-	-	340	312
Sardinha	-	-	864	593	-	-	-	-
Caçarão	-	-	-	-	482	1.589	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.487	5.517	2.824	2.344	482	1.589	340	312

(continua)

PAÍS DE DESTINO	ITALIA		JAPÃO		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	25	21	-	-	5	2	8.817	7.603
Sardinha	-	-	-	-	3	2	867	595
Caçarão	88	605	10	139	21	119	601	2.452
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	45	40	-	-	45	40
TOTAL	113	626	55	179	29	123	10.336	10.690

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC - 1º. semestre de 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEP/SC.

TABELA 17 - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO PAÍS DE ORIGEM - 1987

PAÍS DE ORIGEM	ARGENTINA		ESPANHA		MAURITANIA		REINO UNIDO	
	PRODUTOS PESQUEIROS	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)
Corvina	10	5	-	-	-	-	-	-
Merluza	1.694	1.251	-	-	-	-	-	-
Sardinha	-	-	2.078	-	592	5.000	1.950	348
Outros Prod. Pesqueiros	214	289	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.918	1.545	2.078	592	5.000	1.950	348	96

(continua)

(conclusão)

PAÍS DE DESTINO	ILHAS CAIMÁ		TOTAL	
	PRODUTOS PESQUEIROS	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)
Carvina	-	-	-	10
Merluza	-	-	-	1.694
Sardinha	-	-	-	7.426
Outros Prod. Pesqueiros	2.783	2.845	2.997	3.094
TOTAL	2.783	2.805	12.127	6.988

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC - 1987.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com dados da Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), as exportações catarinenses para o mercado interestadual até junho de 1988 foram de 50.069 t, sendo que 49,1% sob a forma de resfriados e 43,3%, de congelados (tabela 18).

TABELA 18
PESCA - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1982-88

ANO						(Tonelada)	
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL	
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05	
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34	
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47	
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52	
1986	49.058,44	50.397,80	6.885,96	6.236,07	379,98	112.958,25	
1987	42.663,41	46.563,72	3.748,12	5.479,65	1.035,01	99.489,91	
1988(1)	24.583,91	21.673,74	2.157,69	1.533,06	120,38	50.068,78	

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até junho.

Segundo dados da mesma fonte, para o mesmo período, os principais importadores do pescado catarinense foram: Rio de Janeiro (35,43%), São Paulo (31,04%), Rio Grande do Sul, (7,13%) e Paraná (6,98%) (tabela 19).

TABELA 19
PESCA - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, IMPORTADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1987-88

ESTADO	1987		1988(1)		(Tonelada)
	Quantidade	%	Quantidade	%	
	Importada		Importada		
Rio de Janeiro	33.515,25	34,87	17.784,73	35,43	
São Paulo	31.250,99	32,94	15.576,99	31,04	
Paraná	5.413,76	5,69	3.503,76	6,98	
Pernambuco	4.889,19	4,86	3.004,65	5,99	
Bahia	4.589,16	4,29	2.907,75	5,79	
Rio Grande do Sul	10.829,46	11,25	3.578,80	7,13	
Alagoas	2.811,89	2,63	1.048,48	2,09	
Ceará	2.400,51	2,06	856,86	1,11	
Sergipe	865,91	0,79	556,18	1,71	
Paraíba	475,84	0,30	94,94	0,19	
Outros Estados	2.448,01	0,32	1.272,92	2,54	
TOTAL	99.489,91	100,00	50.186,06	100,00	

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até junho.

Na área do cooperativismo catarinense, existe a Cooperativa de Pesca Porto Belo (Cooperbelo), sediada no município de Porto Belo, criada com o objetivo de comercializar a produção de pescado obtida através de seus associados, bem como fornecer os insumos básicos à pesca e os produtos necessários ao consumo familiar dos cooperados.

A Cooperbelo possui, atualmente, 313 associados.

Em 1988, a Cooperativa comercializou cerca de 98 toneladas (tabela 20), volume inferior ao comercializado em anos anteriores. Um dos fatores que explicam essa cifra foi que ela esteve sob intervenção federal do Ministério da Agricultura desde o mês de novembro de 1987, o que levou os pescadores a entregar seu produto a atravessadores.

TABELA 20
PESCA - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE COMERCIALIZAÇÃO REALIZADA
ATRAVÉS DA COOPERBETO - MAIO A DEZEMBRO DE 1987

MÊS	QUANTIDADE (Kg)	% COMERCIALIZAÇÃO NO MÊS
Maio	394	0,40
Junho	7.801	7,97
Julho	8.086	8,27
Agosto	20.507	20,95
Setembro	21.714	22,18
Outubro	11.152	11,39
Novembro	9.072	9,27
Dezembro	19.159	19,57
TOTAL	97.885	100,00

FONTE: Cooperbelo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAP/SC.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Segundo dados da DFA, obtidos junto ao SERPA, o consumo estadual de pescado no primeiro semestre de 1988 foi de 22.346 toneladas (tabela 21).

TABELA 21
PESCAO - MERCADO ESTADUAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1982-88

ANO	REFRIGERADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	(Tonelada)
						TOTAL
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.189,97	17.201,15
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986	12.795,08	16.535,35	357,80	550,10	4.013,12	34.251,45
1987	12.213,50	14.049,93	696,77	295,61	12.675,96	39.931,77
1988(*)	5.919,82	12.016,18	221,56	183,88	4.004,97	22.346,41

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Até junho.

A nível nacional, o consumo interno de pescado é baixo, uma vez que a maior parte da população vê o produto como substituto eventual da carne bovina e de outras carnes, com sensíveis diferenças de preços entre um e outro produto. Poderia ser feito um trabalho, através dos agentes econômicos do setor, a fim de modificar este hábito alimentar.

Nos países desenvolvidos, entre 1973 e 1983, de acordo com a FAO, o consumo per capita de pescado aumentou de 23 para 27 Kg/ano. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, este incremento foi de 7 para 8 Kg/ano. No Brasil, em 1986, o consumo per capita foi de 6 Kg/ano.

Outro fator que influi no baixo consumo interno são os altos preços do pescado. Uma solução para o problema seria elevar sua oferta global, seja mediante o aumento da captura, seja pela adoção generalizada da piscicultura.

3.7 SUINOS

1. PRODUÇÃO MUNDIAL AUMENTA MODERADAMENTE

Estima-se que a produção mundial de carne suína tenha crescido 1,96% em 1988. O efetivo mundial de suínos caiu mais de 7,0 milhões de cabeças em 1987, em grande parte devido ao melhoramento genético do rebanho chinês. Durante 1988, - em função da redução do rebanho na CEE, os efetivos continuaram caindo. A soma desses dois fatos foi decisiva para o aumento da oferta mundial, em 1988, de aproximadamente 1,2 milhão de toneladas. O crescimento da produção suína em 1989 será mais lento em razão da alta internacional dos insumos. Parte do aumento previsto, apenas 0,9%, dar-se-á como consequência dos aumentos na produção da China, URSS e Canadá, enquanto que na CEE, Polônia e Brasil registrar-se-ão quedas.

TABELA I
CARNE SUÍNA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - 1984-87
(mil t)

ESPECIFICAÇÃO	84	85	86	87	88(1)	89(2)	VAR.%	PAR.%
	(a)	(b)			b/a			89
China	14.447	16.547	17.960	17.800	18.200	18.400	1.10	30.64
USA	6.719	6.716	6.379	6.520	7.099	7.160	0.86	11.92
CEE	11.100	11.198	11.559	12.083	12.130	12.115	-0.12	20.17
URSS	5.927	5.855	6.065	6.324	6.500	6.700	3.08	11.16
Japão	1.424	1.531	1.552	1.581	1.610	1.625	0.93	2.71
Alemanha Oc.	1.311	1.371	1.364	1.549	1.540	1.559	1.23	2.60
Polônia	1.288	1.503	1.749	1.729	1.673	1.573	-5.78	2.62
Canadá	865	902	909	937	995	1.015	2.01	1.69
Brasil	567	600	800	1.200	1.100	1.000	-9.09	1.67
México	942	865	910	950	943	921	-2.33	1.53
Tchecoslováquia	846	832	859	843	876	898	2.51	1.50
Romênia	715	875	840	900	850	900	5.88	1.50
Formosa	732	831	868	938	940	940	0.00	1.57
Outros	4.999	4.847	4.832	5.047	5.088	5.252	3.22	8.74
TOTAL	51.882	54.463	56.646	58.401	59.544	60.058	0.86	100.00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas.

(2) Dados Preliminares.

2. MERCADO MUNDIAL CRESCENDO MODERADAMENTE

Os negócios internacionais com carne suína cresceram mais moderadamente em 1988: 2,3% nos principais importadores e

1,84% nos mais importantes países exportadores. Destacou-se a expansão de 14,7% nas importações japonesas e de 9,2% e 4,7% nas exportações do Canadá e da Alemanha Ocidental, respectivamente. As previsões para o comércio mundial em 1989 projetam um crescimento de 1,2% nas importações, já que as transações com a URSS e o Japão resultarão em volumes estáveis, expandindo-se apenas na CEE e em Hong Kong. As exportações devem crescer 2,1%, principalmente pelo incremento das vendas do Canadá, da Alemanha Ocidental, da Hungria e da Romênia. O incremento anual das exportações será moderado, pois se acredita em uma queda nas vendas na CEE e nos USA.

TABELA 2
CARNE SUINA - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1984 A 1989

PAÍS	1984	1985	1986	1987	1988(1)		VAR.% b/a	PAR. % 89
					(a)	(b)		
USA	433	512	509	542	549	544	-0.91	31.70
CEE	138	147	109	102	103	109	5.83	6.35
URSS	120	246	261	318	300	300	0.00	17.48
Japão	279	272	297	401	460	460	0.00	26.81
Hong Kong	206	217	221	202	192	200	4.17	11.66
Outros	71	82	159	93	91	103	13.19	6.00
TOTAL	1.247	1.476	1.555	1.658	1.695	1.716	1.24	100.00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa.

(2) Dados Preliminares.

TABELA 3
CARNE SUINA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1984 A 1989

PAÍSES	1984	1985	1986	1987	1988(1)		VAR.% b/a	PAR. % 89
					(a)	(b)		
USA	74	58	39	49	75	59	-21.33	3.07
Canadá	175	196	215	238	260	275	5.77	14.29
CEE	385	413	318	376	366	342	-6.56	17.78
Alemanha Oc.	234	251	242	299	313	331	5.75	17.20
Hungria	220	150	133	123	118	127	7.63	6.60
Polônia	0	0	73	75	70	70	0.00	3.64
Romênia	75	125	135	150	150	165	10.00	8.58
China	273	263	193	200	205	210	2.44	10.71
Formosa	73	96	123	194	180	190	5.56	9.88
Outros	197	203	145	146	147	155	5.44	8.96
TOTAL	1.706	1.755	1.616	1.850	1.884	1.924	2.12	100.00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

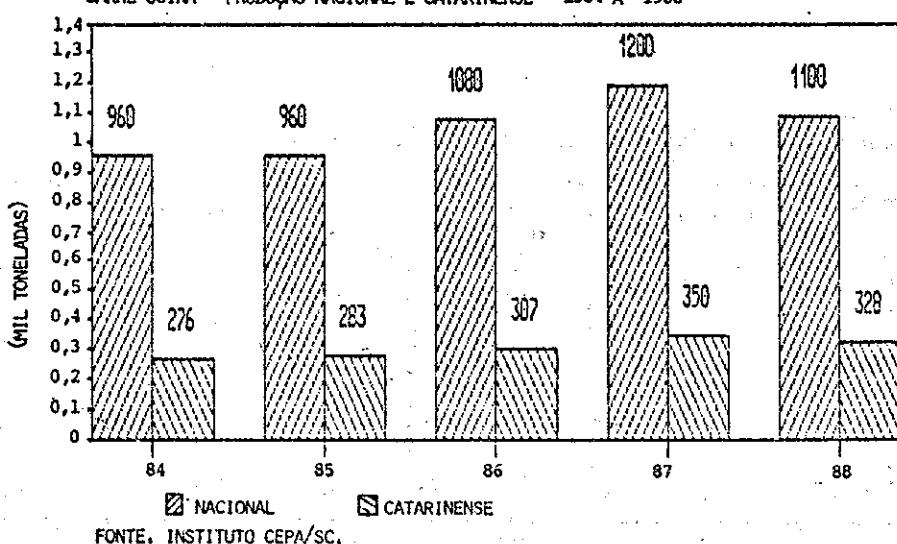
(1) Estimativa.

(2) Dados Preliminares.

3. A PRODUÇÃO SE REACOMODA À REALIDADE DO MERCADO

As avaliações acerca da produção nacional de carne suína, em 1988, indicaram um volume aproximado de 1,1 milhão de toneladas em equivalentes carcaças. A queda, estimada em 8,3% em relação a 1987, contrariou as previsões iniciais, que apontavam uma redução mais expressiva. Estes avanços e recuos têm sido uma característica da atividade suinícola, por conviver com uma bovinocultura de corte extensiva e uma avicultura industrial altamente competitiva. Do ponto de vista conjuntural, no entanto, este volume produzido sofreu a influência da baixa rentabilidade da atividade em 1987, decorrente do exagerado estímulo via consumo e das importações mal equacionadas em 1986. A suinocultura catarinense produziu um volume avaliado em 328,0 mil toneladas, evidenciando uma queda de 6,3%, devido à redução no número e no peso dos animais abatidos. O recuo na produção estadual não teve a mesma dimensão da nacional, em razão da organização dos sistemas produtivos, que facilitam o escoamento do produto final e melhor sustentam a atividade nos períodos de baixa rentabilidade.

GRÁFICO 1
CARNE SUÍNA - PRODUÇÃO NACIONAL E CATARINENSE - 1984 A 1988



4. EFETIVO MENOR, MAS COM PRODUTIVIDADE MAIOR

A oferta estadual de suínos teve um recuo estimado em 3,7% (4.754,2 contra 4.937,0 mil cabeças). A concorrência na aquisição da matéria-prima foi pouco acirrada, seja por ter caído a comercialização de animais vivos para o Centro do país, seja pelo suprimento da indústria fornecido em parte pela produção gaúcha. Do total ofertado, 3,9% originou-se dos descartes de matrizes superiores aos índices recomendados e 0,038% da redução física do rebanho. Os principais índices de medição da produtividade do rebanho continuaram a indicar que os plantéis foram mais produtivos. O desfrute e a taxa de abate mantiveram a tendência de aumento verificada nos anos recentes. Os processos de decomposição do efetivo têm sido sempre no sentido de eliminar os animais velhos e menos produtivos. As crises na relação custo/preço forçam os criadores eventuais e administrativamente menos eficientes a saírem do mercado. Por outro lado, os suinocultores tradicionais, ao procederem a uma acomodação dos seus plantéis, processam uma seleção, levando naturalmente a um aumento nos principais índices de produtividade.

TABELA 4
SUÍNOS - REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E
DESFRETE - SANTA CATARINA - 1983-88

ANO	REBANHO (mil cab.)	PRODUÇÃO (mil cab.)	TAXA DE ABATE	DESFRETE %
1983	3.200,0	4.177,0	130,5	124,0
1984	3.100,0	3.902,0	125,9	124,0
1985	3.172,0	4.142,0	130,6	133,0
1986	3.380,0	4.390,0	129,9	136,0
1987	3.436,0	4.937,0	143,7	138,0
1988	3.250,0	4.754,2	146,3	142,0

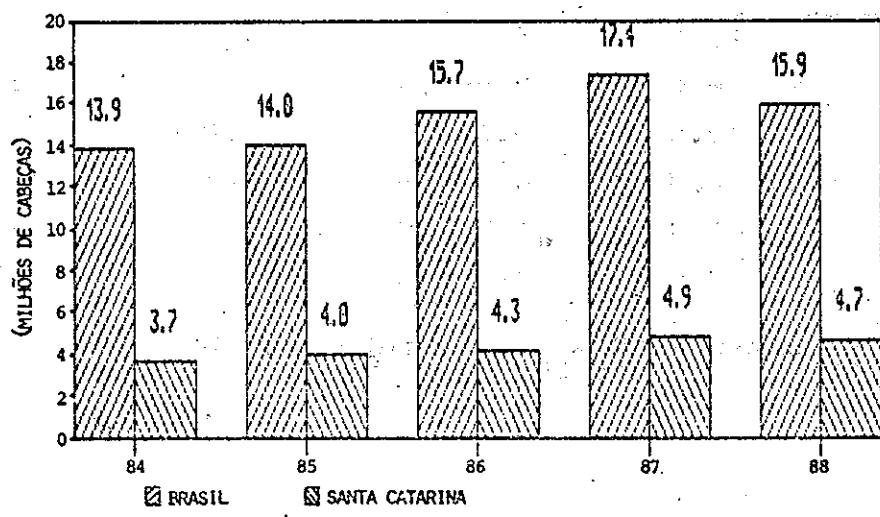
FONTE: MA/DFA-SC-SERPA e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5. COM A QUEDA NOS ABATES AUMENTOU A OCIOSIDADE NAS INDÚSTRIAS

Os abates totais no país decresceram 8,6% (15,9 contra 17,4 milhões de cabeças), 50% dos quais sob inspeção federal,

crescendo a participação dessa modalidade 6,4% em relação a 1987. A diminuição da participação dos outros tipos deveu-se à perda da competitividade e a dificuldades de suprimento da matéria-prima. No estado, a redução foi calculada em apenas 3,0% (4.736,9 contra 4.885,7 mil cabeças), uma vez que apresentaram uma leve expansão no primeiro semestre e uma queda no segundo, com maior significado no último trimestre do ano. A composição manteve praticamente a mesma participação. Em termos físicos, os abates inspecionados decresceram proporcionalmente mais do que as outras modalidades, diferindo do que apontaram as informações referentes aos abates no país. No plano nacional, os abatedouros e frigoríficos operaram com ociosidade, pois estima-se uma capacidade instalada ao redor de 18,0 milhões de cabeças. Em Santa Catarina, as empresas que, conjuntamente, são responsáveis por 85% do total abatido, movimentaram o parque com uma ociosidade projetada em 5,0%, pois possuem instalações suficientes para absorver 4,2 milhões de cabeças.

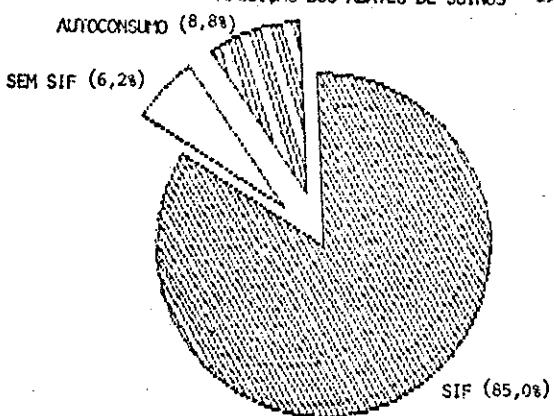
GRÁFICO 2 - SUÍNOS - ABATES TOTAIS-BRASIL E SANTA CATARINA - 1984 A 1988



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 3

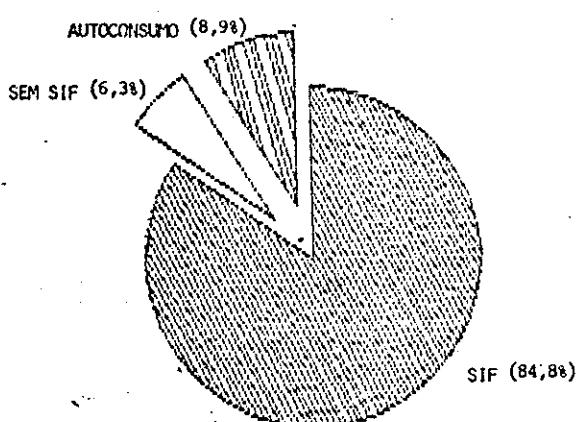
SANTA CATARINA - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS - 1987



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 4

SANTA CATARINA - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS - 1988



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

6. O ABASTECIMENTO FICOU AJUSTADO GRAÇAS A CARNE BOVINA

O suprimento interno do país sofreu uma redução de 135,0 mil toneladas, uma queda calculada em 10,8%, facilitando o escoamento da produção. O consumo, por sua vez, voltou aos níveis de 1986 ao cair 122,0 mil toneladas, ou seja, ao redor de 10,0%. Esses dois aspectos são avaliados em função do peso em equivalentes carcaças, não estando implícita a inclusão de carne bovina na industrialização. Dessa forma, parte do abastecimento e do consumo de carne suína foi suprida pelo produto de origem bovina, ficando comprometida a avaliação mais precisa do potencial da demanda, que deve se aproximar de 1,2 milhão de toneladas. Como a oferta do produto "in natura", de derivados e/ou de industrializados caiu, os estoques de passagem foram considerados muito baixos em relação aos da temporada de 1987. As exportações deram continuidade ao processo de retomada; seu desempenho permaneceu dentro da expectativa, e cresceu 10,0%.

TABELA 5
CARNE SUINA - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA
1985-1988

(mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL				SANTA CATARINA			
	85	86	87	88*	85	86	87	88*
Estoque Inic.			10	15			8	9
Produção	960	1.080	1.200	1.100	283	307	350	328
Importação		38	40				26	
Suprim. Int.	960	1.118	1.250	1.115	283	307	384	337
Exportação		8	18	20			16	20
Cons. Interno	960	1.100	1.217	1.095	205	221	292	243
Cons. Regional					78	86	76	74
Kg/Per Cápita	7	8	8	7	19	20	18	18
Estoque Final			15				9	

FONTE: Instituto CEPA/SC.

Obs: Considerou-se apenas a carne sem os componentes necessários para a industrialização.

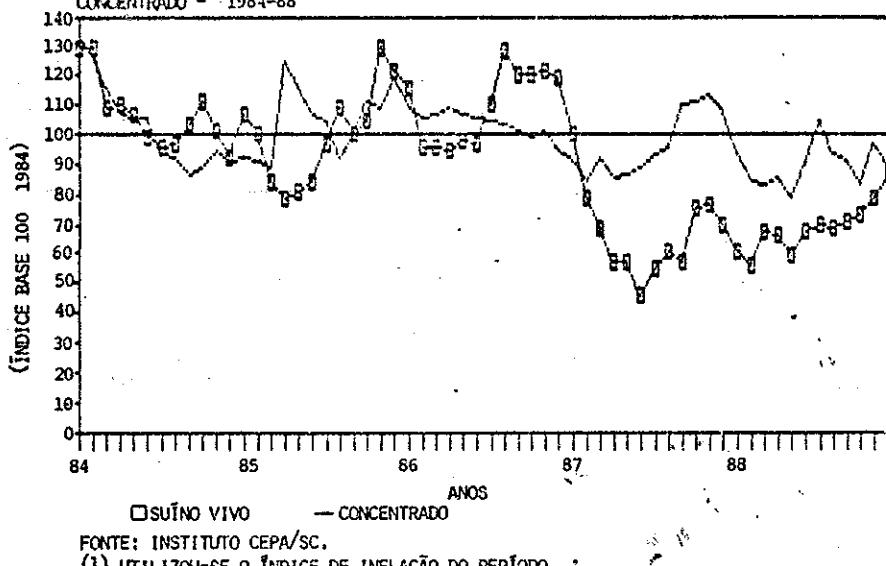
*Estimativas preliminares.

7. OS PREÇOS NÃO APRESENTARAM RECUPERAÇÃO REAL

Os preços recebidos pelos suinocultores evoluíram 1.253,00% em valores correntes, tomando-se como base dez/87 - dez/88. Esta evolução foi significativa quando comparada com os índices inflacionários do período. No entanto, tem-se que levar em consideração o forte controle exercido sobre os preços em 1987, cujas majorações, em 1988, foram insuficientes para superar as perdas do ano anterior. Isto fica evidenciado nos índices de preços reais recebidos pelos suinocultores, cuja curva, embora ascendente, não foi suficiente para recuperar o vale profundo de 1988. O índice de preços dos concentrados indicou um posicionamento mais confortável. Isto foi possível graças ao maior controle que o fabricante detém sobre os estoques dos insumos e, por extensão, sobre os custos. O índice de preços do milho, a nível de produtor obedeceu, praticamente, à mesma inclinação apresentada pelo índice de preços do suino vivo, pois a mudança na política de preços oficiais para o cereal não garantiu a recuperação real de suas cotações.

GRÁFICO 5

SANTA CATARINA - ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1) DO SUÍNO VIVO E CONCENTRADO - 1984-88

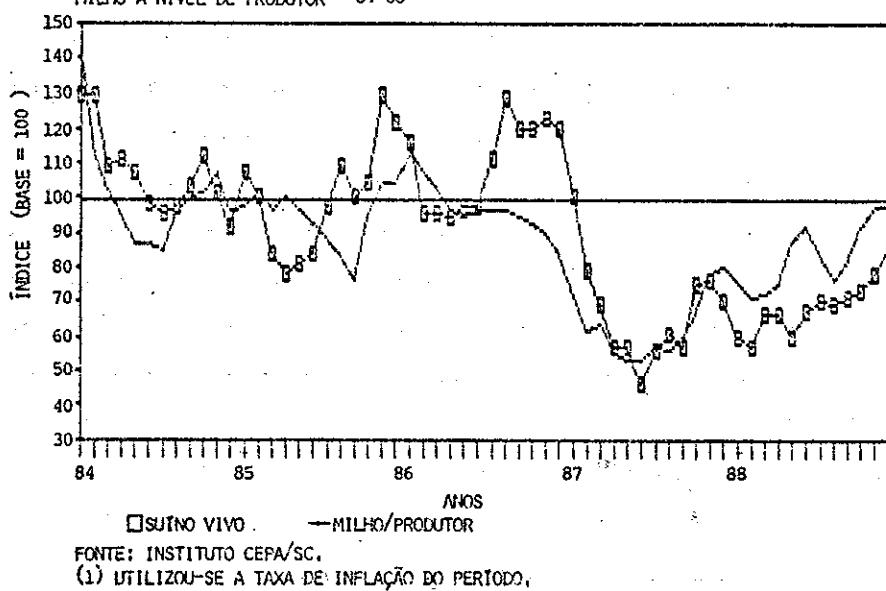


FONTE: INSTITUTO CEPAC/SC.

(1) UTILIZOU-SE O ÍNDICE DE INFLAÇÃO DO PERÍODO.

GRÁFICO 6

SANTA CATARINA - ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1) DO SUÍNO VIVO E DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR - 84-88



FONTE: INSTITUTO CEPAC/SC.

(1) UTILIZOU-SE A TAXA DE INFLAÇÃO DO PERÍODO.

8. O PODER DE TROCA ESTEVE COMPROMETIDO

A atividade suíncola não apresentou bons resultados econômicos nos anos de 1987 e 1988. O estímulo recebido desde o segundo semestre de 1984, auxiliado pelo incremento do consumo de 1986, redundou em um expressivo aumento da oferta interna,

que se estendeu até a primeira metade de 1988. No período considerado, a economia brasileira sofreu dois choques, causando um forte desalinhamento nos preços. O desarranjo entre preços recebidos e pagos pelo setor coincidiu com o aumento da produção e o retorno aos níveis históricos de consumo. Paralelamente a este fato, foram realizadas importações de carne suína e derivados em volume e época inoportunos, desarticulando ainda mais o processo produtivo nacional e, em particular, o catarinense. A conjugação de todos estes fatores e mais o recrudescimento da inflação determinaram uma profunda alteração nas relações de trocas da suinocultura, que operou por longos 24 meses sem perspectiva de lucro. A lenta recuperação do poder de troca, que passa a se dar a partir de meados de 1988, teve como fatores decisivos a moderada acomodação da oferta à demanda aparente (consumo interno mais exportações) e ao encarecimento dos principais insumos. Os ligados diretamente ao mercado internacional sofreram os reflexos da seca americana, que tem como efeito interno um aumento nos preços dos concentrados superior ao das taxas inflacionárias. A política de desova dos estoques oficiais de milho sem os subsídios das temporadas anteriores também contribuiu para que as relações de troca do setor não apresentassem uma recuperação mais consistente. A medida que a oferta teve um declínio mais pronunciado, aumentando a concorrência na aquisição da matéria-prima e a necessidade de formar estoques para atender ao aquecimento sazonal da demanda, os preços recebidos pelos criadores evoluíram mais rapidamente do que as cotações dos principais componentes dos custos. Com isso, o poder de troca dos suinocultores começou a se aproximar da média histórica, indicando que a atividade entrava em uma nova fase de resultados econômicos.

TABELA 6
SUINO - PREÇOS NOMINAIS MENSais RECEBIDOS PELOS
SUINOCULTORES E PAGOS PELOS PRINCIPAIS INSUMOS - 1988
(Cz\$/kg)

MÊS	SUINO VIVO	M.O. (Cz\$/D)	MILHO	CONCENTRADO
Jan	41,40	360,63	7,02	26,65
Fev	45,80	376,50	7,75	29,26
Mar	63,00	417,00	9,00	32,63
Abr	74,13	434,00	11,17	39,45
Mai	79,50	496,66	15,21	43,86
Jun	106,00	597,50	19,22	55,13
Jul	137,00	743,06	22,47	76,26
Ago	163,00	846,25	23,84	89,50
Set	208,00	1.050,83	30,70	107,80
Out	273,25	1.389,00	43,62	138,01
Nov	376,00	1.765,63	65,00	179,05
Dez	560,00	2.105,00	94,00	221,27

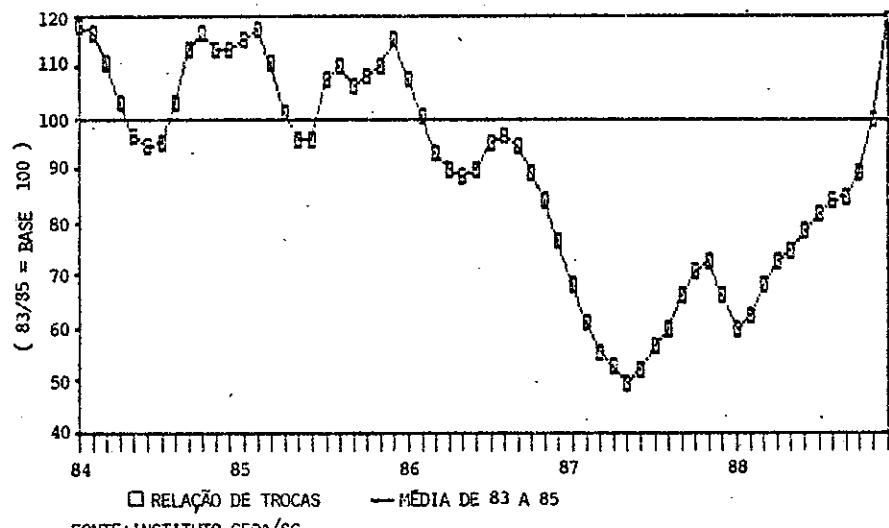
FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 7
SUINO - ÍNDICE MENSAL DE PREÇOS RECEBIDOS E PAGOS PELOS
SUINOCULTORES E RELAÇÃO DE TROCA DA EXPLORAÇÃO - 1988
(BASE: 83/85=100)

MES	SUINO VIVO	MÃO-DE OBRA	MILHO	CONCEN- TRADO	RELAÇÃO DE TROCA
Jan	1.922,34	3.546,36	2.351,03	3.315,51	59,99
Fev	2.245,22	4.081,98	2.637,29	3.743,85	62,47
Mar	2.734,47	4.341,48	3.097,73	4.285,09	68,51
Abr	3.238,23	4.766,47	3.925,42	4.902,44	72,79
Mai	3.881,00	5.404,87	5.059,33	5.853,84	75,11
Jun	4.820,79	6.497,97	6.313,06	7.410,32	78,57
Jul	6.068,96	7.734,41	7.270,56	9.349,18	82,09
Ago	7.593,68	9.337,77	8.544,27	11.567,29	84,25
Set	9.630,37	11.622,36	10.890,87	14.178,35	85,34
Out	12.814,33	14.874,07	15.457,58	17.964,90	89,67
Nov	18.076,09	18.602,51	22.480,72	22.762,90	104,88
Dez	20.987,25	20.534,74	26.461,61	25.390,87	111,61

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 7
SANTA CATARINA - ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DA SUINOCULTURA - 1984 A 1988



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

9. A OFERTA TENDE A SE ESTABILIZAR EM 1989

Os principais dados referentes ao desempenho econômico da suinocultura em 1987 e em boa parte de 1988 indicam que a produção nas principais regiões produtoras deve sofrer uma nova acomodação durante o ano de 1989. A nível nacional, as estimativas preliminares projetam uma produção entre um 1,05 e 1,1 milhão de toneladas, provendo-se um abate entre 15,5 e 15,9 milhões de cabeças. A queda esperada, de no máximo 4,5%, tende a ser recuperada no segundo semestre, se persistir o

enxugamento dos excedentes internos via mercado externo, com continuidade da recuperação interna dos preços. Para a produção catarinense, a expectativa é de que haja estabilidade. O recuo, se ocorrer, deverá ser moderado. Mesmo assim, estabilidade significará aumento de concorrência na aquisição da matéria-prima. Espera-se que a oferta catarinense se situe no intervalo entre 4,5 e 4,7 milhões de cabeças, projetando uma produção de 320,0 a 330,0 mil toneladas em equivalentes carcaças. A estrutura produtiva da suinocultura catarinense facilitará um leve aumento, se mantiver o bom desempenho econômico apresentado no final de 1988. Em qualquer circunstância, a oferta estadual deverá posicionar-se levemente acima das expectativas, uma vez que o peso médio dos animais enviados ao abate deverá ser superior.

4. LISTA DE GRAFICOS

P-

POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1989

1. RELAÇÕES DE TROCA - ÍNDICE E MÉDIA MENSAIS DO SETOR
AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - 1983-88 21

ALHO

1. ALHO - PREÇOS REAIS MENSAIS DE DEZ/88(*) RECEBIDOS
PELOS PRODUTORES DE ALHO NOBRE - 1980-88 33
2. ALHO - PREÇOS REAIS MENSAIS DE DEZ/88(*) OBSERVADOS NO
MERCADO ATACADISTA DE FLORIANÓPOLEIS, 1972-88 33
3. ALHO - CUSTOS DE PRODUÇÃO DO ALHO NOBRE E PREÇOS
RECEBIDOS PELOS PRODUTORES CATARINENSES, SAFRAS
1981/82 A 1988/89 36

ARROZ

1. ARROZ - COMPORTAMENTO DA ÁREA CULTIVADA NO BRASIL,
SAFRAS DE 1977-78 A 1987-88 43
2. ARROZ - COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, SAFRAS
DE 1977/78 A 1987/88 44
3. ARROZ - COMPORTAMENTO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS
BRASILEIROS, SAFRAS DE 1977-78 A 1987-88 44
4. ARROZ - EM CASCA - PREÇOS REAIS DE DEZ 88(1), MENSAIS,
EM SANTA CATARINA - 1985-88 50
5. ARROZ MACERADO - PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1), MENSAIS,
A NÍVEL DE ATACADO EM SC - 1988 52
6. ARROZ EM CASCA - PREÇOS RECEBIDOS X CUSTO DE PRODUÇÃO
MENSAIS CONSTATADOS EM SC - 1985-88 54

BANANA

1. BANANA PRATA - PREÇOS CONSTANTES DE DEZ/88(1) PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1980-88	60
2. BANANA CATURRA - PREÇOS CONSTANTES DE DEZ/88(1) PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1980-88	61

BATATA

1. BATATA - ATACADO CEAGESP - CZ\$/SC DE 60KG REAL EM DEZ/88(1) - 1980-88	73
2. BATATA - PREÇOS REAIS PAGOS AO PRODUTOR EM DEZ/88(1) - 1980-88	74
3. BATATA - PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSais PERÍODO DE 80 A 88	74
4. BATATA - CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇO RECEBIDO EM SC - 1985-88	75

CEBOLA

1. CEBOLA - ATACADO CEAGESP - CZ\$/SC DE 20 KG REAL EM DEZ/88(1) - 1980-88	91
2. CEBOLA - PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSais PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-88	94
3. PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSais EM SANTA CATARINA - PERÍODO DE 1981-88 E 1988	94
4. CEBOLA - CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇO RECEBIDO EM SC - 1983-88	95

FEIJÃO

1. FEIJÃO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRA 1986/87	101
2. FEIJÃO - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/88	103

3. PREÇOS DO FEIJÃO CARIOLA NO ATACADO DE SÃO PAULO	108
4. PREÇOS DO FEIJÃO PRETO NO ATACADO DE SÃO PAULO	109
5. FEIJÃO - CUSTO DE PRODUÇÃO x PREÇO RECEBIDO, SC, SAFRAS 1983/84 A 1987/88	111

MAÇÃ

1. MAÇÃ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRAS 1977/78 A 1987/88	131
2. QUANTIDADE OFERTADA DE MAÇÃ IMPORTADA E NACIONAL - ENTREPOSTO CEAGESP - 1980-88	133
3. MAÇÃ NACIONAL - PREÇOS REAIS(1) - CEAGESP, MÉDIAS 1980-1988 E PREÇOS EM 1988	134
4. MAÇÃ NACIONAL - PREÇOS REAIS(1) - CEAGESP, 1980-88	134
5. MAÇÃ IMPORTADA - PREÇOS REAIS(1) - 1980-88	135

MANDIOCA

1. MANDIOCA - PREÇOS REAIS DA RAIZ EM DEZ/88(1), RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1980-88	144
2. MANDIOCA - PREÇOS REAIS DA FÉCULA EM DEZ/88(1), RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1981-88	145
3. MANDIOCA - PREÇOS REAIS DA FARINHA CRUA FINA EM DEZ/88(1), A NÍVEL DE ATACADO EM FLORIANÓPOLIS - 1977/1988	146
4. MANDIOCA - CUSTOS DE PRODUÇÃO DA RAIZ E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO VALE DO ITAJAÍ EM CULTURA DE DOIS CICLOS - SAFRAS DE 1981/82 A 1988/89	149

MILHO

1. MILHO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL, POR PAÍS SAFRA 1987/88	153
--	-----

2. MILHO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO - SAFRA 1987/88	154
3. MILHO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO - SAFRA 1987/88	154
4. MILHO - COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (1a. ENTREGA)	160
5. MILHO - PREÇOS REAIS PAGOS NO ATACADO CATARINENSE	162
6. MILHO - PREÇO A NÍVEL DE PRODUTOR DO OESTE CATARINENSE - 1982-88	163
7. MILHO - CUSTO DE PRODUÇÃO X PREÇO RECEBIDO, SANTA CATARINA - SAFRAS 1983/84 A 1987/88	164

SOJA

1. SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRA 1987/88	169
2. SOJA - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR ESTADO - SAFRA 1987/88	170
3. SOJA - COTAÇÃO INTERNACIONAL DE GRÃO, FARELO E ÓLEO - 1982-1988	176
4. SOJA - PREÇO REAL DE DEZ/88(1) VERIFICADO NO MERCADO ATACADISTA DE SANTA CATARINA - 1982-88	178
5. SOJA - CUSTO DE PRODUÇÃO X PREÇO RECEBIDO - SC, SAFRAS DE 1983/84 A 1987/88	179

TOMATE

1. TOMATE - PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR - MÉDIAS MENSais DE 1983 A 1988, E 1988	185
2. TOMATE - MÉDIAS PERCENTUAIS DAS QUANTIDADES MENSais COMERCIALIZADAS NA CEASA/SC, POR ORIGEM - SANTA CATARINA, 1988	186

3. TOMATE - PREÇOS REAIS (1) PAGOS AO PRODUTOR, EM MÉDIAS ANUAIS - SANTA CATARINA, 1980-88	188
4. TOMATE - CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS ANALISES NA ÉPOCA DE PLANTIO E COLHEITA - SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88	188

AVES

1. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES - SANTA CATARINA 1987	225
2. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES - SANTA CATARINA 1988	225
3. CARNE DE AVES - ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88 (1) DO FRANGO VIVO E ABATIDO - SANTA CATARINA - 1984-88	229
4. ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DA AVICULTURA INDUSTRIAL - SANTA CATARINA - 1984-88	231
5. ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DO AVICULTOR - SANTA CATARINA - 1984-88	231

AVES - SEGMENTO POSTURA

1. OVO VERMELHO TIPO II - PREÇO REAL DE DEZ/88(1) VERIFICADO NO MERCADO ATACADISTA DE FLORIANÓPOLIS 1983-88	239
2. OVOS - CONSUMO PER CAPITA - BRASIL, ARGENTINA E VENEZUELA - 1978 A 1988	245
3. RELAÇÃO DE TROCA ENTRE 1 KG DE RAÇÃO E UMA DÚZIA DE OVOS - SANTA CATARINA - 1983-88	249

BOVINOS DE CORTE

1. CARNE BOVINA - PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE 1982-87	251
2. BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES EM SC - 1987	253

3. BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES EM SC - 1988	253
4. SANTA CATARINA - COTAÇÃO DO BOI GORDO - US\$/ARROBA - 1983-88	257
5. SANTA CATARINA - ÍNDICE DE PREÇO REAL DO BOI GORDO - 1983-88	258
 SUÍNOS -	
1. CARNE SUÍNA - PRODUÇÃO NACIONAL E CATARINENSE - 1984 A 1988	315
2. SUÍNOS - ABATES TOTAIS - BRASIL E SANTA CATARINA - 1984 A 1988	317
3. SANTA CATARINA - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS - 1987	318
4. SANTA CATARINA - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS - 1988	318
5. SANTA CATARINA - ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1) DO SUÍNO VIVO E CONCENTRADO - 1984/88	320
6. SANTA CATARINA - ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS DE DEZ/88(1) DO SUÍNO VIVO E DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR - 84-88	320
7. SANTA CATARINA - ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DA SUINOCULTURA - 1984 A 1988	322

5. LISTA DE MAPAS

ALHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - 1987/88 28

ARROZ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88 41
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - 1987/88 42

BANANA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1987/88 61

BATATA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA EM SANTA CATARINA - 1987/88 71

CEBOLA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - 1987/88 89

FEIJÃO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - 1987/88 105
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2a. SAFRA EM SANTA CATARINA - 1987/88 105

FUMO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - 1987/88 118

MAÇÃ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM
SANTA CATARINA - 1987/88 130

MANDIOCA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1987/88 139

MILHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO
EM SANTA CATARINA - 1987/88 156

SOJA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM
SANTA CATARINA - 1987/88 171

TOMATE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE
EM SANTA CATARINA - 1987/88 184

TRIGO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO
EM SANTA CATARINA - 1987/88 194

UVA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM
SANTA CATARINA - 1987/88 203

BOVINOS DE LEITE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE LEITE
EM SANTA CATARINA - 1987 264

6. LISTA DE TABELAS

POLÍTICA AGRICOLA EM 1989

1. PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA 1988/89 DO SUL, SUDESTE E CENTRO OESTE	15
2. VALORES BÁSICOS DE CUSTETO, POR FAIXA DE PRODUTIVIDADE, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1987/88 E 1988/89	16
3. LIMITES DE FINANCIAMENTO, SAFRAS 1987/88 E 1988/89	17
4. CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS DAS PRINCIPAIS CULTURAS EM SANTA CATARINA - SAFRAS 87/88 E 88/89	18
5. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89	20

ALHO

1. ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL, 1980-86	29
2. ALHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1980/81 A 1988/89	30
3. ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89	31
4. ALHO - QUANTIDADE IMPORTADA - ALADI, TERCEIROS PAÍSES E TOTAL - 1980-88	34
5. ALHO - ÁREA E PRODUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRAS 1987/88 e 1988/89(1)	37
6. ALHO - QUANTIDADE DO PRODUTO CATARINENSE COMERCIALIZADO NO MERCADO NACIONAL SAFRAS DE 1978/79 A 1988/89	37

7. ALHO - QUANTIDADE OFERTADA E PREÇOS MÉDIOS CORRENTES MENSAIS PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1988	38
8. ALHO - VALOR BÁSICO DE CUSTEIO POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADE E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES NA REGIÃO CENTRO SUL - SAFRA 1988/89	39

ARROZ

1. ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88	40
2. ARROZ - PRODUÇÃO MUNDIAL EM CASCA E BENEFICIADO - SAFRAS 1986/87, 1987/88 E PREVISÃO PARA 1988/89	42
3. ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/88	45
4. ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA (SEQUEIRO E IRRIGADO) EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1983/84 A 1988/89	46
5. DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA POR HABITANTE/ANO NO BRASIL - 1978/87	47
6. IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARROZ - 1980-88	48
7. ARROZ EM CASCA - BRASIL - OFERTA E DEMANDA	49

BANANA

1. BANANA - QUANTIDADES MUNDIAIS A NÍVEL DE REGIÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1983-86	57
2. BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-1986	57

3. BANANA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO POR REGIÃO E ESTADO DO BRASIL - 1986-88	58
4. BANANA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - 1980-88	59
5. BANANA - ÁREA PLANTADA - PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	60
6. BANANA - EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1984-86	62
7. BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO 1984-86	63
8. BANANA - QUANTIDADES MUNDIAIS IMPORTADAS, POR PAÍS - 1983-86	64
 BATATA	
1. BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS E BRASIL - 1984-86	66
2. BATATA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, SAFRAS DE 1974/75 A 1987/88	67
3. BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS ESTADOS E O BRASIL - SAFRA 1987/88(1)	69
4. BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1975/76 A 1987/88	70
5. BATATA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	71

CANA-DE-AÇÚCAR

1. CANA-DE-AÇÚCAR - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL, QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-86	78
2. CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS 1986/87 E 1987/1988	79
3. CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	80
4. CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL E SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88	81
5. CANA-DE-AÇÚCAR - EQUIVALENTE BRUTO - VOLUME TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR PAÍS - 1984-86	81

CEBOLA

1. CEBOLA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1984-86	84
2. CEBOLA - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88	85
3. CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO, POR ESTADO - SAFRA 1987/88	87
4. CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1978/79 A 1988/89 (1)	89
5. CEBOLA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA E VARIAÇÃO PERCENTUAL - SAFRAS 1986/87 E 1988/89	92
6. CEBOLA - SANTA CATARINA - FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA SAFRA 1987/88	92

7. CEBOLA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DA CULTURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	99
---	----

FEIJÃO

1. FEIJÃO - PRODUÇÃO BRASILEIRA (1a. e 2a. SAFRA), POR REGIÃO, SAFRAS 1986/87 E 1987/88	102
2. FEIJÃO - PRODUÇÃO (1a. SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGENEIA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	104
3. FEIJÃO - ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO/DEMANDA PARA O BRASIL - PERÍODO 1987/88	107

FUMO

1. FUMO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES: ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - 1986-88	115
2. FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL, SAFRAS 1986/87 E 1987/88 (1)	116
3. FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89	116
4. FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	117
5. FUMO - QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO - SANTA CATARINA, SAFRAS 1985/86 E 1987/88	117
6. FUMO - PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS - 1988(1)	118
7. FUMO - PRINCIPAIS IMPORTADORES MUNDIAIS - 1988(1)	119
8. FUMO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1980-87	119

9. FUMO - PRINCIPAIS IMPORTADORES DO BRASIL - 1987	120
10. FUMO - PREÇO BÁSICO DO FUMO AOS PRODUTORES EM 31/03/88	122
11. FUMO - SITUAÇÃO MUNDIAL DE BALANÇO E OFERTA DE FUMO - 1984-88 (em 1.000 t)	123
12. FUMO - CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL - 1979-88	123

MAÇÃ

1. MAÇÃ - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1984-86	126
2. MAÇÃ - QUANTIDADE PRODUZIDA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E BRASIL, SAFRAS DE 1977/78 A 1986/87	126
3. MAÇÃ - PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1987/88	128
4. MAÇÃ - DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA, 1988	132
5. MAÇÃ - PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS - SAFRA - 1988/89	136

MANDIOCA

1. MANDIOCA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1984-86	140
2. MANDIOCA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88	141
3. MANDIOCA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1988/89	142
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA MANDIOCA NAS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88(1)	150

MILHO

1. MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89	152
2. MILHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR REGIÃO - SAFRAS DE 1984/85 A 1988/89	153
3. MILHO - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SC - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	155
4. MILHO - ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1987/88 E 1988/89 ..	157
5. MILHO - BALANÇO DE SUPRIMENTO PARA O BRASIL - 1987-88 .	157
6. MILHO - ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES - 1987 E 1988	159

SOJA

1. SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS 1985/86 A 1988/89	168
2. SOJA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRAS 1974/75 E DE 1979/80 A 1987/88	170
3. SOJA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	171
4. SOJA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS TEMPORADAS COMERCIAIS DE 1987/88 E 1988/89	172
5. BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA - BRASIL - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88	173
6. ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES EM 1987	174

TOMATE

1. TOMATE - ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO MUNDO - 1980-85	182
---	-----

2. TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADOS NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/1988	182
3. TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88	183
4. TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	183
5. TOMATE - QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC, EM 1988 E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1987 E 1988	187

TRIGO

1. TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, DO MUNDO E DE ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89	191
2. TRIGO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO BRASIL - 1982 A 1988	192
3. TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89	193
4. TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89	194
5. TRIGO - MÉDIA DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1985-88	195
6. QUANTIDADE ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLITRICO MÉDIO, POR ESTADO - SAFRAS DE 1986/87 A 1988/89	196
7. TRIGO - PREÇOS MENSais RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE Ph 78 - 1982-88	196

8. TRIGO - PREÇOS MENSais PAGOS AO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 78 POSTO NOS MOINHOS - 1982 A 1988 197

9. TRIGO - CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO - 1979 A 1988 198

UVA

1. UVA - ÁREA DESTINADA À COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA NOS DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1987/88 200

2. UVA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1988/89 201

3. UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88 202

4. UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO, DA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1987/88 202

5. UVA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO, DA MICRORREGIÃO CARBONÍFERA - SAFRA 1986/87 203

6. UVA - QUANTIDADE INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO - SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88 204

7. VINHO - VOLUME PRODUZIDO, POR TIPO, NAS REGIÕES VINICOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA 1978-87 205

8. UVA - CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS, POR MICRORREGIÃO - SANTA CATARINA - 1988 205

9. DESTINO DA PRODUÇÃO, NÚMERO DE AGRICULTORES PESQUISADOS, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL MRH COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1987/88 206

PRODUÇÃO FLORESTAL

1. EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL - 1980-86	210
2. EVOLUÇÃO DO VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-86	211
3. EVOLUÇÃO DO VOLUME GLOBAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-86	212
4. PRODUÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA E SUA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980-86	214
5. EVOLUÇÃO DO VALOR DO COMÉRCIO MUNDIAL E BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-86	214
6. VALOR DO COMÉRCIO NACIONAL DOS PRINCIPAIS ITENS DA PRODUÇÃO FLORESTAL, E SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL - 1980-86	215
7. PRODUÇÃO FLORESTAL DO BRASIL E DE SANTA CATARINA - 1986	218
8. PRODUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE ITENS DA PRODUÇÃO FLORESTAL DE SANTA CATARINA - 1986/87	219

AVES

1. CARNE DE AVES - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORES - 1984-89	223
2. CARNE DE AVES - PRODUÇÃO BRASILEIRA - 1983-88	224
3. CARNE DE AVES - TOTAL DE ABATES EM SC (SIF, NÃO-SIF E AUTOCONSUMO) - 1984-88	225

4. CARNE DE AVES -- PRINCIPAIS PAISES EXPORTADORES 1984-89	226
5. CARNE DE AVES - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES - 1980-88	227
6. CARNE DE AVES - OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS E CATARINENSES - 1985 A 1988	228
7. FRANGO - PREÇOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES E PAGOS PELOS SEUS PRINCIPAIS INSUMOS - 1988	230
8. FRANGO - ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS E PAGOS PELOS AVICULTORES E RELAÇÃO DE TROCA DA EXPLORAÇÃO - 1988	230
 AVES - SEGMENTO POSTURA	
1. PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAISES E MUNDIAL - 1984-86	234
2. POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL - 1982-88	235
3. OVOS - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985 A 1988	237
4. AVES - ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA NO BRASIL 1981-88	238
5. IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA DOS PRINCIPAIS PAISES E MUNDIAIS	241
6. EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA EM CASCA PELOS PRINCIPAIS PAISES - 1984-86	241
7. IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM PÓ DOS PRINCIPAIS PAISES E MUNDIAIS - 1984-86	242
8. EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM PÓ DOS PRINCIPAIS PAISES E MUNDIAIS - 1984-86	242

9. IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA LÍQUIDOS DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86 243

10. EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA LÍQUIDOS DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAIS - 1984-86 243

11. RELAÇÃO DE TROCA KG DE RAÇÃO/DÚZIA DE OVOS - 1983 A 1988 - NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1 KG DE RAÇÃO 248

BOVINOS DE CORTE

1. CARNE BOVINA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORES - 1984-88 250

2. BOVINOS DE CORTE - ABATE TOTAL, MENSAL E VARIAÇÃO PERCENTUAL - SC - 1984-88 252

3. CARNE BOVINA - EXPORTAÇÃO DE PAÍSES SELECCIONADOS - 1984-88 254

4. CARNE BOVINA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-88 255

5. BOI GORDO - COTAÇÃO MENSAL EM DÓLAR POR ARROBA - SANTA CATARINA - 1983-88 256

6. BOVINOS DE CORTE - PREÇO MÉDIO MENSAL CORRENTE E REAL DE DEZ/88(1) RECEBIDO PELOS BOVINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983-88 257

BOVINOS DE LEITE

1. LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAIS - 1980-86 260

2. LEITE - PRODUÇÃO MUNDIAL, MAiores PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL 1985/86 260

3. LEITE - PRODUÇÃO POR VACA/ANO - ALGUNS PAÍSES E MUNDIAL - 1985-86 261

4. LEITE - PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1975, 1980 E 1986	262
5. LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1980-87	263
6. LEITE - PRODUÇÃO CATARINENSE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO ESTADO - 1980 E 1987	264
7. LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E VARIAÇÃO PERCENTUAL 1980-88	265
8. LEITE - PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL - SANTA CATARINA - 1980 A 1988	266
9. LEITE - PRODUÇÃO TOTAL E PRODUÇÃO COMERCIALIZADA PARA AS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1986 E 1987	267
10. COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE E QUEIJO DE SANTA CATARINA PARA OUTROS ESTADOS DO PAÍS - 1986-1988	267
11. LEITE - CONSUMO APARENTE DE LEITE POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIUMA - 1985-87	268
12. LEITE - COMERCIALIZAÇÃO AO MERCADO CONSUMIDOR CATARINENSE SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS - 1986-1988	269
13. LEITE - COMPARATIVO ENTRE O CUSTO DE PRODUÇÃO E O PREÇO RECEBIDO PELOS PRODUTORES - 1983-1988	270
MEL DE ABELHA	
1. MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1983-86	273
2. MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA E NÚMERO DE COLMETAS - 1983-89	274

P.	
3. MEL DE CERA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO 1984-86	275
4. MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO CATARINENSE - 1983-89	276
5. MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - PRODUÇÃO DE MEL - SANTA CATARINA - 1986-88	277
6. NÚMERO DE COLMEIAS, PRODUÇÃO DE MEL E CERA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1985	277
7. MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - CONSUMO MENSAL CATARINENSE - 1986-88	279
8. MEL DE ABELHA - ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1983-86	281
9. MEL DE ABELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1983-86	282
10. MEL DE ABELHA - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1987	284
11. MEL DE ABELHA - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1º SEMESTRE DE 1988	284
12. MEL DE ABELHA - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1987	284
13. MEL DE ABELHA - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA - 1º SEMESTRE DE 1988	285
14. MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1987	286
15. MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL, DE JANEIRO A JULHO DE 1988	287

16. PREÇOS MÉDIOS MENSais A NIVEL DE PRODUTOR E CONSUMIDOR DO MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 1988	287
 PESCADO	
1. PESCADO(1) - CAPTURA MUNDIAL POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA - 1982-84 (MÉDIA), 1985 E 1986	290
2. PESCADO - DESEMBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1983-86	292
3. PESCADO - VALOR DO DESEMBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-86	293
4. PESCADO - DESEMBARQUE BRASILEIRO POR TIPO DE PESCA 1982-86	294
5. PESCADO - VALOR DO DESEMBARQUE BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1982-86	294
6. PESCADO CONTROLADO - QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1982-88	295
7. PESCADO - QUANTIDADE MENSAL DESEMBARCADA, POR ESPÉCIES, EM SANTA CATARINA - 1988	296
8. PESCADO - QUANTIDADE DE DESEMBARQUE CONTROLADO POR MUNICÍPIOS, EM SANTA CATARINA - 1987-88	298
9. PESCADO - PRODUÇÃO INSPEÇÃOADA EM SANTA CATARINA - 1982-88	299
10. PESCADO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO-1982-84 (MÉDIA), 1985 E 1986	300

11. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIES, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1987	302
12. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE - 1988	303
13. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1987	305
14. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE - 1988	306
15. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1987	307
16. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE - 1988	308
17. PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1987	309
18. PESCADO - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1982-88	310
19. PESCADO - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, IMPORTADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1987-88	310
20. PESCADO - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE COMERCIALIZAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DA COOPERBETO - MAIO A DEZEMBRO DE 1987	311

21. PESCADO - MERCADO ESTADUAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1982-88	312
---	-----

SUÍNOS

1. CARNE SUÍNA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - 1984-87	313
2. CARNE SUÍNA - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1984 A 1989	314
3. CARNE SUÍNA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1984 A 1989	314
4. SUÍNOS - REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTÉ - SANTA CATARINA - 1983-88	316
5. CARNE SUÍNA - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-1988	319
6. SUÍNO - PREÇOS NOMINAIS MENSais RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES E PAGOS PELOS PRINCIPAIS INSUMOS - 1988	321
7. SUÍNO - ÍNDICE MENSAL DE PREÇOS RECEBIDOS E PAGOS PELOS SUINOCULTORES E RELAÇÃO DE TROCA DA EXPLORAÇÃO - 1988	322

7. BIBLIOGRAFIA

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.9, n.1-11, 1988.

ALIMENTACION Y NUTRICION. Roma, FAO, v.12, n.2, 1986.

ANUARIO DE PRODUCTOS FLORESTALES 1975-1986. Roma, FAO, 1988.

ANUARIO ESTATÍSTICO. Florianópolis, SUDEPE, 1987.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1987/1988. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

ANUARIO FAO DE COMERCIO. Roma, FAO, v.40, 1986.

ANUARIO FAO DE PRODUCCIÓN. Roma, FAO, v.41, 1987.

CONJUNTURA ECONÓMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.41, n.10-2, 1988.

CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUARIOS. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.8, n.1-6, 1987.

----- Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.9, n.1-6, 1988.

EL ESTADO MUNDIAL DE LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. Roma, FAO, 1986.

INFOC MADEIREIRO. Brasilia, IBDF, v.5, n.48, 52, 53, 1987.

----- Brasilia, IBDF, v.6, n.54, 57, 1988.

LEVANTAMENTO SISTEMATICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, set.-dez. 1988.

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89. São Paulo, IEA, v.1, 1988.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - REGIÃO SUL. Rio de Janeiro, IBGE, v.4, n.4, 1985.

SÍNTESI ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1987-88. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.1, 1988.

----- Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, V.2, 1988.

SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS 1987-88. Roma, FAO, 1988.

INSTITUTO CEPA/SC

Rod. SC - 404 – km 3 – Itacorubi

C. Postal 1587 – Telex (482) 217

CEP 88.030 – Florianópolis – Santa Catarina